



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**

**ROSANE DE OLIVEIRA MARTINS MAIA**

**TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS EM BARCARENA CONFRONTADAS COM  
PROJETOS DE "DESENVOLVIMENTO"**

Belém,  
2017

**ROSANE DE OLIVEIRA MARTINS MAIA**

**TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS EM BARCARENA CONFRONTADAS COM  
PROJETOS DE "DESENVOLVIMENTO"**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Belém  
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Maia, Rosane de Oliveira Martins

Territorialidades Específicas em Barcarena confrontadas com projetos de desenvolvimento / Rosane de Oliveira Maia; Orientadora, Rosa Elizabeth Acevedo Marin. - 2017.

323 f.: il.; 29 cm  
Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017.

1. Territorialidade – Barcarena (PA). 2. Quilombolas. 3. Índios. 4. Comunidades. 5. Desenvolvimento Sustentável. 6. Conflitos. I. Acevedo Marin, Rosa Elizabeth, orientadora. II. Título.

**ROSANE DE OLIVEIRA MARTINS MAIA**

**TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS EM BARCARENA CONFRONTADAS COM  
PROJETOS DE "DESENVOLVIMENTO"**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

**Aprovada em:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Elizabeth Acevedo Marin  
Orientadora – NAEA/UFPA

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ligia T. Lopes Simonian  
Examinadora Interna – NAEA/UFPA

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nirvia Ravena  
Examinadora Interna – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida  
Examinador Externo – PPGSCA/UFAM

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nádia Socorro Fialho Nascimento  
Examinadora Externa – PPGSS/UFPA

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo  
Examinador Interno – NAEA/UFPA  
Suplente.

Dedico este trabalho aos quilombolas indígenas e comunidades tradicionais de Barcarena, que me ajudaram na reflexão de alguns valores pessoais e acadêmicos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço às lideranças e a todos os moradores das comunidades tradicionais e quilombolas indígenas pelas contribuições no trabalho de campo e nas entrevistas que foram de fundamental importância. Também sou grata pelos laços de amizade e companheirismo durante estes quatro anos de relacionamento. Espero sinceramente continuar contribuindo em suas lutas.

Agradeço a todos, em especial a José Roberto da Silva Cravo e sua esposa, Ivone, Sandra Amorim, Valter Freitas, Maria do Carmo Freitas, ao Nivaldo Pinheiro e sua esposa Alcione. Igualmente à Euníceia Fernandes pelo acolhimento e pela lucidez de suas ideias, a Cleide Monteiro por suas lições políticas e ao Petronilo Progênio Alves pelo exemplo de dedicação aos movimentos sociais.

Minha gratidão à Professora Doutora Rosa Elizabeth de Acevedo Marin por suas orientações, sensibilidade e generosidade acadêmica. Ao longo da pesquisa se constituiu um exemplo de pesquisadora dedicada e engajada nos movimentos de reconhecimento de pluralidade étnica e da diversidade social e cultural.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos pela sua contribuição acadêmica e pelos debates em sala, pelos conhecimentos adquiridos sob a orientação de seus professores, bem como pelas informações e instrumentos técnicos da pesquisa.]

À Escola Tenente Rêgo Barros, a qual permitiu a liberação para que pudesse concretizar a minha qualificação acadêmica. Também, aos colegas e amigos de trabalho da ETRB que apoiaram a minha aprovação e cobriram a minha ausência.

Aos professores de minha Banca Examinadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nírvia Ravena, a qual foi minha orientadora no Mestrado e contribuiu para o meu amadurecimento acadêmico. À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ligia Simonian, que colaborou por meio de suas aulas no Mestrado e Doutorado na análise do objeto de minha pesquisa. Ao Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, uma referência nas pesquisas que envolvem comunidades tradicionais. À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nadia Socorro Fialho Nascimento, que aceitou de imediato participar da banca de avaliação da Tese, e constitui um exemplo de pesquisadora nas comunidades de Curuperé, Massarapó e Nova Vida. Um especial agradecimento à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edila Arnaud Moura por ter disponibilizado as fontes de suas pesquisas, referentes aos deslocados pela CODEBAR.

Sou grata à Thalita Rafaela Ferreira pelas transcrições das entrevistas e à Sulamita de Souza do Nascimento pelas transcrições e revisão do texto. Agradeço à Rosângela Mourão pela revisão e catalogação, assim como agradeço ao Thiago Sabino pela elaboração dos mapas, e por ter-me acompanhado na visita em campo nas comunidades do Distrito Industrial. E ao Marcel Hazeu pelas trocas de fontes de pesquisa e pelas conversas acadêmicas.

Agradeço a todos da minha família, em especial ao meu pai, que sempre acreditou e apostou em mim, e que, mesmo não estando mais presente materialmente, será sempre um grande amor, presente em minha vida. E à minha irmã Rosalia de Oliveira Martins Colins, que me acompanhou em muitas viagens de trabalho de campo.

Agradeço principalmente a Deus por ter colocado essas pessoas em meu caminho durante esta jornada.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de análise as comunidades tradicionais e quilombolas indígenas de Barcarena nas estratégias de resistências por suas territorialidades específicas. Mesmo vivendo o dilema de conflito socioambiental no qual são vitimadas pelos crimes ambientais e pelos sucessivos deslocamentos e expropriação, em sua existência conseguem manter formas de viver e reprodução social e cultural diferenciadas daquelas impostas pelo capitalismo industrial e pelo projeto de desenvolvimento. Por meio da pluralidade jurídica buscam o reconhecimento de direitos por suas territorialidades específicas para permanecer no seu lugar, ou até mesmo escolher sair. A pesquisa tem como campo empírico as comunidades quilombolas indígenas localizadas em torno do rio Murucupi, na Vila dos Cabanos, e as comunidades tradicionais presentes no Distrito Industrial de Barcarena. A pesquisa inicialmente analisa o período anterior à presença do complexo de mineração, o universo do sítio e o processo de territorialização de indígenas e unidades quilombolas quando foram usurpadas e expropriadas pela Igreja, e posteriormente seus domínios territoriais repassados para a CDI e CODEBAR. Aprofunda seu estudo com a chegada do progresso e da força ilusória e midiática do desenvolvimento, inaugurando o conflito socioambiental em Barcarena, que deixa os moradores das comunidades tradicionais vulneráveis aos crimes ambientais e processos de deslocamento, por conta das práticas irresponsáveis e degradantes das empresas mineradoras e pelo projeto desenvolvimentista adotado pelo Estado, que busca o “desenvolvimento” mesmo baseado em custos sociais e ambientais. Apesar das tentativas aniquiladoras de suas formas de existência, as comunidades tradicionais do Distrito industrial requerem o reconhecimento das territorialidades específicas para garantir os seus direitos nas atuais negociações de remanejamento e indenização, enquanto as comunidades quilombolas indígenas requerem o direito de permanecer no lugar, por meio do reconhecimento legítimo de sua territorialidade específica junto ao MPF, Fundação Cultural Palmares e INCRA.

**Palavras-Chaves:** Territorialidades Específicas. Quilombolas Indígenas. Comunidades Tradicionais. Desenvolvimento. Deslocamento e Conflito Socioambiental.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the traditional and the quilombolas indigenous communities of Barcarena in regards to resistance strategies to the loss of their specific territorialities. Living the dilemma of socio-environmental conflict in which they are victimized by environmental crimes, successive displacements and expropriation, they still manage to maintain forms of living, social, and cultural reproduction that differs from those imposed by industrial capitalism and the development project. Through legal plurality, they seek the recognition to their specific territorialities ownership and keep their place, or even to choose to move out. The research aims as an empirical field the quilombolas indigenous communities located around Murucupi river, in "Vila dos Cabanos" and the traditional communities of the Industrial District of Barcarena. The research initially analyzes the previous period to the presence of the mining complex, the universe of the site and territorialization of indigenous and quilombola units when they were usurped and expropriated by the Church, and later their territorial domains passed on to CDI and CODEBAR. It deepens its study in the illusory and mediatic force of the development progress, inaugurating the socio-environmental conflict in Barcarena, which makes the inhabitants of the traditional communities vulnerable to environmental crimes and displacement processes, due to irresponsible, degrading practices of mining companies and by the developmental project adopted by the state that seeks "development" even based on social and environmental costs. Despite the annihilating attempts to their forms of existence, the Industrial District traditional communities require the recognition of specific territorialities to guarantee their rights in the current relocation and indemnification negotiations, while the quilombolas indigenous communities require rights to remain in the place through the legitimate recognition of theirs specific territoriality along with the MPF, Cultural Foundation Palmares and INCRA.

**Keywords:** Specific Territorialities. Quilombolas Indigenous Traditional Communities. Development. Displacement and Socio-environmental Conflict.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1-	Comunidades quilombolas indígenas em torno do rio Murucupi	30
Quadro 1 -	Relação das Famílias da Comunidade da Ponta da Montanha	92
Quadro 2 -	Famílias do Curuperé, no momento do ingresso das famílias da Montanha	94
Fotografia 1-	Forno Boca de Siri	107
Fotografia 2-	Igreja de São Tomé em Burajuba, destruída pela CODEBAR.	109
Fotografia 3-	A Igreja São Sebastião construída pelos quilombolas de Burajuba, após o retorno	109
Fotografia 4-	Imagem Centenária de Sant'Ana	111
Quadro 3-	Relação dos Deslocados pela CODEBAR	141
Mapa 2-	Cartografia social de sítios e comunidades desapropriadas pela CODEBAR	145
Mapa 3-	Cartografia Social do Sítio São João	155
Mapa 4 -	Território dos quilombolas do Sítio Cupuaçu/Boa Vista.	160
Mapa 5 -	Cartografia Social do Sítio Conceição	163
Mapa 6 -	Localização da Comunidade Quilombola São Sebastião do Boa Vista.	164
Mapa 7 -	Território de Atuação da CDI	170
Quadro 4-	Deslocamento de famílias tradicionais pelo Complexo Industrial do Caulim	173
Quadro 5-	Lista dos Desapropriados do Arienga 2003-Usipar	175
Quadro 6-	Lista dos Desapropriados do Acuí -Usipar.	176
Mapa 8-	Territorialidade Específica e o Complexo Porto-Industrial do Distrito Industrial/Conde.	181
Quadro 7-	Principais empresas que atuam em Barcarena	234
Quadro 8	Dos crimes e danos ambientais de 1991 a 2016	236
Quadro 9-	Quantitativos de Famílias e Comunidade do Distrito Industrial, no levantamento da UFRA	259
Fotografia 5-	Conflito entre os policiais e os moradores do Burajuba	270

Fotografia 6-	Ação de violenta prática aos moradores do Sítio Conceição feita pela CODEBAR/SPU	271
Fotografia 7-	Força Policial usada pela CODEBAR/SPU	271
Fotografia 8-	Visita do Antropólogo do Ministério Público Federal na Comunidade do Boa Vista	279

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Organização do Espaço das Comunidades Tradicionais antes do deslocamento	63
Figura 2-	Os Sítios do Rio Murucupi antes da expropriação	72
Figura 3-	Imagem das demarcações dos sítios nas margens do rio Murucupi, destinadas à Vila dos Cabanos	77
Figura 4-	Imagem das demarcações dos sítios, com o Furo Ipara e São Francisco	80
Figura 5-	Cartografia Social do São Lourenço, antes da CODEBAR	85
Figura 6-	Croqui do Sítio Conceição antes da ação das empresas	89
Figura 7	Croqui do Sítio São João antes da ação da CODEBAR	99
Figura 8-	Planta de Análise da Ocupação Espacial do Complexo de Alumínio em Barcarena	125
Figura 9-	Proposta da Ocupação do Núcleo Urbano do Complexo de Alumínio	128
Figura 10-	Áreas e Divisões do Espaço do Complexo do Alumínio	131
Figura 11-	O Núcleo Urbano e Setores de Implantação	136
Figura 12-	Localidades das Famílias Desapropriadas para a instalação do Complexo ALBRÁS- ALUNORTE.	139
Figura 13-	Croqui da Comunidade de São Lourenço na atualidade.	148
Figura 14-	Planta do território do São Lourenço. ITERPA-2011	151
Figura 15-	O Estado de S. Paulo. Corredor Norte. Nova rota de exportação diminui custo e Distância de Viagem.	233
Figura 16-	Recorte de Jornais sobre a Luta dos moradores do Burajuba	269

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Registro de posse de terras referente aos distritos de Barcarena e Conde entre 1892 e 1906	48
Tabela 2-	Sítio e Propriedades de Aicaraú e Ilha de Trambioca, até 1947.	55
Tabela 3-	Furos, rios e ilhas onde estão localizados o comércio e as fábricas em Barcarena.	57
Tabela 4-	População de Barcarena de 1950 a1991.	59
Tabela 5-	Número de deslocados por localidade.	138
Tabela 6-	Imóveis da CODEBAR	272
Tabela 7-	Bens leiloados pela CODEBAR	273

## LISTA DE SIGLAS

ADEBAR	Associação dos Desapropriados de Barcarena
ACOMQUIISC	Associação dos Moradores Quilombolas indígenas do Sítio Conceição.
ADM	Archer Daniels Midland
ALBRAS	Alumínio Brasileiro S.A
ALCAN	Aluminium Limited of Canada
ALUNORTE	Alumina do Norte do Brasil S.A.
ASSEMB	Associação das Empresas Mineradoras de Barcarena
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
BASA	Banco da Amazônia
CADAM	Caulim da Amazônia
CAP	Companhia de Alumina do Pará
CDI	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará
CDP	Companhia Docas do Pará
CENTUR	Centro Cultural Tancredo Neves
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CODEARA	Companhia de Desenvolvimento do Araguaia
CODEBAR	Companhia de Desenvolvimento de Barcarena
COHAB	Companhia de Habitação do Estado do Pará
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DEMA	Delegacia Especializada em Meio ambiente
ETC	Estação de Transbordo de Cargas
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEB	Instituto de Educação do Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MRN	Mineração Rio do Norte
NAAC	Nippon Amazon Aluminium Company
NAEA	Núcleo de Altos Estudos da Amazônia
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento

PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PGC	Programa Grande Carajás
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PNCSA	Programa Nova Cartografia Social da Amazônia
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PPSA	Pará Pigmento S.A
PRODIAT	Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins.
RADAM	Radar na Amazônia
RCC	Rio Capim Caulim
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SECTAM	Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
STRB	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da zona Franca de Manaus
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TECOP	Terminal de Combustíveis da Paraíba
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
USIPAR	Usina Siderúrgica do Pará
UTE	Usina Termelétrica
ZPE	Zona de Processamento para Exportação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>1.1</b>	<b>Contexto temporal e espacial da pesquisa</b>	<b>28</b>
<b>1.2</b>	<b>Procedimentos metodológicos</b>	<b>34</b>
<b>2</b>	<b>A EXISTÊNCIA DE TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS EM BARCARENA</b>	<b>41</b>
<b>2.1</b>	<b>Atuação da igreja no controle e transferência de terras para a CODEBAR</b>	<b>41</b>
<b>2.2</b>	<b>Os rios e as terras de São Francisco de Barcarena e São Batista de Mortigura (Conde) no Registro de Terras de 1907</b>	<b>46</b>
<b>2.3</b>	<b>Povoados e vilas de Barcarena nas décadas de 40 e 50</b>	<b>54</b>
<b>2.4</b>	<b>Os sítios e a parentela nas margens do rio e igarapés</b>	<b>64</b>
<b>2.5</b>	<b>As comunidades tradicionais de São João Batista do Conde (do Distrito Industrial de Barcarena)</b>	<b>90</b>
<b>2.6</b>	<b>As narrativas sobre modo de viver nos sítios: a roça, a colheita dos frutos e o carvão</b>	<b>97</b>
<b>2.7</b>	<b>Festas e santos dos sitiantes do rio Murucupi</b>	<b>108</b>
<b>3</b>	<b>PODER E PROCESSOS DESAPROPRIATÓRIOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PELAS INSTITUIÇÕES E AGENTES DO “PROGRESSO”</b>	<b>115</b>
<b>3.1</b>	<b>O Planejamento da Reorganização do Espaço e o Núcleo Urbano de Barcarena</b>	<b>123</b>
<b>3.2</b>	<b>A CODEBAR e sua atuação em torno do rio Murucupi</b>	<b>133</b>
<b>3.3</b>	<b>Atos de resistência às ações da CODEBAR</b>	<b>140</b>
<b>3.3.1</b>	São Lourenço	145
<b>3.3.2</b>	Sítio São João	152
<b>3.3.3</b>	Comunidade do Boa Vista e o Sítio Ramal Cupuaçu	156
<b>3.3.4</b>	Sítio Conceição	161
<b>3.3.5</b>	Comunidade Quilombola São Sebastião do Burajuba	164
<b>3.4</b>	<b>A CDI e os processos desapropriatórios de comunidades tradicionais do Distrito Industrial/Conde</b>	<b>168</b>
<b>4</b>	<b>PELA ORDEM DO PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO: RUPTURAS NAS FORMAS DE EXISTÊNCIA DOS SITIANTES EM TORNO DOS RIOS E IGARAPÉS</b>	<b>182</b>
<b>4.1</b>	<b>A ideia de progresso, desenvolvimento e modernidade: discussões teóricas</b>	<b>183</b>

<b>4.2</b>	<b>O desenvolvimentismo dos governos militares na Amazônia: violenta expropriação dos recursos naturais à disposição do grande capital</b>	<b>204</b>
<b>4.3</b>	<b>O Programa Grande Carajás e o Complexo de Mineração em Barcarena</b>	<b>220</b>
<b>5</b>	<b>CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM BARCARENA E MOBILIZAÇÕES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>	<b>228</b>
<b>5.1</b>	<b>Comunidades tradicionais do Distrito Industrial e os seus atos de resistência</b>	<b>242</b>
<b>5.2</b>	<b>CODEBAR em fase de liquidação e a entrada da SPU: novas violências contra as comunidades tradicionais</b>	<b>264</b>
<b>5.3</b>	<b>Ações da SPU na tentativa de desarticular as territorialidades específicas da Vila dos Cabanos</b>	<b>283</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>297</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>304</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>316</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa as existências sociais, bem como as estratégias de permanência em suas territorialidades específicas de comunidades tradicionais em Barcarena, em que pese a consolidação de projetos industriais no município. Essas comunidades representam as resistências ao modelo de desenvolvimento imposto. Elas questionam e reagem de diversas formas, mas com significados convergentes, em face do universo de instâncias e agentes governamentais, políticas e intelectuais que pensam o progresso como algo dado, universal e infalível. Aos conflitos inaugurados pela instalação das empresas associam-se as mobilizações dos agentes sociais que se autorreconhecem como comunidades tradicionais e quilombolas indígenas, contrariando os interesses econômicos e políticos daqueles que pretendem deter o sentido do progresso e o futuro dessas comunidades em suas mãos.

A tese propõe-se descrever as territorialidades específicas das comunidades tradicionais de Barcarena e os conflitos que enfrentam a partir dos projetos de desenvolvimento, com as imposições do progresso industrial e do complexo de mineração, visto como um *take off* arbitrário, o qual deveria mudar suas vidas. Na década de setenta, os denominados “sitiantes” que viviam às margens dos rios e igarapés tiveram suas vidas e mundo completamente transformados. Deslocamentos, expropriações, remanejamentos dos sitiantes foram provocados e produzidos pela lógica do capital para responder aos interesses econômicos do mercado de exportação da matéria-prima de alumínio primário e alumina.

A pesquisa orienta-se para conhecer as rupturas das comunidades tradicionais, primeiramente buscando, por meio das memórias e vozes dos moradores dos antigos sítios de Barcarena, perceber como era este mundo rural. Busca, também, entender os processos de reprodução social destas comunidades e suas relações externas, e compreender a violenta expropriação que sofreram. Todavia, esses fatos não se referem à memória atrelada a um tempo passado que não se repete. As situações sociais de deslocamentos e expropriações são práticas recorrentes usadas no município pelos “agentes do desenvolvimento” e pelas empresas na atualidade.

Como historiadora, aprendi, por força dessa situacionalidade, outras lições sobre o tempo, a mudança e, em especial, a visão histórica, amarradas às periodizações, e animada por agentes sociais, muitas vezes denominados “sujeitos

históricos”. Entendi, não a partir da narrativa do passado, mas da atualidade, as formas que se produzem também no presente como repetição e continuidade. A recorrência aos atos de expropriação e de violência torna imperativo compreender essas experiências desde uma perspectiva transdisciplinar da política, economia, sociologia, antropologia, até mesmo com a história, geografia e cartografia. Afirmando que esse estado de vigilância sobre as possibilidades de múltiplas análises orienta a leitura das diversas posições, dentre elas as minhas próprias como historiadora.

Compreendo que não é possível captar esse processo em uma visão linear e dominada pelo historicismo. Aponto que estive todo tempo atenta para evitar a ideia simples de continuidade dos processos, de mudanças e irreversibilidade, cuja forma mais frequente é beirar para o historicismo. A limitação surgiu quando tentei sistematizar a teia de estratégias construídas por sitiantes, ao longo de 40 anos, as quais, suponho, foram repassadas por gerações até a afirmação de sujeitos de direitos. No início, os sitiantes em volta dos rios e igarapés de Barcarena pareciam entender que as terras não eram suas e deveriam sair *por bem ou por mal*. Nessa visão parece que a resistência à opressão desenvolvimentista refugia-se em um mundo simbólico. Por oposição, encontro na atualidade os seus “descendentes”, que criam estratégias de reconhecimento de direitos e por meio deles buscam garantir a sua reprodução social nas terras tradicionalmente ocupadas. Mas logo estou surpreendida com as negociações deles com o poder local quando apoiam um político ou as lideranças assumem posições de negociação, criticáveis e comprometedoras do coletivo, como vários deles apontam em suas reflexões.

As comunidades quilombolas indígenas em torno do rio Murucupi e as comunidades tradicionais do Distrito Industrial possuem, por meio de seus processos políticos e jurídicos, uma força de resistência ao mito do progresso e em certo grau colocam em evidência o modelo de desenvolvimento excludente e discriminatório. Elas foram retiradas de seus sítios, espremidas e imprensadas nos muros e bacias das fábricas sem alternativa de subsistência. Muitos sofreram constantes processos de deslocamento e expropriações, tendo suas relações familiares desestruturadas. Sob o lema da modernização e do progresso, a organização social destas comunidades foi ignorada, pois deveriam se submeter obediente e ciosamente às normas da Empresa e do Estado desenvolvimentista.

É difícil verificar exatamente como se instalou em Barcarena uma política violenta de aniquilamento de possibilidades diferenciadas de sobrevivência. Era

esperado que com o passar de quarenta anos as comunidades tradicionais estivessem transformadas em operários das fábricas, porquanto o complexo de mineração instalado a partir da ALBRÁS-ALUNORTE fez do município um dos maiores produtores de alumina do Estado e grande fornecedor deste produto ao mercado internacional. Outros empreendimentos de mineração se somaram para constituir o denominado “Complexo mínero-metalúrgico de Barcarena”. Mas na verdade ocorreu, ao mesmo tempo, a expropriação e a exclusão dessas comunidades ao desenvolvimento. Diante desse contexto, nas narrativas e vozes está latente o sentimento de abandono, descrença e revolta.

A cidade de Barcarena tem a sua inserção no Programa de Desenvolvimento Nacional, com o projeto de mineração ALBRÁS-ALUNORTE que apesar do discurso uniformizador inaugura processos de lutas, disputas, arranjos e negociações entre os agentes sobre o território e seus recursos. Por conta da crença no progresso a cidade se tornou um palco de conflitos por território e recursos, que afetam diretamente as comunidades tradicionais. Desenvolvimento, crescimento e progresso industrial em Barcarena são simultâneos ao conflito socioambiental que envolve as empresas, Estado e as comunidades tradicionais que persistem em existir no município<sup>1</sup>, comunidades que produzem ações e práticas políticas, discursos e práticas de resistência. Não se trata de conceito clássico de comunidade de vizinhança, mas de grupos mobilizados por uma "luta pela existência", como escreve Marx<sup>2</sup>.

A necessidade de desenvolvimento e integração da Amazônia à economia nacional/internacional esteve atrelada aos grandes projetos de mineração. As empresas mineradoras associavam-se à ideia de civilização para a região. Tal poder infalível da Empresa como propulsora do progresso é ressaltado no discurso do Presidente José Sarney na inauguração da Albrás. Esta expectativa de progresso e modernidade do empreendimento é refletida por Fontes (1996, p, 337) quando afirma que *o projeto ALBRÁS-ALUNORTE no momento de sua implantação carregava uma imagem de uma modernidade linear e finalista para reverter o atraso da região, movendo a história e predizendo o futuro.*

---

<sup>1</sup> A ida das comunidades tradicionais ao Ministério Público Federal com o intuito de solicitar o relatório antropológico para consolidar a sua autodefinição quilombola indígena representou o momento em que afirmam não quererem desaparecer e de serem consideradas sujeitos de direitos, respeitadas as formas de vida diferenciadas e suas territorialidades específicas.

<sup>2</sup> Em referência à Guerra Civil na França, 1891.

O desenvolvimento unido ao progresso industrial estava sendo fundamentado pela política de Estado, e aos outros restava a sua submissão a esta proposta. As comunidades tradicionais foram envolvidas na onda ilusória de um destino certo e glorioso, compactado no mito do progresso (DUPAS, 2006), o que representou descartar outras possibilidades e alternativas de sociedades e amarrar o curso da história nas tendências da globalização (MAIA; ACEVEDO MARIN, 2014). Desenvolvimento e progresso são metáforas, *“portanto podem ser enganadoras, e ainda que chamem nossa atenção para algumas propriedades importantes da existência social, podem bloquear nossa percepção de outras”* (TURNER, 2008, p. 21).

Sob a argumentação ideológica do desenvolvimento, modernidade e progresso, o Estado e suas agências de desenvolvimento instalaram um conflito socioambiental em Barcarena. Por meio das políticas de expropriação “arrumaram” o território a ser explorado pelo mercado internacional deslocando os sitiante, através da CDI (Companhia do Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará) e da CODEBAR (Companhia de Desenvolvimento de Barcarena).

Naquele momento, as comunidades locais eram consideradas posseiras, pois as terras que ocupavam pertenciam ao Estado, que, como legítimo dono, poderia dispor de acordo com seus interesses. E o discurso do progresso/desenvolvimento imputado por ele também fazia parte deste arcabouço da sua legitimidade de poder. Em plena ditadura militar o poder do Estado impõe um poder inquestionável e suas bases ideológicas de afirmação e legitimidade associaram desenvolvimento e integração.

A reflexão sobre a noção de desenvolvimento na Amazônia advém da visão e do conceito de integração e progresso. Almeida (2015) afirma que os planejadores públicos trabalham a ideia de desenvolvimento por uma base dualista que separa o tradicional e o moderno, associando-se ao crescimento econômico. E ainda ressalta que os movimentos sociais buscam uma modalidade de desenvolvimento capaz de reconhecer as diversidades de agentes sociais e responsável pela construção de diferentes modos de vida.

Os moradores dos sítios estavam tendo a oportunidade de integração a uma proposta de progresso e desenvolvimento inquestionável, configurada em emprego, saúde, educação, hospitais e urbanização. Nas pesquisas e entrevistas com os

deslocados, há uma perspectiva de melhora de vida e até de criação de uma nova cidade no contexto de Barcarena.

A CDI<sup>3</sup>, responsável pelas primeiras desapropriações, indenizou as famílias que moravam na área destinada ao projeto Albrás, da Alunorte, do Porto, da Reserva Ecológica, da Eletronorte e de uma pequena parte do núcleo urbano. A CODEBAR<sup>4</sup>, empresa pública destinada inicialmente ao Ministério do Interior, concentrava suas atividades na implantação do plano urbanístico de Barcarena, com prioridade para execução e administração de obras e serviços da Vila dos Cabanos, e desapropriou a área destinada a este núcleo urbano. Os procedimentos da expropriação retiraram centenas de famílias de suas terras tradicionalmente ocupadas, recebendo indenizações mínimas, calculadas com a subvalorização das propriedades e benfeitorias e sem indicação de reassentamento. No período de 1979 a 1984, a CDI realizou 404 ações de expropriação em uma área de 40.000 hectares; por seu lado, a CODEBAR efetuou 155 desapropriações em uma área de 60.104 hectares (MOURA; MAIA, 1989).

As indenizações foram feitas em cheque e os deslocamentos realizados para locais diferenciados. A CDI usou de estratégias a fim de evitar o conflito declarado. Para isso, utilizou-se largamente de políticas fundadas em uma “*harmonia coerciva*”<sup>5</sup>, como mecanismos de acomodações internas à conquista e à dominação, por meio de ações do Estado e de processos jurídicos. As práticas de indenizações individuais constituíram-se constantes no município<sup>6</sup>, com o intuito de serem usadas como mecanismo de desmobilização das ações coletivas das comunidades. Os sitiados foram indenizados e deslocados para **lotes de terras titulados**<sup>7</sup>, no bairro de Laranjal,

---

<sup>3</sup> Criada em 1976 para atender às demandas de áreas aos projetos industriais instalados no Pará.

<sup>4</sup> Inicialmente vinculada ao Ministério do Interior, a CODEBAR foi constituída e teve o seu Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 84.021, de 24 de setembro de 1979, e iniciou o exercício de sua atividade social a partir da Assembleia Geral de Constituição, de 15 de janeiro de 1982, com base no Plano Urbanístico de Barcarena, elaborado em 1979 e aprovado pela Lei Municipal nº 1.474, de 13 de dezembro de 1982, tendo como núcleo principal a Vila dos Cabanos.

<sup>5</sup> Em referência a NADER, Laura (1994).

<sup>6</sup> As políticas de indenizações são praticadas pela CDI nas comunidades da Vila do Conde, em Curupeté, Acuí e São Manoel, que estão passando por duros e violentos processos de negociações com o Estado e a empresa, em busca de indenizações justas e deslocamentos acertados com a comunidade. Mas as estratégias de desmobilização da agência do Estado são percebidas na desconsideração das territorialidades específicas dessas comunidades, quando novamente arbitram propostas irrisórias e discriminatórias.

<sup>7</sup> Não eram titulados por escritura pública, mas por documento de compra e venda assinado pela CODEBAR.

Colônia Agrícola do Bacuri, na Vila do Conde, Vila Nova, São Francisco e em Bairro Novo na Sede de Barcarena.

A indenização e os lotes documentados pela CODEBAR podem representar o que Coser (1961) chama de válvula de seguridade, uma possibilidade de obter satisfação alternativa para diminuir as situações de tensão e a hostilidade. Trata-se de uma derivação da libertação de objetos substitutivos para facilitar a continuidade das relações. Elas impedem que a hostilidade se dirija contra o objeto principal: reduzir a pressão exercida para modificar o sistema, e criar possibilidades de uma explosão catastrófica. A violência do processo de expropriação e a destruição das organizações sociais dos moradores dos sítios que viviam às margens dos igarapés e rios são reconhecidas pelo “agente do desenvolvimento” da CDI:

[...] na realidade as pessoas perderam todos os fatores de produção que antigamente eram proprietários dos seus fatores de produção e elas perderam isso aí. Só 82 famílias praticamente conseguiram continuar vivendo na terra, mas em outra situação que estavam acostumados. Por isso o insucesso da colônia agrícola. E as outras pessoas foram obrigadas a ter uma vida urbana ao invés de ter uma vida rural como elas tinham”.<sup>8</sup>

A tensa situação social colaborava para a desconstrução de mundos e e para a elaboração de novos valores e conceitos que o Estado e as empresas impuseram por meio da legitimidade da ação desenvolvimentista. Naquele momento, a violência instrumentada se faz presente por meio da *desapropriação*, necessária para o que se pretendia estabelecer, por meio de dispositivos legais, no caso o *decreto de desapropriação* dos sítios de Barcarena retirados de seu território e deslocados para outros lugares, para que fossem feitas as construções das fábricas, o porto e o bairro industrial. Novos processos de apropriação de recursos foram violentamente impostos por via política e jurídica.

As análises sobre a legitimidade do poder do Estado e a relação entre poder e violência nos levam a dialogar em um conflito, que neste momento é também simbólico/ideológico/jurídico. Este não fere com sangue exposto do efeito de uma arma, mas fere a “alma”, que é o *sentido* de pertencimento, de identidade coletiva, violentamente descartado e considerado irrelevante. Nas vozes das comunidades tradicionais de Barcarena as ações de desapropriação representaram o fim da história de vida nos seus sítios, onde estava o seu passado e as suas origens, irrompendo e

---

<sup>8</sup> Entrevista em 26.03.1987.

os deixando sem futuro. Por isso, nas suas estratégias de resistência o retorno ao sítio significou retomar o futuro que lhe fora roubado.

A maioria dos sitiantees às margens do rio Murucupi, na vila dos Cabanos, deslocaram-se para o Bairro do Laranjal, obrigados a “respirar” modernidade, representada neste caso pelas empresas. Nos estudos sobre os “moradores” do Laranjal provenientes dos sítios, feitos por Moura e Maia (1991) e Vasconcellos (1996), são referenciadas as situações de descaso e abandono que viviam no bairro, o que demonstra, já nos primeiros anos do “desenvolvimento” do município, que estavam sentindo a onda ilusória do progresso e ações de exclusão adotadas pelo Estado e pelas empresas.

O mercado de mão de obra para o complexo ALBRÁS-ALUNORTE foi aquecido mais ainda com a instalação das indústrias posteriores, como: Pará Pigmentos S.A. (PPSA), Imerys Rio Capim Caulim S.A. (IRCC) e o grupo ALUBAR; além de várias empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de insumos. Os trabalhadores provenientes de fora do município também passaram a disputar terras, surgindo as chamadas invasões. A CODEBAR negociava lotes no núcleo urbano. Este processo migratório provocou a ocupação de uma grande parte do território dos sítios do rio Murucupi, acirrando as pressões mobiliárias e de riquezas por recursos no município. Atualmente os rios e o solo são contaminados pelos impactos da exploração mineral. Acevedo Marin (2013, p. 85) afirma que *os projetos Mínero-Metalúrgicos instalados em Barcarena são revelados e deparados como antinomia do progresso*. Diversas pesquisas e estudos comprovam crimes ambientais praticados pelas empresas, atingindo diretamente as comunidades tradicionais que praticam atividades produtivas diferenciadas. É a válida concepção de que os moradores de Barcarena vivem um contexto de “desigualdade ambiental”, pois os danos decorrentes das práticas poluentes recaíam sobre grupos sociais mais vulneráveis, *configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico* (ACSELRAD, 2012, p. 165).

Em 2007 houve o transbordamento de rejeitos de caulim da empresa Imerys atingindo a bacia do Rio Capim, obrigando a defesa civil a retirar cerca de 500 famílias<sup>9</sup> do Distrito Industrial. Em 2009 houve um vazamento de rejeitos da Alunorte no rio Murucupi, que resultou em alterações no PH das águas, com morte da fauna e

---

<sup>9</sup> Disponível em: < <http://envolverde.com.br/sociedade/dialogo-abre-caminho-para-reduzir-danos-socioambientais-em-barcarena/>.

flora. O IBAMA multou em R\$ 27 milhões as empresas ALUNORTE e a Pará Pigmentos S/A, apontadas nessa irregularidade<sup>10</sup>.

As resistências ao processo de usurpação de território e identidade estão presentes na maioria das comunidades tradicionais que permaneceram ou não em suas terras. Embora sendo constantemente expulsas, continuavam realizando seus roçados, fazendo sua farinha e “batendo” o seu açaí (proveniente de seu território), ~~per~~ muitas vezes às escondidas. Várias “roças clandestinas” foram abertas e continuam a existir. Mesmo aqueles que haviam se deslocado para outros bairros usavam os seus territórios tradicionais para seu sustento, como é o caso das roças clandestinas do senhor Adair Pinheiro, o qual mantém o cultivo da mandioca e os fornos de carvão para o sustento das famílias no Sítio Cupuaçu. A visão de Lima (2015) da “roça” como categoria analítica insere observações sobre a resistência operada por indígenas e quilombolas que reiteram um significado além do econômico.

Em sua obra *Los dominados y el arte de la resistencia*, James C. Scott (2004) afirma que os dominados exercem uma dissidência marginal ao discurso oficial da relação de poder. É a resistência silenciosa do discurso oculto, como manifestação de sua insubordinação à dominação, que naquele momento a população expropriada possuía dificuldade de materializar, havendo a dominação das aparências nas relações de poder, uma simulação do discurso público. Eis que quando o dominante reconhece esta simulação, tenta impor seu poder pela violência.

Por parte do Estado, setor político e intelectual, existe a formulação de uma argumentação ideológica no sentido de tornar o desenvolvimento e o progresso um bem comum, do qual todos são beneficiados, “comunitários” ou não. Portanto os rios, as florestas e as matas devem ser sacrificadas para garantir a riqueza e o sustento de todos, da sociedade e da comunidade. A ambientalização dos conflitos converge agentes sociais com poderes simbólicos diferenciados, e as comunidades tradicionais de Barcarena pareciam não possuir capital social para competir com o poder simbólico das empresas, dentro deste modelo de desenvolvimento predominante. Desse modo, a acumulação do capital é mais relevante que as territorialidades específicas e o mundo sociocultural dos quilombolas indígenas, pescadores, extrativistas, dos antigos sitiantes.

---

<sup>10</sup> Disponível em: < [http://www.ambienteja.com.br/ver\\_cliente.asp?id=147452](http://www.ambienteja.com.br/ver_cliente.asp?id=147452)>.

Mas, apesar desta onda aniquiladora do progresso e das políticas desenvolvimentistas impostas pelo Estado, as comunidades tradicionais de Barcarena persistem e resistem aos processos de colonização e submissão da ordem industrializante. Eles retornaram aos territórios, aos sítios, as suas origens e as suas histórias. Assim neste campo paradigmático as comunidades tradicionais constroem estratégias de anulação à condição de exclusão, exigem o reconhecimento de sua existência no município e dos direitos às suas territorialidades específicas.

As terras tradicionalmente ocupadas pelos sítiantes possuem uma trajetória histórica própria, de laços identitários construídos por meio de resistências contínuas a subjugação do grande capital e as práticas autoritária impostas pelo Estado. Com base nos critérios étnico-culturais e históricos, e por meio do decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, são reconhecidas as relações territoriais específicas das comunidades tradicionais quilombolas e garantidos a identificação, o reconhecimento, a demarcação e a titulação de suas terras.

As territorialidades específicas (terras indígenas, terras de quilombos, babaçuais livres, faxinais, fundos de pasto, comunidades ribeirinhas) constituem terras tradicionalmente ocupadas e controladas pelas comunidades ou por suas organizações associativas, sindicatos, cooperativas e movimento (ALMEIDA, 2012), portanto o seu reconhecimento constitui empecilho à expansão espacial e do capital dos empreendimentos ligados às commodities minerais e agrícolas. As territorialidades específicas representam a reação e a resistência aos sucessivos processos de territorialização provocados por projeto de desenvolvimento.

A vida do sítio representou os laços de identidades dos “moradores do Laranjal”, que os autodenominam de os filhos dos tradicionais da terra, e portanto diferenciados daqueles que vieram de outros lugares. Os “tradicionais” e “os nativos da terra”, como assim se definem os moradores das comunidades tradicionais do Distrito Industrial, mesmo imprensados pelos muros e bacias de rejeitos das empresas, reconhecem, em suas trajetórias de vida e cotidiano, que são negados e discriminados pela lógica impulsionadora do capital industrial que se instalou no município.

No processo de usurpação de território, precarização de sua reprodução social causada pela redução das terras para a roça e dos efeitos da poluição de rios e solo, as comunidades tradicionais organizam movimentos de resistência para garantir os

territórios tradicionalmente ocupados, amparadas pela Convenção OIT 169<sup>11</sup>, pois se enquadram nas afirmações e prerrogativas da convenção, que assim as define no seu artigo 1:

São povos cujas condições sociais culturais e econômicas os distinguem de outros setores da sociedade, descendem de população que habitam regiões, as quais foram colonizadas ou conquistadas, que conservam total ou parcialmente seus costumes e tradições.

As comunidades tradicionais estudadas em Barcarena não estão atreladas a uma condição do passado, tampouco estão presas tão-somente em laços identitários. São unidades de mobilização, constituem forças de resistência ao processo de usurpação das formas diferenciadas de viver. Devem ser percebidas como unidades políticas, culturais e sociais organizadas, que promovem lutas por direitos específicos por suas terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2004). São agentes sociais que lutam por sua existência coletiva e por suas territorialidades específicas.

Os quilombolas e quilombolas indígenas em torno do rio Murucupi (Vila dos Cabanos) e moradores das comunidades tradicionais localizadas no Distrito Industrial se reconhecem como grupos culturalmente diferenciados, com formas próprias de organização social, de uso de territórios e recursos, e que utilizam conhecimentos, inovação e práticas gerados e transmitidos pela tradição<sup>12</sup>. Como sujeitos portadores de direito no contexto das disputas por território e recurso com o grande projeto mineral, transformam-se em grupos sociais que resistem a esta divisão espacial da degradação ambiental, dificultando a rentabilização esperada dos capitais.

O que está em jogo e precisa ser explicitada é a diversidade sociocultural e os distintos projetos de apropriação e significação do mundo material, como aponta a teoria social de Bourdieu (1989). Os agentes possuem o interesse e o discurso e pretendem alcançar uma eficácia simbólica que seja legitimada e reconhecida. Neste embate entre conceito e práticas, o poder simbólico tem como objetivo final tornar-se hegemônico universal. Os agentes sociais se posicionam de acordo com princípios de diferenciação que constituem os campos de forças relativas, em espaços de conflito pela posse das espécies de poder/capital específicas que os caracterizam.

---

<sup>11</sup> A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, e aprovada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002.

<sup>12</sup> Tendo portanto seus direitos e seu autorreconhecimento amparados ainda pelo artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

As comunidades tradicionais que por via de suas estratégias de resistências conseguem adquirir capital social e cultural para tornar legítima a sua luta, diante dos demais adversários, configuram, no lugar e no tempo, outras práticas, discursos e mudam suas estratégias, por conta das próprias mudanças das práticas materiais, sociais e culturais daqueles que compõem o ambiente. Hoje, em Barcarena, as comunidades tradicionais lutam por garantias legais para seus territórios, sua reprodução individual e coletiva, e essas lutas são legitimadas pela pluralidade jurídica. As comunidades sabem que não são despossuídas de direitos.

### **1.1 Contexto temporal e espacial da pesquisa**

A pesquisa tem como foco de análise, primeiramente, os efeitos do progresso provocado pela política de desenvolvimento do Estado e das indústrias sobre as formas e modos de vida das comunidades tradicionais em torno do rio Murucupi e no Distrito Industrial de Barcarena; em segundo lugar, os processos de afirmação de persistência e existência dessas comunidades tradicionais em seus territórios, compreendendo os deslocamentos praticados aos seus moradores e as suas estratégias de retorno às suas territorialidades. Em terceiro, a visualização das resistências como processos políticos e culturais diferenciados com base em lutas por direitos, o que fez com que fosse construído o desejo de autorreconhecimento nos autoidentificados como quilombolas indígenas e comunidades tradicionais.

Apresenta-se uma proposta de descrição de uma nova história de tempo presente, pois essas comunidades estão resistindo aos processos de exclusão e de aniquilamento provocados pelo desenvolvimentismo. O estudo histórico sociológico dessas comunidades se orienta para compreender as suas estratégias de resistência no conflito socioambiental em que estão inseridas. Aproximadamente, são 40 anos deste conflito que foi inaugurado em Barcarena, narrados pelas vozes subalternizadas, como escreve Spivak (2010).

Barcarena possui comunidades, terras, rios e recursos corrompidos e deteriorados pelas ações descompromissadas e insustentáveis das empresas que estão instaladas no município. E ainda se constitui uma cidade sem lei no que se refere às disputas por territórios e recursos, as empresas não são duramente punidas por seus crimes ambientais e possuem o apoio governamental para fomentar o “desenvolvimento”. Por sua mobilidade, o capital se apossa gradualmente dos

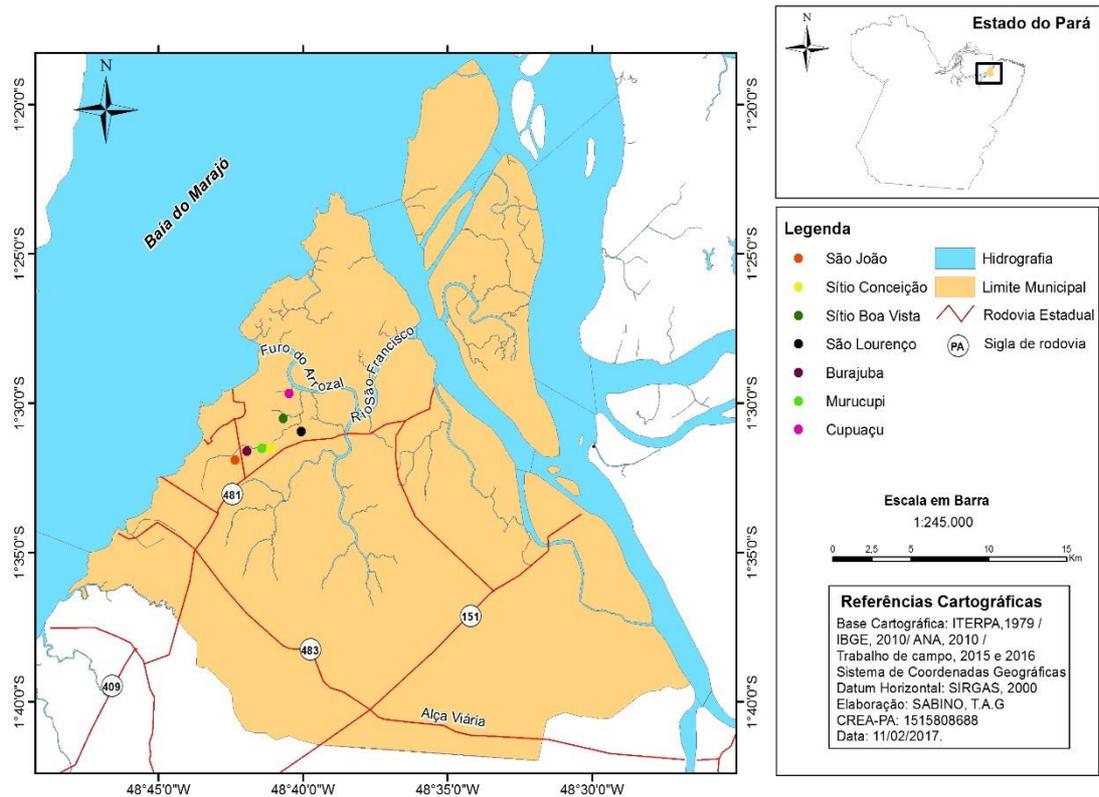
lugares, produzindo uma *divisão* espacial da degradação ambiental e gerando uma crescente coincidência entre a localização de áreas degradadas e de residência de “classes ambientais” dotadas de menor capacidade de se deslocar (ACSELRAD, 2004, p. 37).

Os efeitos da política desenvolvimentista nas comunidades tradicionais de Barcarena no decorrer destas décadas são percebidos a partir das vozes dos sujeitos situantes, os quais foram expropriados e excluídos. As comunidades estudadas pela pesquisa são aquelas que representam a principal resistência ao desenvolvimentismo. São as comunidades tradicionais do Distrito Industrial, (Curupere, Acuí, Canaã, Arienga, Peteca/Pramajó, Dom Manoel, Maricá, Santa Rosa e Bairro Industrial) e as autoidentificadas comunidades quilombolas indígenas do Sítio São João, Sítio Cupuaçu, Sítio Conceição e São Lourenço.

As vozes relativas a estas grandes rupturas na vida dessas comunidades, causadas pelo progresso imposto pela política desenvolvimentista, são repletas de relatos sobre constantes violências provocadas pelos deslocamentos forçados, que as destinam à condição de *refugiados do desenvolvimento* (ALMEIDA, 1996). Em suas narrativas e vozes descrevem a sua história em dois momentos: o antes e o contínuo “depois das empresas”, o que demonstra a percepção de ruptura de suas organizações sociais, econômicas e culturais.

As comunidades estão situadas na Vila dos Cabanos, que seria uma cidade planejada para absorver a população de operários da instalação e operação das empresas. Como afirma Tourinho (1991, p. 74): *A micro-localização do novo núcleo foi fixada em dois platôs, separada pela calha do rio Murucupi, limitadas ao norte e nordeste pela depressão quaternária em direção ao Furo do Arrozal, ao Sul pela ligação viária Barcarena Velha (hoje São Francisco)*. Essas comunidades estão localizadas em torno do rio Murucupi, e sua presença constituiu empecilho aos planejadores urbanos da CODEBAR e às intenções imobiliárias de empresas, prefeitura e SPU.

**Mapa 1-** Comunidades quilombolas indígenas em torno do rio Murucupi



**Fonte:** Produção da Autora.

A instalação do novo núcleo urbano da Vila dos Cabanos alterou a paisagem e a ruralidade das terras em volta do rio Murucupi. Os seus sitiante viram as suas formas de vida e reprodução social completamente desestruturadas. O Estado reorganizava o espaço para adaptá-lo às necessidades das indústrias que chegavam, e as comunidades tradicionais foram deslocadas para outras áreas. Este processo de exclusão é descrito nas vozes dos sitiante quando se referem à imposição violenta do progresso industrial configurada em desemprego, subemprego, contaminação dos rios e igarapés, desmatamento, e em muitos processos de lutas por território e sobrevivência diária dessas comunidades. A partir da liquidação da CODEBAR<sup>13</sup> e dos leilões dos lotes do Núcleo Urbano da Vila dos Cabanos que os sitiante ocupavam e usavam às escondidas, estes montaram estratégias para retornar aos seus territórios.

<sup>13</sup> Decreto nº 6.182, de 3 de agosto de 2007.

São alvo de análise desta pesquisa as comunidades tradicionais presentes no Distrito Industrial, que, no decorrer de 40 anos de instalação do Complexo de Mineração, sofreram processos de exclusão, precarização de formas e modos de vidas com terras reduzidas e poluídas e sucessivos deslocamentos provocados pelas empresas e pela Companhia do Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará (CDI), atualmente denominada Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC). São comunidades que, por meio do reconhecimento de suas especificidades e territorialidades, organizam resistência ao atual processo de deslocamento, como instrumento de permanência ou melhores condições de remanejamento.

As comunidades do Distrito Industrial possuem uma diversidade social e cultural, suas histórias são entrelaçadas por meio de sua tradicionalidade, daqueles nativos da terra e dos que vieram de outros lugares por conta da força midiática e ilusória do progresso. São pescadores, agricultores, extrativistas e também exercem outras funções, conforme os interesses do mercado temporário e informal. Eles persistem em seus territórios em meios às bacias, em volta dos minerodutos e cercados pelos muros protegidos e vigilantes das fábricas. São os primeiros a serem afetados e atingidos pelos rejeitos das empresas mineradoras de caulim, que contaminaram a água dos rios e poços, o solo e o ar (com as fuselagens dos resíduos e pó de coque).

Essas comunidades vivem um momento de incerteza por conta dos acidentes ambientais e da expectativa de um novo deslocamento. Por meio de movimentos sociais, organizaram a formação de um Grupo de Trabalho com objetivo de promover o deslocamento das comunidades afetadas pela poluição no Distrito Industrial. Desde de 2010 são feitos estudos, audiências, debates e negociações a respeito do remanejamento e indenizações dos moradores das comunidades tradicionais.

Estão sendo processados mecanismos de descarte de modo diferenciados de reprodução social, para disponibilizar de mais territórios para o capital. No contexto de ambientalização dos conflitos sociais, o deslocamento constitui

[...] mudanças organizativas ou de critérios de alocação social pelas quais o capitalismo assegura continuidade a seus próprios mecanismos, contribuindo para esvaziar as críticas que lhes são dirigidas. O “deslocamento” assim configurado no movimento de transformação do “confronto em colaboração”, procurando fazer do embate ecológico uma dimensão da “parceria entre sociedade civil e governos” [...]. (ACSELRAD, 2010, p. 107).

Os primeiros contatos com o contexto espacial da pesquisa ocorreram em 2013, quando a Professora Rosa Acevedo Marin estava fazendo um estudo antropológico na Comunidade de São Sebastião do Burajuba. Estive presente no município para fazer os primeiros contatos e entrevistas sobre a vida ribeirinha das comunidades em Barcarena. Todavia, neste período a minha pesquisa de doutorado tinha como análise empírica as comunidades insulares de Abaetetuba e os feitos do complexo minerador nas suas formas de vida e sobrevivência.

Esta ligação com ilhas e comunidades ribeirinhas em meus estudos era presente desde o Mestrado, no qual estudei as políticas de regularização fundiária e reforma agrária nas comunidades insulares no Baixo Tocantins, mais especificamente Abaetetuba, Macapá e Moju. Nas pesquisas de campo e nos estudos teóricos sobre os Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE), a cidade de Abaetetuba tornou-se foco à quantidade elevada de projetos de assentamentos e Termos de Autorização de Uso (TAUS) que o INCRA-SR01(Superintendência do INCRA em Belém) e a SPU “espalhavam” entre suas ilhas.

Na pesquisa de Mestrado, chegou-se à conclusão de que as políticas de regularização fundiária e reforma agrária adotadas nas ilhas serviram para aumentar os índices de reforma do governo Lula e de mecanismos de coligação partidária e manutenção da governabilidade entre os entes federados (MAIA, 2011). Em maio de 2014, participei da elaboração do relatório antropológico das comunidades quilombolas indígenas do Sítio São João, Sítio Conceição, Sítio Cupuaçu/Boa Vista e Comunidade de São Lourenço<sup>14</sup>, sob a coordenação da Professora Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Durante a elaboração dos relatórios, construí a percepção das estratégias de controle, manipulação e submissão usada pela SPU na política de regularização fundiária associada ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Por meio de um Grupo de Trabalho entre SPU, Prefeitura, Governo do Estado e Caixa Econômica, os imóveis imobiliários da União estavam sendo disponibilizados para o projeto de habitação. As associações das comunidades buscavam capturar estas políticas para as suas comunidades e requeriam à SPU a declaração de

---

<sup>14</sup> Colaborei na elaboração dos relatórios antropológicos em 2014 e 2015, período em que foram realizados quatro relatórios: 1. Quilombolas indígenas no sítio São João: formas de resistência no rio Murucupi-Barcarena; 2. Territorialidades Específicas dos Quilombolas Indígenas do Sítio Cupuaçu/Boa Vista; 3. Quilombolas Indígenas do Sítio Conceição: Reivindicações Identitárias e Territoriais. Barcarena-PA. 4. Terra tradicionalmente ocupada de São Lourenço: direitos de descendentes de indígenas Gibrié e de Manoel Joaquim dos Santos. Barcarena-PA.

posseiro de Boa Fé, documento exigido pela caixa para aqueles que não tinham comprovação legal da propriedade da terra. Diante deste contexto de dominação e rupturas, as comunidades quilombolas indígenas de Barcarena tornaram-se o objeto de minha análise, como um instrumento de resistência ao projeto de desenvolvimento, o qual foi imposto na década de 1970, mas que se perpetua diariamente pelas práticas autoritárias e destruidoras de formas diferenciadas de vida com a imposição de políticas aniquiladoras e excludentes.

Por meio do trabalho de campo observei, com maior ou menor exatidão, a dinâmica espacial, territorial, social e cultural do município, a conjugação de sujeitos que construíam a percepção dos seus adversários neste contexto de conflito e até mesmo a percepção contextual do conflito socioambiental, quando em suas narrativas questionavam e argumentavam que não foi este o desenvolvimento proposto a eles na época em que seus avós e pais foram deslocados dos seus sítios. Transformaram-se em objeto de estudo de minha pesquisa, pois curiosamente esses sujeitos me faziam revelar que estão processando os seus direitos, os quais foram retirados na época da instalação do complexo de Mineração.

No trabalho de campo pela Vila dos Cabanos e Distrito industrial, as narrativas orais de seus moradores ressaltavam a sua tradicionalidade, reforçada pela ideia de pertencimento ao sítio. As falas dos mais velhos eram absorvidas e apropriadas pelos mais novos, mesmo por aqueles que não viveram a fase do sítio quando era dos seus avós. Nas comunidades quilombolas indígenas, o discurso era para ficar no lugar, retornar e permanecer. Nas comunidades do Distrito Industrial, esse argumento é usado por quem quer respeito daqueles que contaminam seus igarapés e rios, expulsam-nos e se apropriam de seus territórios, impedindo-os de usufruir dos recursos naturais.

Essas comunidades tradicionais vivem o dilema de conflito socioambiental e buscam por meio da pluralidade jurídica nos MPF e MPE ações que garantam o reconhecimento de territorialidades específicas, para permanecer ou para se fortalecer nos processos de deslocamentos organizados pelo Estado e pelas empresas. O momento desta maturidade e mobilização política se manifesta nas comunidades de Vila dos Cabanos com as novas tentativas de desterritorialização movidas pela CODEBAR na fase de liquidação, enquanto no Distrito o aprendizado se dá em decorrência dos sucessivos deslocamentos e crimes ambientais que sofreram. A maioria (que manifesta o desejo de sair da comunidade) resolveu tomar

a decisão de exigir do MPF, MPE, CODEC, COHAB, MMA solução para o remanejamento das comunidades do Distrito afetadas pela contaminação do complexo mineral portuário de Barcarena.

## 1.2 Procedimentos metodológicos

Pensar procedimentos de pesquisa significa pormenorizar estratégias, dificuldades, limites, achados. Por isso, é necessário romper com os dualismos entre pesquisa qualitativa<sup>15</sup> e quantitativa, das formalidades da observação dita participante e estar mais atento às práticas e relações sociais de pesquisa. Foram estes procedimentos que se tentou aplicar no presente trabalho, que tem como objeto de estudo as comunidades tradicionais as quais, por meio de territorialidades específicas, organizam resistências ao projeto de desenvolvimento adotado em Barcarena em contexto diferenciado. O estudo inicia com os processos de deslocamentos de comunidades de sítios deslocadas pela CODEBAR e CDI nas décadas de 70 e 80, e se estende até aos momentos atuais de deslocamento, expropriação e tentativas de aniquilamento e retorno às territorialidades específicas. E neste processo que tais comunidades tradicionais se autodefinem como quilombola indígena.

As teorias de resistência de James Scott e a abordagem teórica com base nos estudos pós-coloniais serão usadas na análise das narrativas dos deslocados na década de 1980, captadas nas entrevistas feitas entre 1986 e 1988, e nas narrativas da ação de retorno dos quilombolas indígenas em torno do rio Murucupi. A insistência e a existência das comunidades tradicionais do Distrito Industrial foram analisadas nas entrevistas feitas em trabalho de campo no período de 2014 a 2015. A partir dessas narrativas de resistência, será elaborada uma pesquisa de caráter histórica e sociológica sobre as comunidades tradicionais, que, apesar de “atropeladas” pelo progresso industrial, persistem e lutam por territorialidades específicas.

Por conta dos Relatórios Antropológicos, participei das oficinas de cartografia, as quais foram elaboradas pelas comunidades quilombolas indígenas, que apresentaram os croquis da comunidade do período de antes e depois do complexo

---

<sup>15</sup>A pesquisa qualitativa é construída a partir da compreensão e interpretação de seu objeto, que busca a subjetividade das relações e das interações que o compõem. Permite a interpretação da realidade a partir da interação entre o objeto de pesquisa e o pesquisador. A percepção do objeto como algo dinâmico e interacionista, não como algo intacto e acabado. Está baseada na concepção de que são essas interações que compõem a sua essência.

de mineração e da CODEBAR. As oficinas, os croquis e seus relatos descritivos foram muito reveladores para reconstruir a paisagem do sítio.

Pode-se dizer que as comunidades foram ignoradas pela CODEBAR, que, por meio dos tratores, asfaltos, abertura de ruas, aterramento de igarapés e todo o processo de reorganização do espaço, transformou a realidade ribeirinha no Murucupi. Estão nas memórias dos quilombolas indígenas os sítios dos seus pais e avós, os sítios vizinhos, onde viviam e o que representava aquela época à comunidade. Neste conflito provocado pelo progresso, percebemos uma guerra dos mapas. Por um lado, uma realidade ribeirinha em torno dos sítios (ou daquilo que resta deles) e do outro lado uma vila urbana, a qual foi imposta pela CODEBAR/SPU. As quadras, setores, polígonos e ruas invadiram os sítios e destruíram os rios e igarapés.

Na época da liquidação da CODEBAR, foram feitos os relatórios sobre o patrimônio mobiliário e imobiliário da instituição. O Exército Brasileiro (o Segundo Batalhão de Engenharia, Oitavo Batalhão de Engenharia de Construção) foi quem fez o levantamento e o desenho cartográfico das áreas pertencentes à CODEBAR. Todos os bairros, quadras, ruas e rios foram calculados, e as coordenadas geográficas, os mapas e os memoriais de quadra foram feitos. As terras ocupadas pelas comunidades tradicionais não são visualizadas nestas plantas e mapas. Elas são denominadas de invasões ou terras pertencentes à União e negociáveis pela SPU.

Nas oficinas de cartografia, os quilombolas indígenas elaboram os mapas e neles projetam as suas origens, sua cultura e identidade, afirmando que são sujeitos do território e que sobre ele possuem direitos. Este mapeamento social é a humanização dos mapas, uma construção coletiva com participação dos sujeitos e das institucionalidades locais, onde são retratados os conflitos, as disputas, a organização do social, relações de trabalho e manifestações simbólicas e culturais.

Nos croquis das comunidades quilombolas indígenas, descrevem-se as territorialidades específicas que nunca foram processadas pelos mapas oficiais da CODEBAR/SPU. Os técnicos e militares do exército dividiram a Vila dos Cabanos em quadrados e polígonos enumerados, de maneira uniforme e padronizada. As comunidades que não se viam no mapa foram desconsideradas. No entanto, no momento da construção e elaboração dos croquis e no mapeamento social, elas afirmam que fazem parte da história do lugar.

O Mapeamento social é um ato político de afirmação de direitos e de construção de um mapa situacional (FARIAS JUNIOR, 2010) que retrata as relações sociais, culturais e econômicas das comunidades nas territorialidades. No contexto do conflito socioambiental, é um instrumento de resistência e de mobilização usado por quilombolas indígenas considerados à margem da cena política, no qual são materializadas as suas lutas e as suas reivindicações frente aos modelos e mapas oficiais.

No Sítio São João, as unidades familiares estão expostas ao rio contaminado pela ALUNORTE/HYDRO, aos pântanos provocados pela construção dos Lagos do CLUBE 1, à infertilidade e empobrecimento do solo, às carretas de soja que passam na estrada em frente, danificando a rua de acesso ao sítio, e à presença de invasões no território. No entanto mostram as criações e plantações que desenvolvem em seus sítios, mesmo com todas as dificuldades que enfrentam.

O Sítio Cupuaçu/Boa Vista retrata, neste espaço relacional, um constante clima de disputa por terras com a SPU e os desmatamentos incentivados por agentes políticos e econômicos interessados pelo território do Cupuaçu, que são retratados nas relações sociais e econômicas, com a presença das roças clandestinas, os fornos de farinha e carvão. Nos croquis, o espaço está sempre em construção, pois as relações sociais são dinâmicas, e a luta pela permanência no território é diária.

O Sítio Conceição mostra a sua história de luta com a CODEBAR/SPU para continuar no território, enfrentando uma guerra de mapas e limites em um processo de reintegração de posse. É visualizada a presença do quartel e da violência que os sitiante sofrem quando são impedidos de entrar nas terras, as quais dão acesso ao rio Murucupi. Neste espaço social, apesar de degradado e urbanizado, praticam suas roças, fazem criações de animais e pescam.

O histórico de invasões é presente nos croquis de São Lourenço, os quais narram um tempo sem a presença do Bairro do Laranjal e das ações invasoras da CODEBAR. A época do São Lourenço era somente dos filhos e netos do Senhor Manoel dos Santos. No croqui atual, os quilombolas mostram como a territorialidade está sofrendo ameaça diária, com as invasões, com a construção de prédios da prefeitura. E também eles afirmam as suas relações sociais e econômicas, mostrando as suas roças, os fornos de carvão e farinha e as poucas áreas que restam de uso comum.

Para a construção desta pesquisa foram realizados trabalho de campo nas comunidades quilombolas indígenas e comunidades tradicionais do Distrito Industrial, de forma intensa, no período de maio, junho e agosto de 2014. Foram feitas entrevistas e observações que valeram para o entendimento da reprodução cultural e social do passado e do presente, fato que interagem e misturam em suas narrativas orais<sup>16</sup>. Construí a percepção do pertencimento dos moradores pelo seu lugar, pela família e pelo sítio.

No trabalho de campo no Distrito Industrial procurei entender as resistências dos moradores do Acuí, Curuperé e Ilha São João, que são vitimizados pela desigualdade ambiental de forma mais latente, pois são violentamente agredidos pelas mazelas do desenvolvimento, nas contaminações dos rios. Em D. Manoel, o conflito se revela na sua pequena rua de acesso à comunidade, a qual é estreita e fica entre dois muros (da Imerys Capim Culim S.A e da Buritirama). A maioria das casas está abandonada e por cima dos telhados e folhas das árvores se vê o pó preto de coque de petróleo, o rejeito da empresa TECOP. Diante deste contexto, estão as razões da articulação das comunidades para saída de seus territórios.

Retomei o trabalho de campo em 2015 com o objetivo de entender a interação e a conexão das histórias reveladoras dos deslocados pela CODEBAR, no início da década de 1980. Estive no bairro do Laranjal, no Pioneiro e São Francisco procurando as pessoas que estavam na lista dos deslocados pela CODEBAR contida em uma relação manuscrita datada de 11 de outubro de 1988 feita por Álvaro Kzan, chefe da Assessoria Jurídica da CODEBAR, a qual foi disponibilizada para minha pesquisa por meio da Professora Edila Arnaud Ferreira Moura. Encontrei alguns dos seus parentes no Laranjal, mas encontrei muito mais nas comunidades quilombolas indígenas, pois haviam retornado entre 2007 e 2009, outros na comunidade tradicional do Boa Vista, os quais nem saíram do sítio de forma efetiva. Para todos os efeitos, na percepção da CODEBAR eram moradores do Laranjal, mas continuavam mantendo as suas famílias com trabalho nos seus sítios. Neste momento, construí o entendimento das estratégias de resistências, de permanência e de retorno das territorialidades específicas dos quilombolas indígenas e da comunidade do Boa Vista.

Nos dias 30 e 31 de agosto de 2014, realizou-se um Curso de Convenção 169 da OIT sob a minha coordenação, pesquisadora Rosane de Oliveira Martins Maia, e

---

<sup>16</sup> Ver quadro de entrevistados no Anexo A.

ministrado pelo advogado Danilo da Conceição Serejo, no qual foi dada uma atenção especial aos conteúdos informados e mostrada a relevância de cada um dos dispositivos apresentados para a defesa dos direitos territoriais e étnicos dos quilombolas. Ao final do curso os participantes estabeleceram um compromisso de dar continuidade à discussão do conteúdo do curso na comunidade. Participei da Oficina 01- Deslocamentos, mobilidades e migrações no complexo portuário industrial em Barcarena<sup>17</sup>, na qual as lideranças e moradores fizeram apresentações reveladoras sobre os deslocamentos e as consequências dos crimes ambientais das empresas no Distrito Industrial.

Participei também de 11 audiências dos quilombolas indígenas no Ministério Público Federal, nas quais procurei ouvir os relatos sobre as ações coletivas e procedimentos inseridos nos processos que moviam contra a União. Estive presente quando exigiram e cobraram as ações mais pontuais do MPF, no momento de transição da representação da 6ª Câmara – populações indígenas e comunidades tradicionais – do Procurador Felício de Araújo Pontes Junior para o Procurador Patrick Menezes Colares.

Foram feitas entrevistas com ex-funcionários da CODEBAR, com o Diretor Técnico da CDI e com o procurador Felício Pontes Junior, do MPF. Não consegui obter muitas informações na SPU, somente foi autorizado o acesso aos mapas do ITERPA inseridos na Tese e algumas certidões de imóveis de sítiantes transferindo os seus sítios para a CDI. Por meio de ofícios protocolados em 23 de junho de 2014 e em 19 de maio de 2016, busquei os arquivos da empresa CODEBAR, os quais estão em posse da SPU. Não obtive sucesso nas respostas dos gestores, que afirmaram não haver funcionários para acompanhar os meus estudos nos documentos, e estes registros ainda estavam sendo organizados porque havia muitas invasões de terras em Barcarena. Essas foram as razões pelas quais não tive êxito ao acesso dos arquivos da CODEBAR que estão sob posse da SPU.

Os documentos da fase de liquidação da CODEBAR, fotos das manifestações e ações de resistência, gravações de audiências públicas e do Grupo de Trabalho (GT) de regularização fundiária foram disponibilizados do acervo dos quilombolas, e os panfletos, documentos de divulgação e atas foram cedidos pelas lideranças do Curuperé e pelo senhor Petronilo Progênio Alves. Organizamos com as comunidades

---

<sup>17</sup> Como parte da programação do Seminário Carajás 30 anos – Resistência e mobilização frente a projetos de desenvolvimento, realizado no período de 09 a 11 de abril de 2014.

tradicionais quilombolas indígenas o I Seminário Comunidades Tradicionais Quilombolas Indígenas Barcarena-PA, no dia 05 de maio de 2016, com a participação de 89 pessoas, pertencentes às comunidades de São Lourenço, Burajuba, Boa Vista, Maricá, Ilha Trambioca, Curuperé, Acuí, Sítio São João, Sítio Conceição, Sítio Cupuaçu/Boa Vista, Nova Vida e Murucupi. E também pessoas do Bom Futuro, Vila dos Cabanos e Luz Divina, os quais são bairros e localidades que não se reconhecem como tradicionais.

A tese está composta por quatro capítulos com a intenção de analisar a construção a resistências das comunidades tradicionais de Barcarena em suas territorialidades específicas. No capítulo I, são analisadas as territorialidades específicas antes da presença do complexo de mineração. Inicia a análise com o processo de territorialização de indígenas e unidades sociais formadas por quilombolas que foram usurpadas e expropriadas pela igreja, e posteriormente repassadas como domínio territorial para a CDI e CODEBAR. Neste capítulo também são descritos e analisados a vida dos sítios e o modo de viver dos sitiantes antes da presença da indústria e das instituições do "desenvolvimento".

A imposição do projeto de desenvolvimento e seus mecanismos de destruição das organizações sociais, culturais e econômicas dos sítios em torno dos rios e igarapés é descrita e analisada no capítulo II. Neste capítulo, analisamos como os sujeitos sitiante foram arrastados pela onda do progresso e iludidos pela promessa de desenvolvimento. São expostos os sucessivos deslocamentos a que foram submetidas as comunidades tradicionais pela CODEBAR e CDI, bem como as rupturas e as mudanças decorrentes desses atos violentos.

O Capítulo III trata da fundamentação teórica e do arcabouço legal do projeto de desenvolvimento da ditadura militar criado, e como este foi representado na Amazônia, especialmente em Barcarena. Esta análise tem como finalidade construir a percepção de que, apesar de quase meio século de projetos desenvolvimentistas de integração nacional, os seus fundamentos ainda estão baseados na espoliação da Amazônia, e na livre e desenfreada disponibilidade de seus recursos às transnacionais. Estão presentes nos projetos políticos acordos e concessões econômicas envolvendo as empresas mineradoras.

No último capítulo da tese, são analisados o cenário de conflito socioambiental e as mobilizações das comunidades tradicionais. Retrata a construção da ambientalização dos conflitos em Barcarena e as práticas violentas de imposição dos

interesses da empresa por conta do desenvolvimentismo. Nele, são apontados o abandono e o desrespeito em relação às comunidades tradicionais, que persistem em lutar por suas territorialidades específicas, a fim de reconhecimento de direitos de permanecer no seu lugar ou até mesmo de sair dele.

## **2 A EXISTÊNCIA DE TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS EM BARCARENA**

A literatura sobre os extensos domínios territoriais da igreja no Pará apresenta lacunas e repetições por força dos dados que operam ocultamentos de situações e de padrões explicativos defasados. Encarar esses problemas pode resultar em pesquisas de realidades específicas. Diversas entrevistas com as comunidades tradicionais de Barcarena permitiram situar esses domínios, as relações e tensões que se renovaram quando ocorreu a instalação do projeto de mineração. As formas de territorialização dos grupos – indígenas que abandonaram a aldeia, os quilombolas, os pescadores e os extrativistas - formaram sítios e comunidades tradicionais em Barcarena, cuja existência é reconhecida nas narrativas.

Neste capítulo registram-se observações sobre as territorialidades específicas de Barcarena antes da irrupção do mundo industrial a partir da leitura atenciosa de narrativas que informam sobre as “delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados” que “resultaram de diferentes processos de territorialização que delimitam dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território” (ALMEIDA, 2008, p. 9).

### **2.1 Atuação da igreja no controle e transferência de terras para a CODEBAR**

Desde a segunda metade do século XVIII conferia-se o aldeamento e a organização econômica realizados pelos missionários da Companhia de Jesus na conhecida Missão Gebirié. A partir da ruptura dessa organização e das relações sociais e políticas estabelecidas, descortinam-se outros processos sociais de territorialização de indígenas e de unidades sociais formadas por quilombolas.

O Jornal O Liberal do Pará, de 11 de junho de 1875, em uma notícia sobre a freguesia de Conde, informa a respeito do poder da Igreja no controle de terras e os seus recursos em Barcarena. A narrativa é sobre uma situação de conflito que envolveu um sitiante chamado Victorio José Gomes Ribeiro, que havia plantado 500 pés de café. É possível perceber nessa informação a evidência do poder autoritário da Igreja na freguesia de Conde, assim como a dificuldade do direito de propriedade da terra. Nessa notícia (JORNAL O LIBERAL DO PARÁ, 1875, não paginado) são informados os atos do subdelegado Bernandino Antonio da Silva que articulado ao

Padre Rocha, ameaçava realizar o recrutamento do senhor Victorio Jose Gomes Ribeiro, visto que este os denunciou por crime de dano, devido a destruição de seu o cafezal.

A igreja manteve intactas as relações de pagamento do “dízimo” pela utilização das terras para cultivo até a década de setenta. Na entrevista feita no dia 20 de fevereiro de 2014 com as senhoras Maria dos Anjos e Cleunice Monteiro, da comunidade do Acuí, em Conde, elas lembram que seus pais e avós pagavam taxas para a Igreja pela posse das terras dos sítios, antes da presença da Companhia do Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará (CDI) e das empresas mineradoras. Em suas narrações, é possível perceber o poder dos padres na comunidade, principalmente no momento da expropriação feita pelo Estado, e apontam as transações de terras:

- P. Dona Maria, a senhora falou do indígena aqui
- Aqui era aquele indígena o, o meu Deus eu esqueci agora
  - Tu sabes?
  - Mutigura?
- P. Qual?
- Mutigura, era isso mesmo
- P. Era toda essa área né?
- Toda essa área, até
- P. Até Conde né?
- Até Conde, de primeiro o nome da Vila do Conde era Mutigura, abraçava tudinho aqui, quando eu me entendi que a gente ia na, nas festa em Conde essa Vila essa igreja aí era muito rica tinha um, um, como é que a gente chama, um coisa grande que eles tinham aí dentro dessa igreja
  - Essa parte eu ainda lembro
  - A gente, os, os velho eles abriram um baú, eles abriram assim tinha cacho de ouro, tinha cacho de banana de ouro.
- P. A senhora viu?
- Eu vi, eu conto porque eu vi
  - É, tinha tudo dentro daquilo, olha depois que chegou um padre aí que era padre Carlos, desse padre Carlos pa, pa frente eles foram acabando com a riqueza do Conde, lembra daquele arraiá que tinha aqui na frente, tinha aqui na frente, lá tinha lugar que tinha ouro e hoje em dia não tem mais, porque que essas empresas tão tudo aqui, por causa da riqueza que tem aqui
  - Eu lembro que foi ele que vendeu esse nosso lugar aqui
- P. O padre?
- O padre, eu tenho uma cunhada que é mãe desses menino que moram aí no, no outro lado aí do, no torre, ela diz que ela não gosta de padre porque foi o padre que vendeu o nosso lugar
  - \_ Eles que venderem tudo aí, nós acredita assim porque nós, quem que haverá de saber tudo que a gente tinha aqui, é os padre, os padre vinho tinha o, o lugar deles dormirem lá na sacristia aí dormiam lá tudinho, tinha o, o divino espírito santo, o pombinho dele era só ouro, era ouro, ouro que, gostava de ver
- [...]
- P. Pagava imposto pra igreja?
- M. Aqui era pra igreja
- C. Pagava, eles pagavam.
- M. Era, pagava o, meu Deus
- P. Ah, o dízimo não, não era o dízimo?

M. Não, não era não, é  
 C. Não, não era isso, e sabe como era isso, dona Maria, a senhora sabe quem já me contou essa história, a tia Florença que é a tia Fuluca lá e a tia Florença ela ainda tem, isso aí é o, vamo supor aqui nunca teve ainda, aqui não tem, aqui não tem título definitivo a área de terra  
 M. Não, não tem,  
 C. Então, no passado aí como o padre viu que aqui não, ninguém tinha escrito, os seus terreno não era, não são escriturados  
 M. É, é isso mesmo  
 C. Não tem escritura pública, então o padre viu isso aí, aí os padre pegaram eles mesmo redigiram uma documentação por dentro da igreja católica e todos os colonos que moravam aqui, todos, todos dessa área do Arienga até a área que ia, foi pra Obras  
 C. Até a área que foi pra Obras, eles pagavam um, uma documentação diária de terra pra igreja católica na Vila do Conde com o nome João Batista, né dona Maria?  
 M. Era, era  
 C. João Batista, do mesmo nome do santo que é  
 [...]  
 P. Aí vocês pagavam por tá usando a terra da igreja?  
 M. Era  
 [...]  
 P. A senhora tem esse carnê?  
 - Eu não tenho, eu não tenho porque nesse tempo era os meus pais que pagavam né [...]  
 M. É isso aí, olha eles tomaram conta de tudo aí, tava tudo na mão dos sabidão que era os padre, ah porque eles são padre então não enganam ninguém, sim um bora, coloca tudo na mão deles, venderam tudinho aí e agora o  
 P. Quem é o dono?  
 M. Quem é o dono agora, é a dona Usipar, aí a dona Obras, a CDI. (informação verbal).

Esta narrativa faz um breve histórico da situação da imposição do poder fundiário da Igreja até a situação de apropriação das terras pelo Estado e pelas empresas. Expõe as memórias do presente dessas comunidades tradicionais de Barcarena, no tempo em que a influência e a presença da Igreja eram sempre mencionadas por eles, até mesmo relacionando-as ao momento do processo de expropriação organizado pela CDI e Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR). Os padres são apontados como aqueles que negociaram diretamente com os órgãos governamentais. De parte das entrevistadas surgem dúvidas a propósito da honestidade destas transações, sem existir agente de intermediações. A Igreja negou qualquer direito aos sitiantes, assumindo a posição de proprietária das terras.

A história da posse e propriedade das terras narradas pelas senhoras Maria dos Anjos e Cleunice Monteiro é retificada em Certidão<sup>18</sup> com data de 04 de novembro

<sup>18</sup> Documento cedido pela Secretaria do Patrimônio da União, que tem sob seus cuidados os documentos e arquivo da CODEBAR.

de 1969, que confirma a posse da igreja Prelazia de Abaeté de Tocantins sobre o território pertencente à Irmandade de S. Francisco da Freguesia de Barcarena<sup>19</sup>.

Neste documento estão contidas as seguintes informações:

O Livro de Registro de Título de Legitimação de posse, de nº 8, fls de nº 46, datado de 15 de setembro de 1892, sita no lugar, denominado Irmandade de S. Francisco da Freguesia de Barcarena, districto do mesmo nome, Município da Capital, pertencente a mesma irmandade, a qual a posse pela referida medição reconheceu-se achar-se nas seguintes condições: Affecta a forma de um polygono irregular tendo para perimetro 21010,70ms, abrangendo a área de 632 hectares, 58 ares e 98 centiares. Limita-se ao norte com **terras de S. Lourenço**, pertencentes a Manoel J. M. Santos[...]. A oeste com a terra da **Irmandade São João**, pertencente ao distrito de Conde [...]. Ao sul com o rio Barcarena. A leste com o rio (nome ilegível). (informação verbal).

Na especificação trata-se da propriedade do imóvel conhecido como “*Patrimônio de São João Batista do Conde*” que pertencia à Prelazia de Abaeté do Tocantins. Esta certidão foi expedida pelo 1º Ofício de Registro de Imóveis, Livro Nº 2-D Registro Geral- Belém do Pará, pelo Oficial Cleto M. de Moura. Tais terras são assim especificadas pelo documento:

IMÓVEL- Terras devolutas do Estado do Pará, localizada no município de Barcarena, que constitui o imóvel conhecido como “*Patrimônio de São João Batista do Conde*” com uma área total de 4. 356ha. Limitando pela frente com a Baía do Marajó, de um lado com as terras da Freguesia de São Miguel de Beja (pelo rio Uraenga), de outro com a posse de Felipe Angélico de Souza seus herdeiros ou sucessores e pelos fundos com a cabeceira do Rio Uraenga; contendo construções, casas, cercas, roçados, plantações e outra benfeitorias, além de mata e florestas [...], de posse e presunção de domínio da PRELAZIA DE ABAETÊ DO TOCANTINS, com sede e foro na Comarca de Abaetetuba-Pa [...] cuja a posse, mantida regular e publicamente, de fato e de direito, sem nenhuma contestação, foi concedida e outorgada pelo estado do Pará, através do título de posse datado de 23=DEZ=1905, conferido na forma da Lei 82, de 15=SET=1892 [...]. (informação verbal).

A prelazia de Abaeté do Tocantins vende o imóvel, por meio de desapropriação amigável, por um valor de Cr\$ 1. 829.520,00 à CDI-Pará. O documento<sup>20</sup> afirma que em 25 de abril de 1977, por meio de um Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e da lei Estadual nº 4686, de 17 de dezembro de 1976, foi realizada, por via amigável, a desapropriação da posse e presunção de domínio deste imóvel (referindo-se ao Patrimônio de São João Batista de Conde), em cumprimento ao Decreto Estadual nº 10064 de 25 de abril de 1977, sendo adquirente e expropriante:

<sup>19</sup> Em 1758, passou à posição de Freguesia de São Francisco Xavier de Barcarena. Barcarena e Murucupi são dois distritos do município de Barcarena que em 1943 que pela lei estadual nº 494 de 1897 havia sido desmembrado do município de Belém.

<sup>20</sup> Certidão de Imóvel datada de 25 de junho de 1977.

Companhia de Administração de Áreas e Distritos Industriais do Pará - CDI-Pará e expropriada : Prelazia de Abaeté do Tocantins. Neste documento ainda consta:

[...] ficando acordado que, a área sobre a qual incide esta desapropriação, deverão ser excluídas a Igreja de São João Batista de Conde, o respectivo terreno sobre a qual a mesma está editada e mais 25 hectares em terras ou áreas descontínuas, que serão destinadas em obras religiosas e sociais da Expropriada [...]. (informação verbal).

Essas terras foram incorporadas ao domínio do Estado do Pará como patrimônio societário da CDI-Pará em 16 de agosto de 1977. Em 12 de setembro de 1977 houve a *re-ratificação* na substituição do ato de desapropriação amigável pelo ato de venda e compra. A CDI-Pará passa à condição de adquirente e compradora, e a Prelazia de Abaeté do Tocantins é qualificada como vendedora.

Nas entrevistas com técnicos de operação da CDI<sup>21</sup>, é descrito como se deu este processo de desapropriação amigável e como seria ocupada esta terra que era tradicionalmente ocupada por várias comunidades:

[...] nós compramos aqueles seis mil hectares, a gente pagou para prelazia uma certa quantia, era quatro, eu lembro era quatro mais a quantidade de zero eu não me lembro. [...] então compramos seis mil hectares pelo aquele valor, com todos aqueles posseiros dentro. As pessoas que tavam dentro da área, que tinham até um contrato de arrendamento pago por ano para prelazia. [...] sabe como é a gente comprava a área mas tinha que pagar os posseiros que por ventura se encontrava na área. [...] a benfeitoria dos posseiros a gente mesmo indenizava, transportava, ficava pressionando pra ele sair logo. (informação verbal).

A partir de então os moradores de comunidades tradicionais do Curuperé, Acuí, D. Manoel e Montanha foram deslocados e desapropriados pela CDI, com processos violentos de expropriação, exclusão e indenização. A situação de insegurança e expropriação destas comunidades não foi visualizada nesta transação, e a Prelazia de Abaeté de Tocantins não compartilhou essas informações aos “posseiros” da Freguesia de São João Batista de Conde.

---

<sup>21</sup> Em 28 de setembro de 1988.

## 2.2 Os rios e as terras de São Francisco de Barcarena e São Batista de Mortigura (Conde) no Registro de Terras de 1907

No Índice Geral dos Registros de Terras, organizado por Muniz (1907), afirma-se que os registros eram feitos pelos vigários das diversas freguesias e consistia em declarações de posse, apresentadas pelo posseiro, indicando a extensão e os limites dos terrenos ocupados. Em virtude da lei de n. 601 de 1850<sup>22</sup> e do decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854<sup>23</sup>, foram registradas no Pará 22.611 declarações. Destas havia na freguesia de Barcarena 130 posses de terras registradas, e em Beja e Conde há o registro de 233 terrenos.

Durante o Império, com a Lei de terras de 1850, houve a regularização das propriedades rurais, o que fundamenta o trabalho realizado por Palma Muniz. Ocorre a extinção dos antigos aldeamentos indígenas e a incorporação de seu território à comarca e municípios. Por meio da demarcação e distribuição de lotes, fazendeiros e pequenos agricultores consolidaram o controle de grandes parcelas das terras. Esta demarcação e a distribuição de lotes se aproximam do que Oliveira (1998) nomeia de política assimilacionista, a qual constitui uma maneira de provocar “mistura”.

[...] Antes do final do século XIX já não se falava mais em povos e culturas indígenas no Nordeste. Destituídos de seus antigos territórios, não são mais reconhecidos como coletividades, mas referidos individualmente como “remanescentes” ou “descendentes”. São os “*índios misturados*” de que falam as autoridades, a população regional e eles próprios, os registros de suas festas e crenças sendo realizados sob o título de “tradições populares” (OLIVEIRA, 1998, p. 58).

No Quadro de Registro de Posse e Propriedade, feito no Estado do Pará, no período de 1892 a 1904, o município de Belém possuía 874 registros de posse e 459 registros de propriedade. No Índice Geral dos Registros de Terras, organizado por Muniz (1906, p. 7- 63), estão discriminados os registros correspondentes aos distritos de Barcarena e Conde, visualizados na tabela 1.

Os nomes dos registros de terras contidos na tabela 1 foram apurados a partir da discriminação dos distritos e das denominações dos rios e igarapés presentes nos dois distritos do município, conforme as referências de Antônio Ladislau Monteiro Baena (2004) e de Quirino Fernandes (1946). Assim podemos citar 101 posses de terras, cuja localização é discriminada em 48 casos e situadas dentro do distrito de

---

<sup>22</sup> Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

<sup>23</sup> Manda executar a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. O decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854, determinava a execução da Lei de terras de 1850, com um Regulamento sobre a Repartição.

Barcarena, 19 em Conde, 2 de Aycaraú, 3 de Cumaru, 3 de ilhas das Onças, 3 da ilha Trambioca e as demais 23 com denominação de localidades diversas.

Tabela 1- Registro de posse de terras referente aos distritos de Barcarena e Conde entre 1892 e 1906

	NOME	DADOS DO REGISTRO	LOCALIDADE	RIO	IGARAPÉ	DATA
1	Acácio Antonio da Costa	fls 13 Livro V	Cumarú	Aycaraú		10.10.1894
2	Agostinho Pereira de Noronha Nobre	fls 48 Livro V	Boa Vista	Barcarena		26.10.1894
3	Antonia Maira da Silva	fls74 Livro V	Barcarena	Atituba	Murucupy	6.12.1897
4	Antonio Cypriano da Silva	fls 29 Livro V	Barcarena		Quariju	28.11.1893
5	Antonio Francisco dos Santos Quaresma	fls 19 Livro V	Barcarena	Mucuruça		24.3.1903
6	Antonio Joaquim de Almeida Viana	fls 55 Livro V	Barcarena	Mucuruça		6.05.1892
7	Antonio Pinheiro da Silva	fls11 Livro IV	Boa Vista/Conde	Murucupy		31.12.1898
8	Aprigio José de Sant`Anna	fls 36 Livro I	Esperança	Murucupy		28.02.1900
9	Baltazar Hypólito do Valle	fls. 69 Livro V	Santa Rita	Aycaraú		13.04.1895
10	Belchior Antonio Duarte	fls 47 Livro V		Mucuruça	Araticu	2.9.1892
11	Bento José da Silva	fls 5 Livro V	Aycaraú	Aycaraú		18.10.1893
12	Dionisio Gomes do Amaral	fls 78 Livro V	Aycaraú			15.06.1894
13	Felippe Angélico	fls 3 Livro IV	São Felipe/Conde			17.8.1893
14	Francisco Antonio Freire de Almeida	fls 20 Livro V	Nazareth/Barcarena			12.11.1892
15	Francisco D`Eça Costa Falcão e outros	fls 33 Livro V	Sant`Anna	Barcarena, margem direita		7.11.1892
16	Francisco D`Eça Costa Falcão	fls 34 Livro V		Barcarena	Tinga	7.11.1892
17	Francisco Esmerilo da Silva	fls 15 Livro V	Pedreira	Aycaraú, margem direita		10.10.1894
18	Francisco Manoel Pimentel	fls 39 Livro V	Barcarena	Mucuruça, margem direita.		24.09.1882
19	Fortunato Alves de Souza	fls 72 Livro V	Paranaguá	Aycaraú, margem esquerda		30.08.1894
20	Fortunato Alves de Souza	fls 28 Livro IX	Itapuá/Barcarena			29.01.1895

21	Guilherme Marques da Cruz	fls 35 Livro I	Santa Cruz/Conde			27.1. 1899
22	Gregorio Alves da Cunha e sua mulher	fls 64 Livro V	Barcarena	Guajará		23.7.1894
23	Geraldo Fernandes da Costa	fls 1 Livro V	Freguesia do Arrozal/Barcarena			15.2.1898
24	Galdino José da Silva	fls 89 Livro V	Barcarena	Taua		9.7.1892
25	Geralda Maria da Conceição Botelho	fls46 Livro V	Barcarena		Turuy	6.7.1892
26	Horácio Praxedes de Góes	fls 62 Livro V	Barcarena	Tapuranga		31.7.1893
27	Ignácio P. da C. Teixeira e Irmãos	fls 85 Livro V	Sítio Conceição/ Barcarena	Bacharela		7.7.1896
28	Ignez Maria de Oliveira	fls 16 Livro V	S. Bendito/ Barcarena	Turuy		2.12.1897
29	João A. do Espírito Santo Cardoso	fls 11 Livro I	Ilha das Onças/Barcarena			9.3.1893
30	João Felipe M. do Carmo	fls 6 Livro I	Ilha das Onças	Carnapijó		28.2.1893
31	Jose da Cunha Valente	fls 2 Livro X	Boa Vista/ Conde			5.10.1900
32	Jose Bonifácio de Oliveira e Herdeiros	fls 15 Livro IV	Santos Reis/Conde			30.12.1889
33	Jose Celestino da Silva	fls 10 Livro IV	Nazareth/Conde	Murucupy		31.12.1898
34	Joventino Baptista de Moraes	fls 2 Livro IV	Bom Intento/Conde			17.7.1893
35	João Antonio Clemente Malcher	fls 28 Livro V	Ilha das Onças/Barcarena			4.11.1892
36	João Antonio Pinheiro e Outros	fls 15 Livro V	Barcarena	Tanaporanga		16.9.1892
37	João Antonio Pinheiro e Outros	fls 2 Livro V	Barcarena	Turuy, margem esquerda		16.09.1892
38	João Gregório Tavares e seus irmãos	fls 9 Livro V	Barcarena	Tanaporanga		18.5.1893
39	João da Matta F. Vasconcellos	fls 21 Livro V	Cajueiro/Barcarena			20.4.1893
40	João da Matta F. Vasconcellos	fls 22 Livro V	Taperebá/Barcarena	Taperebá, na margem direita		20.4.1893
41	João Manoel de Brito	fls 75 Livro V	Barcarena			19.2.1895
42	João P. Soares Carvalho	fls 90 Livro V	N.S. do Rosário/Barcarena	Atituba, margem esquerda		9.10.1896

43	João Nepomuceno	fls 8 Livro V	Barcarena	Tauá, margem direita		29.07.1893
44	João Russo Benjamin	fls 37 Livro V	S. Pedro/ Barcarena			31.12.1892
45	Joaquim Mamede da Silva	fls 61 Livro V	Barcarena		Utinga	17.10.1894
46	Joaquim M. Soeiro Furtado	fls 67 Livro V	S. Sebastião/Barcarena	S. Francisco		27.09.1893
47	Joaquim Sant`Anna Ribeiro	fls 57 Livro V	S. José da Pedras/Barcarena		Guarijú	21.1.1893
48	Joaquim P. Gonçalves Campos	fls 82 Livro V	Assuhytuba/ Barcarena		S. Felipe	19.2.1895
49	Jose Affonso Alves da Cunha	fls 91 Livro V	Barcarena	Aycaraú		26.5.1898
50	Jose Calasans Pereira e Francisco P. de Noronha	fls 26 Livro V	Santa Maria	Barcarena, Arrozal		5.2.1894
51	José Henrique Gonçalves Campos	fls 70 Livro V	Sítio Guajará	Barcarena		30.06.1894
53	José Innocencio de Goés	fls 80 Livro V	Santa Cruz	Guajará, margem esquerda		16.10.1894
54	José Marques de Paiva.	fls.3 Livro V	Barcarena			24.8.1893
55	José dos Passos A. da Cunha	fls 68 Livro V	Barcarena	Mucuruça, margem esquerda		10.8.1893
56	José da Silva Guimarães	fls 35 Livro V	Barcarena		Guaryjú	28.11.1893
57	Juliana Faustina Madureira e outros	fls 25 Livro V	Barcarena	Rio Guajará		31.12.1892
58	Julia Rodrigues Martins	fls 44 Livro V	S. Sebastião/Barcarena		S. Francisco	9.10.1892
59	Januário A. Rodrigues e Siqueira	fls23 Livro V	Nazareth/Barcarena	Guajará, margem esquerda		23.3.1893
60	Joanna Baptista Dias	fls 24 Livro V	Sant`Anna/Barcarena	Mucuruça, margem esquerda		26.11.1892
61	Joanna Bentes R. Tavares	fls 36 Livro V	Capinarana/Barcarena	Mucuruça		16.9.1892
62	José Viana Campos Malcher	fls 6 Suppl	Bom Jesus	Guajará		20.10.1892
63	Joanna de Oliveira Teixeira	fls 81 Livro V	Anairá/Barcarena	Abatituba		31.10.1895
64	Jeronymo de Oliveira e Souza e outros	fls 76 Livro V	Cumarú	Barcarena		26.11.1894

65	Jeronymo de Oliveira e Souza e outros	fls 77 Livro V	Cumarú	Barcarena		26.11.1894
66	Laurindo A. dos santos Prata	fls 54 Livro V	Santo Antônio	Barcarena, margem direita		21.1.1893
67	Manoel José Oliveira Brandão	fls 14. Livro Iv	S. Lourenço/Conde	Tocantins		17.12.1898
68	Manoel José Oliveira Brandão	fls 8 Livro IV	Conde			4.7.1896
69	Manoel Raymundo de Oliveira e outros	fls 16 Livro IV	Guajará/Conde			18.4.1900
70	Maria da Conceio Bentes	fls 11 Livro v	Ilha Trambioca	Guajará, margem direita		22.12.1892
71	Maria do Carmo e Silva	fls 12 Livro V	S. João/Barcarena	Mucuruça		27.12.1892
72	Manoel do Espírito Santo Dias	fls 45 Livro V	Ilha Trambioca/Barcarena	Carnapijó		26.10/1892
73	Miguel Fernandes da Costa e seus cunhados	fls 63 Livro V	Pureza e Caverna	Mucuruça/Barcarena		31.10.1894
74	Manoel Fernandes Nascimento	fls 4 Livro V			Mupucu	23.2.1894
75	Manoel Gonçalves Espinosa	fls 92 Livro V	Jacarequara	Aycaraú		4.2.1898
76	Militão Mancio Manito (Padre)	fls 27 Livro V	Barcarena e Mucuruça			13.1.1894
77	Maria dos Prazeres Paiva Rodrigues	fls 13 Livro V	Camello/ Barcarena			18.10.1892
78	Margarida Joaquina A. da Cunha	fls 88 Livro V	Conceio	Aycaraú, margem direita		5.7.1895
79	Manoel de Sant' Anna Botelho e outros	fls 86 Livro V			Turuy	24.10.1895
80	Maria Thereza Benjamin	fls 18 Livro V	Barcarena		Utinga	7.1.1893
81	Procopio Antonio do Nascimento e outros	fls 9 Livro IV	Piedade/ Conde	Murucupy		20.2.1895
82	Procopio Antonio do Nascimento e seus irmãos	fls 12 Livro IV	Cajueiro/Conde	Murucupy		20.2.1895
83	Prudencio da Costa Valente	fls 17 Livro IV	S. João/Conde			28.10.1899
84	Raymundo Antonio da Costa	fls 1 Livro IV	Conde	Murucupy		19.10.1893
85	Raymundo Antonio Dias	fls 40 Livro V	Barcarena	Mucuruça, margem esquerda		8.11.1892
86	Roberto Ferreira Lima	fls 73 Livro V	Conceio	Barcarena	Tauá	14.5.1895
87	Raymundo Pereira Lima Junior	fls 66 Livro V	Barcarena	Carnapijó		21.8.1893

88	Salustiano Joaquim Marinho	fls 4 Livro IV	Bom Jardim/Conde	Atayenga		19.10.1898
89	Simão José da Silva	fls 2 Livro v	Ilha Trambioca	Carnapijó		7.10.1894
90	Tibério da Motta Rodrigues e outros	fls 13 Livro IV	Nazareth/Conde	Murucupy		17.10.1898
91	Theotônio do E. Santo d` Assumpção	fls 7 Livro V	São João	Barcarena, margem esquerda		29.7.1893
92	Thereza de Jesus	fls 53 Livro V	Barcarena	São Francisco		17.6.1892
93	Umbelia M. da Conceição Gomes	fls 130 Livro V	Sítio Ajituba/Barcarena	Atituba		28.11.1893
94	Umbelia M. da Conceição Gomes	fls 32 Livro V	Santa Thereza/Barcarena		Guariju	28.11.1894
95	Victorio A. Freitas e outros	fls 79 Livro V	Tucumanduba/ Barcarena		Tucumanduba	19.2.1895
96	Francisco Antonio de Barros e seus irmão	fls 32 Livro XI	Santo Antônio/ Conde	Murucupy		19.12.1904
97	Francisco Manoel Pimentel (Padre) e outros	fls 10 Livro XII	Aipy/Barcarena			1.4.1902
98	Irinéa Pereira de Campos	fls 36 Livro XI	Bom Intento/Conde			8.6.1905
99	Joaquina Izabel Pereira	fls 3 Livro XI	Conceição		Arienga	19.2.1902
100	Manoel Jeronymo Furtado	fls 10 Livro XI	Um quinhão de dous lotes dos Sítios S. Sebastião e Retiro	Barcarena, margem esquerda	Japiimassú,	22.7.1902
101	Marcelino D`Oliveira Brandão	fls 42 Livro XI	S. Antonio/Conde		Tauá	7.4.1906

**Fonte:** Elaboração própria (2016).

Os rios citados nos registros correspondem aos rios Barcarena (12), Guajará (5), Aycaraú (8), Mucuruça (21), Tapuranga (Tanaporanga) (3), Murucupy (8), Carnapijó (8) e Atituba (4). São os mais citados como referência de localização. Os igarapés aos: Murucupy, Guariju, Araticu, Tinga (Utinga), Turuy, São Felipe, Mupucu, Tauá, Tucumanduba, Arienga e Japiimassu.

Quanto aos nomes registrados entre 1892 e 1904, nos distritos e localidades referentes ao município de Barcarena, percebemos que 18 são mulheres e 83 são homens. Destacamos que entre os citados existem dois registros paroquiais, em nome dos padres Militão Mancio Manito, registrado às fls. 27 do Livro V, no distrito de Barcarena, rio Mucuruça, em 13 de janeiro de 1894; e Francisco Manoel Pimentel, registrado às fls 10 do Livro XII, na localidade de Aipy, distrito de Barcarena, em 1 de abril de 1902. Militão Mancio Manito foi Vigário da Freguesia de Barcarena.

De acordo com as pesquisas no jornal A República (órgão do Clube Republicano -1886 -1900), o padre Francisco Manoel Pimentel exerceu a liderança política de Abaeté, nas funções de sacerdote e intendente municipal (JORNAL REPÚBLICA, 1899). Posições idênticas ele ocupou na Freguesia de Barcarena. Também foi vigário da Freguesia de S. Miguel de Beja<sup>24</sup>. O Jornal Diário de Belém, Órgão Especial do Comercio. Ano XV N. 43, quinta-feira, 23 de fevereiro de 1882, em uma notícia, *Retiro Espiritual*, discrimina os sacerdotes e as paróquias a que pertenciam.

O Jornal Diário de Notícia, de 6 de junho de 1897, em uma nota intitulada *Resposta Precisa*, evidencia uma resposta à desconfiança de fraude quanto ao número de eleitores de Barcarena, que subia a mais de milheiro. Esta *Resposta Precisa* nos possibilita visualizar a Vila de Barcarena, seus limites, distritos e rios em 1897, além do quantitativo de população e de eleitores.

A vila de Barcarena é 3ª circunscrição judiciária da capital, que abriga não somente as casas e choupanas da Villa, mas também seus grandes rios e igarapés, de todo o distrito. Tem um vasto território que abrange os seguintes rios: Barcarena, Tauá, Mucuruça, Gujará, Bacury, Turuy, Tampuranga, Murucupy até os limites com o distrito de Conde, furo do arrozal ou Atituba, Aycaraú, Arauaya, até o igarapé Babresto, limite com a Villa Moju, ilha do Arapary, das Oncás, Tauerá, Arapiranga, Madre de Deus, Xirituba e grandes números de igarapés, sendo a sua população, segundo o recenseamento de 1896, de 5.520 habitantes.

Dividida em dois distritos: o primeiro compreende – Tauerá, Arapiranga, Madre de Deus, Xirituba, toda a parte oriental da costa do Marajó, Ilha do Arapary, das onças, Aycaraú, Aranaya até o limite com a Villa do Mojué, com

<sup>24</sup> De acordo com o Jornal Treze de Maio. Décimo Segundo ano. n. 849, p. 1, 29 set. 1856. Typographia de Santos & Filhos. Rua de S. João, Canto da Estrada de S. José. Belém-Pará.

726 eleitores; e o 2º, os rios Barcarena, Tauá, Mucuruça, Guajará, Bacury, Suruy, Tupuranga, Murucupy até os limites de Conde e furo do Arrozal ou Atituba, com 542 eleitores. (informação verbal).

### 2.3 Povoados e vilas de Barcarena nas décadas de 40 e 50

No documento elaborado pela prefeitura de Barcarena, com data de 11 de novembro de 1947<sup>25</sup>, consta um relatório, o qual fornece informações que possibilitam realizar um retrato do município, que era constituído por Barcarena Sede, Vila Murucupi (Aldeia Mortigura, depois Vila do Conde), Vila Itupanema, povoado Arapiranga, povoado Vitória, povoado Aicaraú, Carnapijó e Ilha de Trambioca. Nos dados históricos das vilas, povoados e ilha são abordados os monumentos religiosos, as instalações de fabricas de engenho e olarias e os sítios antigos, com relações nominais de famílias tradicionais de cada localidade.

Com base neste documento, sabemos que Arapiranga (nas margens da baía do Guajará) era um centro fabril e comercial – com olaria, extração e laminação de borracha, casa de comércio, várias e boas instalações, inclusive residências. No povoado Vitória, na ilha das Onças (nas margens da baía do Guajará), havia instalações fabris de beneficiamento da borracha e sementes oleaginosas, bem como casa de comércio, residências de administração e “habitações proletárias”, além de possuir instalações elétricas. No povoado de Aicaraú, havia um aglomerado humano, habitado por famílias dedicadas às atividades agrícolas, em propriedades pertencentes a *antigos descendentes pioneiros da lavoura da região* (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA, 1947, p. 5). O documento completa: “*AICARAÚ*” é *terra de operários e lavradores e produz muito para os mercados de Belém. Sua população é grande e robusta devido ao trabalho insano das matas e das onças*” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA, 1947, p.7).

No Carnapijó, o documento de 1947 afirma que houve no ano de 1743 um terrível surto de varíola, que dizimou a população. Em 1820 havia 120 pessoas morando na Vila, onde fica a capela Nossa Senhora do Livramento, que apresenta uma imagem de nossa senhora, com título de “Nossa Senhora do Tempo”, às margens do furo do Carnapijó. Na ilha de Trambioca, no lado oriental, banhada pela

---

<sup>25</sup> Documento com data de 11 de junho de 1947. Trata-se de um relatório referente a assuntos do ano de 1945, tendo como título inicial: Dados sobre o Município de Barcarena, corrigidos e organizados de acordo com o questionário fornecido pelo D.E.I.P, no ofício nº DG -937, de 1/7/44.

baía do Marajó, havia um povoado de pescadores. No centro desenvolviam regular lavoura de legumes e frutas diversas que abasteciam diariamente Belém.

O relatório faz entender que na freguesia de São Francisco de Xavier de Gibirí (Barcarena Sede) e na Vila Murucupi (Mortigura - Conde) a igreja e seus padres possuíam o controle sobre a localidade, enquanto no povoado de Aicará e Ilha da Trambioca são discriminados os registros dos sítios mais antigos, expostos na tabela 2, o que permite inferir que nestas localidades o controle pertencia aos sítiantes.

**Tabela 2-** Sítio e Propriedades de Aicará e Ilha de Trambioca, até 1947.

Sítios	Propriedades	Ano de referência	Localidade
Sítio São João <sup>26</sup>	Francisco Gonçalves Campos	Registro 15 de novembro 1734.	AICARÁ
Fazenda São João de Aicará	Baltazar Hipólito do Vale Raimundo Lemos (proprietário atual- 1947)	Registro 17 de junho de 1866.	AICARÁ
Sítio São Francisco	Ana Felipa Gonçalves Campo	Registro 19 de junho de 1856	Margem esquerda do rio Aicará
Sítio Água Boa	Antônio Schmidt	Registro 30 de maio 1856	AICARÁ
Sítio São Francisco	João Damaso Borrvalho	Registro 35 de maio de 1872	AICARÁ
Sítio Paranaguá	José Joaquim Pimenta	Registro 26 de março de 1856	AICARÁ
Sítio Uaraguara	João Alves da Cunha Margarida Joaquina Alves da Cunha	1856	AICARÁ
Sítio Santana do Cafezal	Maria do Carmo Vaz de Vasconcelos.	1856	AICARÁ
Terreno de Manoel Marinho	Manoel Gomes Ribeiro Marinho	1856	Cabeceira do Aicará
Sítio de Vitorino Espinoza	Vitorino Pedro Espinoza	1856	Cabeceira do Aicará
Monte Santo	Maria Raimunda dos Santos <sup>27</sup>	1947	Cabeceira do Aicará
Terreno São Luiz	Manoel Siqueira Mendes <sup>28</sup>	1947	AICARÁ

<sup>26</sup> Concedido por meio de sesmaria, em 15 de novembro de 1734. Lugar de Nascimento do Cônego Batista Campos, líder do movimento cabano.

<sup>27</sup> Proprietária do sítio em 1947. O local foi colocado como referência pela sua antiguidade, pela sua suntuosa casa e capela.

<sup>28</sup> Proprietário do terreno em 1947, pai de família numerosa com 11 filhos e 47 netos, afilhado do cônego Siqueira Mendes.

Sítio São Sebastião	Julia Rodrigues Martins	1947	AICARAÚ
Casanova	Manoel Lopes	1947	AICARAÚ
Santa Rita	Elvira Lemos	1947	AICARAÚ
São Francisco	Elvira Lemos	1947	AICARAÚ
Recreio	Inácio Pompeu da Costa Teixeira.	1947	AICARAÚ
Santana	Matilde Campos	1947	AICARAÚ
Sítio Conceição	José Afonso	1947	AICARAÚ
Cumarú	Benjamim Rodrigues	1947	AICARAÚ
Livramento <sup>29</sup>	Antônio da Costa Rodrigues	1947	AICARAÚ
São Francisco	Maria das Dores de Almeida  Maria Rosa (proprietária em 1947. Viúva de Felipe Antônio de Oliveira)	1852	Ilha da Trambioca
Sítio de Francisco Silva <sup>30</sup>	Francisco José da Silva	1850	Ilha da Trambioca

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Barcarena. Dados sobre o Município de Barcarena, corrigidos e organizados de acordo com o questionário fornecido pelo D.E.I.P, no ofício no DG -937, de 1/7/44. 18 de novembro de 1947.

No documento da Prefeitura é frisada a importância dos sítios, terrenos e fazendas para produção agrícola, bem como de lenha, que abastecia Belém. O sítio Livramento tem destaque na produção de milho, arroz e banana. O sítio São Francisco, da Ilha da Trambioca, é apontado pela produção de abacaxi, farinha e grande variedade de frutas e legumes. Menciona a presença do sítio São José (sem mencionar o proprietário) e do Cumarú como grande fornecedores de lenha.

Os sítios, as instalações industriais e comerciais ficavam próximos às margens dos rios e ilhas. Constituíam o centro da economia local, onde também era realizado o principal meio de transporte do município. O documento da Prefeitura Municipal de Barcarena (1947, p. 12) afirma:

FLUVIAL E MARÍTIMA - São as únicas vias de que dispõe o município, para a sua ligação efetiva e direta com a capital do Estado, **com a qual é feito todo o seu desenvolvimento econômico**, por intermédio da navegação à vela, pois possui uma frota de número de canoas veleiras, que a serviço de seus proprietários fazem tráfego intenso e diário com a cidade de Belém.

<sup>29</sup> Onde se localiza a Capela Nossa Senhora do Livramento.

<sup>30</sup> No ano de 1947, o sítio tinha o nome de São Francisco, assim denominado pelo seus descendentes.

As principais indústrias (estabelecimentos fabris) e os estabelecimentos comerciais estavam localizados conforme apresentado na tabela 3.

**Tabela 3** - Furos, rios e ilhas onde estão localizados o comércio e as fábricas em Barcarena.

Rios, Furos e Ilhas	Estabelecimentos comerciais e fabris
Rio Mucuruça	Lobato & Miranda LTDA (Casa Porto Santa Maria) E.M.LIMA J.F.A. Furtado
Furo do Arrozal	M. Morais
Igarapé Arienga	R.S. Lima
Furo São Gregório com Carnapijó	José Quaresma Dias da Costa Fazenda Cafezal (Dr. Henrique Alves de Sousa)
Ilha Arapiranga	Indústria Arapiranga Ltda.
Ilha das Onças	Fábrica Vitória (Cia. Ind. Do Brasil) Olaria Landi (Ribeiro Monteiro & Cia Ltda.) Olaria Tauerá (Ribeiro da Silva) Casa Comercial do Sr. Austeliano Silva
Rio Guajará de Barcarena	Serraria Arapajó (M. Kaiath)
Arapari	Serraria Arapari (Freitas, Santos & Cia)

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Barcarena. Dados sobre o Município de Barcarena, corrigidos e organizados de acordo com o questionário fornecido pelo D.E.I.P, no ofício nº DG -937, de 1/7/44. 18 de novembro de 1947.

Em 1944, no primeiro ano de sua criação, o município teve uma arrecadação global de CR\$ 243.000,00 e uma despesa de CR\$ 201.000,00, passando para o exercício seguinte o saldo de CR\$ 77.000,00. O relatório de 1947 afirma que o município possui indústria e comércio em franco desenvolvimento e com possibilidades promissoras:

Além da antiga indústria extrativa que pesa na balança do município – a lenha e de outros produtos nativos, esta unidade do Estado conta com as fábricas de telhas e tijolos, em Tauerá e Arapiranga; serrarias, em Guajará de Barcarena e Arapary e uma usina de beneficiamento de borracha e de beneficiamento de sementes oleaginosas, na ilha das Onças. O seu comércio, que era incipiente, contando com 60 estabelecimentos, alcança

hoje cerca de 100 (cem) casas em prósperas condições (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA, 1947, p. 20).

O município de Barcarena possuía uma economia bem diversificada, segundo as narrativas dos antigos moradores e descendentes das famílias tradicionais e de acordo com o que consta nos dados relatados pela Prefeitura Municipal de Barcarena (1947). Este universo ribeirinho, composto de riquezas de recursos, simbolizado pelo rio e pelo sítio, garantia a sua existência por meio da produção doméstica familiar. O sítio era esta unidade econômica, responsável pelo sustento das famílias e pelo abastecimento dos mercados de Belém. Segundo Moura; Maia (1999, 140), os sítios são denominações dadas às áreas de posse de cada família, definindo uma unidade de produção, e geralmente eram identificadas com nomes de santos ou indígenas.

Nos rios e furos transportavam e comercializavam os produtos nas mercearias e com os marreteiros. Os quilombolas indígenas, em suas narrativas e vozes, fazem referência aos donos de mercearias e marreteiros que comerciavam os seus produtos. Maria do Socorro Pinheiro menciona em sua entrevista<sup>31</sup> o comércio no furo do Arrozal. O comércio do Deca<sup>32</sup>, no Igarapé Burajuba, é mencionado por Vera Cravo<sup>33</sup> e João Pinheiro<sup>34</sup>. A senhora Maria dos Santos Amorim<sup>35</sup> narra como era feita a comercialização dos seus produtos.

P. Vocês vendiam onde?

- Tinha o que a gente chamava de o marreteiro né, que vinha na casa comprar, quando não, quando tinha a viagem praí pra Belém ele alugava um barco, batelão que chamava aqueles que não gosta de ginga assim né, e levava as vezes 60, 70 sacas de carvão pra Belém. Aí levava as frutas: pupunha, cupuaçu, uxi, taperebá, umarl, macaxeira que eu tirava pra plantar, galinha que eu criava muitas né, batata enfim, todos esses legumes que a gente plantava. Ele vinha pelo rio, o barco vinha pegar a carga aqui no porto bem aqui, o porto do Mari, o igarapé era fundo né.

P[ ] O porto ficava sobre o Murucupí?

- Era, esse aqui, bem aí, porque era um local apropriado pra isso.

P Ali que vocês vendiam pro marreteiro, faziam os negócios de venda.

-E o barco ainda ia até mais em cima porque tinha outro porto, desse Chico Costa porque o barco dele também ia pegar mercadoria lá, negócio de fruta também que era o sítio dele pra lá era muito grande e outros trabalhos que eles faziam né, e levavam o barco deles pra lá, porque tinha né, num negócio desses. (informação verbal).

<sup>31</sup> Em 08 de junho de 2014.

<sup>32</sup> Deca é o senhor Edvaldo Cravo Nunes de Lemos, pertencente à comunidade quilombola de Burajuba.

<sup>33</sup> Em 31 de agosto de 2014.

<sup>34</sup> Em 26 de maio de 2015.

<sup>35</sup> Em 14 de junho de 2014.

A população rural vivia nas ilhas e ribeiras dos rios e igarapés, tendo o extrativismo e a agricultura doméstica (mandioca e pequenas roças de frutas e hortaliças) como suas atividades econômicas principais. Para as comunidades tradicionais, o rio e os igarapés não eram somente uma possibilidade de comunicação entre as unidades residenciais, mas também um lugar de trabalho, de lazer, o qual faz parte de todo imaginário de existência, identidade e resistência das comunidades. Nos estudos sobre modos de vida na região é sempre ressaltada a importância do rio para o povoamento e economia da região.

Em 1950 a população rural representava 98.1% da população total, e essa predominância permaneceu até 1970, quando ocorreram as primeiras instalações estruturais para o complexo de Mineração. Os sítiantes das margens de rios e ilhas de Barcarena, na sua maioria, foram deslocados pela CDI e CODEBAR. Na tabela abaixo podemos visualizar a importância do rural, com base nos dados demográficos.

**Tabela 4 -** População de Barcarena de 1950 a 1991.

POPULAÇÃO	RURAL %	URBANA %
1950	98.1	1.9
1960	96.3	3.7
1970	86.4	13.6
1980	66.5	33.5
1991	52.9	47.1

Fonte: IBGE.

A estrutura produtiva de Barcarena até 1970 é constituída por unidades rurais eminentemente ribeirinhas (TOURINHO, 1991, p.120). Segundo dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>36</sup>, havia propriedades com menos de 10 hectares, o que é confirmado pelas entrevistas feitas em trabalho de campo aos deslocados pela CODEBAR, quando relatam o seu modo de viver na época dos sítios. Essas unidades desenvolviam a lavoura temporária e o extrativismo, com base familiar. Havia a produção de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, abacate, banana, cacau, coco e laranja. O extrativismo era uma atividade econômica muito importante e essencial para o sustento da família dos sítios, principalmente os frutos regionais como pupunha, açaí, piquiá e mari, além da

<sup>36</sup> Censos Agropecuários: Pará 1970/1980.

produção do carvão, que em 1970 atingiu 159 toneladas. O número de estabelecimentos industriais em 1970 era em um total de 12, sendo 08 de produtos minerais não metálicos (oleiro-cerâmico); 01 de madeira, 02 de produtos alimentares e 01 de metalurgia. Contabilizavam-se também os estabelecimentos comerciais, um total de 55, todos voltados ao varejo, à venda de produtos alimentícios, bebidas e fumo. Havia 02 estabelecimentos no ramo de serviços, voltados para alimentação e confecções.

O Ministério do Interior e a Organização dos Estados Americanos (OEA), por meio do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins, fizeram um estudo de *Caracterização Sócio-econômica das Famílias Ocupantes da Área do Núcleo Rural de Barcarena*<sup>37</sup>, com base no trabalho de campo nos sítios e localidades nas margens esquerda e direita do rio Itaporanga e da margem esquerda do rio Barcarena, até o limite de transmissão da Eletronorte. Neste universo da população rural, a agricultura era a atividade mais importante, correspondendo a 66,9% da renda familiar. Entre os produtos, destacam-se mandioca, milho, arroz e feijão, frutas e hortaliças. O extrativismo representava 22,5% da renda familiar, com destaque para frutos nativos e madeira. Em seguida, a produção animal, com 5,9%, e a pesca, com apenas 5,0%.

O nível de escolaridade das pessoas com 15 anos ou mais em 1983 é caracterizado por um elevado grau de analfabetismo (215 pessoas em um total de 555 pessoas), além do fato de que desta totalidade apenas 40 estudaram níveis acima da 4ª Série. Conclui-se que esta população era constituída de “pessoas analfabetas e semianalfabetas”. O dado confirma as condições de vulnerabilidade nas imposições e negociações com a CODEBAR, narradas nas entrevistas com os moradores das comunidades tradicionais.

Entre os 178 chefes de famílias, 153 eram naturais de Barcarena e possuíam moradia há mais de dez anos. Sobre a situação fundiária e condição do ocupante

---

<sup>37</sup>Ministério do Interior. Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins (PRODIAT). Organizadores: SILVA, Walter Alexandre; BASTOS, Lúcia Bastos. Belém, dezembro de 1983. Esta pesquisa foi realizada no período de 28 de setembro a 22 de outubro de 1983. Os aspectos analisados foram: a identificação das famílias (composição da idade e sexo, escolaridade da população, ocupação econômica da população e força de trabalho familiar), o habitat (habitação, saúde e alimentação), estrutura agrária e uso da terra, e a expectativa quanto a mudança (apurar as expectativas das famílias rurais que seriam deslocadas para o Núcleo Rural da CODEBAR).

principal do terreno, o documento afirma que somente 44 possuíam propriedades com títulos, 21 proprietários sem título, 32 posseiros, 2 arrendatários, 5 meeiros e 3 sem informações. Quanto à disposição destes em mudar para o Núcleo Rural da CODEBAR, em um total de 177 informantes, no universo de 37 que estavam informados do assunto, somente 17 aceitam a mudança conforme as condições oferecidas.

A caracterização organizada por Silva; Barros (1983, p. 40-44) para o Ministério do Interior conclui que esses “moradores” dos sítios não apresentavam condições de serem deslocados para o Núcleo Rural, pois não estavam preparados para a agricultura voltada ao mercado. Como o tempo de residência é relativamente estável, considera-se que esses moradores sofreram sérias consequências de hábitos e padrões de comportamento. Por último, faz inúmeras considerações sobre a dificuldade de organizar as cooperativas, devido à inexperiência dos moradores e seus níveis de escolaridade. É válido ressaltar que o Núcleo rural não foi efetivado. Somente a Colônia Agrícola da CDI conseguiu tal feito. Mesmo assim, nos primeiros anos foi um fracasso devido a sua baixa produtividade agrícola e abandono dos lotes (MOURA; MAIA, 1989).

Por meio dos estudos com o objetivo de caracterizar as famílias ocupantes das localidades das margens do rio Itaporanga, onde se localizou o Núcleo Rural de Barcarena, tornou-se possível representar uma amostra da situação socioeconômica da maior parte dos moradores da totalidade dos sítios que vivem em volta dos rios e igarapés do município. O relevante na pesquisa é que em torno do rio Itaporanga, pela sua margem esquerda, havia 16 dezesseis localidades, com um total de 108 famílias; na margem direita, 07 localidades, com 36 famílias; e na margem esquerda do rio Barcarena 11 localidades, com 34 famílias. As 178 famílias ocupavam 96 “propriedades tipicamente rurais”. Essas propriedades rurais, que geralmente chamavam de sítios, constituíam em torno de 72,0% do território. As pequenas propriedades mediam cerca de 5.0 até 100 hectares. Aproximadamente 22,6% eram compostas de médias propriedades, mais ou menos de 101 até 500 hectares. E apenas 3 propriedades eram de grande porte, em torno de 500 até no máximo 2.000 hectares, mas que correspondiam a 42% do total da área pesquisada.

O Parecer do Ministério do Interior (1979, p. 6-7) sobre a programação e execução das ações do Programa Especial de Desenvolvimento Regional e

Infraestrutura do Complexo de Alumínio expõe, como projeto do programa, a Relocalização da População Rural e a Desapropriação.

RELOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL: projeto elaborado pela Companhia de Administração e Desenvolvimento de Área industriais do Pará-CDI/PA para a implantação de uma Colônia Agrícola no Município de Barcarena, visando à relocalização de inúmeras famílias de colonos existentes na área do complexo ALBRÁS/ALUNORTE.

O projeto deverá ser implantado inicialmente em 500 ha, situados à margem da rodovia PA-157, entre Km 7 e 10, divididos em 82 lotes, objetivando a produção de Hortifrutigranjeiros para o abastecimento de Belém e futuramente do novo Núcleo Urbano de Barcarena [...].

Para tanto, foi firmado Convênio entre a SUDAM e a CDI/PA, no Valor de Cr\$ 1,0 milhão, visando à aquisição de terras destinadas a tal objetivo.

O início da execução do projeto está previsto para o corrente ano, tendo sido alocados, na programação de 1980, recursos da ordem de R\$ 12,0 Milhões (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1979, p. 6-7).

Sobre as desapropriações e aquisição de terras para a construção do Novo Núcleo Urbano<sup>38</sup> e sua área de expansão, o parecer de 31 de dezembro de 1979 afirma que a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) assinou um termo de compromisso com a CDI/PA para a execução deste projeto em área de aproximadamente 6.500 ha. A indenização e a remoção da população serão efetivadas com recursos da ordem de Cr\$ 7,0 milhões e de acordo com o cadastramento realizado pelo ITERPA (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1979, p. 7).

No momento da implantação das primeiras instalações do Complexo de Mineração, toda a área espacial das empresas e núcleo urbano era ocupada por comunidades tradicionais de sitiantes. O ITERPA (1982) fez o levantamento dos sítios que ocupavam esta área, para os processos de indenização, que resultou na elaboração de mapas, nos quais são desenhados os lotes com os nomes de seus proprietários. A figura 1 apresenta a visualização da ocupação do território no momento da ação desenvolvimentista da CDI e CODEBAR.

---

<sup>38</sup> O Bairro Pioneiro foi considerado a 1ª etapa do Núcleo Urbano. A execução das obras de infraestrutura era de encargo da CODEBAR, criada pelo decreto 84.139, de 31 de outubro de 1979.

**Figura 1-<sup>39</sup>** Organização do Espaço das Comunidades Tradicionais antes do deslocamento



**Fonte:** ITERPA (1982). Adaptada pela autora.

<sup>39</sup> A Figura 1 tem como Fonte: ITERPA, 1982. A sua visualização está bem comprometida, e teve que ser alterada para entendermos melhor a organização do espaço. O documento original está no anexo B.

## 2.4 Os sítios e a parentela nas margens do rio e igarapés

Em 1947, o sistema hidrográfico da região de Barcarena era caracterizado pela existência de inúmeros igarapés, furos e rios. Os principais são: rio **Itaporanga** (que corre do sul ao norte à altura da cidade, na qual recebe o nome de Mucuruça); rio **Barcarena** (na margem esquerda fica a cidade de Barcarena; lança suas águas no rio Itaporanga, próximo onde este começa); rio **Murucupi**, que tem sua nascente próxima à Vila do Conde, na direção nordeste; desvia ao norte e deságua no furo arrozal; Rio **Aicaraú** (corre ao sul, em direção ao nordeste); **Furo do Arrozal e Carnapijó** (formam a ilha das onças e a ilha da Trambioca ); rio **Cabresto e Arienga** - servem de linha limítrofe entre Barcarena e o município de Moju e Abaetetuba. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA, 1947, p. 11-12).

Nas memórias dos quilombolas indígenas de Barcarena o rio Murucupi interligava toda a *parentela*<sup>40</sup> de sitiantes do mundo rural daquele cenário ribeirinho. Quando a CDI e a CODEBAR chegaram com a intenção de organizar o espaço para o complexo de alumínio ALBRÁS/ALUNORTE, o rio era atravessado por inúmeras embarcações carregadas de frutos, farinha, carvão, milho e arroz dos sitiantes de Barcarena. Nas vozes e narrações dos moradores tradicionais podemos construir uma história da relação homem e natureza, atribuída principalmente aos valores e à importância do rio na construção da tradicionalidade das comunidades.

O Estado realizou uma profunda intervenção sobre o espaço para adaptá-lo às necessidades das indústrias, e procedeu aos deslocamentos das comunidades tradicionais para outras áreas. A instalação do novo núcleo urbano da Vila dos Cabanos alterou a paisagem e a ruralidade das terras em volta do rio Murucupi. Os sitiantes viram as suas formas de vida e reprodução social completamente desestruturadas. Este processo de exclusão, discriminação, imposição violenta do progresso industrial, perceptível nas suas vozes, é configurado em desemprego, subemprego, contaminação dos rios e igarapés, desmatamento e muitas lutas por território e sobrevivência diária das comunidades tradicionais.

Para os moradores das comunidades tradicionais quilombolas indígenas de Barcarena, o rio Murucupi transporta-os para um tempo passado, que se tornou uma

---

<sup>40</sup> Este termo é usado por Sandra Amorim para se referir ao grau de parentesco entre os moradores das comunidades tradicionais que moram nos sítios nas áreas ocupadas pelo complexo de mineração Albrás/Alunorte.

referência de sua existência e identidade. Suas raízes estão nas margens dos rios, nas lembranças de infância, de um tempo em que não precisavam viver sob a *manivela*<sup>41</sup>, em alusão ao progresso. Nesta história ambiental, o rio torna-se a referência de existência, e o tempo uma construção cultural pautada nas relações e interações culturais entre pessoas por gerações, que estão presentes nas formas tradicionais específicas das comunidades de Barcarena.

As narrações sobre as formas de vida em torno do rio e a reconstrução dos sítios no imaginário daqueles que viveram o seu cotidiano transformam todo este cenário do passado em uma paisagem resistente nas memórias. Maria do Socorro Pinheiro, na visita de campo ao rio Murucupi, realizada em 08 de junho de 2014, afirma que o Jango não desistiu do rio Murucupi, pois ainda pesca nele mesmo estando hoje poluído. A paisagem é, assim, percebida como a construção cultural em um determinado espaço, constituída pela materialidade (e do que é percebível e perceptível) dos seres bióticos e abióticos, mas também pelas relações entre homem e natureza.

A paisagem é um tema discutido na geografia para entender as relações sociais e naturais em um determinado espaço. Ela não está desvinculada de um espaço e, portanto, constitui uma materialidade, onde se manifesta a ação humana. Mas outras categorias também devem ser levadas em consideração na discussão do tema, como a questão ambiental e principalmente cultural. A paisagem é uma construção cultural, resultado do meio ambiente e da ação das atividades humanas. A paisagem cultural determina as ações diferenciadas da relação entre homem e natureza e, conseqüentemente, a materialização desta ação se dá por meio da paisagem.

Segundo Scheir (2003), na geografia o tema paisagem é discutido desde o século XIX por meio das abordagens organicista e positivista, fundamentadas na visão utilitária e descritiva. Entretanto nos anos sessenta outras abordagens estão sendo discutidas na geografia, direcionadas a uma visão cultural e ecológica. O autor afirma ainda que:

Hoje, a ideia da paisagem merece mais atenção pela avaliação ambiental e estética. Neste sentido, depende muito da cultura das pessoas que a percebem e a constroem. Ela é, assim, um produto cultural que resulta do meio ambiente sob ação da atividade humana.

---

<sup>41</sup> Este termo é usado pelo senhor Aldair Pinheiro, do Sítio Cupuaçu/Boa Vista, quando se refere à situação em que eles ficaram (andando, vagando sem parar, indo de um lado ao outro, em mudança de endereço e emprego) após a destruição de suas formas de existência no sítio.

O aspecto cultural tem desempenhado um papel importante na determinação do comportamento das pessoas em relação ao ambiente. Determinadas paisagens apresentam, na sua configuração, marcas culturais e recebem, assim, uma identidade típica. A problemática ambiental moderna está ligada à questão cultural e leva em consideração a ação diferenciada do homem na paisagem. Desta forma, a transformação da paisagem pelo homem representa um dos elementos principais na sua formação. (SCHEIR, 2003, p. 80).

Os sujeitos remodelam, re-significam, recriam o seu lócus geográfico-histórico por meio da cultura. Por sua vez, a prática, a ação de reconstrução e reinvenção deste lócus fazem com que sejam acordadas novas relações entre eles e a natureza. E aos poucos a paisagem identifica as práticas sociais e culturais humanas, ao mesmo tempo em que as práticas sociais e culturais identificam a paisagem. Assim, nesta constante ação de fazer e refazer o lócus, criar e recriar a paisagem, é construído e reconstruído um lugar, um lócus no qual os sujeitos se identificam, produzem e reproduzem suas práticas sociais cotidianas.

Quando visualizamos o rio como recurso natural comum, devemos contextualizar uma cultura. O rio Murucupi é um recurso de uso comum porque assim ele foi concebido e construído pelas comunidades tradicionais de Barcarena e, portanto, fazendo parte da história ambiental dos indivíduos que compartilham e constroem sua paisagem. Drummond (1991, p. 182) destaca:

[...] No entanto, as próprias ciências sociais fazem o principal: nas histórias das civilizações, em alguns ramos da antropologia cultural e na geografia humana os historiadores ambientais encontram conceitos e enfoques úteis para estudar o papel da cultura nos usos dos recursos. Afinal, os recursos só se tornam recursos quando culturalmente identificados e avaliados. Não existem recursos naturais per se. Os recursos não se impõem unilateralmente à cultura,

Durante o nosso trabalho de campo no rio Murucupi, para a elaboração do relatório antropológico dos quilombolas indígenas de Barcarena, uma das entrevistadas, Maria do Socorro Silva Pinheiro<sup>42</sup>, faz descrições sobre o cotidiano ribeirinho em torno do rio, antes da presença das empresas e das ações da CODEBAR. Em suas memórias, reconstrói a paisagem resistente de sua juventude quando morava na comunidade Boa Vista, antes de serem expropriados e deslocados.

Cadê o rio Arrozal? O rio Arrozal, aí entrou o rio Murucupi, aqui são as entradas, aqui é o furo que a gente varava pra ir para Barcarena que já chegava bem perto de Barcarena, esse daqui é o outro igarapé, do 40, que é

---

<sup>42</sup> Maria do Socorro da Silva Pinheiro, entrevista em 19 de junho de 2014.

localizado o porto do pessoal do São Lourenço, do Walter, daquele povo lá, que tão resumido só num bolinho aí segue aqui, que aqui já começou a terra da família Pinheiro, aqui tá a casa do Jango, aquele que tava lá na canoa pescando, esse daqui é o igarapé do Tamimbuca, que era a divisa as terras assim, aqui tinha um morador que era a Martinha, aqui era o Jango seguindo aqui, aqui era só as vargem, açazeiro, as plantas medicinais, como andiroba, verônica, sucuba e cachimguba, tinha muito nessas áreas. Aqui era o porto do Pinheiro, do Jango, aqui era o porto da família Pinheiro, aqui era o nosso porto, que não tinha cada um tinha um porto, todos nós da família do tio teco aqui se reunia só nesse porto, aí que subia tinha a casa da nossa avó, da Amélia, e a castanheira que minha avó plantou ainda com os filhos dela. Aí subindo o igarapé, tinha casa do tio José, que era o primeiro, era gêmeo, e aí seguindo, aqui era um sítio lá que era só o mato e seguia pra cá, que era a casa do tio teco e a casa do papai que era bem pertinho uma da outra, que fazia fundo e seguindo da casa do meu pai era só roça, roça até aqui o ramal, e ainda tinha o cachorro leão, colocamos o nome do cachorro de leão. Esse dobrava aqui, no caso, pra direita, seguindo aqui na esquerda, começou a casa do seu Pau Vestido que morreu e ficou pra esposa dele Mirica, onde festejavam a festa de São João, e seguia, passava pelo cajueiro, seguia. E essa parte aqui foi tudo roça, eles foram explorando assim, eles faziam roça aqui, quando terminava passava aqui, e iam pulando, e vinha reflorando, eles vinham voltando, fazendo carvão e a roça, tirando, as verduras da época era só cariru, o quiabo, o maxixe, o milho, o arroz, gergelim, que plantavam, não dava muito assim pra venda, mas, dava pro sustento. Aí essa era a história. Aí depois teve o igarapé que foi poluído e nós tivemos que sair, abandonou tudo e ficou tudo abandonado. Mas, a área continua lá, e a gente ficou sem voltar. (informação verbal).

O universo ribeirinho é bem descrito nas narrações e vozes daqueles que viveram nas margens do rio Murucupi, antes das rupturas provocadas pelo progresso industrial e das ações desenvolvimentistas do Estado. Quando os retiraram dos seus sítios, também foi retirada a presença do rio na vida dessas pessoas. Este mundo ribeirinho foi transformado em ruas e rodovias, conjuntos habitacionais, invasões, no lixão “bota fora<sup>43</sup>” e na escassez de recursos. O rio e o sítio tornaram-se símbolos de fartura, apesar da vida dura no trabalho da roça e da pesca.

Em suas narrativas, Germano Amorim recorda quando ele e seu Pai, o senhor José Assunção Amorim, atravessavam o rio Murucupi rumo ao Mercado do Ver-o-Peso, para vender a produção do Sítio São João:

Nós íamos pra roça aqui, enchia a canoa e ia embora, 60 sacas de carvão. Botava na canoa e nós íamos a remo pra Belém, hoje em dia tem motor, mas nós chegava na mesma hora que o barco de motor chegava lá. O motor só passa lá no furo quando a maré tava grande, e nós a maré ia enchendo e a canoa nos empurrando. Aí quando varava lá perto de Belém, defronte de Belém, nós corria pro lado, encostava lá e esperava a maré vazar pra sair. Nessa hora eu remava mesmo porque eu sabia que tava perto de Belém, eu gostava muito de ver aqueles carrinhos o fusca. Ele dizia pra mim “olha aquilo ali é um filho de Jabuti” o papai dizia<sup>44</sup>.(informação verbal).

<sup>43</sup> Refere-se ao lixão que ficava entre a Vila dos Cabanos e Itupanema

<sup>44</sup> Germano Amorim, entrevista feita em 09 de agosto de 2014.

Havia unidades familiares produtivas cujos donos as chamavam de sítios. A conexão entre eles e outras comunidades era feita pelos rios e igarapés que atravessavam todo o município de Barcarena. O progresso e o desenvolvimento personificado pela empresa e pelo emprego possibilitaram uma diversidade de formas de viver. O senhor Raimundo Viana Correia<sup>45</sup>, conhecido como seu Bidó, morador do Sítio Nazaré, narra a vida cotidiana das relações de trabalho estabelecidas em torno do rio.

Aí aqui eu trabalhava com roça, às vezes fazia carvão, plantava verdura, maxixe, tinha um sítio que a gente tirava pupunha, na época de cupuaçu também dava muito cupuaçu e bacuri, aqui nesse rio aí pra cima, eu fazia três viagens por semana pra comprar as frutas, às vezes a canoa não aguentava de fruta, eu enchia e ia pra Belém vender as frutas, nessa altura a gente já tinha arrumado um motorzinho, tava mais fácil, arrumamos patrão em Belém, chegava lá entregava as fruta e amanhecia em casa com a viagem de motor era só duas horas de carreira de lá pra cá e já chegava, melhorou muito.

E com o seu sogro lhe ajudando ou era doente?

Não, ele não, ele era um cidadão que não gostava assim de trabalho, o trabalho dele era pescar, ele gostava de pescaria, se arrumasse uma canoa dessas de pescaria, toda madrugada, podia chover, fosse dia santo ou não, toda madrugada ele saía, não amanhecia em casa não, ele saía pra pesca[...]. (informação verbal).

Nas narrativas estão sempre em relevo o rio e os sitiantes. Catarina Amorim lembra, nas suas memórias da infância, a vida em torno do rio e os laços sociais estabelecidos com os sítios vizinhos.

Como é pra chegar daqui ao Caripí?

- Dá pra dobrar lá na... não, isso é de carro. Antes, a gente ia por dentro da mata, andava por um caminho, tinha um caminho que a gente ia direto aí, a gente pescava lá o matapi né, tinha hora de ir tirar, às vezes a gente ia de noite tirar, era muito farto, a gente pegava aquelas 'rarda' de camarão, colocava uma folha em cima, enfincava no pau e ia um na frente e outro atrás levando aquilo, depende de quando desse, o que tinha pra trazer entendeu, era muito farto de camarão em época de camarão, a gente colocava sim o matapí pra lá.

Em quanto tempo era pra chegar daqui pra lá.

- Era mais de uma hora a pé. Era longe, quilômetros, pela praia, a gente ia pelo Itupanema. Andava muito sabe, a gente ia pelo caminho e Itupanema é primeiro, daí a gente entrava num caminho na mata, pra chegar mais rápido, atravessava tinha um furo, uma floresta mesmo, de pau, aquelas jarana grandona sabe, que a gente passava, era tranquilo, a única coisa que tinha medo era de onça, e bandido não tinha naquela época, era silvestre mesmo, tinha medo de bicho porque a gente passava dentro mesmo da floresta, às vezes tinha aquelas guaribas cantando, tinha aqueles pássaros assobiando né, era coisa medonha mas, quando a gente ia pescar o camarão no matapi, geralmente a gente não ia só, aí todos quase, que podia andar e carregar, ia todos, papai ia também, eu sei que é isso. Uma coisa que eu tenho assim na

<sup>45</sup> Entrevista realizada em 29 de setembro de 2015.

minha mente aqui, é que era farto de caça, quando não tinha uma coisa tinha outra, tinha peixe também e açaí, então tendo a comida, com o açaí e a farinha que a gente produzia eu digo, graças a Deus.

[...] Foi uma fase muito boa que a gente tomava banho nesse rio à vontade, era uma das diversões que a gente tinha, ia pro igarapé tomar banho, era a única diversão que tinha, porque tempo de água grande a Nazaré, eu não me atrevia porque eu não me atrevia nem a subir no açazeiro mas, a Nazaré, ela e meu irmão, eles passavam embaixo lá da ponte, sabe a água grande, ela cobria a ponte e eles conseguiam passar por baixo e eu morria de medo, não ia, não ia mesmo, o nosso sítio, nossas brincadeiras né, pira-pega, brincava no rio, eu brincava assim, final de tarde né<sup>46</sup>. (informação verbal).

Em volta do rio ficavam os sítios, que eram a unidade produtiva familiar onde os seus moradores construíaam o sentido de existência e laços identitários. Quando ocorreu a implantação do complexo de mineração, esses sítios foram destruídos e vidas completamente alteradas. Segundo Moura e Maia (1990, p. 83), os sítios variavam numa extensão de 1 a 70 ha, era uma unidade produtiva básica composta pela moradia de madeira e palha, em cujo redor eram plantadas as ervas medicinais; pelas áreas destinadas à produção agrícola, onde desenvolviam a roça de mandioca e também milho e arroz; pela casa de farinha ou retiro; e pelo forno de carvão. Havia também as árvores frutíferas regionais, que representavam o símbolo de fartura da natureza da região.

A Caracterização Socioeconômica das Famílias Ocupantes da Área do Núcleo Rural de Barcarena<sup>47</sup> teve como base de estudo as famílias que vivem às margens do rio Itaporanga e Barcarena. Neste estudo houve o levantamento das benfeitorias existentes nos sítios, o que nos possibilita entender as relações sociais de trabalho. Diante disso, nesta pesquisa é evidente a importância da farinha e do carvão para o sustento dos moradores, pois, desta totalidade de 178 propriedades, 61 possuíam forno de farinha e 30 possuíam forno de carvão. Nas pesquisas também há destaque para a criação de porcos e aves, atividades desenvolvidas nos sítios, pois possuíam 83 pocilgas e 97 aviários.

A maioria dos moradores dos sítios das margens do rio Murucupi, na vila dos Cabanos, deslocou-se para o Bairro do Laranjal. Neste novo lugar vivenciaram um novo modo de vida, pautado na “modernidade”, esta representada pelo surgimento das empresas. Nos estudos sobre esses moradores do Laranjal provenientes dos sítios, feitos por Moura e Maia 1989) e Vasconcellos (1996), são referenciadas as

---

<sup>46</sup> Catarina Amorim, 9 de agosto de 2014.

<sup>47</sup> Ministério do Interior. PRODIAT. Organizadores: SILVA, Walter Alexandre; BASTOS, Lúcia Bastos. Belém, dezembro de 1983.

situações de descaso e abandono que viviam no bairro. Tais resultados demonstram que, nos primeiros anos do “desenvolvimento” do município, já estavam sentindo o progresso ilusório e as ações de exclusões adotadas pelo Estado e pela Empresa.

A vida do sítio representa os laços de identidades dos moradores do Laranjal, que os identificam como os *filhos dos tradicionais da terra*, identidade, portanto, já internalizada por eles, diferenciando-os daqueles oriundos de outros lugares. As relações familiares unem as pessoas e dão força para suportar a brusca mudança do modo de vida. Essas relações são representadas pela identidade das famílias e dos sítios onde nasceram (VASCONCELLOS, 1996).

O senhor Silvio Amorim, da comunidade Quilombola São Sebastião do Burajuba, em suas narrativas se refere aos parentes e vizinhos que moravam nas margens do rio Murucupi antes do deslocamento. Na memória reconstruiu a paisagem do época do sítio, quando era um jovem e seus pais ainda estavam vivos.

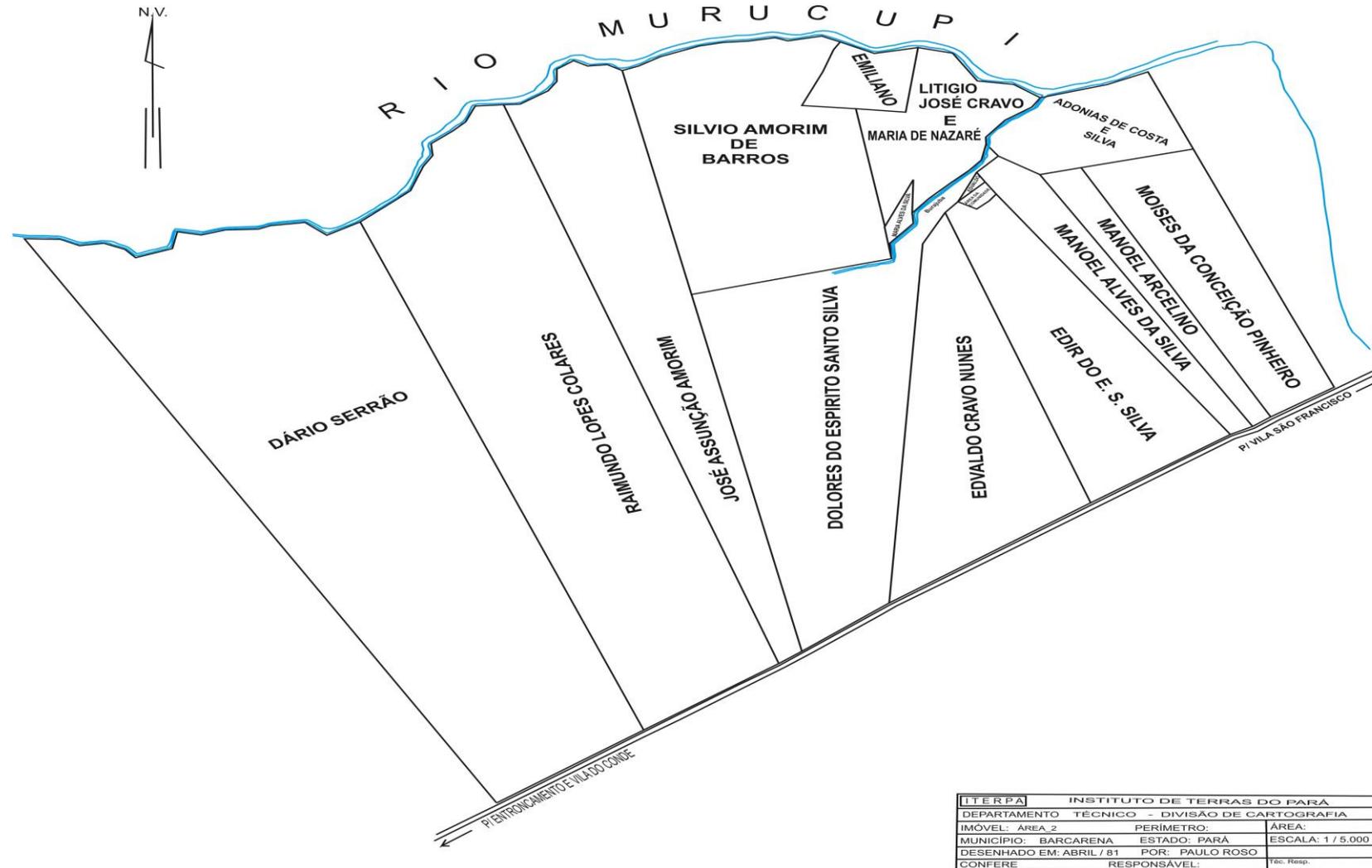
P: O que o senhor lembra da época antes da Codebar? E os seus vizinhos? Era uma maravilha, esse conjunto aqui atrás tudo era nosso vizinho, os filhos deles moram tudo pro Laranjal, netos. Aqui logo tinha o finado **Pedro Santana, Isaias Amorim, Crescêncio Amorim, Antero Amorim**, embaixo vinha o seu **Mundubi** pai do **Raimundinho**, vinha **tio Fabico**<sup>48</sup>, **tio Vidal, tio Agostinho**, e daí por diante, a vizinhança pra baixo eu conheço tudinho,  **dona Marina, pai do Vigico**, pai do **finado Izan**, pessoal já chegando pra banda da Boa Vista. Pelo lado daqui tinha nós aqui, tinha meu avó que morava lá perto da família do **tio Jeronimo**, tinha meus primos que também saíram na época, aí morava nossos irmãos todinhos, morava o **Dico**, morava o **Zeca**, aí já emendava ali a **família Cravo**, seu **Emiliano**, o **Deco** e o **Lemos** eram comerciantes, ali onde é a igreja velha ali, primeiro era o **Miciano pai do Deco**, aí depois o **seu Zizi**, aí depois que veio o **Deco filho do seu Miciano**. Aí morava ali o **finado Emilio, finado Chicó** que era meu cunhado, morava **Tio Manoel** e **Tia Maria Bahia, finado Orlando, finado Zé Cravo**, e a **cunhada do finado Zé Cravo** que era mãe do Tiba, **o seu Sodário, seu Salô**, os cunhados do seu Salô, **seu Piranha**, faz tanto tempo que às vezes me esqueço até. O pai deles aqui que morava, **finado Chinoca**, morava lá embaixo da ponte um pouco, morava **Trindade**, morava o seu **Miciano**, e ia embora. Só sei que quando a Codebar entrou ela removeu um bocado pro Laranjal, outro do CDI, em Itupanema me lembro desse povão, dos antigos aí. Em Itupanema já é outra parte. Uns foram pro Laranjal, outros pra Barcarena, acho que pra CDI só foram os lá da Ponta Grossa, por parte de lá que foram remanejados quase todos pra lá.  
[...] Eu sou muito besta pra chorar, quando eu começo a contar as histórias, vem aquela coisas que vai apertando, quantas vezes me ajoelhei no meio desse caminho dizendo que um dia nos íamos voltar, e nós voltamos. (informação verbal).

Silvio Amorim retrata o cenário de Barcarena - do distrito do Murucupi - antes da década de 1980, presente no momento da inserção do plano urbanístico. A figura

<sup>48</sup> O senhor Fabriciano Celestino da Silva morava no Sítio Nazaré e foi deslocado para o Laranjal. Foi feita entrevista com sua filha Maria Celestina da Silva, em 01 de julho de 2015.

2 mostra uma representação da ocupação e nela estão relacionados os nomes do senhor Silvio Amorim e e seus vizinhos do Burajuba: José Assunção de Amorim, Raimundo Lopes Colares, Daniel Serrão, Dolores do Espirito Santo Silva, Edvaldo Cravo Nunes, Manoel Alves da Silva, Manoel Arcelino, Moises da Conceição Pinheiro, Adonias da Costa e Silva, Emiliano, José Cravo e Maria de Nazaré.

Figura 2- Os Sítios do Rio Murucupi antes da expropriação.



Fonte: ITERPA (1981). Modificado pela autora.

A **figura 2** mostra a presença e a existência da comunidade da época do sítio e do rio. São relacionados os lotes e os nomes de toda a parentela, e entre eles está o senhor Jose Assunção Amorim, o patriarca da família Amorim da **Comunidade Quilombola indígena, Sítio São João**, que, segundo sua filha Sandra Amorim, morreu após vender seu sítio para a CODEBAR, pensando que com a venda estaria fazendo o bem para sua família. Sua esposa, senhora Maria dos Santos Amorim<sup>49</sup>, descreve como era a relação comunitária entre seus parentes e vizinhos do rio Murucupi:

Como vocês tão vendo aqui, aqui embaixo era o rio Murucupi, antigamente, não sei quantos anos atrás, a parte do rio do outro lado de lá morava o Antério, a Francisca Amorim, e do lado daqui era nosso sítio que ficava aqui tinha um bananal perto do rio; a casa do meu avô era próximo ao caminho que dava acesso pro rio e aqui é onde nós fazia farinha, é o retiro, chamado também casa de forno e as plantações aqui, açaí, pupunha, castanha, manga, outra castanheira também, onde nós morava bem aqui nossa casa, o forno de carvão, aqui é a área onde fazia a roça, aqui nessa parte verde também usava pra fazer roça, hoje é a comunidade Bom Futuro, isso era atrás, ainda não tinha o Bom Futuro. Isso era área de roça lá atrás".  
Tinha vez que meu esposo fazia mutirão, convidava três, quatro pessoas quando era pra roçar rápido, quando não era só ele e eu que roçava, derrubava. [...] porque naquele tempo as pessoas ajudavam as pessoas[...] aí bastava ele dá almoço, fazia o trabalho lá até meio dia e pronto".  
[...] a gente fazia farinha pro gasto e pra vender também, não era muita, as vezes era dois alqueires, não sei quantos litros eram, sei que era um saco assim grande e cheio de farinha. Aí levava ali pra Itupanema para vender pros comerciantes que tinha lá. Vendia lá e comprava as coisas pra casa, e assim íamos sobrevivendo. Pro consumo eu deixava às vezes duas latas daquelas de galão. Às vezes tinha pessoas que queriam farinha, e a gente dava.

Em suas lembranças, a senhora Maria dos Santos Amorim expõe em frases curtas o que representava esta vida no sítio. Segundo ela, sobrava dinheiro para comprar alguma coisa que fosse necessária, e conclui dizendo: *a nossa vida era assim, não tinha problema, não havia preocupação com o amanhã, pois não sabiam o que era fome.*

Este mundo do sítio também é referenciado pela senhora Adriana das Graças Vieira e Silva, que, em entrevista realizada em 15 de junho de 2015, descreve suas origens no Burajuba:

- Meu nome é Adriana das Graças Vieira e Silva, tenho 67 anos que eu fiz agora dia 1 de março. Meu pai é **Domingos Chaves Vieira** e **Dolores do Espírito Santo e Silva** é da minha mãe. Meus avô é **Faustina Alves da Silva** e **Manoel Alves da Silva**.

P. Vocês eram moradores aqui do Burajuba, eles? Qual o nome do Sítio deles? (informação verbal).

<sup>49</sup> Entrevista realizada em 14.06. 2015.

-Sim eles. Ah na época não tinha assim denominação, não era assim de daqui pra cá e de fulano, e daqui pra cá de ciclano, não. Se dividia se respeitando o limite de cada um, então não tinha nome era o sítio inteiro Burajuba mesmo. Morava só familiares, os irmãos dos meus tataravós, os irmãos da minha bisavó, e os irmãos da minha avó, que foram indo e foram deixando os descendentes. Os últimos descendentes é eu e os meus irmãos, e das outras famílias também.

P. Quantos irmãos?

Somos eu, o **Edir, Edilson, Ednair, Ednazilda, e Ana Maria**, moram tudo em Barcarena. (informação verbal).

Em 03 de dezembro de 1987, seu Emiliano Cavaleiro informou que viviam da roça e que faziam compras no seu Deca, o qual tinha um comércio no Burajuba. A vida no Burajuba era diferente, mas todos foram deslocados, “não ficou ninguém, não. Quando nós saímos de lá, não ficou mais nada, nem o seu Deca ficou e nem seu Zé cravo com a família não ficaram e nem ninguém mais ficou”.

O senhor José Cravo<sup>50</sup> foi para o Laranjal. Encontramos sua filha, Marilda Cravo<sup>51</sup>, que falou sobre a época do sítio de seus pais:

[...] eu lembro tudo, convivi e a minha vida foi aqui, crescendo e vendo tudo que meu pai fazia, de manhã a gente ia pra roça, capinar, carregar mandioca, botar mandioca na água e fazer farinha, capinar e limpar sítio. Nós fomos criando em roça, lavoura e agricultura. Mamãe tinha hectares e hectares de abacaxi, a gente tirava pupunha, de mil a dois mil cachos de pupunha, era muita pupunha, biribá, jaca, açai. (informação verbal).

O Deca é o senhor Edvaldo Cravo Nunes Lemos, dono do pequeno lote às margens do igarapé Burajuba. Possuía uma taberna conhecida por todos que moravam em torno do rio Murucupi. Seu Edvaldo é esposo de Dona Judith Souza Lemos, professora da Escola da Comunidade de Burajuba, na época, localizada na área comunitária descrita na Figura 2.

A Figura 3 a seguir desenha a outra margem do rio Murucupi, onde se implantaram todos os polígonos, quadras e lotes da Vila dos Cabanos. Desta área foram deslocadas mais famílias, moradoras de 34 sítios. Podemos encontrar ainda algumas dessas pessoas residindo em Barcarena, mas a maioria foi dispersa por vários lugares, impossibilitando ter notícias delas. Nesta figura, observam-se famílias do senhor Cordolino da Silva Pinheiro<sup>52</sup>, José Maria da Cruz Pinheiro (33), senhor

<sup>50</sup> José da Silva Cravo teve nove filhos: Orlando do Espírito Santo Cravo, Marilda do Espírito Santo Cravo, Osmarina do Espírito Santo Cravo, Francisca do Espírito Santo Cravo, Nazaré do Espírito Santo Cravo, Odanil da Silva Cravo, Olival do Espírito Santo Cravo, Odacil do Espírito Santo Cravo e Dulcinéia da Silva Cravo. Quatro deles retornaram para o Burajuba, em 2009.

<sup>51</sup> Entrevista em 15 de maio de 2015

<sup>52</sup> Entrevista em 30 de maio de 2015.

Edwan Moraes da Silva (31) e Benjamin Moraes da Costa (30), que se destacam pelo histórico de resistência às ações desenvolvimentistas adotadas pela CODEBAR. Todas elas pertencem à **comunidade Tradicional de Boa Vista e da Comunidade Quilombola Indígena Sítio Cupuaçu/ Boa Vista.**

Dona Elza da Costa Pinheiro<sup>53</sup> reconstrói na sua memória a paisagem do sítio do seu pai, o senhor Cordolino da Silva Pinheiro:

P. Me conte como foi que aconteceu com a Codebar quando vieram aqui, o seu pai tava vivo ainda?

- Foi o meu pai tava vivo, eles chegaram aqui que era pra desocupar a terra que a terra era deles. Olha tinha era muita gente aqui, mais de 30 pessoas nessa beira e ia até lá na casa da **Joana**. Tinha muita gente, aí um bocado foi embora, esse pai da Joana que mora ali que era irmão da minha mãe, depois que elas vieram ele pegou e foi embora, comprou uma casa com o dinheiro que eles deram, comprou uma casinha em Barcarena, depois os filhos não ficaram satisfeitos e levaram ele pra Belém.

P. E qual era o nome do pai da Joana?

- Benjamin. Aqui o sogro do compadre **Bidó** que é o pai da **Mirica, João**.

P. E a senhora foi pra onde quando deslocaram vocês?

- Nós fomos pra Barcarena, minha irmã tinha uma casinha lá, ela deu pra gente morar, e nós moramos até a gente comprar a nossa. Meu pai disse que daqui ele não saía, só se o trator passasse por cima dele, e ele não saiu. Aí de vez em quando a gente vinha, ajudava ele na roça e passava a semana aqui com ele, quando era dia de sábado a gente ia embora pra Barcarena. Aí foi e foi até que nós voltamos.

P. Então o seu Cordolino não saiu daqui?

- Não, ele saiu mas foi quando ele morreu. Meu irmão também o Oziel que é o primeiro, o mais velho ele também só saiu quando morreu. Tinha a casinha dele de madeira aqui do lado, que o papai fez ainda, mas aí depois a gente não quis mais que o papai ficasse aí porque a pernamanca já tava toda estragada, a gente disse: “não o papai não pode mais ficar aqui, que de repente ele cai e se quebra tudo”, aí nós fizemos outra casa, grande de madeira. (informação verbal).

A narrativa sobre a época de seu pai, Cordolino da Silva Pinheiro, é feita pelo seu irmão, o senhor João da Costa Pinheiro<sup>54</sup>.

-Quando a Codebar veio, ela veio pegando aquela área tudinho, tinha o **Chico Costa** daqui e do lado dali tinha o **Antério**, pra Itupanema e daqui pra cá da divisão já e o Murucupi, então vinha esse morador de lá que era o **Antério**, vinha mais o **pessoal do Colares**, e ainda tinha o Amorim. Aí vem até chegar no pessoal dos Costa lá em cima, era o finado Leandro, morava lá o **Manoel Baixinho** que chamavam pra ele, que era casado com a minha tia, era o finado **Mundubi** [...] Então nós ficamos o último morador que era aqui do rabo da cobra, aí nós fomos pra lá, na época veio o chamado pra nós ir pra lá e nós foi, indenizar.

Sem mentira nenhuma, eu entrei com meu pai lá sete horas da manhã e saí de lá uma hora da tarde, só assinei porque foi obrigado.

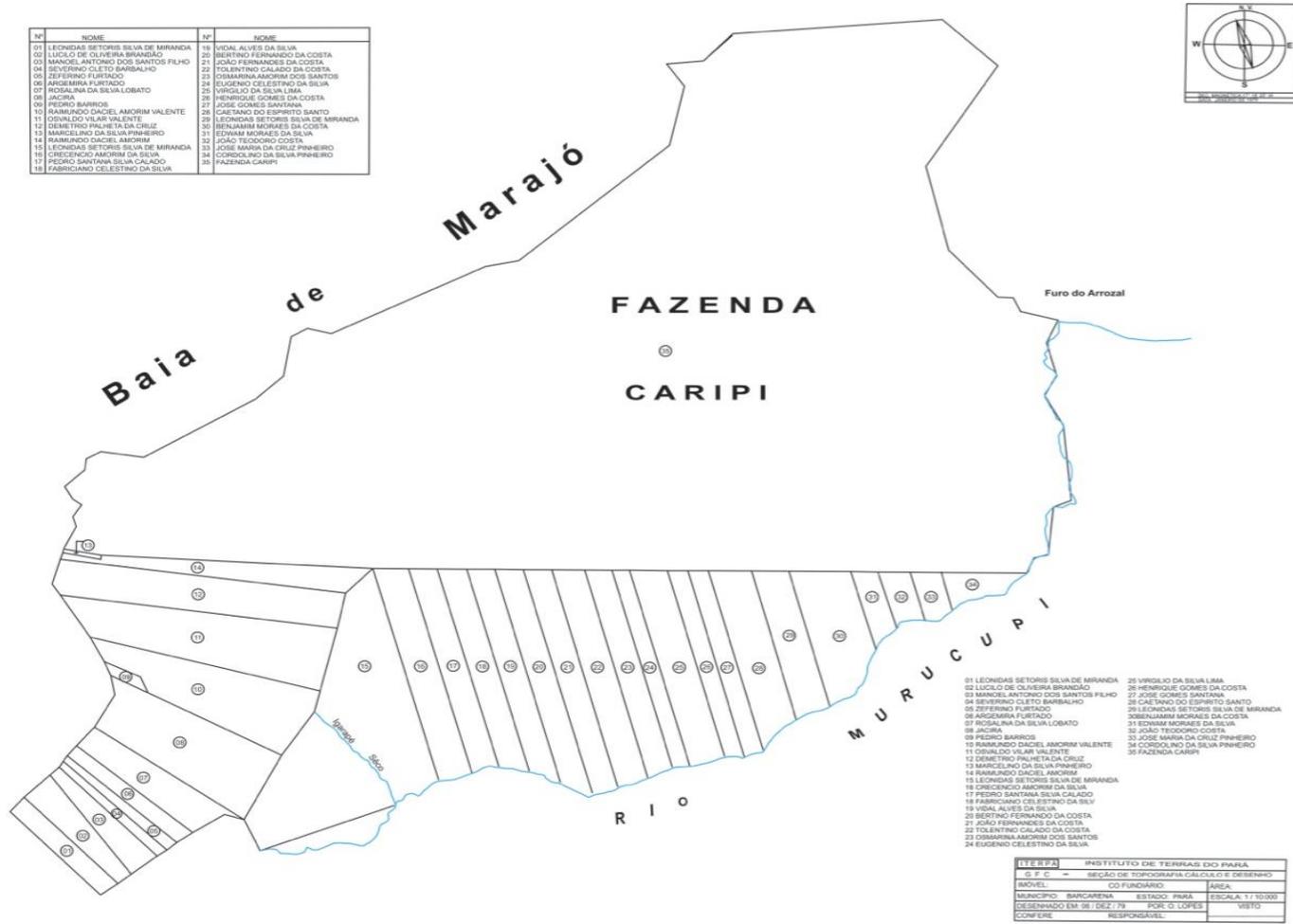
P. Como era o nome do seu pai?

<sup>53</sup> Entrevista 01 de maio de 2015.

<sup>54</sup> O Sítio Cajueiro pertence à família do senhor Domingos Luiz da Silva e foi incorporado ao Boa Vista, como uma estratégia de resistência durante a fase da liquidação da CODEBAR .

- Cordolino da Silva Pinheiro, e eu sou o filho mais novo dele. Tem o Manuel, Francisca, Elza e a Maria, ainda tão lá no Boa Vista, os outros estão falecidos, o Oziel, Carlos, Martinha, Antônio, são falecidos. O papai assinou, aí eu tive que assinar. Dois mil e quinhentos não deu pra eu fazer uma casa aqui do lado, já tinha uma casinha lá, não tava terminada, mas já tinha. O dinheiro que eles me deram foi isso, mas não deu pra mim fazer minha casa. Aí de lá nos jogaram pra cá. (informação verbal).

Figura 3- Imagem das demarcações dos sítios nas margens do rio Murucupi, destinada à Vila dos Cabanos.



FONTE. ITERPA (1981)  
Adaptada pela autora.

O senhor Benjamin Moraes da Costa foi sogro do senhor Domingos Luiz da Silva, do Sítio Cajueiro<sup>55</sup>. Ele não aceitou a indenização da CODEBAR e permaneceu no território com a sua família; ludicamente memoriza a época em que vivia da pesca e da produção do sítio.

P. E o rio Murucupi o senhor usa?

- Não, eu deixei de usar. Deve dá quase uns 400 metros daqui pra lá. Eu criei meus filhos quando não existia essa poluição aí, criei meus filhos com peixe daí. Quando era tudo mato aqui, só rio sem poluição nenhuma a gente pescava e trazia pra cá, depois que começou a poluir nunca mais eu fui pescar pra aí. Peixe daí pra mim não tem uso, mas tem gente que usa, por causa da situação, gente que não tem emprego, vai pra esse rio aí pegar peixe e consome porque é obrigado, se não fizer isso vai sustentar a família com o que? A pessoa que mora numa vila por exemplo como aqui no Pioneiro e Laranjal, vai viver de que se não tem uma roça, não tem onde plantar, um pedaço de terra 10 por 30, plantar o que? E sem emprego o que vai acontecer: ou ele vai roubar pra dá comida pros filhos ou vai passar fome. Aí se obriga vim pescar nesse rio que tá poluído. Isso quando ele sabe pescar. No tempo que eu criei meus filhos, eu saía pra pescar, pro Arrozal, saía pra baía, mas eu trazia pra comer um, dois, três dias. Naquele tempo tinha bastante, agora todo mundo põe rede e pesca, cresceu a população exageradamente aí tudo falta. (informação verbal).

Toda a parentela dos Pinheiros morava na comunidade de Boa Vista. O senhor José Maria da Cruz Pinheiro era filho de Feliciano da Silva Pinheiro, irmão de Cordolino da Silva Pinheiro. Trabalhavam na pesca, possuíam as suas roças que ficavam na parte de dentro do terreno dos sítios, abasteciam em Belém os portos do Sal e o Ver-O-Peso de carvão e frutos regionais. Alguns eram marreteiros, como o caso do senhor Wilson da Cruz Pinheiro, que comercializava os produtos com os demais moradores da margem do rio Murucupi.

O senhor Edwan Moraes da Silva<sup>56</sup> faz parte da história do Boa Vista também, e ele ocupa um sítio chamado de São João. Com detalhes, descreve como ocorriam os laços de parentesco na época de seus avós e pais.

P. Qual era o nome do seu pai?

- Clodomiro Moraes da Silva, ele era filho do Carolino Moraes da Silva e a família que mora no Boa Vista que se diz, que é o Cordolino, é ele já entrou de outro lado e ficou com uma tia minha que era herdeira da área, ele não era daqui. O Cordolino era do Maranhão, ele casou com uma herdeira, a minha madrinha Dulce, não sei o que da Costa, eles sabem lá, os filhos, melhor de que eu. Eles nos botaram como descendente do Cordolino, eu não sou descendente do Cordolino, sou do Carolino. (informação verbal).

---

<sup>55</sup> Entrevista realizada em 26 de maio de 2015.

<sup>56</sup> O Sítio São João, do senhor Edwan Moraes da Silva, também foi incorporado ao Boa vista como uma estratégia de resistência durante a fase da liquidação da CODEBAR.

O senhor José Vieira da Silva<sup>57</sup> não consta no desenho do ITERPA, mas está presente na relação da Gleba CDI (Vila Urbano de Barcarena) entre os deslocados pela CODEBAR. Em sua entrevista afirmou ter morado no Sítio Livramento, pertencente ao senhor Vidal Alves da Silva.

O senhor Rosinaldo Alves da Silva<sup>58</sup> era filho do senhor Vidal Alves da Silva, diz ter nascido no Murucupi, no sítio Livramento:

P. E hoje, quem é que está lá no sítio Livramento? O que tem lá no espaço?  
– Na realidade tem muita coisa, tem área que ainda não foi apropriada, mas tem lá o Hospital São José, a panificadora Cabanos, Assembleia de Deus, praça da vila dos cabanos, O Magnus clube, tem o Armazém paraíba e o Eletrovaz, e do Eletrovaz pra dentro tudo é sítio, não foi ocupada aquela área até chegar no rio Murucupi. Eu acho que ali tem em torno de uns 500 metros, porque a área do meu pai era de 800x2800, a frente tá, deve ter uns 400 de frente por 400, mais ou menos, porque do Vaz, já entrou muito ali. (informação verbal).

Na oficina de cartografia social que os quilombolas indígenas do ramal Cupuaçu/Boa vista e do Sítio Conceição fizeram, descrevem a organização social dos seus moradores, alguns deles citados nominalmente nos mapas elaborados pelo ITERPA.

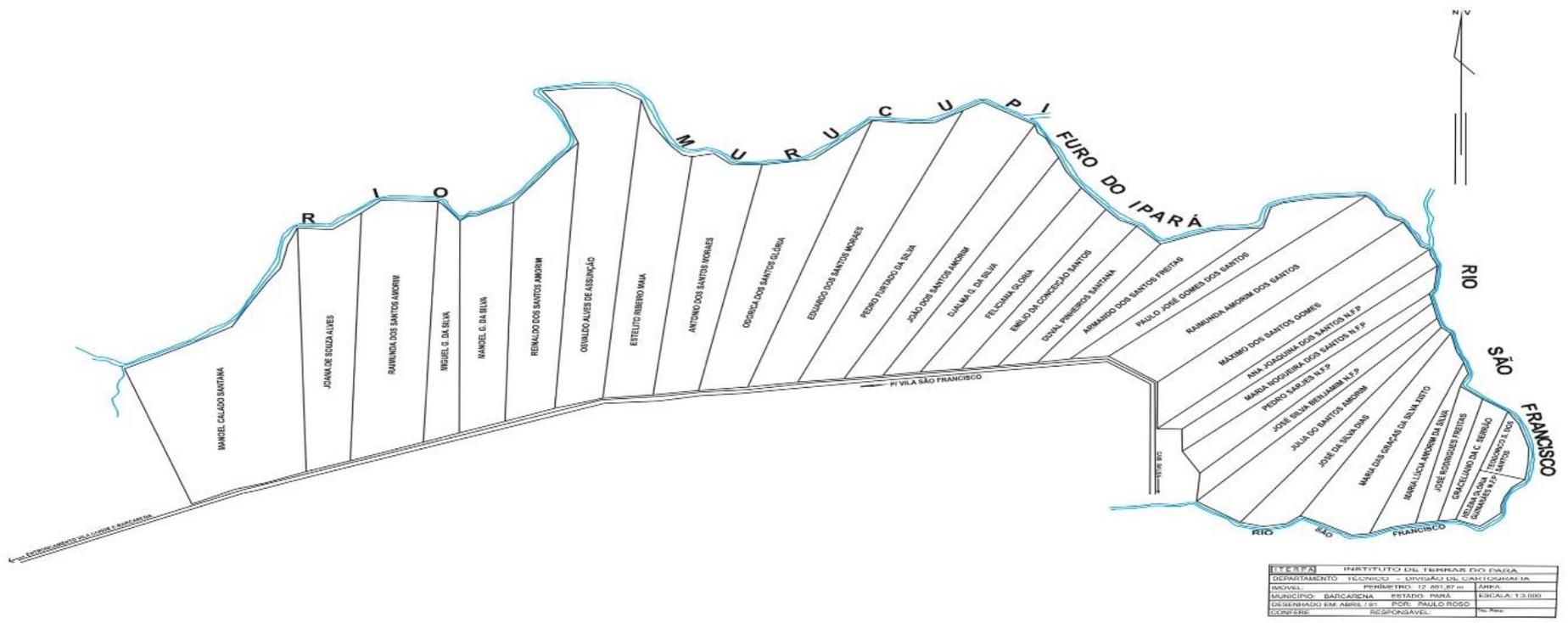
Constam 33 nomes transcritos: Manoel Calado Santana, Joana de Souza Alves, Raimunda dos Santos Amorim, Miguel G. da Silva, Manoel G. da Silva, Reinaldo dos Santos Amorim, Oswaldo Alves de Assunção, Estelito Ribeiro Viana, Antonio dos Santos Moraes, Odorica dos Santos Glória, Eduardo dos Santos Moraes, Pedro Furtado da Silva, João dos Santos Amorim, Djalma G. da Silva, Feliciano Glória, Emílio da Conceição Santos, Durval Pinheiro Santana, Armando dos Santos Freitas, Paulo José Gomes dos Santos, Raimunda Amorim dos Santos, Máximo dos Santos Gomes, Ana Joaquina dos Santos, Maria Nogueira dos Santos, Pedro Sarjes, José Silva Benjamim, Julia dos Santos Amorim, José da Silva Dias, Maria da Graça da Silva Xisto, Maria Lúcia Amorim da Silva, José Rodrigues Freitas, Graceliano da C. Serrão, Helena Glória Guimarães, Teodorico B. dos Santos.

---

<sup>57</sup> Entrevista realizada em 01 de maio de 2015.

<sup>58</sup> Entrevista realizada em 26 de maio de 2015.

Figura 4- Imagem das demarcações dos sítios, com o Furo Ipara e São Francisco



Fonte: ITERPA (1981). Adaptada pela autora.

A Figura 4 recorta parte da **Comunidade de Quilombola Gibrié de São Lourenço**, onde foi instalado o Bairro do Laranjal. A figura traz uma aproximação do que era o lugar, o qual os moradores ocupavam antes da ação da CODEBAR. Muitos deles permanecem no território, mas ocupando áreas bem reduzidas, devido às invasões e às expropriações das agências governamentais. Entre aqueles inseridos no mapa feito pelo ITERPA, que permanecem na comunidade, citamos: Armando Santos Freitas, Paulo José Gomes dos Santos, Antônio dos Santos Moraes (o senhor Bila) e Durval Pinheiro Santana<sup>59</sup>.

O senhor Armando Santos Freitas é filho de Maria Zeuzalina dos Santos Freitas e José Rodrigues de Freitas, e refere-se ao “tempo dos meus pais” quando o transporte para Belém era feito de canoa a remo e a vela.

Mudou muito, nesse tempo era só mato, pra ir pra Belém era canoa a remo e a vela. Quando apareceu a primeira bicicleta o povo ficou abismado de ver, não[tinha carro, não tinha jipe, caminhão, não tinha nada. Era 12 horas de viagem daqui pra Belém a remo.

Aí veio a bicicleta, o jipe, o caminhão, que quando foram abrir essa pista aqui, meu pai saiu da roça, e eu disse “pai sabe o que é isso, é as coisas que tão crescendo”. Aí veio os barquinho movido ao coisa. Esse mato aqui minha filha, eu trabalhava em lenha, junto com os velhos, não tinha mais pau no mato, tudo era à base da lenha, padaria e essas coisas tudinho era só na lenha.

P A sua mãe saiu de lá e veio pra cá para perto do senhor?

- Não, a mamãe, era lá adonde o Valter mora, isso aqui eu comprei do senhor. A estrada era pra lá, o terreno era grande, e tudo era só parente, lá do porto da balsa era tudo parente, a família é grande. (informação verbal).

O senhor Paulo José Gomes dos Santos é filho de Luzia Gomes dos Santos, dona de um sítio que teve essa base da organização do seu modo de existência retirada com a entrada da CDI, que os indenizou de forma aviltante:

Quando ela chegou aqui, primeiro veio a CDI e indenizou a Mamãe, nesse tempo era a mamãe que era a dona, nosso sítio era por ali, e eles indenizaram o sítio, as benfeitorias só. Dos nossos serviços, nós tinha roça, forno de carvão, roça com abacaxi, roça com verdura e disso nunca indenizaram nós. Só aqui a benfeitoria, só o forno e as coisas aqui, uma mixaria, na época uns 90 cruzeiros, noventa mil, tô nem lembrado. Tinha quatro tarefas de roça de verão, três de roça de janeiro, milho arroz e tinha forno, tinha três tarefa de roça de abacaxi, nisso meteram a máquina e reviraram tudo e nunca chegaram assim e disseram “nós vamos indenizar vocês”. Era o Laranjal que tinham essas benfeitorias, nosso sítio pega daí, desce o rio e vara lá quase no pioneiro e vara por dentro do São Francisco. É só um terreno até então. Ali o pioneiro, o São Francisco, o pessoal tá tudinho dentro do nosso terreno, essas invasão são tudinho. (informação verbal).

<sup>59</sup> Os três primeiros moradores do São Lourenço foram entrevistados em 01 de maio de 2015, e o Senhor Durval Pinheiro Santana somente no dia 05 de agosto de 2015.

Dona Neuza Maria de Santana<sup>60</sup> tem 94 anos de idade, mas ainda lembra da época em que vivia no sítio com o senhor Eduardo Santos Moraes (cujo nome aparece na figura 4)

P. E a senhora já é daqui do São Lourenço há muito tempo é? A senhora sempre morou pra cá? Ou morava aqui na frente?

– Muito tempo, sempre morei aqui, com meu marido, pai dessa aqui que já morreu. O nome do meu esposo é Eduardo da Silva Moraes e o meu é Neuza Maria de Santana, tive somente três filhos com ele, duas mulher e um homem, e só ela que mora comigo, o outro mora em frente e a outra mora em São Paulo.

P. E quando o pessoal da CODEBAR veio pra tirar vocês daqui, e indenizar vocês, seu marido era vivo, o que a senhora lembra dessa época?

– Era vivo sim, foi a CODEBAR que destruiu a nossas roças todas, meteram o trator em tudo, elas ficaram aí pra dentro. Minha filha também vivia pra São Paulo, depois que ela veio pra cá, depois que eu fiquei cega e sem marido. Aposentou, já tava aposentado quando morreu, ele morava ali numa casinha de madeira. Nós nos deixamos porque ele me maltratava muito, ele era muito mau. (informação verbal).

Antônio da Silva Rodrigues<sup>61</sup> teve suas roças destruídas pela CODEBAR, mesmo assim persistiu no sítio denominado Bom Jesus. Ele é chamado por todos de Bila, tem suas roça e seu forno de farinha. Em seu discurso revela o sentimento de pertencimento identitário do sítio:

Sou nascido e criado aqui, até hoje to aqui, meu pai é Eduardo dos Santos Moraes e minha mãe é Maria de Santana, essa que tá bem aí, que mora na casa da Socorro. Meus avós são Juliano dos Santos Góes Moraes, os meus bisavós eu não me lembro.

Aqui a gente vive de roça, faz carvão, faz farinha, aí quando a gente não arranja, na safra do açaí a gente apanha açaí e vende. Meu pai antes de morrer derrubou a metade do açazal, agora a gente tem só um pedacinho de açaí, agora a gente se vira com farinha, carvão, quando não tem dinheiro pra comprar comida a gente sai aí, pesca, pega camarão. É assim que a gente vai levando a vida. Esse que é o nosso quebra galho daqui.

O nome do meu sítio aqui é Bom Jesus, minha finada avó dizia que era assim. É bom viver aqui por causa do lugar, aqui a gente faz roça faz carvão. (informação verbal).

Os moradores de São Lourenço construíram a cartografia social da época de seus avós, antes de a CODEBAR invadir seu território. Podemos comparar o mapa do ITERPA da figura 4 com o mapa da Cartografia Social da figura 5. Estes mapas representam a paisagem de São Lourenço, composta de sítios, roças e açazais. No ato de cartografar a terra de São Lourenço, detalharam-se os sítios da família do João dos Santos, Máximo dos Santos, Maria Zeuzalina dos Santos, Maria Celeste dos Santos, Raimundo Bertino dos Santos, Juliana dos Santos, Joaquim dos Santos,

<sup>60</sup> Entrevista realizada em 9 de agosto de 2014.

<sup>61</sup> Entrevista realizada em 9 de agosto de 2014.

Raimunda Durica dos Santos, bem como constam as famílias de José Tavares, José Benjamin dos Santos, Mário Benjamin, Silvia dos Santos, do senhor Graciliano, o Casarão do Laranjal da família Emilianiana dos Santos e o sítio da família Luzia dos Santos. Há também o igarapé Pará, que servia de caminho para atingirem o rio Murucurucá e dali chegar a São Francisco, ou o Furo do Arrozal para alcançar o rio Pará, e seguir a Belém e aos núcleos próximos.

No croqui da figura 5, é traçada a territorialidade específica das comunidades tradicionais, o que difere da visão fracionária, homogênea. E os limites de acesso são definidos nos mapas elaborados pelo ITERPA. Nela, percebem-se as relações sociais baseadas na coletividade, visto que impera o uso coletivo da terra e de seus recursos. Esta relação respeita as diversidades, os modos de reprodução e as formas de existência, assim como prevalecem a reciprocidade e as regras, em consenso, para uso dos recursos. Esse elemento distintivo corresponde ao que Almeida sublinha na análise das territorialidades específicas:

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes. De maneira genérica são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas limdeiras sob a acepção corrente de “terra comum” (ALMEIDA, 2008, p. 133-134).

A territorialidade específica possui uma força política e identitária, vista como processo de territorialização das comunidades tradicionais, por assim dizer, diferenciadas dos processos hegemônicos impostos pela ordem colonial e dos projetos desenvolvimentistas. Constituiu-se uma resistência pela garantia de formas diferenciadas de existência (ALMEIDA, 2006, p. 54), ao mesmo tempo em que possui *uma capacidade mobilizatória de uma política de Identidade* (ALMEIDA, 2006). Almeida (2013)<sup>62</sup>, em entrevista realizada e transcrita no “Espaço Ameríndio”, sistematiza as pesquisas empíricas e os debates teóricos que conduziram a reflexão sobre essa categoria:

[...]E agora nós começamos a reconhecer todos estes grupos emergentes: indígenas, quilombolas. Então isto já tinha uma certa diversidade em jogo. E utilizamos um conceito do antropólogo João Pacheco, “processo de territorialização”. E começamos a trabalhar mostrando que estes são processos diferenciados de “territorialização”, na verdade. E que cada um destes processos produz, tem como resultante uma territorialidade específica. Nós começamos a compor esta especificidade. Então

---

<sup>62</sup> LIMA, Widney P.; RAMOS, João D.D; Silva, Cristhiano K. Entrevista com o professor Alfredo Wagner Almeida. Espaço Ameríndio, Porto Alegre. v. 7. N. 2. Jul./dez. 2013. p. 24-270.

começamos a trabalhar com a ideia de território, uma ideia de processo de territorialização, uma ideia de territorialidade específica, uma ideia própria de território como o elemento que organiza a passagem do processo de “territorialização” para o seu produto, que é a territorialidade específica. (ALMEIDA, 2013, p. 266).

A noção de *sítio* evoca uma construção de territorialidade, de organização social e de práticas culturais das unidades familiares, com base no uso comum dos recursos naturais, nas regras de usufruto e nas condições de acesso. Nele, a figura da posse e da propriedade é menos relevante que o direito de usufruir. A base dominial da terra estava reconhecida pelos costumes, na tradição e solidariedade e na constituição da herança. Desta forma, a fronteira nas territorialidades específicas é determinada pelas relações sociais, econômicas, culturais e históricas (ALMEIDA, 2013).

**Figura 5-** Cartografia Social do São Lourenço, antes da CODEBAR



**Fonte:** Acevedo Marin; Maia (2015, p. 45).

Na figura 5, estão descritas as formas de existência da comunidade de São Lourenço e discriminados os sítios de cada dono. Valter dos Santos Freitas descreve a resistente paisagem dos sítios:

Aqui são as famílias que havia na época. Aqui é o rio Itamumbuca, e essa aqui é o ramal que passa na minha casa, o ramal São Lourenço. Aqui o Igarapé Laranjal e logo lá embaixo o Igarapé Demarcação. Essas aqui são as famílias mais antigas, eram os antigos, que agora não tem mais, porque agora era o Laranjal.

Esse aqui é o Igarapé Ipara, ele vai da casa da Dona Ruth e emenda com o rio Murucupi. Fica perto da casa do Mucurão, do Antonio. Essa casa do outro lado da estrada fica a casa da Maria das Dores. Esse aí é o ramal de São Lourenço que antigamente tinha um caminho que ia até o porto da balsa. Mas agora não vai mais. Essa parte aqui mais para baixo, tá tudo lá, o Pila nunca sai de lá, a Maria do Socorro nunca sai de lá. Eles sempre ficaram lá. Essa casa aqui é o Peta, da família da Pombinha. Não é nem ele o herdeiro, o herdeiro é ela. Era assim um repito muito grande naquela época, nenhum passava para a área do outro, essa aqui era a área do máximo, essa aqui do Feliciano. Ninguém pulava pro lugar do outro. Mas não era dividido entendeu. Essa parte maior que foi tomada, a parte da mamãe, e da tia Luzia, do tio Máximo e do João Caixinha. Essa área que foi tomada pela CODEBAR. Mas para baixo ficou o Mucurão, a área do pessoal do quarenta. Esse Igarapé e esse rio é tudo marco natural, esse aí é o Igarapé Serrão, e outro mais para lá é o da Demarcação, que vara lá. (informação verbal).

O senhor Durval Rodrigues de Freitas é filho de criação de Manoel Calado Santana (do sítio Castanhal, ver na figura o sítio de seu Manoel Calado). “Ele é o pai de criação, porque o pai que me fez mesmo se chamava Manoel Queiroz, morou no Cupuaçu”. Ele também narra a parentela com os Pinheiros do Boa Vista.

P. E como era o nome do sítio?

R. Nosso sítio se chamava Castanhal mesmo, só que aqui nós trabalhamos muito na área do São Lourenço, com a família dela. Aí nós se movemos lá pro Boa Vista ainda, que meus avós eram de lá. Era o Cordolino e a Dorica, tudo já faleceram.

P. O seu avô era o Cordolino, e seu pai verdadeiro, qual o nome dele?

R. O verdadeiro mesmo, o que me fez se chamava Manoelzinho Queiroz, lá do Cupuaçu. O meu pai Calado, que me criou, era do Castanhalzinho e a minha mãe se chamava Francisca da Costa Pinheiro, ela ainda está viva. Tem a Elza que tá viva, a Marinéia, todas minhas tias ainda estão vivas. Tem o Jango, meu tio, o Manoel, que chamam de sapo. Só o Antônio que já faleceu. (informação verbal).

O senhor Manoel Calado Santana foi marido da senhora Francisca da Silva Pinheiro (filha do senhor Cordolino da Silva Pinheiro, da comunidade do Boa Vista). Ele não saiu do seu sítio, chamado Castanhal. Foi realizada uma entrevista com o filho Dorival Pinheiro Santana<sup>63</sup>, o qual se orgulha das histórias de sua família pelo

<sup>63</sup> Entrevista realizada em 1 de julho de 2015.

direito a sua territorialidade.

P. E como é o nome dessa comunidade?

Essa comunidade sempre permaneceu como Sítio Castanhal. Isso aqui pertenceu do pai do pai do papai; do papai passou pra ele, e já é nós que vivemos esse coisa conforme tem aqui. Mas nós permanecemos na área, porque nós ia pra onde se nós saísse daqui? Aí nós permanecemos na área graças a Deus, e até hoje a gente vencemos, só que não é como antigamente que isso aqui não tinha essas casas, essas coisas aí tudo que a gente queria, era tudo mais fácil naquela época. Agora descontrolou tudo a situação, e polui o rio, já não temos mais caça, não temos como sobreviver como a gente sobrevivia antigamente.

Aqui primeiro a rua era tipo um caminhozinho, nós somos descendentes de índios mesmo.

P. E qual era a etnia?

- Ah, acho que era aqui Murucupi, chamava-se tribo era a Murucupi que nós tinha aqui. E o pessoal do Conde, tinha outro pessoal, que morreram tudinho e nós fomos ficando nós já, nós já ficamos civilizados e até hoje nós tamo na história, que eu creio que nós já fomos constatados por um estudo quilombola da área, que veio um pessoal da Federal fazer uma pesquisa de novo, e constataram isso. Tá aí o Chip que tá presente, que nós somos a geração dele já é quase minha geração. Ele é mais novo de que eu. Mas só que nós já vivemos um bocado de tempo aqui. Nós sabe o que já passamos, e esse problema veio, esse problema de Codebar, na época e enganou o pessoal, com um pouquinho de coisa, quem tinha uma besteira davam, e deslocaram uma área onde não tinha condição. E por isso que nós não fumo pra lá, o que nós ia fazer com tanta [...] nós ia sobreviver de que lá? Que na época que nós, a minha mãe ela fazia roça, até hoje o meu pessoal ainda fazem roça lá pro outro lado lá, eu ainda não fui lá visitar a área de lá, mas até hoje tem roça, tem milho, tem arroz.

P. Qual o nome da comunidade?

- O Boa Vista, era onde minha mãe ficava e tinha a tribo deles pra lá, era o pessoal do Pinheiro.

P Como é o nome da sua mãe?

- É Francisca Pinheiro Santana. São a família dos Pinheiro, nós somos já do Manoel Calado e do Santana

P.O Manoel Calado casou com a sua mãe?

- Foi, foi. Esse lado daqui e ela morava do lado de lá. Na época essa mata aqui já era patrimônio de santo, antigamente esse negócio de santo tinha patrimônio. Tinha os patrimônio, já tinha constatado, e o papai já trabalhador desse negócio de Juiz de Bandeira, eles deram pra ele tomar de conta e zelar pela área.

P. Mas antes dele vim pra cá ele morava aonde?

Aqui mesmo. Sempre ele foi nascido e criado aqui, com diz o ditado, ainda meu umbigo tá enterrado por aqui. (informação verbal).

O rio e o sítio fazem parte da história das comunidades de Barcarena, e a sua presença nesta paisagem é secular. Lutam para assegurar a sua reprodução social, com direito de continuar a ter e de garantir no seu território as suas especificidades culturais. As comunidades tradicionais de Barcarena olham o passado como alternativa, e a tradicionalidade rompe as barreiras impostas pelo mito do progresso. E, portanto, essas comunidades são representadas, muitas vezes, como um obstáculo aos interesses da elite local e das empresas.

Essas comunidades travam uma luta diária para não serem tratadas como invasoras pelas agências de desenvolvimento e de controle do Estado e pelas elites locais, que se sentem ameaçadas pelo avanço do debate sobre os direitos indígenas-quilombola, quando articulados, junto ao Ministério Público Federal (MPF), o retorno e a permanência em seus sítios.

Os quilombolas indígenas reconstruíram a paisagem em torno do rio Murucupi por meio dos croquis que elaboraram nas oficinas do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, onde humanizam o rio e descrevem o seu modo de viver. No croqui feito pelos moradores do Sítio Conceição, é revelada a relação deles com o rio, os sítios e os moradores em seu em torno.

No croqui do Sítio Conceição, o rio aparece como figura central, o que nos possibilita a percepção dos sítios nas margens do rio de forma diferente daquela expressada nos mapas elaborados pelo ITERPA, que descreve de forma estática e geometricamente limitada. No croqui dos quilombolas, verificamos a vida dinâmica em torno do rio, não expressando os limites de posse e propriedade.

Neste croqui visualizamos os portos do rio (porto dos 40, porto dos Pinheiros, porto do Calado<sup>64</sup> e o porto da Trindade). Na margem esquerda do rio, estavam presentes os moradores do Sítio Conceição, nas casas da família Cravo (José Lemos Cravo e Francisca Cravo), do Senhor Domiciano e do Senhor Sodário. Na margem direita do rio, estão os moradores da comunidade do Boa Vista/Cupuaçu, percebida pela visualização da casa do Senhor Wilson Pinheiro e da casa de Dona Mirica (Raimunda Costa Correa).

---

<sup>64</sup> Do senhor Manoel Calado, Sítio Castanhal.



## 2.5 As comunidades tradicionais de São João Batista do Conde (do Distrito Industrial de Barcarena)

O documento de registro de imóvel referido no Livro nº 2-D Registro Geral – 1º ofício de Registro de Imóveis, ano 1977, folha 240, determina que o “Patrimônio de São João Batista do Conde” estava sob a posse e domínio da Prelazia de Abaeté de Tocantins. Segundo o documento, o território compreendia uma área total de 4.356 ha, limitando a frente com a baía do Marajó, de um lado com terras da Freguesia de São Miguel de Beja (pelo rio Araenga), de outro lado com a posse de Felipe Angélico de Sousa, e pelos fundos com as “cabeceiras” do rio Araenga.

No final da década de 1970, este território foi expropriado da Prelazia de Abaeté de Tocantins, por meio de uma desapropriação amigável à CDI- **Companhia de Administração e Desenvolvimento de Áreas e Distritos Industriais do Pará**. Mas esse território era ocupado por famílias de agricultores e pescadores descendentes da missão Mortigura, que pagavam para os padres da Prelazia de Abaetetuba o uso e a posse das terras. Apesar dos efeitos destruidores causados pelo surgimento do progresso industrial do Complexo de Mineração, resistem em suas territorialidades específicas.

Entre os moradores das comunidades tradicionais do Conde há uma memória de sua origem indígena. No Laudo Técnico nº 001/2016, organizado pelo Ministério Público Federal (2016, p. 9-11), há várias narrativas sobre esta origem indígena feita pelos moradores do Curuperé, Acuí, Maricá, D. Manoel e Arienga:

[...]A memória da origem indígena, especificamente dos murtiguras, ainda está presente não só no Curuperé como nos demais grupos sociais tradicionais em questão. Trata-se de uma memória que atravessou o momento inicial da colonização e persistiu ao longo dos séculos seguintes passando, no século XIX, pela era das grandes revoltas populares denominadas posteriormente de Cabanagem, e prosseguindo até a memória genealógica mais distante, alcançada pelos mais idosos e preservada nas famílias tradicionais hoje. (MPF, 2016, p. 9).

Em 1970 o município de Barcarena possuía núcleos urbanos pequenos e a vila do Conde possuía 578 habitantes, tinha uma ocupação restrita em torno da Igreja de São João Batista, sendo uma vila tradicional de pequenos agricultores, caçadores e pescadores. A partir de 1977, com o início do processo de implantação do Distrito Industrial, planejado pela CDI, ela sofreu um crescimento populacional e sua população atingiu em 1980 o número de 965 habitantes (IBGE, 1980). Nesta fase de

instalação do complexo de Mineração ALBRÁS-ALUNORTE e da construção do porto de Conde, a vila recebeu uma “onda” migratória com a chegada de operários e trabalhadores para os canteiros de obras. Neste período a vila ficou conhecida como hospedeira de casas noturnas e prostíbulos (BARROS, 2009, p. 27).

No ano de 1977 a CDI começou a desapropriação do Distrito do Murucupi para instalação do complexo de mineração Albrás-Alunorte, do Porto da Vila do Conde, da Subestação da Eletronorte e da Vila dos Cabanos. Barros (2007, p. 183) afirma que houve resistência das comunidades tradicionais à desapropriação organizada pela CDI e discordância em relação aos valores pagos pelos lotes de terra.

O Laudo Técnico nº 001/2016-Seap, elaborado por Raphael Frederico Acioli Moreira da Silva, analista do MPU/Perícia/Antropologia, afirma que as formas de desapropriações dos *grupos sociais de nativos* possuem diferentes períodos:

[...]divisão por diferentes períodos, tipos de empresas que se instalaram, formas de desapropriações e os impactos socioambientais vividos: 1) nas décadas de 1970/80, a instalação do complexo da Albrás/Alunorte, o porto de Vila do Conde e o núcleo urbano; 2) nas décadas de 1990/2000, os conflitos envolvendo a criação da Vila dos Cabanos, a chegada da indústria do caulim e o processo de diversificação de empresas no Distrito Industrial, e mais recentemente, a expansão de projetos portuários entre Itupanema e Caripi, e a ênfase nos empreendimentos do ramo logístico. (MPF, 2016, p. 3).

A comunidade tradicional Ponta da Montanha estava localizada às margens do rio Pará, próximo à Praia Grande, e em 1993 deslocou-se para a comunidade do Curuperé, quando a empresa Pará Pigmentos S.A (PPSA) instalou o porto. Segundo Carmo (2010), esta comunidade tem sua origem na família Rodrigues, de um senhor chamado Raimundo Miranda Rodrigues, fundador da comunidade por volta de 1800, o qual teve sete filhos, dos quais apenas a sua filha Ricarda Messias Miranda permaneceu na Montanha e casou com um português, Gualfredo Rodrigues Lisboa. Tiveram sete filhos e somente o mais velho ficou na comunidade, o José Miranda Dias, que casou com Antônia Dias Moreira (nascida em Barcarena e filha de índio), [de cuja união nasceram] os filhos, Teófilo Dias Rodrigues, Raimundo Dias Rodrigues, Izídio Dias Rodrigues e Luiz Dias Rodrigues.

O pesquisador Eunápio Dutra do Carmo estuda as estratégias de resistência da Comunidade Nova Vida diante da expansão Industrial de Barcarena. O autor fez um histórico sobre a comunidade, desde a época em que os moradores vivam na Ponta da Montanha. Efetuou um levantamento dos moradores da Montanha em 1993 e concluiu que havia 77 pessoas na comunidade que viviam sobre laços de

parentesco, *primos, sobrinhos, netos e cunhados de José Miranda Rodrigues [...] a formação das famílias era baseada nas redes de parentesco que conseguia concentrar os casamentos e “viver juntos” entre os parentes de 1o, 2o e 3o graus* (CARMO,2010, p. 87).

**Quadro 1** - Relação das Famílias da Comunidade da Ponta da Montanha.

FAMÍLIAS	QUANTIDADE DE PESSOAS
Teté	08
Raimundo	11
Izídio	08
Luiz	09
Prisco	07
Benevenuta	09
Samuel	03
Rosa	06
Clarice	09
Daniel	04
Joaquim	03
População	77

**Quadro 2** – População da Montanha por família

**Fonte:** Carmo (2010, p. 87).

As relações de parentesco determinavam a ordem e a liderança da comunidade. Carmo (2010) estuda a organização da comunidade e a solidariedade nas atividades de roça e pesca. Expõe a importância da liderança entre os parentes e agregados, quando afirma ser o líder quem autorizava o ingresso de um membro na comunidade, e resolvia a divisão das terras para o cultivo, assim como as situações de conflitos pelo uso dos recursos naturais, quando ocorria.

Segundo as narrativas e memórias dos moradores, antes da instalação das empresas a comunidade da montanha tinha uma íntima relação com o Rio-Mar, com a terra e com a floresta. Cleonice Rodrigues Coelho, filha do senhor Teófilo Dias Rodrigues, narra como era a vida na Ponta da Montanha:

Entendido, a minha história do, assim que eu me entendo né, desde que eu nasci foi na Montanha uma área assim que hoje a gente lembra como o cartão-postal que era né, e uma área de muita fartura e muita pobreza ao mesmo tempo né, muita fartura devido o peixe que tinha, camarão e a pobreza devido nós não sabermos trabalhar com isso as plantas que hoje nós temos conhecimento como fazer uma agricultura né, como trabalhar com agricultura, a piscicultura mesmo né, e antigamente nós não sabíamos como lidar com isso, inclusive nós tínhamos terras grandes partes de terra né, e não se tinha um plantio devido o, a falta de conhecimento né, mas então é,

com o passar do tempo as empresas começaram a recorrer a essas terras né, querendo, visando um bem-estar pra eles né, e não olhando as pessoas que moravam, os nativos que moravam né[...].

- Vocês eram pescadores?

\_Era pescadores, todo mundo pescador e alguns eram agricultores, trabalhavam em pequenas roças né. (informação verbal).

A principal atividade dos moradores da Montanha era a pesca. A sua localização em frente à praia facilitava o fascínio por essa atividade. Cleonice narra a dificuldade que tinha para lidar com a terra. A família de pescadores sabia montar embarcações, conhecia os ventos e marés, previa a vinda de tempestade, bem como sabia lançar rede ao mar, fazer a linhada de peixe (esperar de uma a três horas na água) ou fazer a estacada (passar o dia na espera) e conhecia o local certo onde está o peixe (CARMO, 2010). A agricultura representava uma atividade secundária e complementar.

Na Montanha, havia uma expressão muito comum entre os sujeitos: “viver da pesca”. O que também implicava em um modo de viver baseado na praia e no mar. Outros depoimentos, como o de Ozéias, afirmaram que se tornou pescador para ajudar a família. Muitos passavam o dia na praia e brincavam nela todos os dias: “[...] Eu era muito agarrado com a praia. A praia me convidava e eu ia”. Como também foram encontradas pessoas que trabalharam por vários anos na pesca, daí a razão da expressão: “a pesca está no sangue”. Algumas imagens da praia hoje, e que faziam parte do local da Montanha. (CARMO, 2010, p. 101).

De outubro de 1993 a 1 de janeiro de 1994, as famílias da ponta da Montanha deixaram a sua comunidade e foram para Curuperé morar nas casas construídas pela Empresa Pará Pigmentos. Com base nos dados sobre a população do Curuperé, no momento do deslocamento das famílias de Montanha, e de acordo com os relatos e narrativas dos entrevistados por Carmo (2010), constata-se que havia cinco famílias, totalizando 30 pessoas. Foram deslocadas da Montanha 11 famílias, 68 pessoas. Havia os chamados agregados que se casaram, contabilizando 10 famílias e 42 pessoas. A comunidade do Curuperé possuía, a partir de 1994 (após todos os remanejamentos), um total de 23 famílias.

**Quadro 2-** Famílias do Curuperé, no momento do ingresso das famílias da Montanha.

FAMÍLIAS EM CURUPERÉ					
Já estavam no local	Número de pessoas	Remanejadas da Montanha	Número de pessoas	Agregados que casaram no local	Número de pessoas
Alfredo	6	Teté	5	Ózeias	4
Moreira	8	Raimundo	7	Adonias	3
Conceição	6	Izídio	8	Jose Pereira	6
Fátima	5	Luiz	9	Salu	5
Roberto	5	Prisco	5	Creuza	7
		Benavenuta	4	Carlinho	6
		Samuel	7	Raimundo	3
		Rosa	3	Bringel	2
		Clarice	10	Moisés	3
		Daniel	5	Isaias	3
		Joaquim	5		
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>TOTAL</b>	<b>68</b>	<b>TOTAL</b>	<b>42</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>140</b>				

Quadro 10 – Quantidade de pessoas por família em Curuperé, discriminadas por momentos de ingresso na comunidade

**Fonte:** Carmo (2010, p. 133).

Os moradores da Ponta da Montanha foram deslocados para Curuperé, onde tinham amigos e parentes, mas não tinham acesso à praia, da qual eles retiravam os peixes para a sua sobrevivência. Sobre os moradores do Curuperé, parentes e amigos da Montanha, é narrado um fato por Maria de Fátima Dias dos Anjos<sup>65</sup>, que fala também sobre a vida em Curuperé:

Foi, a Usipar foi assim, era uma área, a nossa terra onde a Usipar hoje tá implantada, o nosso terreno, o terreno do meu pai, que a gente fala nosso, as pessoas dizem como nosso, a nossa família, porque a região que nós morávamos era só, eram seis famílias, eram seis famílias aquele região do Curuperé dois, Curuperé que ele tinha uma coisinha agora depois de velho, que ele tinha uma picuinha, um era muito melhor do que a outra, seis famílias, era meu pai, dona Benvinda, seu Virgílio, dona Dalva, quem era mais é, eu sei que eram seis famílias ali instaladas ali naquela área, o que acontece, eles tinham muita terra vamos dizer, muita terra assim, o meu pai tinha aquele terreno lá não era o meu pai, aquele terreno da minha mãe, da minha vó, da minha bisavó, aquele terreno lá tinha quarenta hectares de terra e era o terreno da minha mãe, então nós morávamos naquela área ali dava pra fazer roça, a minha vó brigava com que tirava, tinha uma área de reserva que era área da, que era uma área que a gente diz assim, madeira de lei, deixado pra reserva esse aí não pode tocar, falava não pode mexer porque cultura a gente vai precisar de uma madeira boa a gente ainda tem essa ponta de mato, aí

<sup>65</sup> Entrevista realizada em 07 de março de 2014.

tá, quando foi nós trabalhamos um projeto lá dentro da área da nossa área tinha quarenta famílias trabalhando nesse projeto, a gente juntou o pessoal da montanha que vieram que foram ficaram no Canaã ali naquela comunidade se instalaram lá, junto com a nossa família lá, a gente começamos um projeto meu pai, meu irmão, foi quarenta famílias que instalaram aí pra fazer o projeto Canaã, eles determinaram o nome Canaã né, aí lá eles plantaram tinha abacaxi, tava assim uma média de uns dez mil pé de abacaxi, tinha abacaxi, tinha coqueiro, tinha aquelas macaxeira, aquelas coisas assim mais rápida de dá e tinha aquela coisa pra mais, pra longo prazo né?. (Fatima Dias dos Anjos, 07 de março de 2014). (informação verbal).

As famílias tradicionais da Ponta da Montanha foram remanejadas para Curuperé, para a área que eles chamaram de Vila Nova Canaã. À medida que as empresas foram se instalando, a comunidade de Curuperé foi recebendo mais famílias expropriadas ou provenientes de migrações, de sorte que surgiram novas áreas no seu território, a saber: Maricá, Nova Canaã e D. Manoel (que era conhecida como Cabeceira do Curuperé).

A Vila do Conde cresceu rápido com a presença de pessoas deslocadas e migrantes buscando novas oportunidades, tornando-se o lugar principal, a partir do qual a ocupação progressiva do Distrito Industrial se organizou. Enquanto o governo estadual, por meio da CDI, tentava avançar com a desocupação, deslocando determinadas comunidades dos “lotes” (termo introduzido para poder dividir e vender as áreas) vendidos a empresas, ao mesmo tempo, novas áreas foram ocupadas e novas comunidades surgiram, como o Bairro Industrial, Novo Canaã e Dom Manoel. O que deveria ser um processo de zoneamento, ocupação e apropriação planejada e controlada, de fato, mostra a sua contradição e sua dialética, pois a cada desocupação, aparentemente se inicia um processo de reocupação, mesmo não sendo no mesmo lugar e nem pelas mesmas pessoas. (HAZEU, 2015, 238).

Em meados da década de 1980, a comunidade Curuperé ocupava praticamente toda a área do Distrito Industrial entre o rio Dendê, Baía do Marajó (rio Pará), rio Arienga e PA-163, dividindo a área com as comunidades da Montanha, Acuí e Arienga (HAZEU, 2015, p. 237). Essas comunidades são tradicionais, porque foram completamente afetadas pelo Grande Projeto de Mineração.

O local onde essas comunidades estão, hoje, é denominado Distrito Industrial. Após a instalação das fábricas de Caulim, foi mais intenso o processo migratório, o que provocou o crescimento populacional no bairro e na Vila do Conde. A territorialidade específica das comunidades tradicionais foi atingida, pois as comunidades do Curuperé, Acuí e Arienga perderam suas partes no território e sofreram agressões ambientais nos recursos naturais, principalmente nas águas do rio Dendê e Curuperé.

Nos estudos de Raphael Frederico Acioli Moreira da Silva, analista do

MPU/Perícia/ Antropologia para a elaboração do Laudo Técnico nº 001/2016-Seap, são referenciadas a origem e a identidade tradicional das comunidades de Curuperé, Acuí, Maricá, ilha de São João, D. Manoel, região do rio Arienga, Pramajó/Peteca, Canaã e Bairro Industrial. Nessas comunidades são revelados os laços de parentesco entre elas, bem como suas interlocuções para com as famílias tradicionais provenientes de outros locais de Barcarena, ou fora do município, percebidas nas histórias de vidas de pessoas que migraram para o município em busca do progresso.

Nas atividades ocorridas em Curuperé e Acuí, os participantes ressaltaram a persistência dos grupos familiares tradicionais, apesar das restrições territoriais e dos danos ambientais que estão dificultando suas práticas produtivas e até mesmo provocando a saída de algumas famílias. Vale destacar inclusive a ocorrência de um sentimento de consciência e afirmação cultural indígena, que está dando sentido à compreensão de sua própria história na mobilização por seus direitos territoriais. A persistência de grupos tradicionais também foi percebida na região do Arienga, onde grupos familiares ainda estão presentes, a despeito das intervenções sobre o território desde a década de 1970.

Já em Maricá, Ilha São João, Pramajó/Peteca e Dom Manoel, os trabalhos de campo apontaram um contexto em que os grupos tradicionais enfatizaram a inclusão, em suas redes de parentesco e de relações, tanto de grupos expropriados em outros pontos do território tradicional, quanto de migrantes de outras regiões do Pará e do Brasil. (MPF, 2016, 37).

A região da atual comunidade de Canaã e do Bairro Industrial teve sua ocupação heterogênea, recente e com uma população numerosa, composta por pessoas oriundas de outras comunidades tradicionais de Barcarena e de pessoas de fora do município, as quais vinham trabalhar nas fábricas e não possuíam condições de pagar o aluguel na Vila do Conde. Assim, ocuparam a área e sofreram grandes pressões da CDI para se retirarem do local. Essas duas localidades são consideradas tradicionais pelo Laudo Técnico nº 001/2016-Seap, pois conseguiu construir a percepção da origem e identidade tradicional na história de vida das pessoas e concluiu que, em condições adequadas, ainda podem retomar, “*de maneira autônoma, as bases de sua reprodução sociocultural como camponeses*” (MPF, 2016, p. 38).

## **2.6 As narrativas sobre modo de viver nos sítios: a roça, a colheita dos frutos e o carvão**

Os moradores das comunidades tradicionais de Barcarena veem no sítio o tempo de uma vida social, entrelaçada entre relações, com base familiar e produção

econômica. Esta percepção de unidade doméstica é expressa nas vozes que apontam elementos complementares. O Sítio era a fonte, o meio de vida e trabalho, que, na interpretação de Maia e Moura (1995), representava uma “entidade comunitária<sup>66</sup>”. Para os moradores, era o local onde residiam, trabalhavam e desenvolviam uma vida em comum, que não encontraram nos lugares para os quais foram deslocados.

A senhora Maria do Socorro dos Santos Moraes<sup>67</sup>, da comunidade de São Lourenço, define o sítio:

É o lugarzinho onde a gente mora, que tem a nossa plantaçozinha, com uma bananeira, um bacuri, um cupuaçu, onde cria as galinhas, e faz a rocinha lá dentro da nossa área. Bom, cada um tem o seu sítio, seu pedaço, a família, cada um tem o seu pedaço, marca o território de onde ela trabalha, tem a casinha dela, cria a galinha, por exemplo, eu moro de um lado, meu tio mora logo assim, meu pai morava logo assim e eu bem aqui na frente, lá do lado é meu tio e na frente é o meu irmão, então é uma área que é da minha família entende. É grande essa área, mas só o que nós podemos trabalhar é lá a nossa, as roças são feitas assim, esse ano já fez um lugar e lá vai fazer pro outro ano em um outro lugar onde não fez, e aquela que já arrancou, já fez a farinha nós vamos deixar crescer novamente lá o mato pro próximo ano. (informação verbal).

Essa unidade produtiva familiar estava organizada com base no uso comum dos recursos naturais. A posse da propriedade era menos relevante que o direito de usufruir. Portanto, a base dominial da terra era estabelecida pelos costumes, pela tradição das relações familiares, por várias gerações, e muito da realização dos trabalhos era feito com a cooperação da *parentela*. Havia os espaços, os quais eram reconhecidos como propriedade familiar, mas também os de uso coletivo, a saber: os rios para a pesca, os mananciais de caça e a coleta de frutos das árvores nativas. As tarefas da roça e do retiro organizavam-se coletivamente, com a participação da comunidade.

Os espaços domésticos e de trabalho estavam entrelaçados no cotidiano, de um modo estreito e complementar. Os mutirões eram frequentes em quase todas as atividades, e a ajuda mútua garantia maior produção, reforçava as relações de solidariedade, entre famílias, entre comunidades. O trabalho na preparação da terra e na manutenção, como a caça, e a fabricação da farinha eram resultado de uma ação em conjunto com a participação da família, inclusive das mulheres e crianças.

---

<sup>66</sup> Em referência a Moura & Maia (1995), quando analisam o significado da terra para os antigos moradores do sítio.

<sup>67</sup> Entrevista realizada em 09 de agosto de 2014.

Na comunidade da Montanha, havia normas e regras ligadas aos valores de convivência e às atividades produtivas. As regras das atividades produtivas são enumeradas por Carmo (2010, p. 91): pedir permissão aos líderes para “abrir as roças” a fim evitar a invasão dos terrenos por pessoas da comunidade; reverter o uso do retiro (barraco da farinha); fazer mutirão ou juntada na produção da roça; compartilhar a produção da pesca; e ajudar as famílias com dificuldades.

Por meio das pesquisas realizadas na comunidade ponta da Montanha, Carmo (2010, p. 100) assim define o sítio:

O sítio era composto de casa de família, quintal e mata (floresta). O padrão residencial tende seguir os laços familiares, em cada sítio havia mais de uma casa, sendo a primeira do chefe da família e as demais, dos filhos que casavam.

No Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, os quilombolas indígenas construíram o mapa que representa esta vida em torno do rio e no sítio na época de seus avós. As comunidades quilombolas indígenas foram reconstruindo o cenário do sítio, o qual nos possibilita construir a percepção do modo de viver, a reprodução social e cultural da época *antes das empresas*<sup>68</sup>. No croqui da figura 7, os moradores da comunidade quilombola indígena do Sítio São João expõem como era constituído o sítio na época do Senhor José Assunção Amorim.

---

<sup>68</sup> Nas narrativas dos moradores das comunidades tradicionais, eles dividem a sua história em dois tempos, *o antes e o depois das empresas*.

**Figura 7-** Croqui do Sítio São João antes da ação da CODEBAR



**Fonte:** Acevedo Marin; Maia (2014, p. 34).

Na descrição e interpretação do croqui, assim se expressam:

José Amorim - Como vocês tão vendo aqui, aqui embaixo era o rio Murucupi, antigamente, não sei quantos anos atrás, a parte do rio do outro lado de lá morava o Antério, a Francisca Amorim, e do lado daqui era nosso sítio que ficava, aqui tinha um bananal perto do rio, a casa do meu avô era próximo ao caminho que dava acesso pro rio e aqui é onde nós fazia **farinha, é o retiro**, chamado também casa de forno e as plantações aqui, açai, pupunha, castanha, manga, outra castanheira também, onde nós morava bem aqui nossa casa, **o forno de carvão**, aqui é a **área onde fazia a roça**, aqui nessa parte verde também usava pra fazer roça, hoje é a comunidade Bom Futuro, isso era atrás, ainda não tinha o Bom Futuro. Isso era área de roça lá atrás.

[...] E a caça também, praticamente toda nossa infância papai criou nós com caça, era paca, tatu, cutia, veado, caititu, **tudo tinha aqui nessa área mesmo perto da nossa roça tinha, eles faziam assim a caçada, juntavam** ... vinha quatro...cinco, mais o dali do outro sítio pro mato pra caçar. Quando tava na roça, o quati tava comendo na roça, tinha aquele bando, aí eles saíam, se dividiam, ficavam tudo esperando, quando atirava um aí todos também atiravam, matavam de cinco a seis porco do mato, veado[...]tudo eles traziam, o cachorro pegava. (informação verbal).

Nas entrevistas e no croqui, é possível perceber que o sítio constituía a unidade econômica doméstica, caracterizada por produção diversificada. As casas da comunidade estavam posicionadas na frente do rio, pois este era a via de entrada para os vários sítios. As roças e as árvores frutíferas ficavam para o lado de dentro, no interior deles. Logo, era nas margens do rio que se dinamizava a economia do lugar, onde escoavam o que produziam e compravam o de que precisavam.

Havia o espaço do forno de farinha, o espaço da roça, as árvores frutíferas e as matas para a prática da caça. E, principalmente, uma relação comunitária entre os moradores, com a realização de mutirões e solidariedade entre as pessoas. Essa relação é sempre bem referendada em suas narrativas.

Nas entrevistas realizadas no bairro do Laranjal<sup>69</sup>, os deslocados descrevem o seu modo de viver nos sítios sempre se referindo à época de fatura de farinha, de frutos e dos produtos da roça.

O nosso sítio era bonito, era todo frutivo, bacabeira, açazeiro, pupunha, tinha tudo lá, a gente apanhava assim do chão lá, assim como aqui, por exemplo, sítio novo, a gente desfrutava, levava pra Belém a lancha cheia de frutas, só dum sítio da gente lá. Limãozinho, limão galego, laranja, lima, coco, tudo a gente fazia, apanhava, passava a semana apanhando, eu mais minha mulher, passava a semana apanhando pra levar lá no barco pra Belém, vender em Belém, lá a gente fazia aquela despesa né, jogava lá pra comer e

<sup>69</sup> O bairro Laranjal foi planejado para receber os moradores dos sítios de Barcarena deslocados pela CODEBAR. Corresponde a uma grande parte das Terras de São Lourenço, que foi dividida em lotes com tamanhos de no máximo 9 x 30.

ia pra roça, farinha nós tinha pra vender, dava pra quem não tinha, dava mandioca pra fazer de meio, carvão toda semana a gente levava 200, 150 sacas de carvão pra Belém, a gente trabalhava, botava quente no serviço e não faltava nada, pra gente e pros amigos também que não tinham, o cara não tinha roça, não tinha mato, mas tinha farinha, mandioca pra fazer farinha na meia né aí trabalhava, ia fazer farinha.<sup>70</sup> (nformação verbal).

Os sitiantes, em suas narrativas sobre a roça, revelam o modo de vida e de fazer dos conhecimentos tradicionais. O espaço da roça geralmente ficava no quintal da casa, no espaço de dentro<sup>71</sup> do sítio. Havia uma rotatividade da produção agrícola, em que eram alternadas a produção do abacaxi, milho, arroz, mandioca. A senhora Olindina Souza Ribeiro<sup>72</sup> descreve este cenário de trabalho na roça:

Tinha roça a gente[...] a gente queimava, agora ia colocava primeiro o abacaxi. Do abacaxi depois de cheio, a gente enchia da maniva. Quando fosse mês de janeiro a gente enchia o milho tá, depois a gente enchia o arroz. Tudo isso a gente tirava. A produção.

Quando a gente tava maniva, a maniva tava madura, a gente ia para o abacaxi. O abacaxi já tava fruteando também, de tudo o jeito a gente tinha o dinheiro da gente pa arrumar. Por exemplo assim, de mais forgado né. A gente tinha essa esperança de tudo o ano inteiro. (nformação verbal).

A atividade da roça realizava-se de forma familiar e coletiva, com formação de pequenos mutirões, nas tarefas da derrubada das árvores e da queimada de área e na plantação.

Lá era o seguinte, quer dizer se eu colocasse, por exemplo, 8 tarefas de roça, aí roçar 8 tarefas, aí eu pedia ajuda né? Aí o Zé Maria, o Wilson, o Francisco, o Antonio, tudo me ajudavam, né. Aí roçava aquela roça derrubava, queimava, aí fazia mutirão para plantar, né?<sup>73</sup>

Quando a gente podia trabalhar só a gente trabalhava, quando não a gente convidava dois, três, quatro aí se reunia aquela turma fazia mutirão, ajudava um, ajudava outro. [...] lá era até fazer qualquer serviço ficava pronto num dia. Chegava de tarde; muito obrigado e amanhã vou te dar uma ajuda, era assim<sup>74</sup> (nformação verbal).

Dona Nilde Maria Santana<sup>75</sup>, de 98 anos, pertence à comunidade de São Lourenço e lembra a época do trabalho no Sítio, na qual seu marido era vivo.

Tinha o sítio, mas meus pais não durou muito comigo, morreu meu pai e minha mãe, só ficou eu com as minhas irmãs. Foi que eu casei com o irmão

<sup>70</sup> Aldair da Cruz Pinheiro, entrevista realizada em 28 de junho de 2014.

<sup>71</sup> Mas no interior, afastada do rio.

<sup>72</sup> Entrevista realizada em 16 de janeiro de 1988.

<sup>73</sup> Aldair da Cruz Pinheiro, entrevista realizada em 10 de dezembro de 1987.

<sup>74</sup> Vidal Alves dos Reis, entrevista realizada em 03 de dezembro de 1987.

<sup>75</sup> Entrevista realizada em 9 de agosto de 2014.

dessa minha cunhada, e mudei pra cá. Morava lá no castanhal com a minha família, aí eu casei, o nome do meu esposo era Eduardo dos Santos Moraes ele que morava aqui no sítio São Lourenço, ele botou o nome do sítio dele de São Lourenço. Nós vivia de roça, plantava abacaxi e vendia, pescava camarão no matapé e vendia, isso quando eu tinha a minha vista, e negociava por aí tudo. Depois que eu fiquei doente da vista não fiz mais nada. Antes ralava as sacas de mandioca que ele tirava da roça, nós tirava e raspava e eu ralava a noite, quando ele acabava de raspar eu acabava de ralar, só eu ralando e ele raspando, eu trabalhei muito nesse negócio de roça, fazendo com ele. No sítio tinha pupunha, cupuaçu, bananeira, tudo tinha, mas acabou tudo que ele foi ficando velho, adoeceu e morreu. (nformação verbal).

Nas narrativas dos sitiantes do Murucupi, as atividades de roça e a atividade extrativa de frutos dos seus quintais são referenciadas à rotatividade dessas produções no sítio, o que garantia o sustento durante o ano inteiro.

De repente a gente não podia fazer nada porque a gente não tinha capital, nem empregado, né só a gente mesmo trabalhava. Fazia assim uma tarefa, falavam em tarefa, duas tarefas aí, a gente ia trabalhando, aí plantando mandioca, maxixe, urucum, melancia, macaxeira. Quando chegava mês de janeiro, né? Fazia roçado, plantava milho, arroz e verdura.

P. E o que é que vocês faziam depois de colher?

[...] porque é tempo de fruta, é época que dava, janeiro, fevereiro, a gente colhia.<sup>76</sup> (nformação verbal).

Olha primeiro saía o milho, a gente vendia tantas mãos de milho para Belém [...] ia colocando no saco e levavam em uma embarcação para Belém, agora que tá cruzado, mas era dois cruzeiro a mão de milho, com esse dinheiro a gente comprava a mercadoria, para a gente passar às vezes até mês.

Eles faziam a venda desse milho e de outras frutas. Quando era janeiro, fevereiro, março e abril que era tempo de tirar o milho. (nformação verbal).

Havia tantos centos de bacuri, mês de janeiro, fevereiro, tá caindo esse bacuri grande, né.<sup>77</sup> (nformação verbal).

Havia um calendário social das atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores dos sítios. A Senhora Maria dos Santos Amorim<sup>78</sup> narra como era dividido o tempo de produção no decorrer do ano.

**No tempo do inverno** a gente tinha as frutas, fazia farinha, meu marido caçava, matava a caça e a gente sobrevivendo no período de inverno. A gente tinha muita fruta para vender.

[...] a gente fazia duas, três tarefa de roça de verão e de janeiro também. **A roça de janeiro** a gente queimava no mês de dezembro. Plantava no mês de janeiro, plantava milho, arroz, mandioca. **A roça de janeiro que é do inverno** a gente plantava arroz, milho, feijão, mandioca, macaxeira e outros legumes e **do verão a gente já roçava mês de maio, para queimar mês de julho**, pra plantar roça de verão, a gente já plantava mais a mandioca, macaxeira,

<sup>76</sup> Aurora Cravo, entrevista realizada em 03 de dezembro de 1987.

<sup>77</sup> Olíndina Souza Riberio, entrevista realizada em 16 de janeiro de 1988.

<sup>78</sup> Entrevista realizada em 14 de setembro de 2014.

o abacaxi, gente plantava só na terra firme mesmo, nada na várzea, só banana. (nformação verbal).

As atividades econômicas desenvolvidas no sítio compartilhavam-se entre homens e mulheres, e a atividade de roça e colheita de frutos era feita ao longo do sítio, geralmente distante dos rios.

Eu ia para a roça todo dia, nós ia para roça, botava as crianças no colo e ia embora, botava o paneiro nas costas, capinava, botava mandioca n'água. Lá era tudo limpo, era grande, lá era pupunhal, eu plantava bananeira, uxi, abacate, limoeiro. Tangerina, lima, abacaxi, bacuri, ingá, quando viemos embora de lá, ficou tudo lá<sup>79</sup>. (nformação verbal).

Nós trabalhava nós dois. Ele saía, eu ficava com negócio, fazendo farinha né? botando na água, era assim.<sup>80</sup> (nformação verbal).

Nós fabricava 200 sacos de carvão por mês, só eu e minha mulher, nós tínhamos nosso arroz, nosso milho, macaxeira e frutas.<sup>81</sup> (nformação verbal).

As atividades da roça realizavam-se longe do rio, como afirma a senhora Maria dos Santos Amorim: a princípio *era beira da casa, mas com tempo iam roçando mais*. Roçava em uma área de cinquenta metros de largura, e de 100 a 150 metros de comprimento. Nas descrições, era feita a rotatividade de campo das atividades agrícolas.

Depois de uma distância de conforme ia terminando a roça a gente ia roçando para frente, de uma emendava pra outra, e aí a gente acabava de arrancar, tirar tudo, o mato crescia, quando era três, quatro anos já dava pra roçar de novo<sup>82</sup>. (nformação verbal).

Nas atividades que envolviam a roça, tinha-se a participação de toda a família; homens mulheres e crianças dividiam as tarefas. Os homens geralmente limpavam e cavavam o terreno, enquanto as mulheres e crianças plantavam, capinavam e colhiam.

Traziam a mandioca da área da roça, deixavam de molho no rio e igarapé, e no quintal havia o retiro (a casa da farinha) onde fabricavam a farinha. Isto é percebido nas narrativas, as quais afirmam que era para o consumo dos moradores do sítio e usada também como produto de troca entre os vizinhos, ou então presenteavam os

<sup>79</sup> Teodomira Gomes da Costa, entrevista realizada em 10 de dezembro de 1987.

<sup>80</sup> Francisca dos Santos Araújo, entrevista realizada em 03 de dezembro de 1987.

<sup>81</sup> José da Cruz Pinheiro, entrevista realizada em 03 de dezembro de 1987.

<sup>82</sup> Maria dos Santos Amorim, entrevista realizada em 14 de setembro de 2014.

parentes da cidade. Em alguns casos, fazia-se a venda somente nas comunidades espalhadas pelo município.

[...] a gente fazia farinha para o gasto e pra vender também, não era muita as vezes era dois alqueires, não sei quantos litros eram, sei que era assim um saco grande e cheio de farinha. Aí levava ali pra Itupanema para vender pros comerciantes que tinha lá. Vendia lá e comprava as coisas para casa, e assim íamos sobrevivendo. Por consumo às vezes deixava às vezes duas latas daquelas de galão. Às vezes tinham pessoas que queriam farinha, e a gente dava. (informação verbal).

Catarina Amorim<sup>83</sup> narra a fabricação da farinha que era feita em família, e todos participavam desta atividade.

E fazer farinha, era assim, de madrugada a gente ralava a mandioca, de noite, já amanhecia ralava e quando era de manhãzinha a gente já tirava a mandioca da água porque tem pra mistura, a ralada com a da água pra poder fazer a farinha, só sei que nessa coisa a gente passava trabalhando direto, não era todo dia mas, digamos, tira a mandioca hoje, daqui a cinco dias tem que fazer a farinha aí vai tirar a mandioca pra ralar, pra misturar com a que tava na água e assim era a nossa vida. Fazia aquela farinha, tanto é que farinha não faltava, papai vendia também. (informação verbal).

Na Montanha, as atividades produtivas tinham a participação de toda a família, e as tarefas exigidas na roça passavam de pai para filho. As tarefas da roça envolviam limpar o terreno, cortar as árvores menores, fazer secar as árvores e queimar; preparar a terra para receber a maniva ou fazer outras plantações, enquanto se esperava o crescimento da maniva. Após o amadurecimento dela, retirava-se a mandioca, colocava-se de molho no rio, e esperava-se de dois a cinco dias para ficar mole. Havia uma íntima relação da atividade da roça com a produção da farinha, pois a plantação da mandioca era predominante nos sítios. Essas atividades eram complementares, terminava uma e começava a outra.

As narrativas dos moradores dos sítios descrevem um modo de vida e de reprodução social configurado na categoria roça, que, segundo Almeida (2006), constitui uma designação polissêmica, pois assim afirma:

[...] mais que uma referência aos tratos culturais ou, num sentido restrito, ao plantio de mandioca e, ainda, a uma divisão sexual e etária do trabalho, expressa uma certa maneira de viver e de ser. Mais que um modelo de relação antrópica com recursos escassos, a denominada *roça* compreende um estilo de vida que vai desde a definição do lugar dos povoados, passando pela escolha dos terrenos agriculturáveis, e dos locais de coleta, de caça e de pesca, até os rituais de passagem que asseguram a coesão social em festas religiosas [...], em funerais e batizados. [...]Essa designação expressa, ademais, uma representação particular do tempo, como pode ser visto no tópico sobre os ciclos produtivos, traduzida por intrincados calendários

---

<sup>83</sup> Entrevista realizada em 09 de agosto de 2014.

agrícolas e extrativos, e uma noção de espaço muito peculiar orientando o uso simultâneo, para cada unidade familiar, de diversas áreas de cultivo não necessariamente contíguas. (ALMEIDA, 2006, p. 51)

O carvão era um produto importante para o sustento das famílias dos sítios. Havia aqueles especializados na fabricação deste produto, que vendiam grande quantidade aos marreteiros, pois eram transportados em embarcações de maior porte. A fabricação do carvão, também, constituía-se uma atividade feita de forma coletiva, com a participação da parentela e amigos:

Tirava por semana uma faixa de 800 sacos de carvão, por mês, né. Aí quando o marreteiro chegava lá a gente enchia o barco. Todo esse pessoal ficava besta de ver o carvão no porto, a gente fazia muito carvão, nosso ramo maior era o carvão.

Junta cinco, seis pessoas né? Para trabalhar era assim que a gente fazia. Quando era o dia da gente arriar o carvão pra beira que era longe né? Aí a gente fazia o mesmo ajuntamento, cada um com um carrinho na mão, colocava 5, 6 carros de carvão dentro e aí ia embora para a beira. Assim que era a nossa luta. [...]

Por exemplo, eu tinha oito forno de fazer carvão, eu enchia esse oito forno, queimava, aí quando eu ia tirar esse carvão, aí eu pedia ajuda pra eles<sup>84</sup>. (informação verbal).

A senhora Nilde Maria Santana<sup>85</sup> lembra como comercializavam o carvão em Belém:

Nós levava a canoa cheia de carvão pro jenipapo. Eu, ele e o meu filho branquelo, o Antônio. Ia até chegar lá no jenipapo, em Belém, ele ia no piloto e a gente ia remando com o remo, durava só uma noite. (informação verbal).

Valter dos Santos Freitas completa o que a Senhora Nilde Maria Santana fala sobre o local de desembarque do carvão, referindo-se ao Igarapé Jenipapo:

É o igarapé já ali no fim da estação das docas, onde tem aqueles guinchos, mais pra lá, descendo um pouquinho, tem uma entrada, lá é que a gente ancorava lá pra vender o carvão no outro dia. (informação verbal).

A fabricação do carvão também envolvia toda a família, e representava uma grande importância para seu sustento. Sandra Georgerte dos Santos Amorim ainda possui em sua memória o tempo no qual ajudava seu pai no trabalho de fabrico do carvão. Essas reminiscências são plenas de detalhes sobre as atividades exercidas pelos dois:

Quando criança, papai acordava a gente de madrugada, aqui teve um período

<sup>84</sup> Aldair Cruz Pinheiro, entrevista realizada em 10 de dezembro de 1987.

<sup>85</sup> Entrevista realizada em 9 de agosto de 2014.

que elas foram embora pra Belém, e já ficou outra remessa, dos 10 já ficou uma outra remessa, então o papai convidava a gente pra ir trabalhar, tirar carvão, aí tinha eu, o Zé e o Sinval, companheiro do papai nessa época era Eu, o Zé e o Sinval, nós somos os filhos do meio. Acordava 3 horas da manhã e a gente ia pro forno, papai chegava lá abria o forno esperava e entrava pra dentro do forno, o carvão vinha no paneiro, a gente colocava na saca e subia a saca, isso eu, o Sinval e o Zé, quando dava 5, 6 horas ele mandava a gente ir embora, quando a gente passava na ponte, a gente já passava na ponte pra tomar banho, só que aquela coisa, devido a gente respirar aquela coisa ficava no nariz da gente, muitas das vezes a gente tava na sala de aula, aquele preto carvão ficava tudinho no nariz da gente. Mas a gente ajudava ele, pra carregar pro porto pra embarcação, botava no carro e carregava tudinho com o papai. (informação verbal).

A senhora Maria dos Santos Amorim também lembra da atividade do carvão, que algumas vezes envolvia outras pessoas da comunidade, e organizava um mutirão. Ela, o marido e as crianças fabricavam em torno de 60 a 70 sacas de carvão e vendiam para o marreteiro ou iam para Belém vender, geralmente no Ver-o-Peso ou no Porto do Sal:

Eu ajudava sempre a cavar, plantar, que ele trabalhava também em carvão, quando os meninos tavam grande já iam ajudar ele com o carvão, e eu ia pra roça. Plantava, cavava, quando era no tempo da capina, eu capinava, já convidava umas mulheres pra me ajudar, e assim ia.  
[...]Tinha o que a gente chamava de o marreteiro né, que vinha na casa comprar, quando não, quando tinha a viagem praí pra Belém ele alugava um barco, batelão que chamava aqueles que não gosta de ginga assim né, e levava às vezes 60, 70 sacas de carvão pra Belém. (informação verbal).

Na época, a produção de carvão era transportada para os portos de Belém. Muitas famílias de Barcarena possuíam vários fornos de Carvão, o que tornava essa atividade essencial para sobrevivência dos moradores do sítio.

Hoje a produção de Carvão não se constitui uma atividade essencial nas comunidades, e a sua comercialização é apenas local. Em São Lourenço poucas famílias produzem o carvão, e elas possuem uma técnica, uma engenharia sofisticada para a sua produção. O senhor Antonio dos Santos, apelidado de Mucurão, construiu um forno chamado *Boca de Siri*, no qual são queimadas, a cada fornada, 25 sacas de carvão.

**Fotografia 1-** Forno Boca de Siri.



**Fonte:** Rosane Maia (09. 08. 2014).

O senhor Antonio dos Santos explica detalhadamente como trabalha no forno *Boca de Siri*.

P. Explique-me como funciona esse forno, que isso é uma engenharia avançada.

H. Olha, é o seguinte, a gente enche ele aí de lenha, pra encher ele é o seguinte: bota lá uns paus lá de baixo que a gente chama de leva, aí coloca atravessada, pra lenha não ficar encostada no chão, aí de lá vai enchendo, quando acabar de encher taca fogo nele. Olha aqui, desse tipo a gente mete aqui por cima. Quando é grosso é por aquele lá, quando tá bem cheinho nós taca fogo, quando vê que já tá puxando para lado a gente fecha.

O nome desse forno aqui é boca de siri, porque o siri tem uma boca no meio, é por causa disso. Aí fica puxando, dos dois lados, vai queimando, ele queima em 24 horas, se quiser que ele queime assim, senão ele queima em 48 horas fazendo outra boca grande, aí lá embaixo que é o ar dele, aí bota desse tamanhinho e ele vai queimando devagar, 24 horas é maior a boca. É fácil.

P. Quanto tempo demorou a construir esse forno?

R. Isso aí é o seguinte, a gente cava a vala dele, joga a terra preta pro lado, todinha, depois que acaba de tirar a terra preta aí enche ele de madeira, depois a gente bota ele de uma altura assim que dá pra entrar lá dentro dele. Depois pega a folha, essa folha de sororoca aí, empalha ele de um lado e outro, de lá puxa a terra todinha, cobre ele lá, bitola ele pra ficar só de uma grossura. Depois disso, tá vendo aquele pau lá? Pega um lá Inácio, vou mostrar como é que é, dá trabalho mesmo, mas o serviço do pobre é assim, não tem um serviço que não dê trabalho. O cara pula em cima dele e vai batendo devagar, vai aplumando a terra e quando tá mais ou menos assim a gente bate com força, de baixo pra cima, vai batendo e batendo, quando não entra mais é que a gente vê que tá no ponto.

P. Quantos anos dura um forno desses?

R. Olha, numa terra como essa que tem um pouco de piçarra, pode olhar lá naquele monte, dura muito tempo, mais ou menos uns 10 anos. Esse aí é novo, tá com um ano e pouco. Quando a terra é boa ele dura demais.

P. E quanto de madeira é pra queimar 25 sacas de carvão?

R. Mais ou menos uns quatro metros e meio de lenha, cinco metros, porque nesse aí eu ainda não peguei bem o ponto dele, que tá estragando um pouco, mas quando ele tá bem, queimando legal, cinco metros dá até 39 sacas de carvão, quando tá bem regulado. Tem que procurar o ponto dele, o tipo que

ele queima bem. Essa fornada aí deu 20 sacas, mas sobrou tudo isso aqui, quer dizer que ele fechou antes da hora de fechar, mas aproveita, mete na outra fornada. Aí cada fornada dá uns 25 sacos, 22, isso aí é uma coisa que a gente não tem, às vezes passa do ponto aí estraga e não dá a quantia que a gente quer. Essa aqui nós acabamos de tirar hoje, essa fornada, ele começou ontem, era dele, meu sobrinho aqui, ele me ajuda e eu tenho que ajudar ele. Sabe como é aqui no sítio tem que ajudar o outro. Uma fornada dessas dá uma faixa de 150 reais, 15 sacos, umas 20 sacas dá uns 300 reais. (informação verbal).

Nos questionários preenchidos por 45 famílias de São Lourenço, constatou-se que a produção de carvão é praticada por cinco famílias, que o vendem dentro da comunidade. Geralmente esta atividade é desenvolvida intercalada com a roça e com a extração do açáí.

## **2.7 Festas e santos dos sítiantes do rio Murucupi**

Os sítios em torno do rio Murucupi possuíam denominação de santos, a demonstrar a devoção católica de seus moradores. Nas entrevistas feitas entre os quilombolas indígenas, dentre os mais antigos, observou-se sempre referências às ladainhas, aos círios, aos arraiais e leilões promovidos pela igreja e pelos moradores. Algumas comunidades possuíam seu santo padroeiro, como é o caso do Burajuba, no qual havia a festa de São Tomé e São Lourenço com a festa de São Francisco Xavier. A exemplo disso, o Sítio Cajueiro até comemora o dia de São Benedito, no mês de julho.

A imposição do progresso em Barcarena, na década de 1980, contribuiu de forma significativa para a mudança nos festejos e nas crenças dos moradores das comunidades tradicionais. Em Burajuba, a igreja de São Tomé foi destruída e seus Santos deslocados para o Laranjal. Apesar disso, atualmente, adotou-se o festejo a São Tomé, hoje, sua festividade católica principal. E no processo de retorno, os quilombolas de Burajuba reconstruíram a igreja, os quais nomearam São Sebastião o seu novo padroeiro.

**Fotografia 2** - Igreja de São Tomé em Burajuba, destruída pela CODEBAR



**Fonte:** Foto cedida por José Roberto da Silva Cravo.

**Fotografia 3** - A Igreja São Sebastião construída pelos quilombolas de Burajuba, após o retorno.



**Fonte:** Rosane Maia (14 de setembro de 2013).

Diante disso, a senhora Judite Souza Lemos<sup>86</sup> narra como ocorreu a destruição da igreja e o deslocamento dos seus santos.

[...] eles só vieram um dia e disseram olha tratem de sair dessa escola que amanhã mesmo a gente vai derrubar isso aqui todinho, a gente veio por bem, vocês não querem sair então vocês vão sair por mal, imediatamente eles entraram aqui na escola nos estávamos dando aula e eles entraram com o trator derrubando tudo, aí nos saímos para igreja nós tínhamos combinado com o bispo, que teríamos uma reunião com o bispo, aí eles vieram e o bispo foi e mandou parar e que eles não tinham o direito de fazer o que eles queriam, primeiro a comunidade tinha que se reunir para decidir algumas coisas, o nome do bispo era Ângelo Frota, foi ele que veio reunir a comunidade pra decidir algumas coisas, pra não destruir ele disse vamos tirar nossas coisas daqui, vamos lá pro laranjal, tinham dado um terreno lá no laranjal pra montar a igreja lá, e lá o bispo veio pegou os santos e levou pra lá tudinho e lá começou a organizar a comunidade com algumas famílias que já tinham saído daqui, a escola não estava porque nós não tínhamos nada a ver com a escola ainda, tinha que comunicar a SEDUC, nós mandamos uma carta e eles já tinham vindo aqui só que a gente não sabia o procedimento, não sabia que era tão rápido assim, aí eu esperando que eles viessem aqui me procurar, pra me dar uma escola, localizar meus alunos, só que não aconteceu isso quando eles chegaram aqui foi metendo trator derrubando tudo, no tivemos que sair com as crianças tudinho, aí eu fiquei dando aula uns dias em casa, [...] e depois disso eles meteram o trator na igreja, derrubaram e ficou só essa frente aqui, só a frente que ficou com mato ainda, tudo matagal e antes era tão bonito e eles foram quebrando tudo, passaram um trator por lá. (informação verbal).

Nos tempos da igreja de São Tomé, havia várias comemorações religiosas, e a senhora Judith Souza Lemos tem essa lembrança em sua memória:

Porque cada uma aqui, cada família tinham suas imagens, eram muito centenárias, e depois que o bispo veio e levou o padroeiro pra laranjal, cada uma pegou e levou seus santos pra casa, então um dia Ricardo veio pra cá com os coleguinhas dele acampar, eles mexendo nos escombros da igreja no meio do mato eles acharam uma santinha, e ele diziam assim: a santinha é minha e agora não vamos dar pra ninguém. E a única que restou é essa aqui.

P. Quer dizer que derrubaram a igreja com os santos e tudo?

Isso, fazia dez anos que a imagem estava debaixo dela, ficou dez anos debaixo dos escombros, todo ano a festa dela era em novembro, dia 22 de novembro em janeiro sempre foi São Sebastião, dia 26 de julho era santa Ana, era uma festa que tinha casamento, crisma, batizado, tudo! Era uma festa muito grande a de santa Ana, e quando era novembro era nossa senhora das Graças, e em dezembro era o padroeiro que era São Tomé, então nos tínhamos quatro festas no ano. (informação verbal).

---

<sup>86</sup> Entrevista realizada em 14 de setembro de 2013.

**Fotografia 4** - Imagem Centenária de Sant'Ana

**Fonte:** Rosane Maia (14 de setembro de 2013).

O senhor Raimundo dos Santos<sup>87</sup>, outro morador, também relembra das suas crenças e mitos do passado. E expõe os motivos que fizeram as pessoas abandonarem essas crenças:

Nós aqui vivíamos antigamente, nós vivíamos das nossas ladainhas nas casas das famílias, tinha comissão de santo, o Santo padroeiro ele saía no período da festa, pra visitar todas as famílias. E nas casas, era difícil a gente chegar e não ter um oratório lá cheio de santo, era São Tomé, São João Batista, São Sebastião, São Francisco, na minha casa lá no meu quarto tá lá tudinho os santos ainda. Naquele tempo a gente não tinha igreja e hoje nós temos, tem duas vezes, todo mês tem a presença do padre na comunidade. Nós organizamos uma comunidade católica, aí também teve muitas outras religiões que chegaram, tem muitas igrejas evangélicas, com a chegada da nova mudança, do culto diferente e mais. Aí tinha a conservadora e a última que é a igreja moderna, com essa questão da igreja moderna, com essas celebrações mais pra cá, visando à questão da bíblia, nos foi tirado alguns costumes, por exemplo, a ladainha não tem mais. Antigamente nós batizava nossos filhos porque acreditávamos que com nosso tipo de batizado nossos filhos poderiam andar aí pelo mato e não ser flechado de bicho, não ia pegar quebranto, era um costume antigo, se não for batizado não pode ir no rio, tinha a curupira.

[...] Até a música que cantava na chegada do santo: “Ei nossa senhora! ela veio visitar, até para o ano quando aqui nós voltar” essa era a despedida, quando eles já estavam saindo. Aí vieram outras família com outros costumes, aí chegaram e já não respeitaram os costumes, algumas famílias que vieram de outros estados, outros municípios e vieram com outros costumes, outras pessoas que chegavam que até caçoavam da nossa fala,

<sup>87</sup> Entrevista realizada em 09 de agosto de 2014.

do nosso linguajar, vamos dizer. E isso também quebrou muito os nossos costumes, mudou muito nossas atitudes, acho que é mais ou menos isso. (informação verbal).

A senhora Maria dos Santos Amorim também faz referências às festas do passado, na comunidade de Burajuba, da festa de São Tomé, por exemplo. Conta a história de visagem e lenda, sobre uma menina encantada por uma cobra, na beira do rio em São Francisco:

[...] tem o da menina que sumiu na beira do rio, a filha do Dico, lá em Barcarena, na cidade que o pessoal contava ainda era a vila do São Francisco, ele tinha uma mercearia assim que ficava na beira do rio, porque a ribanceira era grande assim, e tinham as casas, aí então tinha essa menininha lá, ele tinha a mercearia dele, quando foi uma das vezes ela veio e disse que queria tomar banho, aí ele pegou deixou e saiu de lá da mercearia dele e saiu pegou ela e foi embora lá pro, ainda era escada, não era a ponte, que descia assim, chegou lá, deu banho nela e depois trouxe ela. Ele diz que deixou ela em cima do balcão e foi lá pra dentro da casa buscar a roupa dela pra vestir, quando ele voltou ele não viu a pequena lá, a menina. Aí procurou por ela e não achou, aí disseram, será que ela morreu afogada e ela foi lá pra dentro caiu e morreu. Aí foram pra lá, procuraram ela e só acharam uma cobra enrolada assim, só achavam uma cobra enrolada aí passou o tempo, e tinha uma ponte que atravessava assim e tinha um homem que ia pescar lá, quando o homem tava pescando lá e disque bateu na linha dele e ele puxou era uma pescada disque aquela pescada falou e ele disse que era a dita menina, eu não tô lembrado mais como era o nome dela, e pra ela se desencantar ele tinha que derramar um pouco de sangue na boca daquele peixe né pra ela se tornar menina, é isso que o pessoal contava né, aí disque essa cobra cresceu grande e esse negócio de curador que trabalhava e já baixou um curador e disse que a cobra já tinha crescido grande e já tinha saído lá pro rio maior.

P. A menina era a pescada ou era a cobra?

Aí dizem que o homem foi pegar a pescada né, e ela veio e falou, eu acho que isso era mentira, aí disse que pra desencantar a menina tinha que derramar uma quantidade de sangue na boca dela, aí depois o curador já baixou o negócio da serei, a cobra, sei lá quem foi, aí já disse que não desencantaram ela no tempo certo, como foi pedido, então que ela tinha saído de lá, no rio de frente lá no Barcarena, então aí é essas mentira que o pessoal contava, eu já não acredito mais nisso não. (informação verbal).

Lembra-se dos *Negócios de Pajé* de sua mãe, e deixa claro como estas histórias foram deixadas de lado, quando sua mãe seguiu a religião evangélica.

Ela ficou muito doente e depois já com o tempo já foram o negócio de pajé já ver ela, porque nesse tempo era o que surgia mais, e disse que ela tinha um dom que ela tinha que passar a cumprir, aí quando foi umas das vezes deu um negócio nela lá que tremeu, tremeu, tremeu e nossa casa de madeira só faltava derrubar a casa lá, e depois que passou ela ficou dura e não se mexia pra canto nenhum, e o papai dizia, ela vai morrer, aí foram chamar o pajé e ele disse assim; ah, é ela que tem que se endireitar com esse negócio de pajé, cumprir a sina dela, aí fizeram lá uns trabalhos e sei que passou esse negócio de ser pajé, espírito, essas coisas assim né, aí ela curava muita gente, as pessoas iam muito atrás dela, pra fazer trabalho e curar, essas

coisas assim e ficavam bom né, aí depois né, passou o tempo, meu pai morreu, aí ela ficou aí por fim ela morreu no meu canto, mas aí eu já tinha passado a estudar a bíblia, já tinha conhecido a verdade né, aí eu peguei e já não acreditei nesse negócio porque não fazia parte do que a bíblia diz. (informação verbal).

As lendas, as ladainhas e a pajelança fazem parte do passado e representavam o modo de vida dos moradores das comunidades tradicionais. Por isso as mudanças provocadas pelo processo de urbanização e migração que o município sofreu a partir da década de 1980 foram perceptíveis para eles. Nesse aspecto, a destruição da igreja de São Tomé e o deslocamento de seus santos para o Bairro do Laranjal representam um símbolo de ruptura com a história de seus antepassados.

A senhora Adelaide dos Santos Santana<sup>88</sup>, da Comunidade de São Lourenço, também expõe sua opinião sobre as alterações nas crenças, mitos e símbolos religiosos, ocorridas entre os moradores das comunidades tradicionais de Barcarena:

Eu também tenho um ponto de vista, que essa mudança, esse projeto teve a grande mudança cultural, foi assim, por falta dessa mão de obra, tiraram as pessoas nem deixaram o cultivo e tiveram que viajar pros outros estados, essa imigração cultural tem muita grande influência, o jeito de falar, de se vestir, porque hoje em dia mesmo, os pais de família eles têm que abandonar Barcarena pra trabalhar e buscar o dinheiro lá fora. Então com isso eles trazem na mala, eu sei porque a gente viajou, a gente traz muita coisa cultural que foge na nossa cultura, então já tá assim uma mistura de cultura. Não é de propósito, é porque vai e convive e quando já vê já traz outras coisas, outros costumes, no jeito de se vestir, então essa mistura, esse progresso entre aspas que a ALBRÁS, ALUNORTE trouxe acho que foi fictício porque eu mesmo já viajei em outros lugares aí e já vi os mesmo projetos, os mesmo sonhos que funcionaram, chega lá acaba com a mata, mas aí a população tá crescendo junto, coisa que a gente não vê em Barcarena. A grande pergunta que eu falo isso, engraçado porque o progresso, quando veio a ALUNORTE e a ALBRÁS, não funcionou, justamente por isso mão especializada na época não tinha, das grandes obras, foi que fizeram tipo assim um trabalho escravo, foi o que sobrou pros donos da terra, tanto é que a grande popularidade, as pessoas que têm aqui um pouco mais de... a riqueza mesmo em si, que a gente é mineiro, não é o pessoal dá que é conhecido o top de Barcarena. Na Vila dos cabanos tu vê a linhagem de lá, é mineiro, tu não vê um. (informação verbal).

Na memória dos moradores, as festas religiosas marcaram intensamente o passado das comunidades. Isto pode ser comprovado em pesquisas e jornais, nos quais encontrou-se uma notícia sobre o carnaval em Burajuba e no Bacury, em uma coluna no Jornal Diário de Notícia chamada *Cartas de um tabaréu*, que sempre escrevia notícias de Mucuruça. Nela consta uma carta referente ao dia 10 fevereiro de 1891, designando Manuel Bastos da Pureza, o remetente, e o Senhor Domingos

---

<sup>88</sup> Entrevista realizada em 09 de agosto de 2014.

das Neves, o destinatário, datada de oito de fevereiro de mil novecentos e noventa e um, na qual é narrado o carnaval em Burajuba. Assim diz a notícia:

Por aqui se festeja também o carnaval, e o bom povo da beira de todos os rios e igarapés deste distrito prepara-se para hoje a tarde, impiriquitado em suas montarias e igarités, assistir a passagem dos cordões fluviais das tias Bernarda Angélica do **Bacury** e Ursula das Mercez do **Burajuba**.

Vae ser uma pandega compadre.

Eu faço parte deste cordão da tia Bernarda e vou vestido na conformidade do desenho que te envio, tirado a lápis pelo compadre Pimenta.

[...] As canoinhas que vão fazer parte dos cordões fluviais, estão passando todas embandeiradas e armadas de lindas folhas de palmeiras.

Estou compadre, na ponta dos pés, como por cá se diz, de tanta contentação.

Viva o carnaval!

Viva o cordão da tia Bernarda!

Viva eu, vestido de palhaço!

E agora adeus. (informação verbal).

É necessário enfatizar que o carnaval não é citado pelos moradores das comunidades tradicionais, no entanto estava também presente no mundo ribeirinho, pois os foliões desfilavam em canoas nas margens dos rios e igarapés, entre os diversos sítios e comunidades.

O progresso e a urbanização provocada pela irrupção desenvolvimentista do período militar alteraram o cenário, a reprodução social e cultural das comunidades tradicionais de Barcarena, de forma rápida e violenta, de modo que os seus rios e igarapés sofreram e sofrem sucessivas ações de destruições, como também as formas tradicionais de existência dos sítiantes.

Apesar desta tentativa aniquiladora da política de desenvolvimento em relação ao modo de viver e de existir das comunidades sítiantes de Barcarena, as comunidades tradicionais não desistiram de seus rios e igarapés e continuam lutando por sua territorialidade específica, no intuito de garantir os seus direitos, a saber, um modo de vida diferenciado daquele imposto pela lógica do progresso industrial.

### 3 PODER E PROCESSOS DESAPROPRIATÓRIOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PELAS INSTITUIÇÕES E “AGENTES DO PROGRESSO”

A partir da década de 1970 o município de Barcarena recebeu as visitas dos “agentes do desenvolvimento”, por meio da CDI, ITERPA e SUDAM. Foram feitos os estudos demográficos e geológicos nos territórios que eram ocupados pelas comunidades de sitiantes. Uma equipe de técnicos da CDI foi recrutada para instalar o complexo industrial minerador, fato narrado pelo funcionário da CDI<sup>89</sup>, o qual participou como avaliador e desapropriador dos sítios da área que pertencia à Prelazia de Abaetetuba:

Eu já estava no Estado através da META (Mosqueiro Empreendimento Turismo) que fez a ponte do Mosqueiro né, a ponte acabou em 76, e em 76 mesmo eu devo ter passado pra CEOP, é cedido, porque a CEOP tava, tava iniciando a obra de implantação do CENTUR, do Centro Turístico Cultural de Belém né, aí nessa época solicitaram que eu fosse pra lá porque achavam que eu, que eu tinha alguma experiência em, em fundação né [...], tá então eu fui pro CENTUR e em dezembro de 76 nasceu a CDI, a META fechou e nasceu a CDI, com a personalidade jurídica diferente, mas também uma S.A sabe como é, também uma economia mista, também vinculado ao governo e também o acionista majoritário do governo, né, tá e eu continuei ainda no CENTUR por algum tempo, algum, talvez um ano ou dois, quando eu fui chamado de volta pra CDI, se eu ia ou não ia querer passar pra CDI porque tinha serviço já, e o primeiro serviço era exatamente implantar a Albras e Alunorte [...] eu tive a felicidade já dessa vez encontrar o Sérgio Leão né, que até hoje tá no governo, é um técnico também da mais alta qualidade e o presidente era o César Mendes [...]  
[...]aí a CDI nasceu né, nasceu como eu disse em dezembro de 76 e logo em abril de 77 é saiu um decreto estadual é, desapropriando cerca de 40 mil hectares de Barcarena, aí desapropriando pra que, pra implantação do projeto Albrás e Alunorte né, esse, essa área ela, [...] você sabe onde era a primeira versão da PA-150, que saía do cafezal, tá, o lado direito daquela via desde o cafezal até o antigo ramal de Beja que fica passando aquele trevo do Abaetetuba. (informação verbal).

ITERPA, CDI, SUDAM e posteriormente CODEBAR trabalharam na reorganização espacial para a instalação dos grandes projetos. Para este propósito, tinha-se o que eles denominaram de força tarefa, a fim de organizar toda a infraestrutura para a instalação do complexo de mineração. A relação do ITERPA e CDI foi assim descrita:

Sempre que a gente pretendia uma área, a gente encomendava pro ITERPA, que é o órgão do governo que mexe com essa parte da demarcação e avaliação. [...] quer dizer o ITERPA fazia o levantamento topográfico encomendado pelo CDI, e também a parte discriminatória que entrava a parte

<sup>89</sup> Entrevista realizada em 01 de abril de 2014. O funcionário ainda pertence ao quadro da CODEC (antiga CDI). Era auxiliar técnico de operações na época das desapropriações em 1978, e atualmente exerce o cargo de engenheiro na empresa.

da avaliação. Então o ITERPA é que enviava para nós depois que fazia tudo isso, tudo transformado em dinheiro, baseado na tabela que o ITERPA tinha. (informação verbal).

A SUDAM atuou na execução do planejamento do projeto minerador para Barcarena e organizou o Programa Especial de Desenvolvimento Regional-infraestrutura do Complexo Alumínio ALBRÁS/ALUNORTE, com a participação dos técnicos e arquitetos da instituição. Nesse contexto, o ITERPA possuía a responsabilidade de fazer um diagnóstico dos domínios territoriais dos moradores das áreas escolhidas para a instalação do Distrito Industrial, bem como da Vila dos Cabanos.

A CDI foi responsável pelas primeiras desapropriações, indenizou as famílias que moravam na área destinada para os projetos: Albrás, da Alunorte, do Porto, da Reserva Ecológica, da Eletronorte e de uma pequena parte do núcleo urbano. A CODEBAR era uma empresa pública destinada inicialmente ao Ministério do Interior, tinha a responsabilidade de concentrar suas atividades na implantação do plano urbanístico de Barcarena, com prioridade para execução e administração de obras e serviços da Vila dos Cabanos. Teve como atividade prioritária a desapropriação da área destinada a este núcleo urbano.

Os procedimentos da desapropriação retiraram centenas de famílias de suas terras tradicionalmente ocupadas, recebendo indenizações mínimas, calculadas com a subvalorização das propriedades e benfeitorias, sem indicação de reassentamento. No período de 1979 a 1984, a CDI realizou 404 ações de expropriação em uma área de 40.000 hectares; por seu lado, a CODEBAR efetuou 155 desapropriações em uma área de 60.104 hectares.

Diante disso, a realidade socioeconômica e demográfica do município alterou-se de forma significativa. Em 1970, a população rural de Barcarena contabilizava por volta de 15.110 habitantes, e a população urbana era de apenas 2.388. Os dados confirmam que a população rural representava aproximadamente 86% da população total do município, logo, a maioria dos habitantes eram os sitiantes, que viviam nas margens dos rios e igarapés.

Dessa maneira, constituiu-se um clima de desconstrução de mundos e reelaboração de novos valores e conceitos que o Estado e a Empresa deveriam impor por meio de uma legitimidade. Naquele momento, a violência instrumentada se fez presente por meio da *desapropriação*, necessária para o que se pretendia

estabelecer. Com base em dispositivos legais, no caso, o *decreto de desapropriação*, os sitiante de Barcarena são retirados de seu território e deslocados para outros lugares. Novos processos de apropriação de recursos (rios, igarapés, florestas, solo) foram violentamente impostos por uma via política e jurídica.

Os “agentes do desenvolvimento” das instituições encarregadas pela reorganização do espaço e instalação dos projetos que fazem parte do Complexo Minerador chegaram a Barcarena, deparando-se com a realidade de sitiante moradores das margens dos rios e igarapés, os quais possuíam formas tradicionais de existência, em lotes de terras que variam de 1 a 500 hectares (MOURA; MAIA, 1989). Esses agentes chegaram entre 1979 e 1984, e assim construíram suas percepções sobre o município e seus moradores. Nas suas entrevistas expõem a percepção que tinham da vida dos sitiante, que, na visão deles viviam isolados, como índios. O funcionário da CODEBAR exercia a função de legalização e desapropriação. Na entrevista<sup>90</sup>, faz uma breve descrição sobre estes cenários e seus sujeitos. Questionado quanto ao impacto da saída dos sítios sobre os deslocados da CODEBAR, ele assim respondeu:

Agora o impacto da saída de seu sítio em princípio reclamavam assim, mas quando chegaram na casa nova, as mães não suportavam, mas os filhos adoraram desde criança até adolescente de 17 anos, agora os velho não suportavam e hoje em dia continuam tendo saudade do sítio, as crianças desde do primeiro momento vibraram com o negócio.

Não sei lhe explicar, as crianças e os adolescentes talvez gostassem, por passarem a viver em grupo, porque de uma casa para outra, a gente andava pra caramba, às vezes tinha três parentes próximos no mesmo sítio, mas daí pro outro era uma boa pernada, uma novidade para as crianças e adolescentes. Realmente o sítio deles era muito gostoso, moravam em beira de igarapé, tinham frutas, uns viviam em sítios bem cuidados, outros viviam igual índio. Teve um que era um pai e dois filhos, não sei se a mãe morreu só sei que mulher não tinha, era igual um índio esse cara, o 1º contato foi barra pesada. [...] era gozado você ver um cara daquele grosso para caramba, desde a roupa dos filhos era ele que fazia, tinha dois extremos, foi difícil o contato com ele. (informação verbal).

O arquiteto e ex-funcionário da CODEBAR participou do Programa de Planejamento do Complexo de Mineração da SUDAM entre 1976 e 1982. Depois atuou na implantação do Plano Urbanístico de Barcarena quando assumiu o cargo de responsável técnico pela instalação da Vila dos Cabanos de 1982 a 2009. Em entrevista realizada em 30 de agosto de 2016, faz algumas considerações sobre os moradores que viviam nas áreas de atuação da Empresa CODEBAR. Quando

---

<sup>90</sup> Entrevista realizada em 31 de outubro de 1988.

perguntado a ele se houve conflitos ou dificuldades nos deslocamentos dos moradores das comunidades tradicionais, respondeu:

Não. Simplesmente os núcleos urbanos que já existiam uma pequena população, e isso no plano foi considerado, nós chamamos de zona de proteção três. Se for ler dar para ver isso. Então Vila do Conde, São Francisco, Itupanema, todas elas foram mantidas e consideradas dentro de um perímetro urbano. Ninguém mexeu nelas. Olha só, nós até facilitamos alguns investimentos, melhoria da rede de água e criamos acesso para elas, na área do perímetro urbano da área da Vila dos Cabanos. Como dizia um amigo meu: não tem nada, o que tinha era uns índios, o que ele chamava. Era uma pequena comunidade de famílias praticamente, porque era relação quase que familiar, de parentesco. Um irmão casou com outro... Então que eu encontrei. A maior foi essa lá na cabeceira do Murucupi que tinham mais ou menos cinco casas. [...] E era uma coisa interessante lá, porque não tinha limites. Era quase que uma aldeia. O “cara” dizia assim aqui é do “fulano”, do filho, do parente, de um primo, ou irmão. Essa parte aqui é dele, mas aquele pé de cupuaçu passando aquela casa é meu e essa parte aqui é dele. Eles não tinham uma definição territorial. Por isso que eu estava te falando que é quase uma aldeia. Então era muito pulverizada e não houve problema nenhum, tá? Se eu for fazer um levantamento, tem lá no arquivo, no processo de desapropriação. Você tem uma coisa ínfima. Do pessoal que foi indenizado. Muito pouco. Porque se preservou a área onde se tinha um núcleo. (informação verbal).

Para os técnicos da CODEBAR, os moradores dos sítios da área, a qual se constituiu Vila dos Cabanos, não tinham importância, pois, para eles, eram núcleos familiares e não povoados, porque viviam no que chamavam de aldeias, e por isso foram facilmente deslocados. Os povoados de Itupanema, São Francisco e Vila do Conde foram preservados, pois poderiam causar problemas na expropriação e deslocamento.

Esta mesma visão depreciativa foi descrita, em entrevista, pelo técnico da CDI<sup>91</sup>. Quando se refere aos moradores dos sítios desapropriados, afirma:

Então a gente pegava operário com um ano, e por exemplo depois de ter sido desapropriado e ter ido para uma vida urbana, vamos dizer assim, você pega a carteira de trabalho dele, ele tinha sete, oito carimbos de empreiteira durante um ano. Então ele trabalha não muito mais que um mês num empreiteira daquelas. Ele não consegue se enquadrar às regras, às normas. O “caboclo” ele não conseguia se enquadrar às regras, às normas. Eram pessoas que foram livres, eles sempre foram patrões de si mesmo, nunca tiveram patrão. Quer dizer, aí tá muito ligado aquela velha questão da “preguiça” do nosso caboclo, essa fantasia, esse folclore que se coloca né. Na realidade o projeto de vida dele era um projeto totalmente diferente. Eu sempre coloco o seguinte, o projeto de vida, eu posso até ser absorvido[...]. Na minha sensibilidade. Não é que o caboclo não tenha um projeto de vida, só que o projeto dele é um projeto muito curto, o projeto dele são os dois dias depois. A preocupação que ele tem é sempre se manter. Eles não plantavam nenhuma cultura perene. Você vê o seguinte, se você visitar a cultura da mandioca, você vê que não tem nenhum trato cultural, ele capina só até ela crescer um pouquinho. Ele tem camarão, ele tem peixe ele tem as frutas da

<sup>91</sup> Entrevista realizada em 26 de março de 1987.

época sazonais, [...] geralmente pega para vender. Então praticamente a renda que ele tinha era da venda da fruta. [...] então você analisa a área, você vai ver que é intensamente utilizada. Se você sobrevoar você vai ver que não tem mais floresta. A cobertura de floresta foi praticamente toda removida pelas queimas, pelo constante uso. [...] Esse negócio do projeto de vida é um negócio assim impressionantemente. Então na visão deles, é muito curto. Eles são pessoas que não têm gana. (informação verbal).

Os argumentos usados pelos “agentes do desenvolvimento” que atuaram no deslocamento das comunidades tradicionais na década de 70 e 80 demonstram a visão depreciativa e preconceituosa sobre os seus moradores, nas análises referentes à imposição da relação entre indigenista e índio no contexto de uma relação colonizadora e dominadora. Nesse ínterim, Oliveira (2000, p. 307) reflete que a *violência e a intolerância* não são dimensões extemporâneas e anômalas da vida social, mas sim componentes da sociabilidade e instrumentos para o estabelecimento de hierarquias sociais.

O técnico da CDI afirma: *a coisa do Caboclo<sup>92</sup>, a coisa do Índio é tudo muito ligado, ele não consegue articular um futuro que seja diferente daquilo que ele tem.* Neste aspecto, os “agentes do desenvolvimento” têm a *visão colonizadora* e acreditam que estão tendo a missão civilizatória diante daqueles *selvagens aborígenes*, habitantes dos sítios, das ribeiras dos igarapés e rios de Barcarena, que precisam sair do estágio da barbárie pelas mãos despreziosas dos bravos progressistas, pois eles, os índios, não possuíam *gana*<sup>93</sup>.

O termo caboclo é usado como categoria de classificação social e relacional, no sentido que o define como alguém que pertence à classe baixa rural inferior, em comparação à classe urbana industrial branca. E os agentes e técnicos da CDI e CODEBAR usam esse vocábulo para reduzir os habitantes dos sítios a uma condição de inferioridade. Assim, *incluem as qualidades rurais, descendência indígena e “não civilizada” (ou seja, analfabeta e rústica), que contrastam com as qualidades urbana, branca e civilizada* (LIMA, 1999, p. 7). O conceito regional de caboclo vai além da referência a essa população rural pobre. Inclui estereótipos de preguiçoso, indolente,

---

<sup>92</sup> Segundo Oliveira (2016, p. 238), no português falado no Brasil o caboclo tem um sentido mais ambíguo e encoberto, insinuando uma ascendência indígena, mas também usado em nível metafórico aplicado ao habitante do interior, de costumes simples e rudimentares. A identificação de caboclo como indígena foi residual e negativa. Nas análises sobre o termo caboclo, Lima (1999, p. 8) afirma que caboclo é uma categoria de classificação social empregada por estranhos, com base no reconhecimento de que a população rural amazônica compartilha um conjunto de atributos comuns, sejam atributos biológicos, econômicos, políticos ou culturais.

<sup>93</sup> Referente à vontade de mudança para melhor, de evoluir.

passivo e desconfiado. São tomados como evidência de inferioridade, pois são vistos como “primitivos”.

Nas entrevistas dos técnicos e “agentes do desenvolvimento”, estão presentes palavras e frases que demonstram o desconhecimento das práticas sociais e das territorialidades específicas das comunidades tradicionais, as quais foram desapropriadas, e, além disso, usavam argumentos de efeito depreciativo e inferiorizado, justificando a imposição de uma ordem lógica capitalista por meio de ações de desapropriação e desvalorização.

A definição do modo de viver das comunidades constituía-se de forma simplória e homóloga, descritas *como pessoas que moravam mais para o centro, e que moravam mais dentro do mato, pessoas que precisavam menos do contato com a civilização*<sup>94</sup>. Há uma diversidade étnica brasileira que não pode ser compreendida a partir de categorias defasadas, construídas com base em modelos jurídicos coloniais. Faz-se necessário entender a história local e contextual para atravessar a fronteira étnica e mostrar criticamente o limite da etnificação (OLIVEIRA, 216, p. 71).

Os moradores dos sítios das terras desapropriadas pelos “agentes do desenvolvimento” também narram esses primeiros contatos, assim como o início da imposição violenta do progresso e a ruptura de seu modo de viver. Nas entrevistas sobre a ação de desapropriação da CODEBAR, os informantes narram que foram coagidos. Dessa forma, não havia outra escolha, como afirma José da Cruz Pinheiro<sup>95</sup>, da Comunidade de Boa Vista:

[..] Foi quando o pessoal da CODEBAR foi lá, avisar da desapropriação, o Dr. Luziano e o Dr. Reis, **ficaram fazendo pesquisa lá enganando a gente**. Nós não íamos sair de lá por causa da CODEBAR, **mas a gente vivia coagido**, ninguém podia botar moleque para estudar nem fazer uma tarefa de roça. **Ela queria é desmatar tudo, tirar a madeira do mato** e não dar pra gente, e o terreno era no nome do meu pai, aí a mulher resolveu que a gente pegasse a mixaria da CODEBAR e saísse fora, não deu nem pra gente fazer uma casa, viemos de lá, **eles prometeram emprego para nós, mas não deu**, nós ficamos andando aí pelo “bota fora” quase um ano nesse “bota fora”, procurando cobre, alumínio, miúdo de galinha que jogavam fora pra mim dar para os moleques, eram sete moleques”. (informação verbal).

Assim, na voz de dona Raimunda da Costa Correa<sup>96</sup>, do Sítio Nazaré:

Foi o Dr. Luziano e o Dr. Reis da CODEBAR, chegaram em casa um dia e me chamaram que queriam falar comigo sobre o meu deslocamento de lá, eu falei que não pretendia sair de lá, eles disseram: não! Mas tem que sair, a

<sup>94</sup> Auxiliar técnico da CDI em entrevista no dia 29 de setembro de 1988.

<sup>95</sup> Entrevista realizada em 03 de dezembro de 1987.

<sup>96</sup> Entrevista realizada em 03 de dezembro de 1987.

senhora sabe que isso é do governo e ele que manda a gente fazer isso. **Eu ainda me arrepiei lá, porque no começo a gente é valente** que só, mas depois passa tudo, **parece que eles jogam um negócio na gente e acaba aceitando tudo[...]**". (nformação verbal).

Mas houve resistências às propostas de deslocamento e indenização realizadas pelos funcionários e técnicos da CODEBAR, como descreve o senhor Domingos Luís da Silva<sup>97</sup>, do sítio Cajueiro:

P. E quem foi da Codebar o senhor lembra?

R. Foi Luziano, Reinaldo, Zé Maria, era uns três.

P. Aí como foi que eles chegaram aqui?

R. Eles chegaram aqui, dando proposta pra mim, **que a lei era federal que eu tinha que sair**, e pelo que eu entendo a "lei é federal, mas ela não expõe pra tirar qualquer pessoa de onde mora, assim que vocês querem tirar", não existe, eu conheço o que é a lei. "não mas é que porque o senhor não saiu, **aí eu venho aqui e tal, e se o trator passar aqui e abrir uma rua**", "problema de quem vem no trator" eu disse pra ele, e disse "**mas eu queria que o senhor viesse em cima do trator pra passar por cima da minha casa**", ele ficou aborrecido, brigou comigo, [...] eu disse "não você é que tá me ameaçando, eu só tô me defendendo, eu não quero a indenização de vocês, eu fui nascido e criado aqui. (nformação verbal).

A senhora Teodomira Gomes da Costa descreve como ocorreu este primeiro contato com a CODEBAR:

[...] Eu quero conversar com a senhora sente.

- Eu não quero sentar, fico de pé mesmo.

- Eu vim aqui lhe avisar que é para a senhora desocupar a terra. Ele era o Dr. Luziano.

- Quem disse isso?

- O Dr. Lobato. Aí eu disse:

- Desocupar a terra, por quê?

- Porque vamos precisar da área.

- Mas depois de eu estar na minha casa, eu vou morar onde? Debaixo da vala, negativo. (nformação verbal).

As narrativas sobre a notícia e as ações de desapropriação, para os moradores do sítio, estão relacionadas à violência praticada pelos "agentes do desenvolvimento" quando passavam com os tratores destruindo suas casas e roças. Os tratores serviram de instrumento de coação e pressão para os sitiante deixarem suas terras, *se não saíssem do terreno eles iam meter o trator, jogar a casa em baixo, o trator vinha destruindo tudo, escangalhou a roça toda.*

A roça é usada como resistência ao processo de expropriação praticado pela CODEBAR e CDI. Representava uma paisagem de resistência à política

<sup>97</sup> Entrevista realizada em 15 de maio de 2016.

desenvolvimentista, que, por meio dos tratores, tenta impor uma nova ordem econômica. Apesar das ações de deslocamentos, os sitiante carregavam consigo os conhecimentos tradicionais da roça, e mesmo de forma clandestina ou proibida continuavam resistindo com este modo de fazer e reprodução social (LIMA,2015).

Maria Luiza Santos<sup>98</sup>, em suas narrativas, faz referência ao primeiro contato que teve com os funcionários da CDI:

Na última quase a máquina me leva junto com a mandioca, eu tava até grávida de gêmeos, que na época eu nem sabia, só tava com a barriga muito grande, ele tava trabalhando uma empresa e eu tava em casa, eles começaram a abrir as ruas, e tava marcada que a rua ia passar por dentro da roça, aí nesse povoado, o laranjal, eu soube e comecei a tirar a mandioca, o que eu der conta. Comecei, por dois dias, a tirar a mandioca, enchia na saca, botava da cabeça, passava duas ruas que eles já tinham aberto uma, e eles iam abrir a outra que ia pelo meio da roça, era só eu, as criança estava pequenininha, e ele trabalhando, eu carreguei no primeiro dia e no segundo fui pra lá tirar um monte de mandioca e a máquina zuando pra lá, quando eu voltei não tinham mais nem caminho, só aquele monte de terra, eu peguei o terçado e abri o mato e fui lá com eles. Fiz sinal de que queria falar com eles e disse: “você não tavam vendo que era uma estrada isso aqui onde você passaram com a máquina? você prestaram atenção que é uma roça aqui e podia ter pessoas dentro da roça? E se você já estivessem me viram com a terra e tudo?”  
[...] isso foi já em 82, porque foi quando meus dois filhos gêmeos nasceram, já era nesse ano. (informação verbal).

Por meio das políticas de expropriação, “arrumou-se” o território a ser explorado pelo mercado internacional, deslocando os moradores de seus sítios, através da ação violenta do Estado; assim, ocorreu a desestruturação de alternativas de viver. Os sitiante estão sendo progressiva e violentamente retirados dos territórios e, conseqüentemente, dos recursos naturais, por meio de deslocamentos. Almeida (1996, p. 474) afirma que os camponeses e índios “são representados como ‘desvalidos’ em oposição a um deslocamento que é apresentado como oportunidade ímpar de se modernizarem”. Nesse sentido, a violência abriga em seu seio um elemento adicional de arbitrariedade. Ela é um componente inseparável do “progresso” que chega com a implantação dos projetos de mineração, a exemplo do Complexo Albrás/Alunorte, mas que aniquila outras formas e modos de viver.

### **3.1 O Planejamento da Reorganização do Espaço e o Núcleo Urbano de Barcarena**

---

<sup>98</sup> Entrevista realizada em 1 de maio de 2015.

O grupo japonês da Aluminium Resources Development Co. (ARDECO) e a Companhia Vale do Rio Doce organizaram um estudo sobre a possibilidade da produção de alumina na região Amazônica. O município de Barcarena foi considerado o local mais apropriado, devido a sua localização às margens do rio Pará, nas proximidades de Belém (40 km) e relativamente próximo da hidrelétrica de Tucuruí (300 km), o que facilitaria receber matérias-primas e se transformar em um centro de exportação de produtos acabados.

As obras de infraestrutura ficaram sob a responsabilidade do governo brasileiro, que criou o Programa Especial de Desenvolvimento Regional – infraestrutura do Complexo Alumínio ALBRÁS/ALUNORTE, que era constituído por representantes dos Ministérios de Minas e Energia, Interior, Transportes, Secretaria do Planejamento da Presidência da República e Governo do Pará. Cabia à SUDAM analisar e acompanhar, em nível regional e local, a execução do programa e o exame dos projetos e atividades (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980, p. 15). Teve sob sua responsabilidade o ordenamento territorial constituinte do Complexo Industrial: a localização das indústrias de alumina e alumínio, o porto, a subestação, as áreas destinadas aos rejeitos industriais e o núcleo de apoio. Também definia aspectos importantes relacionados à exploração, como: poluição; zona e política de proteção ecológica, política de proteção; aproveitamento e relocação da população pré-existente na área; aperfeiçoamento e complementação do sistema viário inicial.

A empresa Rio Doce Engenharia e Planejamento S.A.<sup>99</sup> realizou, desde 1975, estudos analisando a situação e concepção espacial para a implantação do complexo de alumínio em Barcarena. O relatório menciona a predominância rural das ocupações humanas no município, quando afirma que “não existe ocupação urbana relevante na área de estudo. A nova e a velha Barcarena estão próximas, esta última estagnada e quase em ruínas. *Existe ainda um pequeno núcleo, a vila do Conde, situado imprópriamente a sota-ventos das futuras indústrias*”. (1977, p. 29).

Este relatório tinha o objetivo de definir todos os condicionantes espaciais que determinaram a localização e o detalhamento do núcleo urbano destinado à construção, montagem e operação da ALBRÁS/ALUNORTE, assim como a construção do porto e da própria cidade. Já mencionava a localização das indústrias e

---

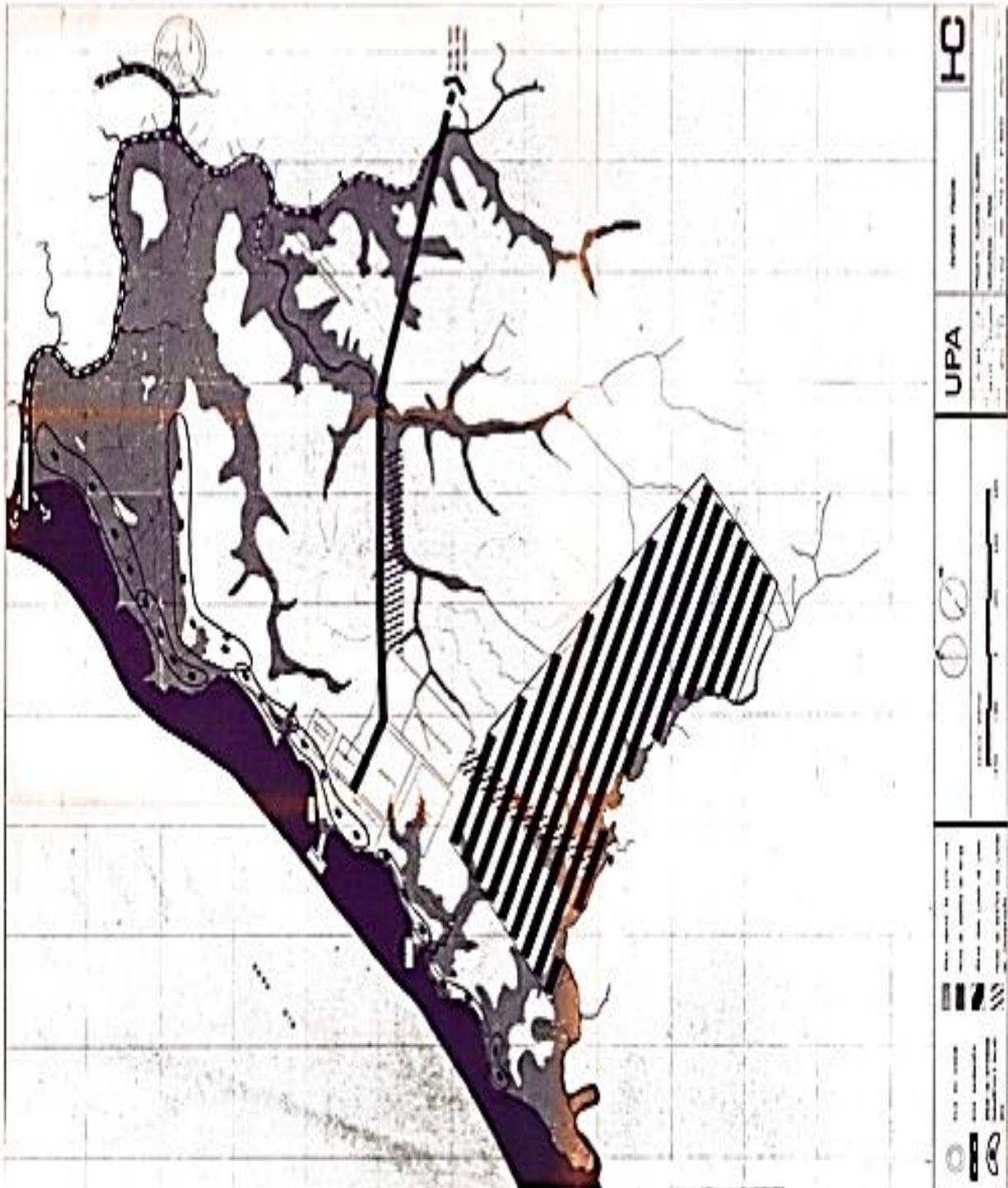
<sup>99</sup> Controlada pela Companhia Vale do Rio Doce.

do porto, com a indicação das áreas de expansão; localização do lago de lama, da rodovia de acesso, da área da subestação da Eletronorte, do aeroporto, e principalmente as áreas de cultura existentes, áreas de florestas, áreas devastadas e áreas que representam entraves jurídicos de propriedade<sup>100</sup> (RIO DOCE ENGENHARIA E PLANEJAMENTO S.A, 1977).

---

<sup>100</sup> Áreas relacionadas a processo de desapropriação.

**Figura 8-** Planta de Análise da Ocupação Espacial do Complexo de Alumínio em Barcare



**Fonte:** Rio Doce Engenharia e Planejamento S.A (1977)

O espaço em branco da planta refere-se à área de ocupação urbana, com a construção de “células urbanas”, que corresponderiam ao **local do alojamento** das firmas empreiteiras durante a construção do complexo do alumínio. A célula urbana 1 é predominantemente residencial, a ser ocupada pelos primeiros habitantes (famílias). A área **central** é característica de centro-comercial e serviços. A área com seta seria destinada como turística e possui melhor posição climático-paisagística. As áreas abaixo, em “escuro amarronzado”, são áreas inundáveis, próximas de rios e igarapés, que devem ser preservadas para proteger os rios locais. Havia a área destinada à PA-82 com destino ao porto de passageiros e a balsa. Na planta há o local do lago de lama e da linha de transmissão da Eletronorte. As empresas também são visualizadas no mapa, nas proximidades dos rios e das áreas destinadas aos núcleos urbanos e vilas.

No relatório, são feitas outras plantas que delimitam o uso dos espaços urbanos e dividem o espaço do complexo de alumínio em Barcarena em Espigões Norte e SUL (ver mais detalhes na figura 8), conforme as descrições seguintes:

Observa-se nesta planta a redução de alternativas possíveis para a localização do núcleo urbano. Restam, basicamente, os espigões norte II, III e IV, partes dos espigões sul II, III e IV e o espigão sul V. A influência dos rios de Barcarena e Itaporanga, navegáveis, valoriza os espigões norte III e IV. Este último, por ser menor e por ser a região onde está situado o aeroporto, faz do espigão norte III a área com maior vocação para receber o núcleo urbano. (RIO DOCE ENGENHARIA E PLANEJAMENTO S.A, 1977, p. 26).

O Espigão Norte III, próximo da Velha Barcarena (São Francisco), é considerado adequado à implantação do Núcleo Urbano. Sua localização é estratégica devido a sua proximidade do ponto navegável do rio Barcarena e do rio Murucuça. A velha Barcarena deverá responder como um terminal dinâmico de pessoas e cargas, gerando serviços de entreposto de atacados, armazéns e pequenas indústrias do tipo serrarias e pequenos estaleiros (RIO DOCE ENGENHARIA E PLANEJAMENTO S.A, 1977, p. 31).

O Espigão Norte IV também é considerado um ponto adequado para receber o núcleo urbano, devido a ser margeado pelo rio Barcarena, mas a presença do aeroporto na área acaba comprometendo a sua urbanização. O autor considera o aeroporto no Espigão Norte IV um desperdício, pelo fato de este espigão servir como um divisor das águas dos Rios Barcarena e Itaporanga, ser cruzado pela rodovia PA-

82 , e representar área considerada ideal para a implantação das células iniciais do novo núcleo urbano.

A concentração de habitações (área de acampamento das empreiteiras e núcleo inicial) deu, posteriormente, origem ao bairro Pioneiro. Em relação às edificações destinadas a abrigar os primeiros moradores e suas atividades urbanas, previa-se o controle na distribuição de terrenos e as casas poderiam ser levantadas pelos ocupantes, por mutirão ou outra iniciativa particular. A Rio Doce Engenharia e Planejamento (1977, 44) definiu este procedimento como “assentamento espontâneo orientado”, em que cada família teria um lote para construir sua casa.



A partir dos estudos preliminares e do Relatório Final Análise de Situação e Concepção espacial para implantação do complexo de Alumínio em Barcarena-PA, elaborado pela Doce Engenharia e Planejamento S.A. (1977), a SUDAM, por meio do Programa Especial de Desenvolvimento Regional - infraestrutura do Complexo Alumínio ALBRÁS/ALUNORTE, firmou um contrato com o Escritório de Planejamento Arquiteto Joaquim Guedes e Associados<sup>101</sup> para a elaboração do Plano Urbanístico de Barcarena. Este contrato possuía o seguinte objetivo: Estudo do desenvolvimento da microrregião 18 – Baixo Tocantins, subconjunto Abaetetuba, Barcarena e Igarapé-Mirim, e da microárea, definidas como área de abrangência do Complexo Alumínio; Elaboração do Plano Diretor do novo núcleo urbano; Elaboração de diretrizes e recomendações para os núcleos, acompanhamento da implantação da primeira etapa do Plano Diretor do novo Núcleo Urbano<sup>102</sup>.

A microárea destinada ao Complexo Alumínio foi dividida] em área Industrial, área de implantação do novo núcleo urbano, área de proteção ecológica, área rural e sistema viário<sup>103</sup>. Na área industrial, previa-se a área programada, composta pelo Porto, Alunorte, Albrás, Eletronorte, lago de lama (depósito de rejeitos industriais poluentes e não degradáveis), distrito industrial (Zonas de remanescente da área industrial, assim como área de expansão sob a responsabilidade da CDI/Pará); área de expansão, para atender à demanda de lotes industriais, a longo prazo; havia a área de transição, entre a área industrial e a área de proteção ecológica, correspondente ao que o documento afirma ser uma área de proteção e apoio.

A área definida para a instalação do complexo industrial produtor de alumínio em Barcarena, localizado a 7 km da sede do município, ocupa 40.000ha, distribuídos da seguinte forma: a) *a área industrial*: compreende o porto localizado em Ponta Grossa, na Vila do Conde; a área da Alunorte, próxima ao porto; a área da Albrás, situada em frente ao porto e contínua ao lote da Alunorte; a área da Eletronorte, situada próxima ao lote da Albrás destinada à instalação da subestação rebaixadora de tensão, que chega da hidrelétrica de Tucuruí; e a área de expansão, colocada à disposição da Companhia de Distritos Industriais do Pará - CDI, para a instalação do Distrito Industrial; b) *a área de expansão urbana*: reservada a atender a demanda de lotes industriais; c) *a área de transição*: destinada à proteção da Reserva Ecológica e apoio das atividades diversificadas, de natureza industrial; d) *a área de implantação do Novo Núcleo Urbano de Barcarena*: onde estão instaladas as residências dos trabalhadores da Albrás/Alunorte. (NAHUM, 2006, p. 73).

---

<sup>101</sup> Por meio da concorrência pública, edital nº 02/78 de outubro de 1978.

<sup>102</sup> Ministério do Interior (1980, p. 11).

<sup>103</sup> Constituído terminal "Ferry Boat", porto de uso múltiplo; Estrada conectando o terminal Ferry-Boat ao Núcleo Urbano e área industrial e uma rodoviária. Tudo construído paulatinamente, conforme a necessidade do complexo de Alumínio (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980, p. 23)

Sobre a área rural, o plano urbanístico de Barcarena (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1980, p. 22) assim afirma:

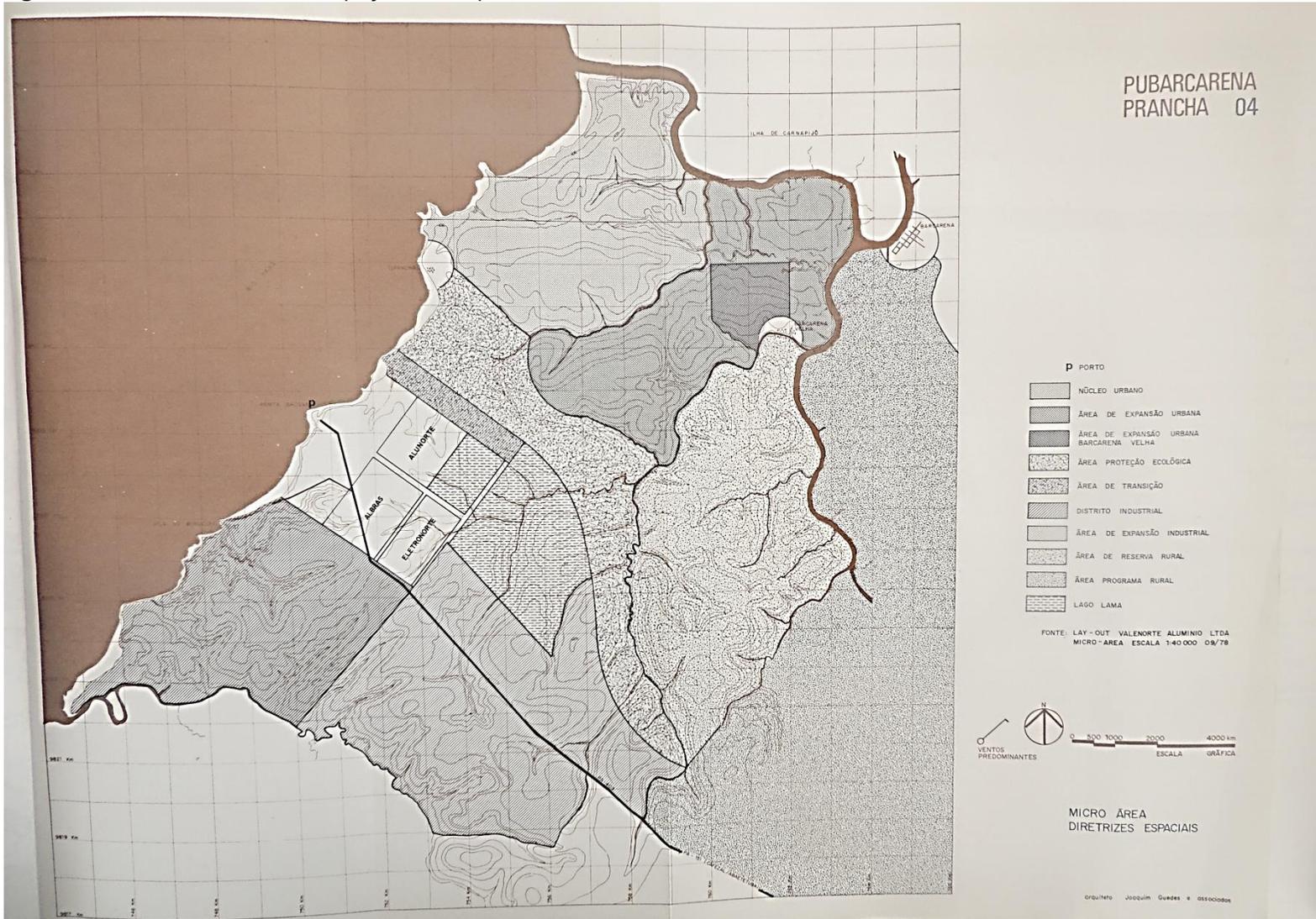
Tem sido motivo de grande preocupação o destino a ser dado às, aproximadamente, 1000 famílias que ocupam atualmente a área destinada ao Complexo Alumínio.

Embora alguns habitantes possam vir a exercer atividades nas obras de construção das fábricas, e posteriormente serem absorvidas pelo Setor Industrial, não restam dúvidas de que grande número de ocupantes das terras não será engajado naquele setor, **dada a falta de aptidão.**

Desta forma, visando eliminar os indesejáveis problemas sociais decorrentes da remoção dos colonos, e criar condições propícias à produção de hortigranjeiros, deverá ser implantada uma colônia agrícola, preconizada no Estudo de Viabilidade da ALBRÁS/ALUNORTE, situada na área limitada pelo Rio Itaporanga e as rodovias PA-151 e PA-403, que aproveitará os recursos humanos, naturais e infraestruturas disponíveis, em programa a ser desenvolvido pelo Governo do Estado.

A área de implantação do novo núcleo é limitada ao norte pelo rio Pará, ao sul pelo rio Murucupi, ao leste pelo furo do arrozal e ao oeste pela área de proteção ambiental. Está área ficou destinada para a implantação da Vila dos Cabanos, que seria uma cidade aberta destinada a receber os trabalhadores e profissionais das industriais e empresas do Complexo do Alumínio. Havia uma área de expansão urbana, a margem direita do rio Murucupi, destinada para aqueles operários que iriam ocupar o bairro de operações (no momento da construção de obras) e posteriores ocupações.

Figura 10- Áreas e Divisões do Espaço do Complexo do Alumínio.



Frisando detalhes do ordenamento territorial urbano-industrial, esse documento sinaliza a área destinada ao sítio urbano. Para a construção do núcleo urbano e da área de expansão urbana, foi escolhido o nordeste da área reservada aos programas industriais, devido as suas características geomorfológicas definidas como terrenos mais consolidados e resistentes, que se constituem em dois porções de terras firmes que apresentam uma largura de aproximadamente 20 km, cortadas por duas linhas fundamentais da drenagem local - rios Barcarena [mais largo] e Murucupi –, os quais cortam as terras firmes com vales de sensíveis diferenças e têm suas cabeceiras apoiadas entre terraços de 12 a 10 metros. Desta forma, o plano urbanístico de Barcarena (BRASIL, 1980, p. 60) conclui que *“assim entre as previsões e instalação efetiva e expansão, o espaço a urbanizar é aquele constituído pelos dois maiores interflúvios: Barcarena-Murucupi e Murucupi-Ingaiteua-Tamimbuca”*.

O plano urbanístico de Barcarena, volume 2- proposta (BRASIL, 80, p. 45) expõe a área destinada à instalação do novo núcleo:

A existência inegável de terrenos mais consolidados e resistentes nos substratos destes interflúvios de terras firmes confirma que o sítio é adequado para a localização da cidade.

Fixou-se, portanto, como área destinada à localização do novo núcleo, os dois platôs, separados pela calha do rio Murucupi limitados ao N e NE pela depressão quaternária em direção do Furo do Arrozal, ao sul pela ligação viária Barcarena Velha (embarcadouro) – Área industrial e pelo rio Barcarena e a oeste pela zona industrial isolada por uma “faixa de proteção ecológica”. (informação verbal).

O rio Murucupi tornou-se o eixo central da área, e a partir dele foi construído o desenho da cidade. O plano discutia alternativas para seu tratamento e drenagem. As propostas apresentadas seriam o aterro, que, concluiu-se, iria prejudicar o escoamento superficial das águas pluviais; a conservação do igarapé com tratamento sanitário e paisagístico, assegurando o livre curso do escoamento, devastando a vegetação para promover a ventilação, as atividades recreativas e lazer; e a última proposta seria a construção de barragens a fim de transformá-lo em um lago, mas para tanto era necessário retirar previamente toda a biomassa vegetal, pois a sua submersão provocaria ações químicas prejudiciais à oxigenação da água e dificultaria a circulação dos barcos.

No rio Murucupi foi construída uma barragem nas terras pertencentes aos quilombolas indígenas do Sítio São João, para a construção do lago do Clube 1, o que provocou a submersão da vegetação e a diminuição da fluidez de embarcações no

rio. Seu assoreamento é provocado pelos rejeitos das fábricas Albrás/Alunorte da lama vermelha e dos esgotos sanitários das casas da Vila dos Cabanos. O mundo ribeirinho dos sitiantes das comunidades tradicionais quilombolas indígenas em volta do rio Murucupi estava, desde 1978, sendo planejado para sofrer grandes mudanças. O rio Murucupi ainda persiste e representa um símbolo de resistência à ação aniquiladora e degradante do progresso industrial no município.

### 3.2 A CODEBAR e sua atuação em torno do rio Murucupi

A CODEBAR teve como atividade prioritária o deslocamento dos moradores das áreas destinadas a este núcleo urbano. Um documento da CODEBAR, com título *Relatório da Administração*, expõe as finalidades essenciais da empresa: executar e administrar as obras e serviços de urbanização na área destinada ao assentamento humano de apoio à instalação e funcionamento do Complexo Industrial de Barcarena, no Estado do Pará, **decorrente de obrigações assumidas pelo Governo Brasileiro no acordo internacional de cooperação econômica, firmado com o Governo do Japão em 1976**, visando à exploração industrial das reservas de bauxita na Amazônia para a produção de alumina e alumínio, através do Complexo ALBRAS/ALUNORTE.

No Relatório Final da Doce Engenharia e Planejamento S.A Projeto Alumínio (1977), já havia a recomendação para o núcleo urbano, a formação de uma sociedade de economia mista ou a formação de uma fundação encarregada do desenvolvimento, pelo menos nas suas primeiras décadas. E ainda completa afirmando que:

O que se pretende é que a empresa consiga dirigir a implantação das estruturas urbanas de acordo com as conveniências locais e do complexo do Projeto Alumínio, com a facilidade de tomada de decisão e relativa independência que assegure um desenvolvimento racional, eficiente e econômico do complexo urbanístico em pauta. (DOCE ENGENHARIA E PLANEJAMENTO S.A PROJETO ALUMÍNIO ,1977, p. 82).

As definições das áreas e todos os condicionantes espaciais estavam sendo discutidos desde 1976. Passados três anos, a empresa Arquiteto Joaquim Guedes Associados entregou os volumes do plano urbanístico para a Sudam, que foram editados em 1980. O Volume 3 possui as propostas institucionais, legislações, etapas de implantação e os elementos constitutivos da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR.

A CODEBAR possuía a responsabilidade de efetivar a reorganização do

espaço planejado desde 1977, que foi posteriormente desenhado no plano urbanístico. Objetivava promover a execução e a administração de obras e serviços de urbanização em área destinada ao assentamento humano de apoio à instalação e funcionamento do Complexo Industrial.

O documento Complexo de Alumínio ALBRÁS/ALUNORTE (BRASIL, p. 2-3) assegura que para a execução de seus objetivos, competirá a CODEBAR a aquisição, alienação, locação e arrendamento de imóveis destinados à habitação, comércio, indústria, serviços e preservação de recursos naturais. Representava o agente de desenvolvimento e a presença do Estado em nível local, que, por meio de ações e instrumentos violentos, impôs uma lógica urbana inacabada, que excluiu outras possibilidades de existência na área que se constituiu o núcleo urbano.

De acordo com o Plano Urbanístico de Barcarena, o núcleo básico da Vila dos Cabanos, composto pelo bairro Pioneiro e pelo bairro de Operações, deveria ser implantado em cinco etapas durante nove anos. Após, teria uma sexta etapa a qual seria realizada ao longo de seis anos, com obras na área de expansão para receber o número de 17.735 habitantes (TOURINHO, 1991, p. 77). Segundo o parecer do Ministério do Interior (1979, p. 9-10), foi assinado um contrato com a consultora Joaquim Guedes, para essa primeira fase de implantação do novo núcleo, o bairro Pioneiro. Em setembro de 1979, foram realizadas tomadas de preço e o levantamento topográfico da área. Nos comentários finais do parecer (BRASIL, 1979) se faz referência à necessidade da instalação da CODEBAR, visto que o projeto de instalação do bairro Pioneiro não havia sido ativado devidamente.

O bairro Pioneiro deveria ser provisório, destinado como acampamento dos operários das empreiteiras responsáveis pela construção das instalações do complexo de mineração. Era composto por uma parte central, que seria o centro de triagem de mão de obra, hospital, rodoviária, caixa d'água; e por uma parte residencial, que estaria composta por habitações para 1.201 famílias com escolas, creche, comércio e serviços. Havia ainda alojamentos para 8.400 operários solteiros e um clube.

O Plano Urbanístico de Barcarena (1980, p. 232) descreve esta unidade:

O bairro Pioneiro terá intencionalmente um aspecto de acampamento de obra mais ou menos definitivo, com aparência relativamente precária: casas mais simples, ruas sem asfalto.

Sua localização isolada da construção da parte ao norte do lago preserva o bairro de ficar no meio do movimento, do barulho, da poeira da obra, o que pioraria sensivelmente as condições de vida nele. O afastamento vai dar a sensação de que mora em cidade calma e organizada.

Na primeira etapa prevê-se ainda o represamento do Rio Murucupi, com a formação do lago e a construção da ponte que ligará as partes norte e sul do lago.

O bairro de Operações teria uma estrutura urbana mais consolidada, onde seriam localizados os centros administrativos, escolas de ensino médio e centro cultural. Corresponhia ao local destinado aos trabalhadores das fábricas, o que hoje é denominado Vila dos Cabanos.

O Bairro do Laranjal trata-se de uma área onde foram traçados lotes de 6x30m e 9x30m destinados às famílias desapropriadas pela CODEBAR, moradores dos sítios localizados nas áreas onde foi implantado o projeto Albrás/Alunorte. Mas esta área destinada ao Laranjal fazia parte do território da comunidade de São Lourenço. Esses moradores possuem, como dito anteriormente, o Título de Legitimação de Posse nº 27 em nome do Senhor Manoel Joaquim dos Santos, expedido pelo Governo da Província do Pará em 28 de março de 1838, legitimado pelo ITERPA em documento em 27 de Janeiro de 1982, em resposta ao pedido de Certidão das terras requerido pelo senhor Joaquim Manito dos Santos<sup>104</sup>.

O bairro do Laranjal não recebeu a mesma infraestrutura que as demais áreas, apesar do comprometimento da CODEBAR em realizar obras de saneamento, esgoto e asfalto. Ele constitui uma periferia do núcleo urbano, contrariando a concepção de que o núcleo urbano seria formado por cidades planejadas - as "Company Towns" -, base de seus territórios autossuficientes (TRINDADE JUNIOR, 2015, não paginado)<sup>105</sup>. Na sua implantação foi criado um bolsão de pobreza, em contraste com as ruas urbanizadas e planejadas da Vila dos Cabanos (VASCONCELOS, 1996, p. 46). Os moradores do Laranjal, por meio do centro comunitário e de ações coletivas, requeriam da CODEBAR as obras estruturais prometidas na época das desapropriações e da propaganda do progresso e desenvolvimento.

O chefe de planejamento urbano da CODEBAR que participou da equipe do Programa Especial de Desenvolvimento Regional e infraestrutura do Complexo de Alumínio da SUDAM, em sua entrevista<sup>106</sup>, fez considerações de como foi arrecadada

---

<sup>104</sup> Joaquim Manito dos Santos é descendente do senhor Manoel Joaquim dos Santos, nomeado inventariante pelos moradores para buscar a certidão da terra e formalizar a titularidade desta entre os herdeiros.

<sup>105</sup> TRINDADE JUNIOR. Saint-Clair Cordeiro. Vila dos Cabanos: gestão urbana e desenvolvimento local na Amazônia Brasileira. Disponível em [http:// observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/13.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/13.pdf). Acessado em 25.04.2015.

<sup>106</sup> Entrevista realizada em 30 de agosto de 2016.

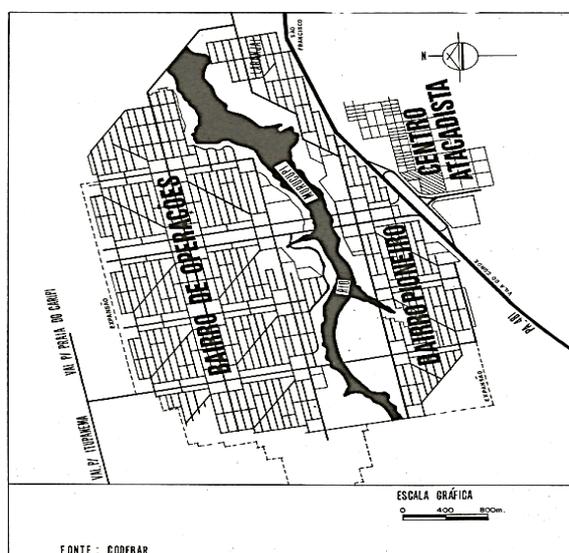
e planejada a área de atuação da CODEBAR.

O Laranjal foi desapropriado na época pela CDI, porque aquela área corresponde ao bairro Pioneiro [...] localizou em uma parte extrema da cidade, no limite da cidade em direção a São Francisco [...] é uma população que hoje vive à prestação de serviços, ela às vezes não tem nem qualificação dentro das próprias empreiteiras, vai trabalhar de subemprego ou emprego direto. [...] a área foi entregue pela CDI, simplesmente nós estruturamos. A CDI não chegou a deslocar o pessoal, desapropriou e pagou. [...] a CODEBAR só apareceu lá depois de quatro anos.

No Laranjal tem área que foge hoje do desenho implantado, foge da área estruturada, **ainda tem gente morando lá, que tem população que estão ocupando e são os moradores antigos.**

A área já foi toda desapropriada, toda a área dos Cabanos pertence à CODEBAR. [...] se houve necessidade do crescimento do bairro do Laranjal, tinha que remexê-lo, mas não há nenhuma previsão agora. (informação verbal).

**Figura 11-** O Núcleo Urbano e Setores de Implantação<sup>107</sup>.



**Fonte:** Tourinho (1991).

A promessa foi de implantar uma cidade-empresa e moderna, inserida ao mercado, com boa qualidade de vida para as pessoas e a racionalização dos espaços. Cidade de livre acesso aos profissionais e trabalhadores que iriam prestar serviços para as empresas mineradoras de forma planejada e otimizada, mas aos poucos foi mostrando a exclusão e a desagregação, como demonstra a breve narrativa do senhor Jose Vieira da Silva<sup>108</sup>, morador do sítio Livramento nas margens do rio Murucupi, que foi deslocado para o Laranjal:

<sup>107</sup> Retirado de TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Repercussões Sócio-econômicas[?] do Complexo Industrial ALBRÁS/ALUNORTE em sua área de influência. Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. Belém, 1991. p. 77.

<sup>108</sup> Entrevista realizada em 01 de maio de 2015.

P. Depois que indenizaram, eles construíram essa casa ou foi o senhor que teve que construir?

- Eles deram o resto, nós ajudamos na mão de obra só. Os tijolos nós é que fabricávamos, numa fábrica aí, eles davam o material e nós construíamos os tijolos.

P. E o senhor foi viver de que quando veio pra cá?

- Depois que eu vim pra cá, passou um mês e eu me empreguei. Na NORTOP, trabalhei uns meses e depois fui pra uma firma na CODEBAR e aí depois eu me empreguei na TRANSJUTA aí em São Francisco. Passei três anos lá, depois trabalhei mais um pouco e depois parei, quando foi em 89 eu não trabalhei mais. Aí foi que eu comecei a trabalhar de bico, limpar quintal, fazer poço, até hoje a gente faz isso, limpar quintal e poço, constrói casa também.

P. O senhor paga INSS?

- Olha, tá esses anos todinhos que eu não pago, desde 1989.

P. E o senhor tem quantos filhos, senhor José?

- Com minha mulher tenho só quatro, e só mora um aqui comigo, os outros moram por aí alugado. (informação verbal).

O que o senhor José Vieira da Silva expressou em suas narrativas reforça a tese levantada por (CORREA, 1987, p. 62) de que as *company towns*, no contexto amazônico, representam uma implantação moderna introduzindo uma nova paisagem e um novo estilo de vida, que muito pouco ou nada tem a ver com a paisagem regional, principalmente aqueles que foram deslocados, tiveram que reestruturar suas vidas, e também *construir uma nova compreensão das suas reais condições de existência* (VASCONCELOS, 1996, p. 33).

A política desenvolvimentista adotada pela CODEBAR foi responsável pela instalação em Barcarena do contexto de injustiça, exclusão e conflitos para com as comunidades tradicionais. Nas entrevistas dos técnicos da CODEBAR sobre o processo de indenização e deslocamento dessas comunidades eles discursavam que essa ação violenta foi a única saída para aquela “pobre população conhecer o progresso”.

Segundo Nahum (2008, p. 65-84): .

O Estado, na condução dos processos de desapropriação, sustentou “a ação da lei” em oposição à legitimidade de usufruto da terra pelos colonos, exigindo deles as escrituras das propriedades. Por isso, nos processos de desapropriação e de indenização, houve subvalorização das unidades familiares, pois aos olhos do poder estatal e empresarial os colonos eram posseiros e não proprietários legais.

De outro lado, o fabuloso discurso do aumento do número de empregos diretos “parecia”, durante a implantação do projeto, dinamizar a economia municipal e assim justificar as desapropriações. Enormes contingentes de mão-de-obra, de distintas qualificações, foram recrutados pelas empreiteiras ligadas ao setor da construção civil. Segundo um diretor do departamento de recursos humanos da Albrás, “durante a construção da Albrás chegamos a ter cerca de 5.000 trabalhadores no canteiro de obras e mais uns 1.000 na construção da Vila dos Cabanos”.

Esse intrusamento altera radicalmente a paisagem dos quilombolas, quilombolas indígenas e demais comunidades tradicionais que tiveram seu modo de existência retirado violentamente e lhes foi imposto um cenário urbano que para eles foi destinado, a periferia, o lixão (bota fora), o trabalho temporário, o desemprego, a depressão e o suicídio.

Na primeira fase de instalação do Complexo Albrás-Alunorte, nos anos de 1970 e 1980, os sitiante foram deslocados das áreas que foram ocupadas pelo Porto da Vila do Conde, Eletronorte, Albrás, Alunorte e Núcleo Urbano. Segundo os dados da ADEBAR, foram aproximadamente 494 famílias desapropriadas do Murucupi, Burajuba, Tauá, Cabeceira Grande, Guajará, Santo Antônio e Paramajó. Essas pessoas foram deslocadas para o Laranjal, Vila Nova e Colônia Agrícola do Bacuri, Barcarena Sede, Vila do Conde, Belém e outros (MOURA; MAIA, 1989).

**Tabela 5-** Número de deslocados por localidade.

Origem das famílias	Quantidade	Percentual
Tauá	73	14.7
Cabeceira Grande	60	12.2
Murucupi	56	11.3
Ponta Grossa	52	10.5
Conde	39	07.9
Paramajó	28	05.6
Bacuri	27	05.5
Burajuba	26	05.3
Santo Antônio	25	05.1
São Francisco	23	04.6
São José	22	04.5
Guajará	19	03.8
Vila São Francisco	18	03.6
São Joaquim	17	03.4
São Lourenço	07	01.4
Itupanema	02	00.4
<b>Total</b>	<b>494</b>	<b>100</b>

**Fonte:** ADEBAR (1986).



consequentemente, tiveram que sobreviver dos restos de alimentos deixados pelos trabalhadores das fábricas que eram despejados no bota fora. Os moradores do Murucupi são relacionados em uma lista feita pela CODEBAR, representados por seus chefes de família, os quais eram as pessoas mais idosas do Sítio.

Nos dados disponibilizados para a pesquisa na SPU, que recebeu os arquivos da CODEBAR depois de sua liquidação, em 2007, identificou-se uma relação manuscrita datada de 11 de outubro de 1988 feita por Álvaro Kzan - Chefe da Assessoria Jurídica da CODEBAR. Na página de rosto, lê-se o título *Levantamento realizado na CODEBAR - 155 famílias desapropriadas. (11.10.1988)*. Neste documento, constam os nomes dos deslocados pela CODEBAR. Trata-se de uma relação nominal dos desapropriados da localidade de Burajuba, com os valores em cruzeiros e a data de 27.12.84. O total é de 21 famílias de desapropriados. A segunda relação nominal identifica a chamada *Gleba Burajuba*, com uma data diferenciada de desapropriação, pois foram operações feitas entre os meses de março e maio de 1984, contabilizando um total de 22 desapropriados.

Ainda no Levantamento de Álvaro Kzan, confere-se uma relação nominal de 19 desapropriados da *estrada de acesso ao complexo de Barcarena*, entre o período de abril a junho de 84. Na relação nominal com o título *Legalização de Terras (Núcleo Urbano de Barcarena) Gleba CDI-lote 19 titulada*, registra-se como desapropriado um total de 29 nomes, entre setembro de 82 e maio de 83. O *Loteamento do Bairro Pioneiro* lista 33 nomes de desapropriados, em ação realizada entre setembro de 1981 e outubro de 1983. Também da relação da *Gleba CDI- São Francisco*, aferem-se 19 desapropriados e seus respectivos valores, com datas entre dezembro de 1983 e janeiro de 1984. Por último, encontra-se uma relação com o título *Gleba Murucupi* com 12 nomes, feita entre o mês de abril e maio de 1984.

No quadro 3, abaixo, está a relação de nomes dos deslocados pela CODEBAR, conforme suas localidades ou áreas de atuação da empresa.

**Quadro 3 -** Relação dos deslocados pela CODEBAR.

<b>Relação dos deslocados pela CODEBAR</b>		
Nomes da localidade e áreas de atuação da CODEBAR		
<b>Nº</b>	<b>Novo Núcleo Urbano-Localidade Burajuba</b>	<b>Estrada de Acesso ao Complexo de Barcarena</b>
1	Matias da Silva Dias	Maria Madalena Campos Menezes
2	Otilha da Silva Brito	Júlio Gonçalves de Menezes
3	Raimunda Fernandes do Nascimento (analf.)	Frederico Moacir Smith do Amaral
4	Maria do Socorro do Espírito Santo Silva	Luiz Ramos Siqueira
5	Albertino da Costa Barros	Amélia Nunes dos Santos Rodrigues
6	Francisco Trindade Campos	João dos Santos Pantoja
7	Maria do Socorro do Espírito Santo Silva	Firmiano Antonio da Conceição Neto
8	Carlos Brasil do Espírito Santo das Dores	Lourival Botelho de Souza
9	Edvaldo Cravo Nunes de Lemos	Feliciano Raposo
10	Eldebrandino Fernandes Góes	Welquídes dos Santos Siqueira
11	Emiliano Vasques dos Reis	Manoel Siqueira Soares
12	Enock Correa dos Santos Vasconcelos	Lídia de Lourdes Melo Barbosa
13	Izaias Ribeiro Alves (Sítio Mojuquara)	Vitória Irene Schimid Lutterbach
14	José dos Santos Pereira	Irna Gutierrez Schimid
15	João Marcos da Cruz e Souza	Terezinha de Jesus Gutierrez
16	Manoel Fernandes do Nascimento	Rosalina Pereira Viana Freitas
17	Maria Conceição Alves e Souza	Raimundo Oseas da Costa
18	Raimunda de Nazaré do Carmo	Cipriano Pio da Costa
19	Vital Rodrigues Alves	Januária Abreu do Amaral
21	Valdomira Caravela de Souza	
21	Zacarias Martins de Lima	
	<b>Bairro Pioneiro</b>	<b>Gleba CDI- São Francisco</b>
1	Raimundo Lopes Colares	Benjamim Moraes da Costa
2	José Assunção Amorim	Liberata do Nascimento (esposa)
3	Silvio Amorim de Barros	Pedro Vieira dos Santos
4	Maria de Nazaré da Conceição Barros	Caetano do Espírito Santo
5	Edir do Espírito Santo e Silva	Miquelina Vieira dos Santos
6	Manoel Alves da Silva	Francisco de Assis Cravo
7	Domiciano Nunes Lemos	Maria das Dores Santana Cravo (esposa)
8	Adonias da Costa e Silva	Cazemiro Gomes da Costa
9	Moisés da Conceição Pinheiro	Marilda Cravo da Costa (esposa)
10	Maurilo Furtado Cravo	José Gomes Santana
11	Vera Lucia da Silva Cravo	Izam Gomes da Costa
12	Euzébio da Silva Cravo Filho	Maria Leci da Silva Costa (esposa do Izam)

13	Manoel Arcelino Alves dos Santos	Teodomira Gomes Santiago (Mãe do Izam)
14	Manoel Calado de Santana	Raimundo Albuquerque da Costa
15	Joana de Souza Alves	Derivaldo Pinheiro Santana
16	Raimunda dos Santos Amorim	Ângela Maria Nascimento Costa
17	Miguel Gomes da Silva	Álvaro Menezes de Oliveira
18	Manoel Gomes da Silva	Claudino Fernandes da Costa
19	Reinaldo dos Santos Amorim	José Maria da Cruz Pinheiro
20	Osvaldo Alves de Assunção	Francisco da Cruz Pinheiro
21	Estelito Ribeiro Maia	Adair da Cruz Pinheiro
22	Antonio dos Santos Moraes	Carlos da Costa Pinheiro
23	Odorica dos Santos Glória	Manoel da Costa Pinheiro
24	Eduardo dos Santos Moraes	Antonio da Costa Pinheiro
25	Pedro Furtado da Silva	
26	João dos Santos Amorim	
27	Djalma Gomes da Silva	
28	Feliciano Glória	
29	Euvidio da Conceição Santos	
30	Durval Pinheiro Santana	
31	Armando dos Santos Freitas	
32	Paulo José Gomes dos Santos	
33	Raimunda Amorim dos Santos	
	<b>Gleba CDI</b>	<b>Gleba Burajuba</b>
1	José Vieira da Silva	Waldomiro da Silva Furtado
2	Jacira Cordeiro Nunes	Raimundo Lopes Colares
3	Leonidas Sertório S. de Miranda	Sodário Alves da Silva
4	Fabriciano Celestino Afilhado	Ermina da Costa e Silva (esposa)
5	Vilázio Cravo dos Santos	Raimundo Amorim de Barros
6	Agostinho Alves de Amorim	Maria de Nazaré Conceição Barros
7	Osvaldino da Silva Cravo	Otávio dos Santos Mendes
8	Raimundo da Silva Cravo	Paulo Brandão dos Santos
9	Pedro Santana da Silva Calado	Moisés da Conceição Pinheiro
10	Braz Alves da Silva	Orlando dos Santos Cravo
11	Raimundo da Silva Cravo Filho	Luiz Carlos Pinha Pinheiro
12	Tolentino Calado da Costa	Moisés Rodrigues Brandão
13	Bertino Fernandes da Costa	José Neves de Castro
14	João Fernandes da Costa	José da Silva Cravo
15	Izaías Noronha da Silva	José Lemos da Silva Cravo
16	Emiliano Menezes da Costa	Francisca Barbosa da Conceição
17	Dionea Maria da Silva Lima	José Assunção Amorim
18	Raimundo Daciél Amorim Valente	Maria dos Santos Amorim
19	Osvaldo Vilar Valente	Emiliano Cavalheiro
20	Vidal Alves da Silva	Ezequiel Silva dos Santos
21	Ortência da Silva Cravo	Arnaldo da Conceição
22	Fabriciano C. da Silva	Ângela Barros
23	Bernardina Ramos da Silva	Dolores do Espírito Santo e Silva

24	Manoel Antonio dos Anjos Filho	Manoel Miranda Alves da Silva
25	Teodoro Botelho Furtado	Edir do Espírito Santo Silva
26	Raimundo Daciel Amorim Valente	Edilson do Espírito Santo e Silva
27	Demétrio Palheta da Cruz	
28	Virgilino da Silva Lima	
29	Hermes Furtado de Brito	
	<b>Gleba Murucupi</b>	
1	Adelaide Rodrigues da Costa Dias	
2	Alzira Gomes da Silva	
3	Cordolino da Silva Pinheiro	
4	Edival Moraes Sales Silva	
5	Cleonice Amorim da Silva	
6	Elcimeire Corrêa Oliveira	
7	Elza Pinheiro dos Anjos	
8	George Luiz Cardoso de Queiroz	
9	João da Costa Pinheiro	
10	Maria do Socorro da Silva Costa	
11	Pedro Rodrigues Cardoso	
12	Raimunda da Costa Corrêa	
13	Wilson da Cruz Pinheiro	

Fonte: CODEBAR (1988).

As relações nominais acima se referem à área destinada à Vila dos Cabanos, as quais foram “desocupadas” pela CDI em 1981 e 1982, e nos demais anos pela CODEBAR. Analisando apenas os dados contidos nas relações Burajuba e a Gleba Murucupi, assinalam-se as desapropriações feitas somente pela CODEBAR, em 1984. É válido dizer que a CDI deixou de desapropriar as áreas em 1982, após expirar o decreto de desapropriação.

Os títulos da tabela foram definidos pela CODEBAR e neles se estabelece uma denominação diferenciada para os deslocados. Para eles, os seus sítios não estavam no Pioneiro, Gleba CDI, Estrada Central e Núcleo Urbano, pois as regiões, as quais conheciam, denominavam-se Burajuba, Murucupi (nas suas margens esquerda, direita e Cabeceira), São Lourenço, Conceição, São João, Boa Vista e São Francisco. Encontramos também algumas das pessoas relacionadas na lista da Codebar e alguns dos seus descendentes.

Em trabalho de campo realizado em 2015, encontramos alguns dos “listados” no Laranjal que também retornaram para o Burajuba, como a senhora Maria Leci Costa da Silva (filha de Sodário Alves da Costa), do Burajuba, esposa de Izam Costa e nora de Teodora Santiago, todos falecidos; a senhora Marilda da Silva Cravo,

Teodoro Cravo, Noemia da Silva Cravo (filha, filho e nora do senhor Raimundo da Silva Cravo); bem como encontramos os filhos e netos do casal Caetano do Espírito Santo e Miquelina Vieira dos Santos, listados na Gleba CDI-São Francisco; todos esses foram entrevistados por Maria Maia e Edila Moura no final da década de 1980.

No Laranjal encontramos os parentes dos senhores Albertino Costa Barros, Teodoro Botelho, Virgilino da Silva Lima e Vidal Alves da Silva, também entrevistados na década de 1980. Muitas dessas pessoas tiveram suas vidas alteradas pela CODEBAR, e continuam vivendo no Laranjal de “bicos” e serviços temporários, sob a incerteza de uma aposentadoria.

Para Burajuba retornaram muitos contidos nas listagens da Gleba Burajuba e da Localidade Burajuba e alguns da Gleba Pioneiro. Na Gleba Murucupi, todos são moradores de Boa Vista e do Ramal Cupuaçu, seus nomes são os últimos relacionados na lista da Gleba CDI- São Francisco, da família Pinheiro. Na relação do Bairro Pioneiro, encontramos Vera Cravo (do Sítio São João) e a família do São Lourenço; também estão relacionados alguns nomes do Burajuba da família Amorim e Moraes. Da listagem denominada Estrada de Acesso ao Complexo de Barcarena, não foi encontrado nenhum dos citados nominalmente ou seus parentes.

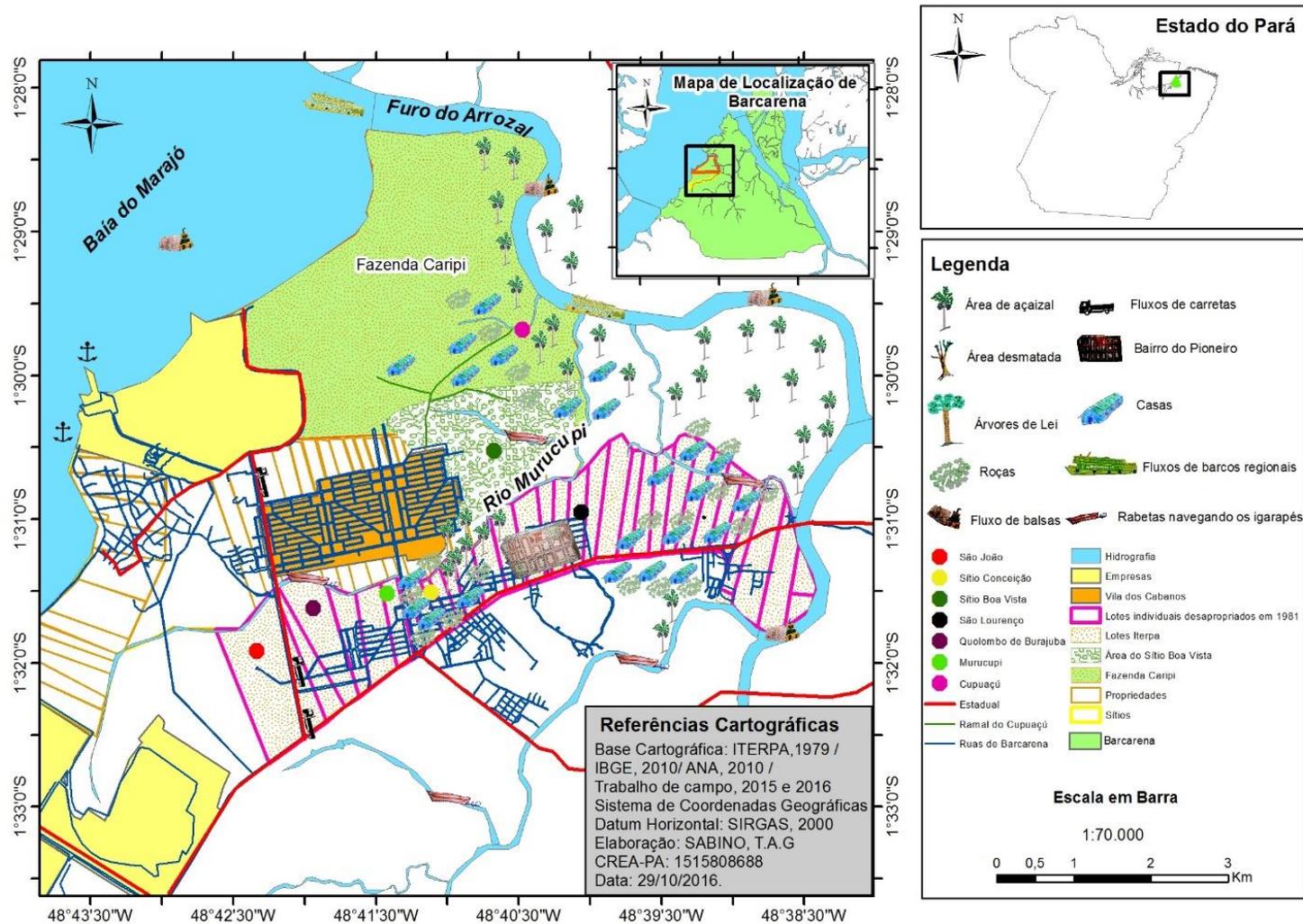
Essas pessoas e comunidades estavam situadas no que hoje é a Vila dos Cabanos, a qual deveria ser o complexo urbano da CODEBAR e o projeto de se constituir uma cidade planejada para absorver a população de operários da instalação e operação das empresas.

A microlocalização do novo núcleo foi fixada em dois platôs, separada pela calha do rio Murucupi, limitada ao norte e nordeste pela depressão quaternária em direção ao Furo do Arrozal, ao Sul pela ligação viária Barcarena Velha (hoje São Francisco). (TOURINHO, 1991, p. 74).

A instalação do novo núcleo urbano da Vila dos Cabanos alterou a paisagem e a ruralidade das terras em volta do rio Murucupi. Os sitiantes tiveram suas formas de vida e reprodução social completamente desestruturadas. Eles foram excluídos do progresso e vivem de empregos temporários e ocupações autônomas, em “invasões urbanas” e pagam aluguéis. Mas sempre estavam presentes nas terras de seus sítios, colhendo frutos e fazendo criações e roças clandestinas, contrariando, assim, as determinações dos agentes da CODEBAR, que proibiam a presença nas terras desocupadas. Durante anos viveram na clandestinidade, submetidos à ordem do progresso industrial, esperando serem alcançados pelo desenvolvimento.

No Mapa 2 a seguir, indica-se o plano de implantação no núcleo urbano, e suas alterações espaciais e de paisagem. Devido a isso, todos os sítios foram transformados em quadras e lotes urbanos, os quais foram negociados pela CODEBAR. Nele podemos visualizar como ocorreu a reorganização dos espaços, e o processo de territorialização que as comunidades tradicionais sofreram em nome do “desenvolvimento”.

Mapa 2 - Cartografia social de sítios e comunidades desapropriadas pela CODEBAR.



Fonte: IBGE (2010).

### 3.3.1 São Lourenço

Nas margens do Murucupi, que nas suas terras eles chamam de furo do Pará, os descendentes de Manoel Joaquim dos Santos desenvolveram os seus “sítios” com uma diversidade de produção e de atividades produtivas, representante da riqueza da comunidade de São Lourenço. No momento em que as empresas e agências de desenvolvimento da CODEBAR se apossaram de parte de suas terras, houve efeitos entrelaçados que atingiram radicalmente a forma de existir dos moradores de São Lourenço.

Na década de 1980, a CODEBAR estendeu parte do polo urbanístico e Bairro do Laranjal<sup>109</sup> entrosando o “terreno São Lourenço. Instalaram de início 64 famílias tradicionais, as quais foram expropriadas. A invasão da CODEBAR não se estendeu mais devido às barricadas que fizeram na última Rua do Laranjal. Com espingarda em punho, as famílias não deixaram os tratores invadirem as suas terras.

A senhora Adelaide dos Santos Santana faz uma breve explicação de como se deu a imposição das agências do desenvolvimento adotadas no Sítio São Lourenço:

Eles chegaram aqui e era tudo roça, essa cidade aqui era tudo desse terreno aqui do São Lourenço, só era mato e roça. Eles foram entrando e foram metendo trator, derrubando roça, tirando o forno dele aí tudinho, e nunca indenizaram. [...] Então pra onde eles queriam colocar nós? Lá pra CDI, pra aí não sei onde. Aí nos metemos o pé e não saía, não saía. A mãe desse aqui, o trator vinha passar por cima da casa dela, ela puxou foi a espingarda do marido dela e a vassoura, ela disse que se o carro passasse lá ela ia mandar meter o terçado no carro. Tá bem aí a rua, aonde ela parou atrás, até hoje eles não vieram acabar a rua, porque nós não deixamos. Essa aqui já vara, porque nós liberamos pra abrir esse ramal. E por eles nós não tava aqui, já tínhamos deixado nossa terra, como a gente do Boa Vista. Ali onde é a Vila dos Cabanos tudo era morador e herdeiro, e jogaram tudinho pra dentro do Laranjal, e não deram um tostão pro pessoal.  
[...] Então nós sofremos muito, lutando aqui por esse pedacinho. Todo mundo se uniu, eles vieram invadir e nós se juntamos todinhos pra invadir esse lado aqui, juntamos toda nossa família, fomos pra frente deles e não deixamos, cercava de um lado outro do outro e não invadiram. Porque eles queriam invadir tudo aqui. Tá aí meu marido, eles passaram o dia e a noite vigiando essa área aqui pra eles não invadirem. Essa CODEBAR foi a pior coisa que entrou aqui.

Os moradores do Sítio São Lourenço viveram sempre sob a ameaça de invasões impulsionadas pela CODEBAR, devido a sua intenção de expandir o Bairro Laranjal, pois a comunidade é separada pelo bairro por uma rua, chamada de “Linha

---

<sup>109</sup> O bairro Laranjal foi planejado para receber os moradores dos sítios de Barcarena deslocados pela CODEBAR. Trata-se de uma grande parte das Terras de São Lourenço, que foi dividida em lotes com tamanhos de no máximo 9 x 30.

Divisória”. Em decorrência dessas ameaças de expropriação e de invasões, os moradores organizaram a Associação dos Moradores de São Lourenço. Segundo Vasconcelos (1996), esta associação foi criada na década de 1980, logo após a instalação do Bairro Laranjal, com o objetivo de definir as estratégias de lutas e defesa das terras que ainda possuem, além de reivindicar as indenizações das benfeitorias que perderam com a criação do Laranjal.

As ações de expropriação e invasão usadas pela CODEBAR afetaram a forma de existência e reprodução social da comunidade de São Lourenço. O senhor Armando dos Santos Freitas<sup>110</sup>, que conseguiu o emprego de vigia, ressalta em suas narrativas as mudanças provocadas pelo projeto de desenvolvimento:

Eu me criei nisso, pra mim arranjar emprego a CODEBAR chegou aqui “ei quanto é que você ganha aqui?”, - eu ganho aqui 5 salários mínimos e meio, “quem é o patrão?”, - o patrão sou eu, tenho 5 empregados, meus filhos comem do bom e do melhor, só no leite ninho e mucilom. Aí olhou um pra cara do outro “é por isso que um homem desse não quer arranjar emprego, um salário mínimo é 11 cruzeiros e ele tá ganhando 5 salários mínimos e meio, se você sair daqui você vai por trabalho”, Eu disse – Olha, meu amigo, vou logo lhe dizer porque nós temos que falar as coisas certas, a minha profissão é essa, eu não sou carpinteiro, não sou pedreiro, eletricista, encanador, soldador, motorista. Fui dizendo pra eles tudinho. Aí eles “e se nós arranjar um emprego o senhor vai trabalhar”, - eu vou trabalhar, mas não pra roçar juquira, cavar vala, bater concreto.

[...] vamo segurar esse pedaço de chão que o nosso tataravó deixou, um terreno que tem 164 anos completando, isso eu tenho prova porque tá lá no documento tudinho. Nossos avós já morreram, nossos pais, amanhã nós se vai, e vai ficar nossos netos, bisnetos e tataranetos e vamos deixar isso aqui porque daqui pra frente vai tá mais pior. Se não tiver emprego pro pessoal, o que é que vai acontecer? Vão começar a assaltar. Tudo é feito consciente, tudo foi que Deus deixou, a natureza. O emprego aqui era pra 400 anos, não chegou a 40 [...]

[...] Eu digo pros meus netos, “meus filhos todos vocês vão precisar de terra, se vocês venderem a terra, vocês estão vendo que não tem emprego, então vocês criam pato, galinha, porco, peru, fazem a cria de peixe, cria de camarão, vocês fazem tudo que quiserem, até a verdura”, lá em São Paulo eles estão pegando terra daqui debaixo, estão morando nos prédio lá, mas eles têm a verdura e o legumes deles, aqui não, eles querem só comprar. Se todo mundo tivesse movendo a terra, todo mundo tinha, ninguém precisava comprar. Se nós acabar a natureza nós vamos tudo morrer, como tá morrendo aí pro estrangeiro. (informação verbal).

São Lourenço sofreu as ações do desenvolvimento, das empresas e da instalação do Bairro Laranjal, que provocaram mudanças no modo de viver dos seus moradores. Tiveram suas terras reduzidas e passaram a trabalhar nos empregos temporários oferecidos pelas empreiteiras, e em consequência disso vivem sob um clima de ameaça e incerteza em relação a sua permanência no território, pois a posse

---

<sup>110</sup> Entrevista realizada em 09 de agosto de 2014.



A estratégia de resistência adotada por São Lourenço para a garantia de sua territorialidade específica é manter formas de trabalho tradicionais nas terras que restaram para as 130 famílias<sup>111</sup>. Nas terras do senhor Antônio dos Santos Moraes (conhecido como seu Pila), consiste a diversidade do plantio em sua roça, a fabricação da farinha e de carvão. Destacam-se também as técnicas da fabricação de carvão desenvolvidas pelo senhor Ailton Santos Moraes (conhecido como Mucurão), no seu forno conhecido como *Boca de Siri*<sup>112</sup>, e a profissão de pescador do senhor Duval Pinheiro Santana, que, mesmo com toda a poluição dos rios e igarapés de Barcarena, continua pescando em lugares distantes.

Os quilombolas indígenas de São Lourenço buscaram junto às instituições governamentais o reconhecimento da legitimidade da propriedade da terra, com o objetivo de impedir as invasões praticadas pela CODEBAR. Valter Santos expõe como a comunidade conseguiu legitimar a presença deles no território:

Essa situação toda aconteceu, aí nós conseguimos reverter justamente esse documento. O terreno era documentado, só que esse documento era muito enrolado, tava na mão de uma herdeira lá pra Belém. A gente conseguiu reverter a situação porque a gente tinha uma cópia feita a mão por um tio meu, e com essa cópia foi que a gente fez uma pesquisa no ITERPA e eles deram uma outra certidão, isso aí já na década de 80, e é esse documento que a gente tem. Que isso aí justamente foi pelo pai dela, ele morava pra Belém e era militar e tinha mais um estudo. Então através dele nós conseguimos esse documento e nós conseguimos o título de legitimação lá pelo ITERPA, que é o que tem até hoje. [...]

Aí quando foi de 2008 pra cá surgiu a questão da CODEBAR, que ia ser extinta e ia vender as áreas ou então leiloar todas as áreas que era do INCRA, aí foi que o Dr. Felício Pontes viu a situação que tava aqui em Barcarena, as invasões cada vez mais [...]. Teve audiências públicas, inclusive foram as comunidades tradicionais que fizeram isso, foi o Burajuba, a Silvia ali do outro lado que é Boa Vista, nós aqui que é o São Lourenço, e falamos com o Felício Pontes pra ele encaminhar, porque a gente tava numa situação, porque a CODEBAR ia leiloar todas as áreas.

Aí foi que nós nos juntamos com as outras associações das outras comunidades invasões vamos dizer, aí começamos a bater contra a CODEBAR, contra os leilões que ela ia fazer. Tinha leilões que ela ia fazer onde já tinha famílias morando [...].

Aí veio o SPU, quando a CODEBAR foi extinta entra o SPU pra fazer essa legalidade, que até hoje ele não fez. Ele quer também é vender as áreas que ainda tem por aí. [...] nós temos um processo na justiça contra a CODEBAR pedindo indenizações, aí foi que eles recuaram. (informação verbal).

O Sítio São Lourenço possui o Título de Legitimação de Posse nº 27 em nome do senhor Manoel Joaquim dos Santos, expedido pelo Governo da Província do Pará em 28 de março de 1838, legitimado pelo ITERPA em documento do dia 27 de janeiro

<sup>111</sup> Segundo os dados de formulários e entrevistas feitas na comunidade.

<sup>112</sup> Ver fotografia 1.

de 1982, em resposta ao pedido de certidão das terras requerido pelo Senhor Joaquim Manito dos Santos<sup>113</sup>. Segundo o registro de relatório de análise do documento feito pelo ITERPA, esse título de Legitimação nº 27 refere-se a uma área de 398ha04a16ca, localizada na Freguesia de São Francisco Xavier de Barcarena.

[...] Aí eles vieram, mas de antemão a gente já tem um resultado que é a pesquisa interna do ITERPA que garante. Com isso nós conseguimos parar a CODEBAR, conseguimos reverter aquela situação de indenização que algumas famílias realmente pegaram da área, porque o que eu falei: hoje o governo federal com o governo do estado, eles pensam que as famílias tradicionais são mero zeladores das áreas. Então foi o que eu falei pra eles. Porque esse estudo vai garantir o nosso direito definitivamente, o governo vai ter que nos respeitar, porque ali tem uma família tradicional, ninguém pode mexer.

[...] Então foi isso que aconteceu, eu tenho o relatório da vistoria que o ITERPA veio fazer, temos todo o mapeamento do GPS que eles vieram fazer, também temo o trabalho do Ministério Público que veio fazer o reconhecimento em um mapa.

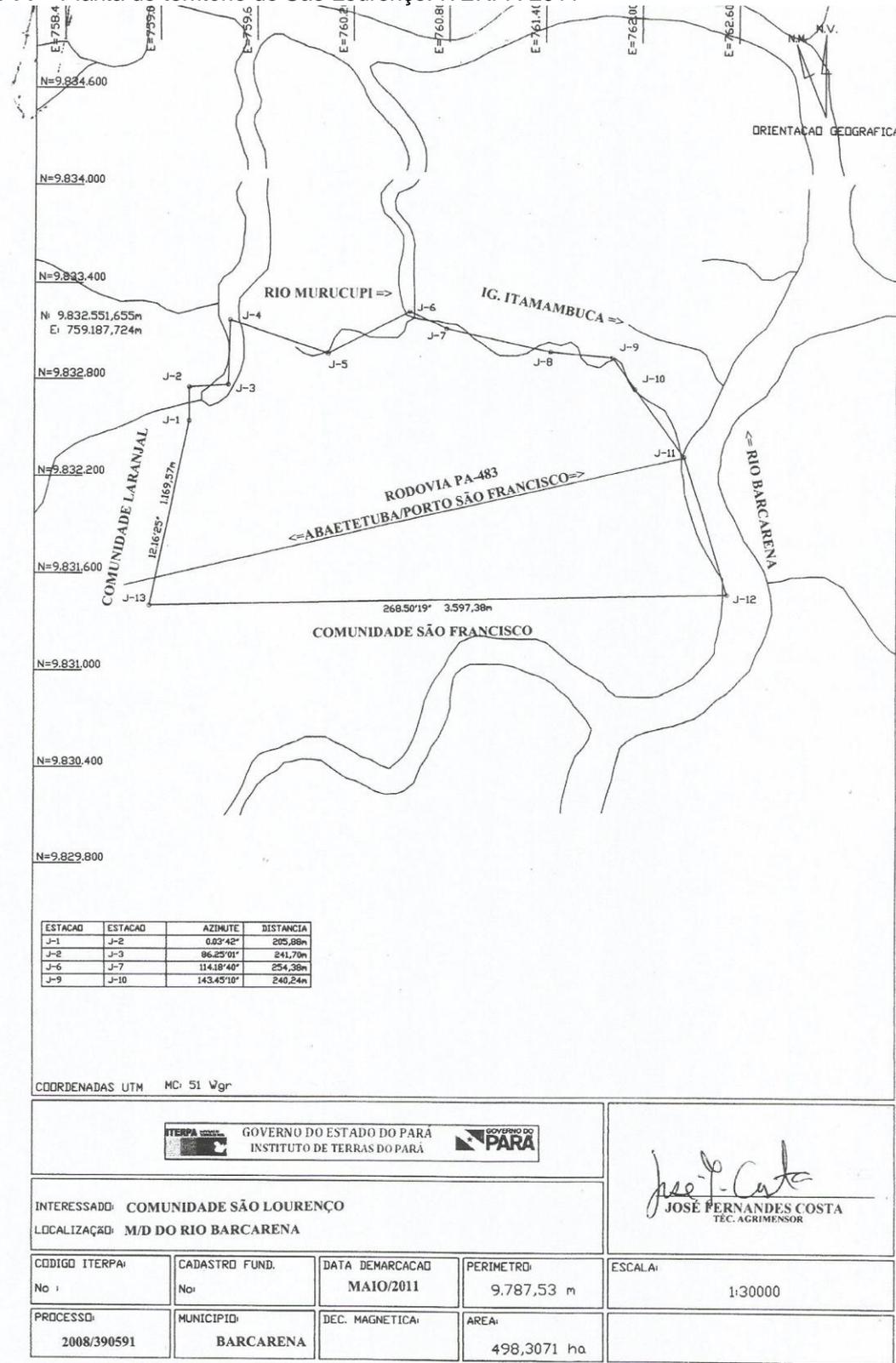
Com a liquidação da CODEBAR, os territórios de sua atuação foram transferidos para o Patrimônio da União, sob a administração da SPU. Os moradores de São Lourenço não reconhecem a legitimidade da propriedade da União em seu território, e buscaram junto ao Ministério Público Federal o reconhecimento de sua territorialidade específica.

A SPU lançou a proposta da regularização fundiária aos moradores, que não aceitaram as condições do Termo de Posse adotadas pela instituição. Como legítimos donos da terra, requereram ao ITERPA a legitimidade da certidão da posse, um relatório sobre os domínios territoriais da comunidade e o título definitivo. Na figura 14[?] está a delimitação do território feita pelo ITERPA em 2011.

---

<sup>113</sup> Joaquim Manito dos Santos é descendente do senhor Manoel Joaquim dos Santos. Foi nomeado inventariante pelos moradores para buscar a certidão e formalizar a titularidade da terra entre os herdeiros.

Figura 14 – Planta do território do São Lourenço. ITERPA-2011



Fonte: ITERPA (2011).

Em maio de 2014, ocorreu a autodefinição quilombola indígena, e estas comunidades requereram Ministério Público Federal o Estudo Antropológico para

encaminhar o pedido da certidão de autodefinição à Fundação Cultural Palmares. Desta forma, a comunidade reforça a sua estratégia de resistência ao projeto de desenvolvimento que ameaça a sua territorialidade específica.

### 3.3.2 Sítio São João

A comunidade do Sítio São João está localizada nas margens do rio Murucupi. Seus moradores foram deslocados pela CODEBAR em 1981, mas nunca abandonaram as suas terras e roças. Por exemplo, dona Maria Amorim e seus filhos ainda faziam suas pequenas plantações e colhiam frutos no seu sítio. No decorrer dos anos, grande parte de suas terras foram ocupadas por invasões de pequenas empresas e pelo povoado de Bom Futuro.

A senhora Maria dos Santos Amorim expõe como ocorreu a expropriação do Sítio e o que aconteceu com sua família após a instalação das empresas:

O nome do meu marido era José de Assunção Amorim. E o meu é Maria dos Santos Amorim, estou com 77 anos completos, caminhando pros 78 anos, é. E aí quando houve essa arrumação dessa firma aí, o próximo que aconteceu um acidente com ele, e enchendo carvão caiu um pau na costa dele e desse baque ele não passou dois meses com vida, e eu fiquei com cinco crianças bem dizer pequenas pra criar e o que era que eu podia fazer me manter com que a gente tinha né, da roça, fazer farinha pra vender, mas só que havia muita violência com esse negócio de peão que vinha dos outros lugares né e esse caminho aqui era o caminho que ia pra Itupanema e Conde, quando era fim de semana assim eles se enchiam pra ir pra lá, quando eles vinham, de novo era tudo porre, e inclusive até chegaram a se matar, matar pessoas aí né, e eu tinha medo que era só eu com meus filhos né, eu tinha medo que a minha casa era perto da beira do caminho, eles entrasse lá, me agarrassem entra e matasse, me matasse e matasse meus filhos né, aí como a gente já tinha uma casinha lá em Barcarena eu achei melhor ir pra lá com meus filhos, mas sempre vinha, meu trabalho era aqui<sup>114</sup>. (informação verbal).

Durante esses anos, a família Amorim viveu em constante processo de deslocamento, mantendo-se de alugueis e sujeita aos empregos temporários oferecidos pelas fábricas. Retornou aos seus territórios por definitivo em 2007, com o desenrolar do processo de liquidação da CODEBAR. Além disso, foi impulsionada a retornar às terras que ainda restavam do sítio, pois a CODEBAR, em 2008, estava iniciando os leilões de lotes da Vila dos Cabanos. As comunidades tradicionais reagiram à eminência de novos deslocamentos, e conseguiram junto ao Ministério Público Federal a anulação dos leilões.

---

<sup>114</sup> Entrevista realizada em 14 de junho de 2014.

Essas famílias sofreram com os danos ambientais causados pela Alunorte/Hydro no rio Murucupi em 2008, com os dejetos de soda cáustica que mataram centenas de peixes. Em suas memórias, possuem recordações de um rio vivo, de uma comunidade próspera, todavia, hoje, vivem a angústia de rever o Murucupi de outrora. Essas unidades sociais ocupam um território com um significativo valor mobiliário, e por isso sofrem pressões por “agentes do desenvolvimento”, que as chamam de invasoras. “Mas sabem que são os únicos donos desse lugar”, pois eles têm consciência de onde são e, por conta disso, solicitaram ao Ministério Público Federal o estudo antropológico para requisitar à Fundação Palmares a Certidão de Autodefinição.

As vozes dos quilombolas indígenas do Sítio São João mencionam os efeitos dos projetos de desenvolvimento, do processo de desapropriação e deslocamentos, narrados por Sandra Georgete dos Santos Amorim:

Nós fomos desapropriados da terra, tendo que procurar outros meios de sobreviver, tendo que trabalhar em casa de família, fazer venda de Chopp e salgado, pois não tinha mais terra para cultivar. Hoje na nossa área, não podemos cultivar nada e plantar, pois nosso sítio está contaminado, com as vazões de indústrias aqui instaladas. Além do mais estão nos colocando como invasor<sup>115</sup>.(informação verbal).

Os agentes sociais do Sítio São João narram as dimensões sociais e históricas do rio Murucupi nas suas experiências de vida e no seu mundo social, que foram e ainda são insistentemente ignorados pelos “agentes do desenvolvimento” e pela empresa. O rio tornou-se o local de dejetos industriais da Hydro e dos esgotos sanitários da Vila dos Cabanos, suas margens estão estreitas e rasas devido ao assoreamento e às águas poluídas e contaminadas. No imaginário dos agentes sociais do sítio, o rio representa a esperança de reviver um passado recente. Por isso, eles, os moradores do rio Murucupi, não desistem do rio, o que representaria renegar suas origens.

Os moradores do Sítio São João relatam, a partir de suas memórias, aspectos de suas vidas antes das empresas: as plantações da roça próxima da casa, os animais de criação, o pequeno mini-Box onde eram vendidas mercadorias. Lembram-se das casas de Francisco Amorim e do Antero e a “casa de farinha”. Do lado esquerdo, situava-se a casa do senhor Bertolino Alves Amorim. Na parte detrás, encontrava-se

---

<sup>115</sup> Entrevista cedida em 31 de maio de 2014.

o caminho que permitia chegar até a ponte sobre o rio Murucupi, o qual dava acesso ao povoado de Itupanema. As crianças e professores conheciam este caminho que percorriam para ir à Escola de Itupanema. No Sítio de José Assunção Amorim havia a “casa coberta de palha e fechada com palha de inajá”. Identificam o retiro, o forno de carvão, as árvores castanheira, bacuri, taperebá, piquiá e as palmeiras de inajá, açai, unari e pupunha.

Hoje, o Sítio São João encontra-se completamente transformado. Não tem mais condições de resgatar seu modo de vida social da época dos seus avós, mas ainda assim alguns moradores persistem em continuar em seus territórios, mesmo sabendo que as condições de sobrevivência estão praticamente destruídas. Os moradores descrevem os processos de destruição do Sítio São João.

José Augusto dos Santos Amorim retrata bem a resistência em suas territorialidades específicas (ALMEIDA, 2013), devido às dificuldades atuais da produtividade do solo de suas terras e à situação de contaminação do rio Murucupi.

Meu nome é José Augusto, eu nasci no Sítio São João, em 1975, hoje eu tô com 38 anos e nos anos 80 a CODEBAR, os projetos foram instalados aqui na área, hoje aqui, essa parte é chamada vila dos cabanos. Em 85 a CODEBAR chegou retirando, de 80 a 85 começou a retirar as pessoas da área, expulsar basicamente a gente daqui da área, eu fui pra Barcarena e como pesquisa deu que por direito nosso da terra, eles expulsaram a gente da área e não usaram a terra, o que foi que aconteceu nós retornamos pra área, retornamos pras terras, onde tá vivendo hoje eu e minha família, minha mãe meus irmãos, porque eu tive que buscar recursos pra mim sobreviver, procurar uma profissão porque a terra que eu vivo hoje eu não posso plantar, mandioca, macaxeira, pupunha. Hoje o que tem lá é centenário, castanheira, piquiá, o que hoje ainda dá fruta, mas se hoje você plantar maniva, mandioca hoje não presta que tá poluído, a gente mora perto do rejeito, da bacia de rejeito da Alunorte. A terra que nós fazia a roça, minha mãe, hoje é tudo da Alunorte, então fomos expulsos dali e hoje estamos basicamente num ovo ali. [...] Porque a gente está sendo esquecido, cada vez tá vindo mais projetos, já foi inaugurado um porto, eles querem tirar o pessoal daí, eles fazem o projeto e não tão preocupado o que vai acontecer com o pessoal que morar naquela comunidade eles querem tirar, cada vez mais ir tirando, [...] hoje pra sustentar minha família eu não tenho como produzir um carvão, com uma madeira, desmataram tudinho, lá na área que foi invadida plantaram capim, 'braquearam' e eu não tenho boi pra colocar pra comer esse capim, o capim também tá poluído, então o que é que eu faço? (informação verbal).



### 3.3.3 Comunidade do Boa Vista e o Sítio Ramal Cupuaçu

A comunidade do Boa Vista sofreu o processo de desapropriação da CODEBAR em 1981. Seus moradores foram deslocados para o Bairro do Laranjal. Antes deste processo, seus sítios eram entrelaçados pela parentela da família Pinheiro, descendentes dos irmãos Cordolino da Silva Pinheiro<sup>116</sup> e Feliciano da Silva Pinheiro<sup>117</sup>, que, juntos, tinham posse coletiva da terra e dos recursos comuns.

R. Esses Pinheiro aqui tinham conflito com os outro Pinheiros, mas ali era o porto deles, o pai deles era Cordolino Pinheiro, aí do meu avô era Feliciano Pinheiro, aí quando meu avô morreu esse Cordolino quis ficar com toda a terra, aí sempre tiveram uma picuinha entre eles.

P. Eles também foram remanejados na época da CODEBAR?

R. Foi todo mundo, só que parece que eles ocuparam a nossa área, deu origem a Boa Vista, o porto deles era mais pra ali assim. Desse lado ficava os Pinheiros, e desse lado eu não sei te explicar porque ficava uma família que não conhecia<sup>118</sup>. (informação verbal).

O senhor Aldair Pinheiro narra como ocorreu a ação da CODEBAR no seu território.

[...] quando foi em 82, minha filha tava com três meses de nascida, aí chegou o Dr. Luís Reis, Dr. Luiziano, Dr. Lobato, Dr. José Maria e a Dr<sup>a</sup> Yara, os cobras da CODEBAR, que vieram, disque, melhorar a situação do caboco na época, porque a CDI passou primeiro negociando um tal de Wanderlei passou negociando com os caboco do lado de lá do Murucupi, até no Burajuba, dando 400 cruzeiros, 500, até 150 cruzeiros, 90 foram dando pros cabras né, naquelas casinha de palha eles davam 90 cruzeiros naquele tempo e as casinhas de telha eles já davam mais um pouquinho, aí começou, o pessoal começaram a reclamar [...] (informação verbal).

A ação de desapropriação desestruturou a família Pinheiro. Os descendentes do senhor Feliciano da Silva Pinheiro saíram de suas terras e, como afirma o seu Adair Pinheiro, ficaram espalhados pelos “quatro cantos, batendo manivela e sem rumo”<sup>119</sup>. Eles foram deslocados para Laranjal e espalhados pelo Itupanema, Barcarena Velha e Belém.

<sup>116</sup> Oziel da Costa Pinheiro, Marta da Costa Pinheiro, Carlos da Costa Pinheiro, Antônio da Costa Pinheiro, Francisca da Costa Pinheiro, Elza da Costa Pinheiro, Marinéia da Costa Pinheiro, João da Costa Pinheiro e Manoel da Costa Pinheiro.

<sup>117</sup> Seus filhos são Enoe da Cruz Pinheiro Pinheiro, Wilson da Cruz Pinheiro, José Maria da Cruz Pinheiro, Lazaro da Cruz Pinheiro, Maurício da Cruz Pinheiro, Cacilda da Cruz Pinheiro e Aldair da Cruz Pinheiro.

<sup>118</sup> Narrativas de Maria do Socorro Pinheiro, que faz a descrição do croqui da comunidade na época dos sítios em torno do Murucupi.

<sup>119</sup> Expressão usada pelo senhor Aldair Pinheiro.

O senhor Cordolino da Silva Pinheiro e seu filho mais velho, Oziel da Costa Pinheiro, permaneceram no território do Boa Vista. A senhora Elza da Costa Pinheiro, em suas narrativas sobre este passado, faz as seguintes revelações:

Foi o meu pai tava vivo, eles chegaram aqui que era pra desocupar a terra que a terra era deles. Olha tinha era muita gente aqui, mais de 30 pessoas nessa beira e ia até lá na casa da Joana. Tinha muita gente, aí um bocado foi embora [...]

Nós fomos pra Barcarena, minha irmã tinha uma casinha lá ela deu pra gente morar, e nós moramos até a gente comprar a nossa. Meu pai disse que daqui ele não saía, só se o trator passasse por cima dele, e ele não saiu. Aí de vez em quando a gente vinha, ajudava ele na roça e passava a semana aqui com ele, quando era dia de sábado a gente ia embora pra Barcarena. Aí foi e foi até que nós voltamos.

[...] Não, ele saiu mas foi quando ele morreu. Meu irmão também o Oziel que é o primeiro, o mais velho ele também só saiu quando morreu. Tinha a casinha dele de madeira aqui do lado, que o papai fez ainda, mas aí depois a gente não quis mais que o papai ficasse aí porque a pernamanca já tava toda estragada, a gente disse: “não o papai não pode mais ficar aqui, que de repente ele cai e se quebra tudo”, aí nós fizemos outra casa, grande de madeira.

[...] Aí depois que o Oziel morreu quem veio pra cá primeiro?

Elza: Foi eu com essa outra minha irmã a Martinha, engraçado que a gente sentava ali e ficava conversando, “ah Marta, eu acho que eu não venho mais pra cá, eu só venho pra cá por causa do Ziel, eu tenho uma pena de deixar ele sozinho”, que nada, foi aí que nós viemos mesmo, aí a gente vinha com os meninos pra cá, a gente passava a semana aqui, e era assim. (informação verbal).

Vale ressaltar que o plano urbanístico da CODEBAR não chegou a atingir o território do Boa Vista, e por isso seu Cordolino e Oziel resistiram e permaneceram no local. João da Costa Pinheiro e Manoel da Costa Pinheiro foram morar no Laranjal, mas a proposta de progresso e desenvolvimento divulgada entre os sitiante de Barcarena não atingiu os filhos de seu Cordolino. Portanto, Jango e Manoel iam trabalhar em seus sítios no Boa Vista todos os dias e retornavam para dormir no Laranjal com suas famílias.

Jango (João Pinheiro) continuou na atividade de pesca, e, segundo Socorro Pinheiro, ele não desistiu do rio. Sua esposa, Professora Lolita, tinha uma escolinha na comunidade e passou a lecionar na Escola Francisco Cravo (no Bairro do Laranjal).

Da época que nos se mudou pra cá melhorou pra ela, que o trabalho dela era de escola, professora, pra mim não. Eu tinha que andar todo dia lá pro Sítio, tinha que trabalhar lá que não me deram trabalho, eu não larguei lá não, trabalhava direto.

P. Mas a Codebar não se incomodou de o senhor estar indo pra lá?

João: Que nada, depois que jogaram a gente pra cá não quiseram nada. Não ligaram pra nós não, por isso que nós não largamos de trabalhar lá. Trabalhamos direto, aí pronto foi que nós cadastramos o lote das terras lá, e todo mundo voltou depois.

Esposa do seu João: Nós se mudamos pra cá em 84, quando foi em 87 nós fomos de volta pra lá, e começamos a fazer as casas.  
 [...] Eu ainda pesco, pra banda da Vigia, pesco de rede artesanal, eu arrumo uma corda e teço ela. Eu pesco de 10, 15 dias, pra vender e consumir. A farinha a gente vende pouco, é mais pra consumo, a família é grande. Nós fizemos ontem três baldes, só trouxemos um. A gente vive mais lá. Quando o barco tá na água, ele agora tá em terra, nós estamos com vontade de arriar ele agora semana que vem, já fomos limpar o motor, estamos esperando a maré crescer pra levar lá em Barcarena pro cara dar um check up. Enquanto a Dilma não libera dinheiro para as firmas pros meninos se empregarem, tão aí na pesca. Tem um barco com motor 22, eles já não sofrem muito com o remo não, ele fica lá no porto, ficar aqui é arriscado porque o pessoal mexe.<sup>120</sup> (informação verbal).

Compreender as resistências dos agentes sociais do Sítio Cupuaçu consiste em relacionar a sua história com as memórias que eles têm do rio Murucupi, antes da chegada das empresas, pois a comunidade do Cupuaçu é composta por parte dos antigos sitiantes da Comunidade Boa Vista, a qual pertence à família do Senhor Feliciano da Silva Pinheiro, que retornou para uma parte do seu território no ano de 2010. Assim o senhor Aldair da Cruz Pinheiro explica<sup>121</sup>:

A gente morava lá nas margens do rio Murucupi, na beira desse terreno aqui nas margens do rio, aí como o governo nos tirou aí entrou os sem-terra tomaram uma parte nossa aí tudo e tal né, aí quando nós conseguimos recadastrar as terras nós já tinha perdido mais da metade, aí o que acontece aí nós se repartimo cortamo o terreno no meio ficou, do meio pra lá pros primo e do meio pra cá pra nós.  
 P. São duas famílias então aqui?  
 R. É, são quatorze herdeiros do terreno Boa Vista.  
 P. Quatorze herdeiros.  
 R. Sete irmãos, sete irmãos do meu tio e sete do meu pai, Feliciano da Silva Pinheiro. (informação verbal).

A comunidade do Cupuaçu está localizada em um ramal que dá acesso ao igarapé do mesmo nome. Este ramal, também denominado Cupuaçu, foi ocupado com o retorno das famílias do senhor José da Cruz Pinheiro e de Aldair da Cruz Pinheiro.

As trajetórias de vida e os projetos dessas famílias foram completamente alterados, como expõe, em suas narrativas, Maria do Socorro Pinheiro<sup>122</sup> quando fala sobre o cotidiano em torno da margem do rio Murucupi e sobre a forma de organização dos Silva Pinheiro, antes da instalação das empresas. A sua memória reconstrói, no croqui, a paisagem resistente da sua juventude quando morava na Comunidade Boa Vista, antes de serem expropriados e deslocados.

<sup>120</sup> Entrevista realizada em 01 de maio de 2015.

<sup>121</sup> Entrevista realizada em 15 de outubro de 2013.

<sup>122</sup> Entrevista realizada durante trabalho de campo pelo rio Murucupi, em 19 de junho de 2014.

Nas suas narrativas, o senhor Adair da Silva Pinheiro descreve como os “agentes do desenvolvimento” da CDI e da CODEBAR atuaram no processo de expropriação dos moradores:

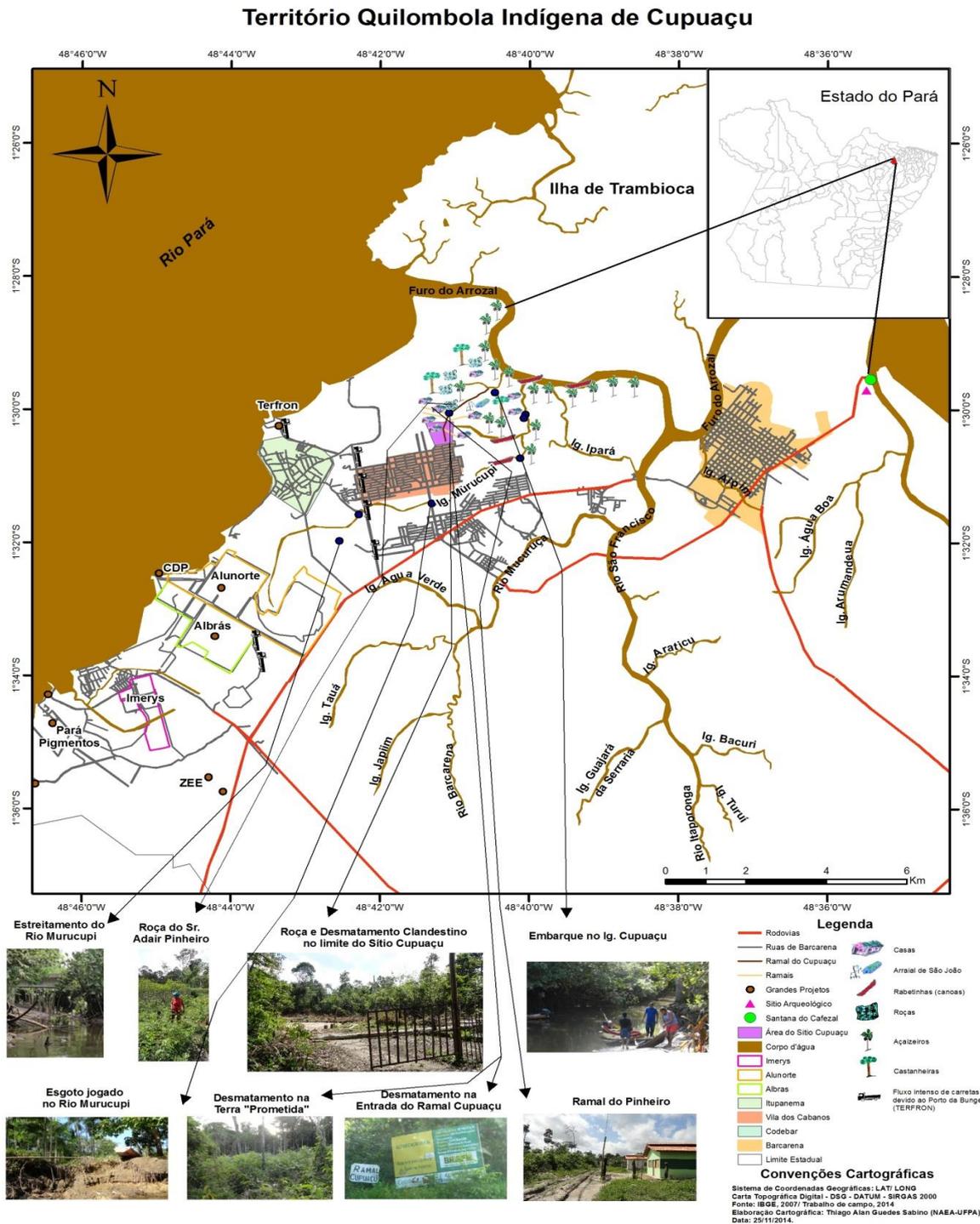
[...] quando foi em 82, minha filha tava com três meses de nascida, aí chegou o Dr. Luís Reis, Dr. Luiziano, Dr. Lobato, Dr. José Maria e a Dr<sup>a</sup> Yara, os cobras da CODEBAR, que vieram, disque, melhorar a situação do caboco na época, porque a CDI passou primeiro negociando um tal de Wanderlei passou negociando com os caboco do lado de lá do Murucupi, até no Burajuba, dando 400 cruzeiros, 500, até 150 cruzeiros, 90 foram dando pros cabras né, naquelas casinha de palha eles davam 90 cruzeiros naquele tempo e as casinhas de telha eles já davam mais um pouquinho, aí começou, o pessoal começaram a reclamar, aí veio o padre primo e o padre Joãozinho, o padre Joãozinho só vivia pescando sabe, aí descobriram que saiu lá de Brasília 10.000 Cruzeiros na época pra dar pros cabocos né, que moravam no mato, na lavoura, depois de descobriram e foram em cima, arrumaram dois advogados pra pegar o resto do dinheiro do pessoal, aí de repente o padre Joãozinho morreu, aí ficou o padre primo, com três advogados, aí de três em três meses próximo da política aí todos nós em Belém, no edifício na Santo Antônio lá em cima assinar o papel, chagava lá todo mundo tacava a caneta lá, olha o monte de papel, todas as políticas a gente tinha que tá lá, olha, vai sair o pagamento de vocês, todo mundo pra lá, chegava lá, assinava tudo, pá, quando foi no final das contas, agora já, ano passado que nós viemos saber que quem pegou esse dinheiro foi o padre primo e olha (gesto com a mão) se arrancou, e hoje nem falam nada mais do dinheiro da indenização da nossa benfeitoria que na época foi válida em 17.000 cruzeiros na época né, o meu sítio, me deram 1.371 cruzeiros, e não deu pra fazer uma casa. (informação verbal).

A partir de 2007, os parentes do senhor Feliciano da Silva Pinheiro retornaram para o território que restava, longe do rio onde ficavam as roças de dentro de seus sítios na época anterior das empresas. Este território, da agora comunidade Sítio Cupuaçu, dos remanescentes Silva Pinheiro, de Boa Vista, está sob disputa com a COHAB e com os Empreendimentos Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, da empresa da Senhora Luziane Cravo. Desta forma, não conseguiram na sua totalidade retornar de vez para as suas terras, mantendo apenas suas roças clandestinas e criações de animais.

Os descendentes do senhor Feliciano da Silva Pinheiro, seus oito filhos e netos, esperam o retorno de pelo menos parte do território que lhes pertencia. Eles requereram, junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a pequena área que ainda resta. Por várias vezes organizaram tentativas de retorno e, em setembro de 2014, por meio da Associação, iniciaram a ação de retorno, mas sofreram o enfrentamento com a força policial, que os considera invasores.

Em oficina de cartografia, os membros da comunidade elaboraram um croqui que reflete as formas de organização social. No mapa, devidamente georreferenciado, visualizam-se as roças clandestinas, fornos de farinha e carvão.

**Mapa 4 - Território dos quilombolas do Sítio Cupuaçu/Boa Vista.**



Fonte: Acevedo Marin, Maia (2014, p. 85).

### 3.3.4 Sítio Conceição

A comunidade quilombola indígena do Sítio Conceição pertence aos descendentes da família Cravo, a qual fazia parte da parentela<sup>123</sup> dos sítios em volta do rio Murucupi. Dona Areolina Celestino da Silva era a artesã da comunidade, confeccionava os potes e vasilhames de barro e argila para todos em volta do rio, já seu José Cravo era o pescador e roceiro. Os dois sustentavam seus filhos com essas atividades. Quando o “progresso” chegou ao sítio, com seus aterrorizantes tratores, o seu José Cravo e os demais em sua volta foram convidados a aceitar o deslocamento.

Seus filhos e netos afirmam que eles não sabiam ler e escrever, nem documentos possuíam, também não tinham conhecimento do valor irrisório das indenizações e os efeitos que esses acontecimentos poderiam causar em suas vidas. O senhor José Lemos Cravo foi morar em Burajuba, depois foi expropriado novamente para o Laranjal. Passou a viver do emprego de faxineiro do terminal rodoviário, fazendo “bicos”, carregando bagagens.

A família Cravo, do Sítio Conceição, viveu anos de exclusão no Bairro do Laranjal. Os filhos e netos do sr. José e de dona Areolina tinham que se “arrumar” fazendo “bicos” temporariamente nas terceirizadas que prestam serviços para a Albrás/Alunorte, enquanto as filhas faziam trabalhos domésticos na Vila dos Cabanos. O senhor Ronaldo Cravo possui três carteiras de trabalho em que são registrados 32 empregos. Ele trabalhou em média seis meses nas empresas por meio de contratos curtos. Foram fazendo suas vidas nas invasões ou pagando aluguéis pelo município de Barcarena e Belém.

Dona Areolina Silva, já viúva, passava por suas terras do Sítio Conceição e fazia a promessa de que um dia retornaria ao seu sítio. Assim, no momento da liquidação da CODEBAR e dos leilões em 2008, eles resolveram enfrentar a polícia e retornaram ao Sítio Conceição em 2009. Conseguiram a suspensão dos leilões das quadras 027, 036 e 037 do atual chamado Bairro do Pioneiro, que ocupavam.

Vera Lúcia Cravo expõe como ocorreu o retorno ao sítio Conceição e os conflitos que enfrentaram com a CODEBAR e, atualmente, com a SPU.

Era o sonho da minha mãe, quando ela viu essa área desocupada, era o sonho dela voltar pra cá, ela pedia pra um e pra outro ajudar, como faria pra voltar pra essas terras. [...] Mas, mesmo assim ela nunca perdeu a esperança,

---

<sup>123</sup> Termo usado por Sandra Amorim, do Sítio São João, em reunião no dia 31 de maio de 2014, quando se referia aos moradores do Sítio Conceição, Cupuaçu e São Lourenço.

nunca perdeu, quando ela via esse pedaço aqui, ela passava e brigava com esse pessoal que já tinha casa aqui, ela discutia com esse pessoal que tinham comprado da CODEBAR, a terra, aqui essa parte dessas lojas, das empresas aí, aí foi acima e foi abaixo e ela adoeceu e quando ela esteve lá em Belém comigo ela dizendo, a última vez que ela esteve lá em Belém comigo, dia 28, 29 e acho que até 30 de novembro, há cinco anos atrás, que ela quando foi dia 19 de dezembro de 2008 ela faleceu, ela foi lá e disse, minha filha a gente tem que voltar para as terras, tô vendo lá o que a gente pode fazer, quem pode ajudar, a gente entrar lá na marra mesmo e ver o que é que acontece, convida teus irmão e vão pra lá, [...] as últimas palavras lá no pronto socorro em Belém ela disse minha filha, volta para as terras, luta, com o teu irmão pra tu conseguir aquelas terras de volta que só assim você vai sair da miséria, aí ela foi fechando o olho, chamamos o médico, ela foi pra UTI e no outro dia ela amanheceu morta, chegamos lá de manhã e ela já tinha falecido, aí quando foi em março de 2009. [...] aí ficamos aqui acampados, [...] fiz um empréstimo de agiota pra construir um barraco aqui [...], quando acabou de construir, pense, derrubaram, entrou a polícia aqui e derrubou tudo, com ordem da justiça, o pessoal daqui de Barcarena, derrubaram tudo, entraram com cavalaria e tudo, a polícia e tudo, e derrubaram. [...] depois a gente pôs de novo na justiça pra voltar e estamos até hoje lutando, mas que foi muito duro, tá sendo, com muita dificuldade, porque a senhora sabe, quando a gente não tem dinheiro, as coisas, tudo é difícil e sem dinheiro a gente não vai a lugar nenhum, o dinheiro não é o mais importante mas, sem dinheiro não vai a lugar nenhum, não come, bebe nem veste, não faz nada<sup>124</sup>. (informação verbal).

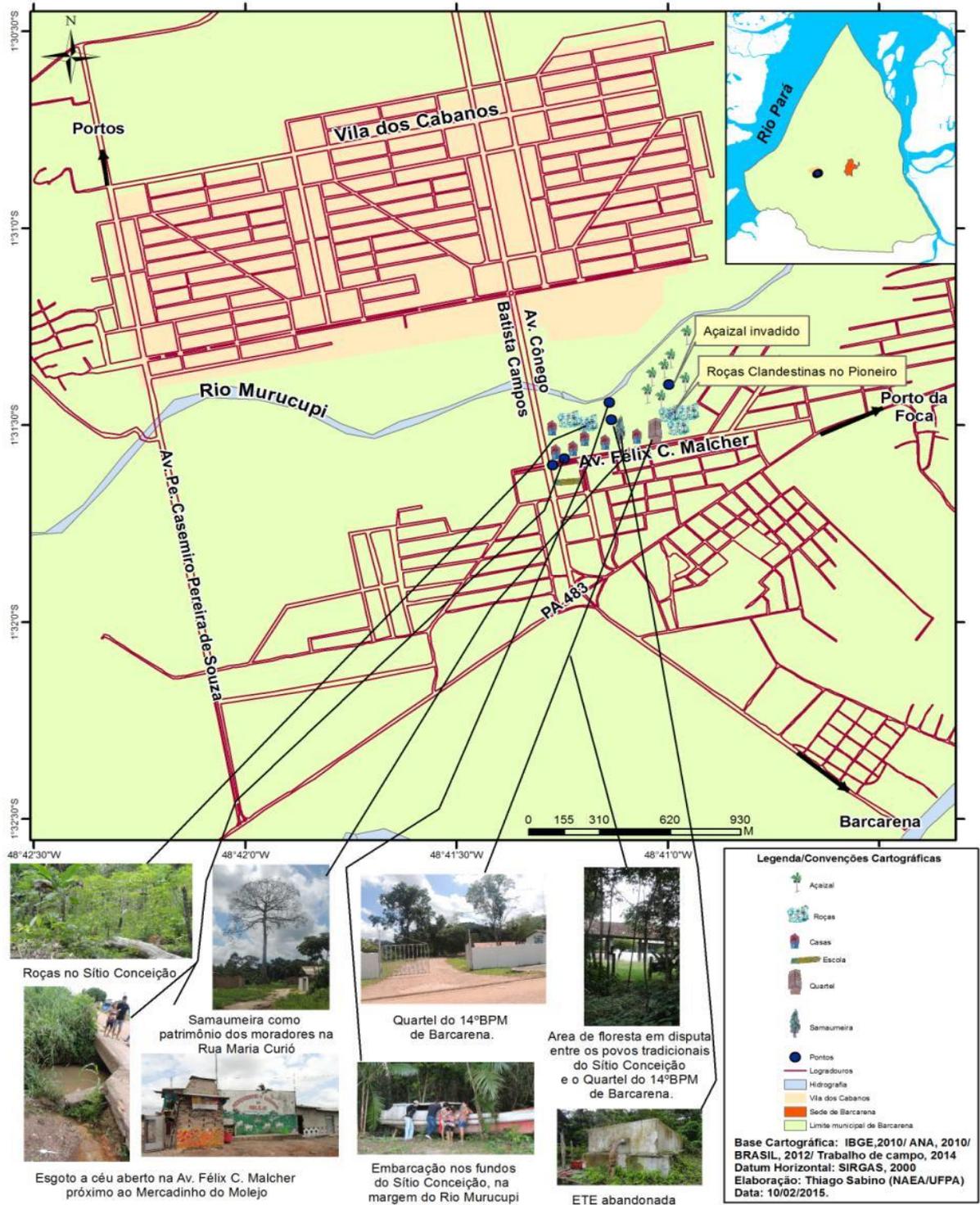
No Termo de Declaração, assinado em 2009 por Vera Lucia da Silva Cravo, lavrado junto ao Ministério Público Federal, ela explicava que haviam sido obrigados a deixar a área, pois foram pressionados pela CODEBAR, em 1978, e detalha as ameaças de terem suas casas destruídas por tratores.

---

<sup>124</sup> Entrevista de Vera Lúcia Cravo, cedida em 14 de julho de 2014.

Mapa 5- Cartografia Social do Sítio Conceição

### Quilombolas indígenas do Sítio Conceição em Barcarena-PA

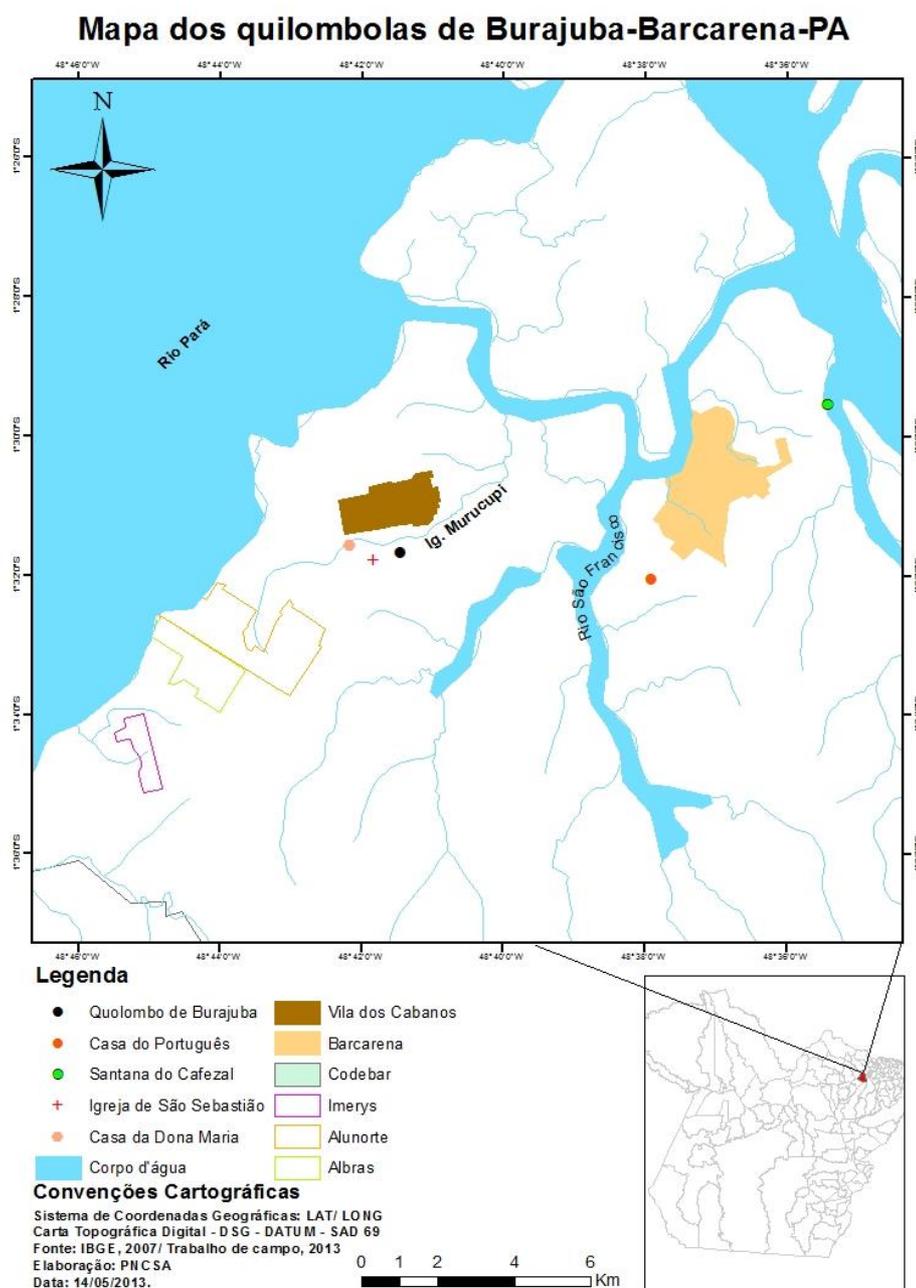


Fonte: Acevedo Marin; Maia (2015, p. 88).

### 3.3.5 Comunidade Quilombola São Sebastião do Burajuba

Os moradores da comunidade quilombola do Burajuba foram expropriados pela CODEBAR em 1984. Na época, era uma comunidade de referência para a parentela do rio Murucupi. Nela havia a Festa de São Tomé, a Escola do lado da igreja e o comércio do seu Deca (O senhor Edvaldo Cravo Nunes Lemos).

**Mapa 6** - Localização da Comunidade Quilombola São Sebastião do Boa Vista.



**Fonte:** Acevedo Marin (2013, p. 17).

Nos depoimentos dos moradores de Burajuba, o território tinha uma dimensão maior do que hoje, ocupava a área entre o rio Tauá e o rio Murucupi. As unidades familiares foram duramente afetadas pelo crescimento populacional do município, tornando a luta pela sua territorialidade mais complexa:

[...] é luta, vou dizer que é luta, aqui nós temos essa luta, desde o começo fomos pra luta e o que eu tenho a dizer é que não vamos desistir, uma mulher do quilômetro 14 veio aqui e disse que o Ministério Público falou que tudo que tá dentro do poligonal gente pode andar, e isso é uma migalha não é nem uma terça parte do que era as nossas terras, tinham umas quadras lá fora que estavam com o liminar, o juiz compreendeu e falou que ele não tem competência pra julgar isso aqui. Eu quero toda a área e isso daqui não é nada, que agricultor sou eu que tenho 20x70, eu não sou agricultora com isso, isso não é agricultura, antigamente pra chegar na casa de um vizinho tinha que andar várias léguas e hoje o que eu tô conversando aqui o vizinho já escuta de tão pequeno que tá, eu quero terra e ninguém tem o direito de nos tomar, e aí quando se refere à ALUNORTE parece pra mim que eles nunca moraram aqui, Burajuba começava no Tauá e terminava no rio Murucupi, se tem invasão, se tem bombeiro, se tem hospital, tem líder, tem Yamada, tá tudo dentro das terras que era do Burajuba, veio um japonês e tá com duas quadras, a 47 e a 48”.<sup>125</sup> (informação verbal).

Aqueles que ocupam o território que pertencia a Burajuba chegaram por meio de consentimento da CODEBAR e da Prefeitura de Barcarena, enquanto os quilombolas que possuem ocupações seculares continuam lutando pelo reconhecimento e regulação de propriedade de suas terras, por isso essa situação de instabilidade jurídica e de fragilidade diante dos novos invasores. Os moradores eram chamados de “flagelados” e “invasores” por aqueles que foram migrando para o território.

[...] Aqui é difícil a gente conseguir uma vaga pros nossos filhos se educar porque eles não querem é [...], dar vaga pros nossos filhos ter uma educação porque, ah porque eles chamam são os de filho de invasor, flagelado. Eu disse pra ela que flagelado é a senhora que veio lá não sei de onde. A senhora que é flagelada que veio lá do inferno invadir nossa terra, e nós fomos nascido e criado aqui, nosso umbigo é enterrado nessa terra aqui. ‘Isso é nosso, isso é nosso’ eu falei pra ela, vá se embora é a senhora e nós fica porque é nosso né, então é assim. [...]” (informação verbal).

As famílias expulsas de Burajuba experimentaram o efeito da dispersão, da fragmentação e da restrita politização de suas reivindicações. Aquelas que receberam indenizações pífias, o grupo remanejado para o bairro Laranjal, articulam o retorno para os seus sítios, que haviam sido classificados pela CODEBAR como quadras, no

---

<sup>125</sup> Entrevista realizada em 14 de setembro de 2013.

seu projeto de urbanização. Retornaram para as terras que ainda estavam desocupadas e, mesmo sofrendo ameaças, resistem em seus territórios. O “progresso” não ofereceu escolas e formação profissional para que pudessem trabalhar nas fábricas. Sabiam apenas lidar com a terra, aquilo que aprenderam com seus pais e avós.

Sou nato de Barcarena, sou um dos comunitários que foi desapropriado pela CODEBAR, [...]. No ano de 1978 a CODEBAR tava nos processos de desapropriação dos moradores [...] tava começando esses projetos aqui, que não tinha nada, e na época a gente era, digamos assim, desinformado, desatualizado do que a CODEBAR ia representar no município. Até porque o que eles contaram pra gente era fora do padrão, nunca contaram a verdade, uma série de coisas. E nós fomos e fizemos o que? Fomos obrigados a desocupar o lugar onde a gente morava, na época eles deram uma “marrequinha”[?] de dinheiro e todo mundo se calou, ninguém falou nada e ficou por isso mesmo. Até que ele, a CODEBAR, tomaram conta da área, e por ela entrou a Albrás, Alunorte, que se dizem donas do município, praticamente.

Eu fui pra Barcarena, de 93, eu passei 4 anos, não deu certo lá, voltei e morei no Laranjal, consegui um terreno e fiz uma casa. Do Laranjal eu voltei pro Burajuba, nós somos famílias tradicionais, e através da Socorro, da guia, da presidente da comunidade nós conseguimos e estamos até aqui hoje.

[...] Hoje a gente já tá mais tranquilo não é, é como eu falei, a gente parou de ser perseguido, se a gente construía alguma coisa a ALBRÁS mandava derrubar, era a polícia, a gente corria na frente da polícia. Mas depois que a gente conseguiu ter a ordem do Ministério Público Federal, com aquela placa ali escrito: “Não entre, Famílias Tradicionais.” Aí foi que eu fiz de madeira, aí depois que eu fiz a casa e disse “seja o que Deus quiser.” Fiz o barraco, tem uma besteirinha pra plantar<sup>126</sup>. (informação verbal).

No final da década de noventa, ainda eram constantes as desapropriações, com expulsão das famílias de Burajuba. Houve destruição das casas por tratores e destruição da produção agrícola. Em 2007, a CODEBAR lança uma nova ação de leiloar áreas e produzir o despejo das famílias instaladas em Burajuba, mas o Ministério Público Federal, por meio da ação política da Associação Rural Extrativista das Famílias Tradicionais da Comunidade de São Sebastião de Burajuba (AREFTRACOSSEB), introduziu uma ação judicial para garantir os direitos das comunidades tradicionais.

Os quilombolas de Burajuba são um grupo com práticas diferenciadas da apropriação do território e recursos, dispostos a romper com a dominação que lhe foi imposta por um modelo de desenvolvimento. O reconhecimento de identidade coletiva se dá por meio dos movimentos sociais e de suas lutas pelo território. Almeida (2013) expõe uma configuração de ruptura, mediante intensas mobilizações políticas destes

<sup>126</sup> Moisés Rodrigues Brandão. Entrevista realizada em 15 de maio de 2015.

agentes sociais articuladas tanto com o advento das categorias de autodefinição quanto com a emergência de formas político-organizativas específicas. Ambas convergem para uma identidade coletiva objetivada em movimento social (ALMEIDA, 2013).

As narrativas de Eduardo Cravo<sup>127</sup> reforçam como a articulação entre as comunidades tradicionais foi fundamental para a permanência nos territórios reconquistados com o retorno:

[...] eu acho que o ponto-chave pra nós, pra gente poder é, resgatar essa área foi justamente duas coisas que foram fundamentais, três aliás, algumas pessoas que conseguiram resistir né, de idade, pessoas mais antigas da área e também duas coisas que eu acho fundamental que foi a nossa igreja, que mesmo tendo sido remanejado e a escola, as ruínas permaneceram né, passou vinte e cinco anos e as ruínas permaneceram lá, então quando foi feito um trabalho de levantamento histórico tudinho na área, e que realmente comprovou que ali existia uma comunidade tradicional, [...] e que agora tá sendo reconhecida como quilombola, é já em, se não me foge a memória, foi em dois mil e nove, dois mil e nove nós tamo em 2014.

\_ [...] há seis anos atrás, foi que aí começou um movimento é, começou um movimento das comunidades tradicionais e pessoas também de áreas de ocupação né, nesse, nessa justamente uma discussão em torno dessas áreas que a Codebar, como tava entrando em liquidação, foi obrigada a se desfazer dessas áreas, dá um destino né, e aí se começou toda uma discussão em torno disso, porque muitas famílias ali iriam ser despejadas tanto as que tavam como, ocupando algumas áreas de forma irregular, como também as famílias tradicionais iriam perder definitivamente porque aquelas áreas que ainda estavam desocupadas, [...], elas simplesmente iriam desaparecer porque iriam ser vendidas as áreas né, pelo fato da Codebar tá sendo extinguida, então em cima disso surgiu toda uma discussão foram realizados fóruns né, em torno disso e a partir desse momento nós, se aliando até com outras comunidades e também tendo uma outra mentalidade com pessoas remanescentes disso, [...] já com um esclarecimento melhor, fomos atrás né, do nosso direito através mesmo da justiça. [...] nós fomos atrás dos órgãos certos pra poder lutar por isso, foi aí que surgiu, no caso o ministério público, onde nós resolvemos é marcar uma audiência com o ministério público federal. [...] junto a comunidade foi quando a gente retornou mesmo de vez, pra ficar, a partir daí começou a aparecer uma luz no fim do túnel pra gente. (informação verbal).

Não são sociedades sem poder tampouco apolíticas. Em seu campo relacional, o poder se manifesta por meio de uma inovação social e de projetos coletivos. Compreende de outras possibilidades de uso e propriedade da terra e de seus recursos, diferentes daquelas que se fazem hegemônicas, por conta do poder e coercitivo do Estado. Clastres (1975) entende que existem dois tipos de sociedades, com poder coercivo e poder não coercivo - poder político como coerção, não é o modelo do poder verdadeiro.

---

<sup>127</sup> Entrevista realizada em 07 de fevereiro de 2014.

### 3.4 A CDI e os processos desapropriatórios de comunidades tradicionais do Distrito Industrial/Conde

A Companhia do Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará foi criada em 1976, com o objetivo de incentivar os polos de desenvolvimento no Estado. A sua primeira função foi a desapropriação do território necessário para a instalação do complexo minerador Albrás/Alunorte, por meio do Decreto nº 10.064 de 25 de abril de 1977, que determinava a desapropriação de um vasto polígono<sup>128</sup> do município de Barcarena para implantação do Complexo Industrial.

Atuou na desapropriação das terras destinadas ao Porto, à Eletronorte, à Albrás e à Alunorte. Segundo informações dos técnicos da CDI, a maior parte da terra pertencia à Prelazia de Abaetetuba e nela habitavam posseiros. Tourinho (1991, p. 45) afirma que o Estado do Pará (por meio da CDI e ITERPA) criou vários mecanismos jurídicos para *equacionar a problemática da desapropriação*: nas terras devolutas promoveu a regularização fundiária, titulando-as para, posteriormente, proceder à desapropriação; para a Prelazia de Abaetetuba foi paga uma indenização pela terra e as para os ocupantes foi paga uma indenização pelas benfeitorias.

Os “agentes do desenvolvimento” que atuavam na gestão da CDI deram entrevistas declarando a rapidez com que realizaram as primeiras desapropriações, o que fizeram sem nenhum planejamento prévio e de forma violenta. Os gestores e engenheiros da CDI<sup>129</sup> afirmaram ser essa realidade um ponto negativo na desapropriação, assim como o fato de não haver medidas mais justas para a população local. O certo é que naturalizavam a violência da desapropriação e encontraram formas de legitimar e tornar necessários seus atos.

A CDI, entre 1979 e 1983, conseguiu cumprir a tarefa de desapropriar as áreas industriais, de preservação ambiental e uma pequena parte do Núcleo Urbano. Segundo o gestor e engenheiros da CDI, a empresa fez a desapropriação de um total de 406 famílias. As equipes marcavam reuniões por área e cada uma delas fazia a relação de benfeitorias definidas pelo ITERPA e em seguida fazia a indenização. Nos seus depoimentos, são ressaltadas a simplicidade, a rapidez e a tranquilidade no processo.

---

<sup>128</sup> Polígono formado pela rodovia PA-151, trecho compreendido pelo Furo do Arrozal e pelo ponto de interseção com a rodovia PA-403.

<sup>129</sup> Citados em entrevista em 28 de setembro de 1988, 26 de março de 1987, 30 de agosto de 1988 e 23 de janeiro de 1989.

Não houve resistência, talvez pela rapidez do processo. [...] Primeiro era aquele sujeito, pra tu veres que a turma tinha assim, tão pouca noção da coisa, tanto eles como nós talvez, que eu me lembro de casos em que o cara dizia “é pouco, o valor tá pouco”, então a gente perguntava venha cá, o senhor que entrar num acordo; saíram seis zeros[...]”<sup>130</sup>. (informação verbal).

A imagem é da “arte da guerra” do desenvolvimento. Os soldados (técnicos, engenheiros, agrimensores, advogados) chegam de surpresa e rapidamente atuam, impedindo, desta forma, reações.

A partir de 1984, a CODEBAR foi responsável pela desapropriação do Núcleo Urbano e a CDI continuaria desapropriando a área restante da prelazia de Abaetetuba, que correspondia a 3.700 hectares. Mas por falta de recursos não pode indenizar as benfeitorias dos “posseiros” existentes no território, o que ficou destinado ao Distrito Industrial.

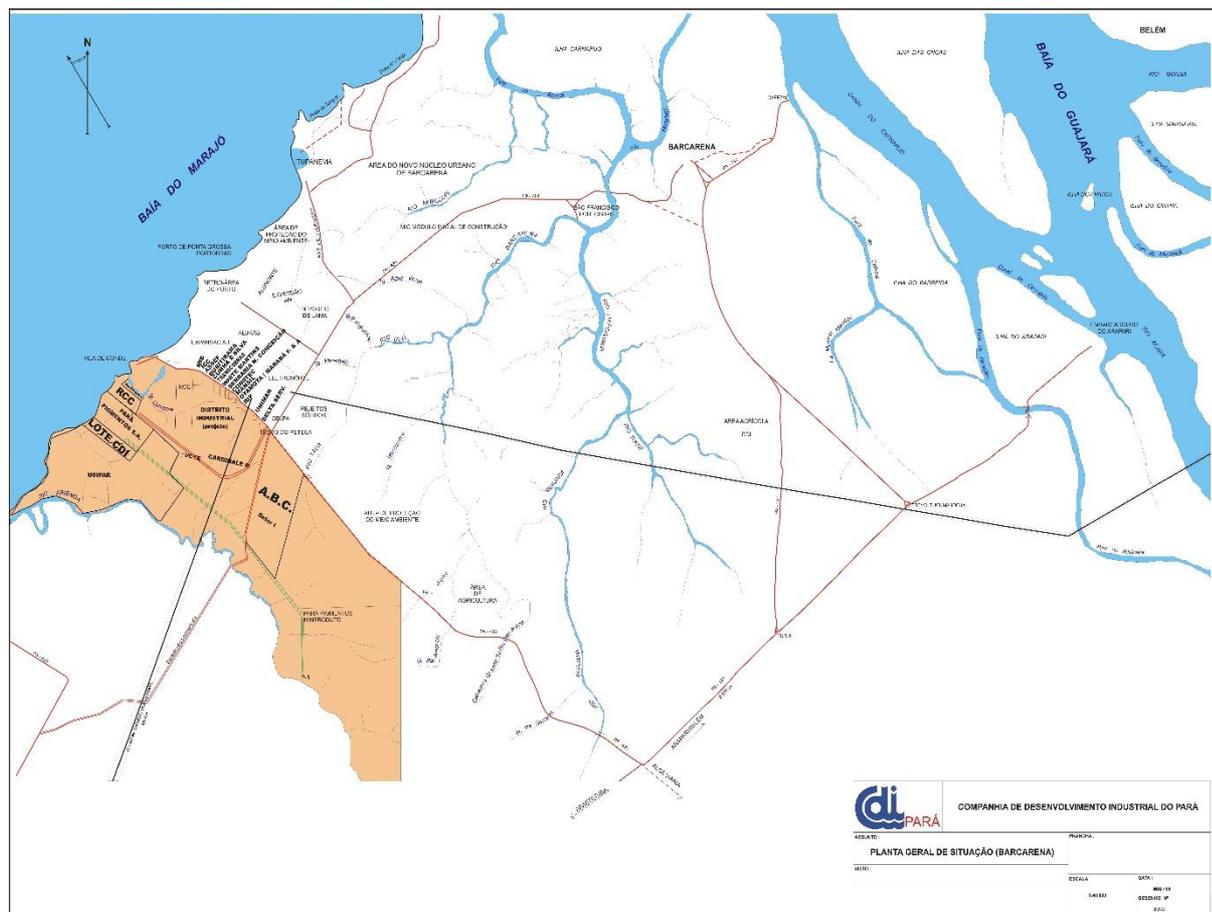
Entre os dados da pesquisa nos arquivos da CODEBAR e CDI existe também uma tabela denominada de “Resumo Geral da Avaliação, na qual discriminados o nome do ocupante, a denominação do imóvel, o documento apresentado (neste caso a condição da dominial da propriedade) e os valores parciais”. (informação verbal).

Na Relação Nominal dos Ocupantes da GLEBA C.D.I., área de 6.000 ha [?] foram listados 145 ocupantes. Também há uma Relação Nominal dos Ocupantes da Gleba CDI, ÁREA PORTOBRÁS. (23 lotes), área: 427,4230 ha, com um total de 62 ocupantes. Foi examinada a Relação Nominal dos Ocupantes da Gleba CDI, Processos Não Formalizados, correspondendo a uma área aproximada de 4.514, 0180, ha e total de 67 ocupantes. Na Relação Nominal dos Ocupantes da Gleba CDI (Processos Formalizados), área aproximada de 33.299, 9399 ha, está o maior número de ocupantes, eram 348.

---

<sup>130</sup> Entrevista realizada em 23 de janeiro de 1989.

### Mapa 7- Território de Atuação da CDI



Fonte: CDI (2013).

Muitos desapropriados pela CDI foram deslocados para Vila Nova, situada próxima a Barcarena, para a Colônia Agrícola do Bacuri e Bairro Novo, que surgiu na sede, Barcarena. Alguns saíram de Barcarena para Belém e Ananindeua. Outro grupo deixou os lotes da Colônia Agrícola e se dirigiu para a Vila do Conde. Muitos deslocamentos eram imprevisíveis diante do desespero da ação surpreendente de desapropriação.

Para a Colônia Agrícola do Bacuri foram deslocadas 80 famílias provenientes das áreas próximas da Vila do Conde e da localidade de Cabeceira Grande, onde foram construídos o Porto de Grossa e a Fábrica Albrás/Alunorte. Na Vila Nova, foram assentadas 74 famílias provenientes do Sítio Santo Antônio e Guajará.

Esses movimentos ocorridos na Vila do Conde foram lembrados pelo engenheiro da CDI, em entrevista em 01 de abril de 2014:

Sim, sim, sim, é o que a CDI anexou ao patrimônio. Aí pertence à CDI muito embora estejam ocupadas pelos nativos, posseiros, invasores né? Eu, eu costume é, eu evito falar invasor porque existe uma, uma quantidade enorme

de pessoas que são nativas de lá porque, porque a gente não remanejou, o do polo industrial a gente não remanejou.

Da reserva, o pessoal da reserva, o pessoal onde tá a Albras, Alunorte, Eletronorte isso tudo foi remanejado e o **do polo a gente só ia remanejando à medida que necessitava**, sabe **como é, por exemplo a CAPI**, a CAPI e a **Usipar** foi as últimas que a gente remanejou né, e vivia até em condições um pouco melhores do que os nossos primeiros remanejamentos.

[...] É, lá, lá a gente tem **Curuperé**, tem **Acuí**, **Canaã**, **Maricá**, tem umas nove comunidades, **Dom Manoel**. [...] <sup>131</sup>. (informação verbal).

As comunidades tradicionais de Conde foram completamente afetadas pela instalação do complexo de mineração, perderam suas terras e sofreram mudanças nas suas formas de existência. Muitos trabalhadores chegaram à Vila, surgiram alojamentos, bares e boates por toda ela, principalmente na proximidade do Porto de Conde. A Vila teve rápido crescimento demográfico, sem ter a mínima infraestrutura. Em 1980, foram recenseadas 953 famílias (TOURINHO, 1991) e, passada uma década, havia 3.332 habitantes. No período de 1989 a 2000, com a chegada das indústrias de caulim, a população de Vila do Conde chegou a ter 6.483 habitantes, quase duplicando a população em uma década (HAZEU, 2015).

O técnico da CDI<sup>132</sup> afirma que no momento da instalação do Complexo Industrial havia 163 famílias no território, a serem remanejadas. No governo de Ana Júlia Carepa, retornou a discussão do deslocamento destas comunidades, devido à poluição causada pelas empresas de caulim. No estudo socioeconômico elaborado pela UFRA, existiam mais de 1.622 famílias no território, esperando o remanejamento.

A história da indústria de Caulim em Barcarena envolve a história e o destino de várias comunidades no Distrito Industrial. A comunidade Montanha, por exemplo, foi forçada a se deslocar duas vezes, de Montanha para Curuperé, de Curuperé para Nova Vida (e Massarapó). O bairro Industrial foi formado a partir do alojamento dos trabalhadores que atuaram na construção das fábricas e portos e viviam à sombra da fábrica e de suas bacias; as comunidades Curuperé, Maricá e as demais que dependem dos rios Dendê e Curupere, perderam parte dos territórios onde plantavam, caçavam e colhiam, além de sofrerem com as novas formas de poluição (além da Albrás-Alunorte), principalmente com os constantes vazamentos de caulim. (HAZEU, 2015, p. 239).

A partir da década das primeiras desapropriações feitas entre 1979 e 1983, a CDI não teve condições de remanejar as comunidades tradicionais que viviam no Distrito Industrial e Conde. Utilizou de políticas de deslocamento conforme os interesses das empresas, as quais iriam se instalar no Distrito. Em 1990, as empresas

<sup>131</sup> Entrevista realizada em 23 de janeiro de 1989.

<sup>132</sup> Entrevista realizada em 01 de abril de 2014.

Pará Pigmentos (propriedade da Vale) e a Rio Capim Caulim (propriedade da transnacional Imerys) instalaram no Distrito Industrial de Barcarena os portos, bacia e fábricas de caulim. A CDI vendeu o território para as empresas, que passaram a negociar com as comunidades o processo de indenização e deslocamento.

Para a instalação da Imerys foram indenizadas sete famílias do Curuperé, no total de 40 pessoas. Ainda há pessoas da comunidade que moram em um ramal, estão cercadas pelos muros e bacias da empresa e hoje sofrem os efeitos dos vazamentos de caulim no igarapé Curuperé e rio Dendê. O conflito socioambiental está instalado e aguardam a indenização pelas suas terras.

[...] não querem indenizar e não querem que as outra indenizem e ficam nos castigando lá, agora esses dias passado, semana passada eles doam água lá, o juiz passou pra eles darem água mineral pra nós lá, mas eles mandam o carro pipa levar, aí não sei nem da onde ele tira um dia desse, disque, foi uma água... chega foi gordurosa aquela água e vermelha.

[...] Olha não, já teve aí, uns dias aí teve disque agora, agora em malço que tão falando que vai ter uma, uma reunião muito grande, disque, mas não me acredito porque aqueles tempo não era reunião em cima de reunião, já ia sair, já ia sair.

[...] Ah, olha foi desde o começo do, que a obra acho começou a funcionar foi essa luta e tiraram a metade de lá, aí ainda tiraram dali do, do, do Canaã foi a Obras que tirou, não foi, foi e aí nós fiquemo aí, nessa área aí, ainda ficou uma parte lá do, do pessoal dela aí que eles ainda não foram indenizado, ela lá, o tio dela nós temo lá esperando o dia que quiser indenizar a gente vai, vai vender né, porque vai ficar todo tempo lá preso no passado.<sup>133</sup> [...] <sup>134</sup>. (informação verbal).

A partir de 1990, o complexo portuário-industrial do caulim provocou deslocamento das comunidades tradicionais em Conde. Hazeu (2015, p. 240) calcula aproximadamente 75 famílias indenizadas e deslocadas, conforme o seguinte levantamento:

---

<sup>133</sup> Benvinda Monteiro dos Santos. Entrevista realizada em 07 de março de 2014.

<sup>134</sup> Entrevista realizada em 23 de janeiro de 1989.

**Quadro 4-** Quadro de deslocamento de famílias tradicionais pelo Complexo Industrial do Caulim

Período	Localidade	Nº de famílias	Pessoas
1993	Curupéré	7	40
S/informação	Vila Nova Canaã do Curupi	12	S/informação
1993/1994	Arienga		80
	Dom Manoel	10.	S/ informação
1993/1994	Montanha	12	77
2003	Curupéré para Nova Vida	29	136
2003	Curupéré para Massarapó	5	29

Fonte: Hazeu (2015), adaptação da autora.

Uma família apenas do Curupéré não foi remanejada, e teve proibição de acesso à área. Porém um grupo de ex-moradores entrou novamente nas terras da comunidade, enfrentou a polícia, e foi aberto um processo. Distribuíram lotes para famílias de outras comunidades tradicionais, as quais foram ocupando o território que originou a comunidade de Canaã e Maricá.

Curupéré, Montanha, Acuí e Arienga, comunidades tradicionais da Vila do Conde, criticam o poder público que procede a procrastinar premeditadamente a instalação de serviços públicos por elas demandados (escola, ruas, posto de saúde, água potável). Essas questões estruturais se agravam, pois as vias de acesso são precárias e afetadas pelo trânsito dos caminhões e carretas que servem ao complexo industrial. A maioria dessas comunidades está localizada em torno das bacias e sofre os danos ambientais causados pelo vazamento do caulim. A instalação das indústrias do complexo portuário industrial do Caulim atraiu a migração de trabalhadores que foram se instalando em alojamentos que deram origem ao bairro industrial, localizado entre as instalações da Imerys, nas proximidades do rio Dendê.

Em meados da década de 1980, a comunidade do Curupéré ocupava praticamente toda a área do Distrito Industrial entre o rio Dendê, Baía do Marajó (rio Pará), rio Arienga e PA-163, dividindo a área com as comunidades da Montanha, Acuí e Arienga, todas tradicionais. (HAZEU, 2015, p. 237).

Curupéré foi iludida pelas empresas do Caulim, as promessas feitas nas negociações do deslocamento não foram cumpridas. Nova Vida e Massarapó vivem a dificuldade de realizar cultivos agrícolas para o sustento da família, pois a terra não é apropriada e as empresas não prestaram os serviços de assistência técnica e financeira às famílias.

Apesar das tentativas das empresas e da CDI de desocupar a área, a comunidade Curupéré continua resistente às tentativas de aniquilamento, percebidas com as políticas de controle de acesso aos recursos e áreas comuns, dos danos ambientais, dos processos judiciais e da sua exclusão no mercado local. As famílias presentes no território representam uma das unidades de mobilização do processo de negociação de deslocamento em que as comunidades do Distrito Industrial estão envolvidas, na atualidade.

Em 2003, a CDI vendeu à Usina Siderúrgica do Pará (USIPAR) uma área de aproximadamente 800 ha, onde estão localizadas as comunidades do Acuí e Arienga. A empresa gastou com indenizações um total de R\$ 1.283.700,00, sendo a CDI responsável pelas desapropriações.

[...] e esta vendeu um terreno de 800 ha à Usipar. Os acordos feitos pela empresa e o governo do Estado isentam a Usipar de qualquer responsabilidade para com as famílias que residiam na área, a não ser pelo pagamento de indenização dos terrenos. O processo de desapropriação deveria ficar a cargo da CDI. Entretanto ocorreu sério descaso por parte da CDI pois esta não assumiu a responsabilidade pelo assentamento e as famílias foram apenas indenizadas. Além disso, a Usipar queria se responsabilizar apenas pela indenização das famílias que estavam dentro da área que passa a cerca da empresa, porém, as famílias que estão próximas ao empreendimento sofrerão influência e impactos diretos, mas não estavam sendo levadas em consideração (NASCIMENTO, 2012, p. 6).

A cerca impede os moradores de terem acesso à floresta e a área é duramente vigiada por guardas armados. A senhora Maria dos Anjos<sup>135</sup> descreve a situação de controle e conflito com a empresa pelo acesso aos recursos naturais do território:

Pois é, no tempo que vivia esses guarda aí um dia eu briguei, eu só não quebrei o carro não sabia se era eles aí, mas eu vim muito irada de raiva,[...] carro vai levando ele o policial vai levando ele eu disse porque, o que foi que ele tava fazendo, não, eles foram ajuntar um cupuaçu ali e a polícia pegou ele lá juntando cupuaçu e agora eles vão levando ele, [...] que mandou prender eles aí, ah o pessoal da, os vigia daqui da Usipar que toparam eles lá juntando e agora eles nos avisaram pra nós vim que prenderam eles[...] (informação verbal).

---

<sup>135</sup> Entrevista realizada em 20 de fevereiro de 2014.

No documento *Relatório dos Indenizados da USIPAR*, cedido pela CDI, há 65 nomes de pessoas indenizadas entre 02 de julho de 2003 e 10 de dezembro de 2003. Comparando a relação de indenizados da CDI com o relatório do ITERPA, sobre as escrituras e direitos possessórios e Compra e Venda de Benfeitorias feitas no imóvel da CDI destinado à USIPAR (representada por uma promitente Compradora, a empresa Costa Monteiro Participações LTDA), há uma relação de propriedades situadas na margem direita do rio Arienga-Distrito de Vila do Conde. As demais 57 propriedades estão localizadas no Polo Industrial, presumindo pertencer à comunidade do Acuí.

No Arienga, os lotes desapropriados em 16 de setembro de 2003 pertenciam a parentesco da família Araújo.

**Quadro 5 .** Lista dos Desapropriados do Arienga 2003-Usipar.

Nº	Desapropriados do Arienga	Lotes* <sup>136</sup>
1	Maria Bernarde de Araújo	01 ha.75a
2	Josivaldo Vieira de Araújo	13 ha.84 <sup>a</sup>
3	Maria da Conceição Silva Araújo	01 ha.20 <sup>a</sup>
4	Everaldo da Silva Araújo	02ha.70 <sup>a</sup>
5	Manoel Ferreira da Silva	05ha.50 <sup>a</sup>
6	João Araújo Dias	00ha.50 <sup>a</sup>
7	Edilson Araújo Dias	01ha.50 <sup>a</sup>
8	Wanderlino Campos Vieira	17ha.09 <sup>a</sup>

**Fonte:** CDI (2003).

\*aproximadamente

Nos demais relacionados, os primeiros desapropriados receberam um valor maior de indenização, valores de R\$ 200.000,00 e R\$175.000,00 (lotes com 124ha e 226 ha, respectivamente). Os demais lotes variaram de R\$ 38.000,00 a R\$ 2.700,00 com tamanhos entre aproximadamente 2 e 32 ha.

<sup>136</sup> Indenizados por valores entre 38.000,00 a 3.000,00.

**Quadro 6-** Lista dos Desapropriados do Acuí-Usipar.

Nº	Desapropriados da Comunidade do Acuí	Lotes*
1	Alfredina Barbosa Bastos	11ha
2	Amâncio de Souza dos Anjos	16ha
3	Ana Claudia Souza dos Santos	11ha
4	Antônia da Costa Pantoja	3ha
5	Antonio Gomes de Almeida	03ha
6	Antonio Lobato de Vilhena	37ha
7	Carmem Quaresma Soares	124 ha.
8	Celia dos Santos Bahia	8ha
9	Davi dos Santos Dias	15ha
10	Edina Gomes da Conceição	10ha
11	Edir da Silva Araújo	25ha
12	Elias Dias Barreto	3ha
13	Elisabeth Gomes da Conceição	3ha
14	Francinete Soares de Souza	16ha
15	Francisco Oliveira dos Santos	8ha
16	Francisco Xavier Silva Baia	5ha
17	Francisco dos Santos Dias	8ha
18	Geovalina Bernardes Correa	1ha
19	Hermes Dias da Costa	2ha
20	José Luis Gomes da Conceição	3ha
21	Luis Dias dos Anjos	3ha
22	Luzia Santos Rocha	2ha
23	Manoel de Jesus Batista Baia	3ha
24	Manoel de Jesus Pereira dos Santos	2ha
25	Manuel Durvalino C. da Conceição	1ha
26	Marcelo Cardim Ferreira	11ha
27	Marcos Pereira Farias	5ha
28	Maria Cristina Ferreira M. Vilaça	226ha
29	Maria Dias e Dias	05ha
30	Maria Emília Gomes da Conceição	3ha
31	Maria Hilda Ribeiro dos Santos	12ha
32	Maria Izabel Silva Araújo	6ha
33	Marina Gomes do Socorro	9ha
34	Mario Ribeiro da Silva	36ha
35	Mateus dos Santos Dias	4ha
36	Miguel Moraes Pimentel	36ha
37	Natalino dos Santos e Anjos	5ha
38	Nezinho Pereira dos Santos	12ha
39	Raimunda do Socorro Souza Conceição	4ha
40	Raimunda dos Santos Dias	32ha
41	Raimundo Albertoni N. Mendes	2ha
42	Raimundo dos Anjos dos Santos	2ha
43	Raimundo Ribeiro Medeiros	5ha

44	Raimundo Santana Ribeiro	21ha
45	Raimundo Noronha dos Santos	30h
46	Regina Célia da C. Mendes	00ha.75a
47	Ronilson Dias dos Santos	5ha
48	Roselina Ferreira dos Santos	3ha
49	Rosilene dos Santos Dias	4ha
50	Selço Conceição de Souza	7ha
51	Selmo Conceição de Souza	2ha
52	Serafim Gomes de Souza	5ha
53	Sergio Conceição de Souza	1ha
54	Tatianne Hellen Conceição Leite	2ha
55	Tony Carlos Lopes do Carmo	6ha
56	Waldenora Dias dos Santos	3ha
57	Zilva Pantoja Baia	3ha

Fonte CDI (2003).

Atualmente os rios e solo são contaminados com os crescentes danos ambientais provocados pela exploração mineral. Acevedo Marin (2013, p. 85) afirma que *“os projetos Mínero-Metalúrgicos instalados em Barcarena são revelados e deparados como antinomia do progresso”*. Pesquisas<sup>137</sup> e estudos têm comprovado crimes ambientais praticados pelas empresas, atingindo diretamente as populações que praticam atividades produtivas diferenciadas. Em 2007, houve o transbordamento de rejeitos de caulim da empresa Imerys atingindo a bacia do Rio Capim, obrigando a defesa civil a retirar cerca de 500 famílias<sup>138</sup>. Em 2009, houve um vazamento de rejeitos da Alunorte no rio Murucupi, que resultou em alterações no PH das águas, com morte da fauna e flora. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) multou em R\$ 27 milhões as empresas ALUNORTE e a Pará Pigmentos S/A, apontadas nessa irregularidade<sup>139</sup>.

A comunidade D. Manoel está entre as que experimentam maiores danos ambientais das empresas. Ela está cercada pelos muros da Imerys e da empresa Buritirama, existindo apenas um pequeno corredor de acesso para a comunidade. Para agravar a situação, em 2011 foi instalada a empresa TECOP, que joga diariamente pó de coque no ar e atinge toda a comunidade, o que deixa as plantações e casas sujas por um pó preto, causando doenças respiratórias aos seus moradores.

<sup>137</sup> Como o artigo de NASCIMENTO, Paulo. A. M. Gestão Ambiental em Área de Risco no Município de Barcarena/Pará. Ver ainda o Relatório IEC-SAMAM 001/2009. Disponível em: <<http://www.justicanostrilhos.org/sites/default/files/Relat/Barcerena-Par%C3%A11.pdf>>

<sup>138</sup> Disponível em: <<http://envolverde.com.br/sociedade/dialogo-abre-caminho-para-reduzir-danos-socioambientais-em-barcarena/>>.

<sup>139</sup> Disponível em: <[http://www.ambienteja.com.br/ver\\_cliente.asp?id=147452](http://www.ambienteja.com.br/ver_cliente.asp?id=147452)>.

Nos trabalhos de campo realizados na comunidade, encontramos apenas um único morador, o qual afirma que todos saíram da comunidade devido à poluição provocada pela TECOP.

Os “agentes do desenvolvimento” que atuam na CDI expressam a sua opinião em relação a D. Manoel, o que justifica a percepção da *imposição violenta da ordem do progresso* a qualquer custo.

Dom Manoel é um, é um problema da TECOP e da Buritirama, sabe como é que é, eu, repara só, quando eu disse que elas são o problema da Buritirama pode exatamente ser o inverso, a Buritirama que é o problema deles, não é verdade, o que é certo é que a gente tem que tirar eles de lá, não é verdade, a gente não pode se dar ao luxo de tirar a empresa, não é verdade, **a gente não pode dar ao luxo de um empresário vim aqui no Pará e a gente dizer assim não, não quero aqui, vai pro Maranhão tem como a gente fazer isso, né? o que a gente tem.** (informação verbal).

Os planejadores e políticos resumem e expõem esse tipo de dilema, que está resolvido de antemão nos ditames da injustiça ambiental. Se a morte do trabalhador é mais barata, se o deslocamento da comunidade é menos custoso, se é a empresa que permanecerá e não os moradores de Dom Manoel (jogados a destino incerto, carregando no corpo o pó de coque), podemos afirmar que isto tudo resume esta situação de risco de toda uma comunidade a um problema ambiental. São irrelevantes, portanto, as propostas desenvolvimentistas que almejam a rentabilização de capitais em nome da geração de emprego e renda.

Nos estudos sobre as questões ambientais no Brasil, Acsegrad (2010) afirma que a arena está em disputa numa razão utilitária e cultural. Os “agentes do desenvolvimento” utilizam a razão utilitária hegemônica, em que o meio ambiente é uno e composto estritamente de recursos materiais, sem conteúdos socioculturais específicos e diferenciados e a razão cultural, por sua vez, se interroga sobre os fins pelos quais os homens se apropriam dos recursos do planeta; o meio ambiente é múltiplo em qualidades socioculturais; não há ambiente sem sujeito – ou seja, ele tem distintas significações e lógicas de uso conforme os padrões das distintas sociedades e culturas.

Às duas razões aqui esboçadas correspondem dois modelos de ação estratégica. A razão utilitária configurou a estratégia dita de modernização ecológica, pela afirmação do mercado, do progresso técnico e do consenso político. A “sociedade de proprietários” propugnada pelo neoconservadorismo é seu norte: uma revolução da eficiência é evocada para economizar o planeta, dando preço ao que não tem preço. A razão cultural deu, por seu lado, origem a uma ação que denuncia e busca superar a distribuição desigual dos benefícios e danos ambientais (ACSELRAD, 2010, p. 109).

Os valores irrisórios das indenizações e os processos violentos provocados pelos deslocamentos das comunidades tradicionais são ressaltados por Cleide Monteiro <sup>140</sup>. Nas suas narrativas, ela explica que processos doloridos de deslocamentos organizados pelas Empresas e CDI, agravados com os acidentes ambientais, impulsionaram as comunidades a solicitar uma audiência pública ao Senador da República Jose Nery Azevedo para discussão sobre o remanejamento das famílias tradicionais do Acuí, Curuperé, Maricá, D. Manoel, Peteca (Pramajó), Canaã e São João.

Nesta audiência pública, de 28 de junho de 2010<sup>141</sup>, solicitaram a presença de representantes de instituições como: Governo do Estado, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Cidade, Ministério do Planejamento, Secretaria do Meio Ambiente, CDI, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. Tal fato representa o fortalecimento político das comunidades tradicionais em relação aos projetos de desenvolvimento, trazendo em discussão o modelo excludente e aniquilador que fora implantado no município.

Houve a formação de Grupo de Trabalho reconhecido e empossado pelo Governo do Estado, por meio do decreto de 22 de Julho de 2010 publicado em Diário Oficial em 23 de julho de 2010. O Decreto determinava ao Grupo a função de cadastrar as famílias ocupantes da área de propriedade da CDI/PA destinada à implantação do Distrito Industrial de Barcarena e formular alternativas de remanejamento das famílias. O GT teria a participação de três representantes das comunidades residentes da área objeto de intervenção das empresas e da CDI.

As discussões sobre o remanejamento das comunidades do Distrito Industrial prosseguem até o presente. Elas experimentam cotidianamente as pressões da empresa e as tentativas de cooptação das instituições que querem individualizar a discussão e negociação do remanejamento, não reconhecendo a legitimidade do GT no que se refere à participação dos eleitos pela comunidade para coordenar os processos e defender os interesses coletivos das comunidades. Utilizando de estratégias políticas e econômicas, buscam enfraquecer a mobilização das comunidades tradicionais do Distrito Industrial.

---

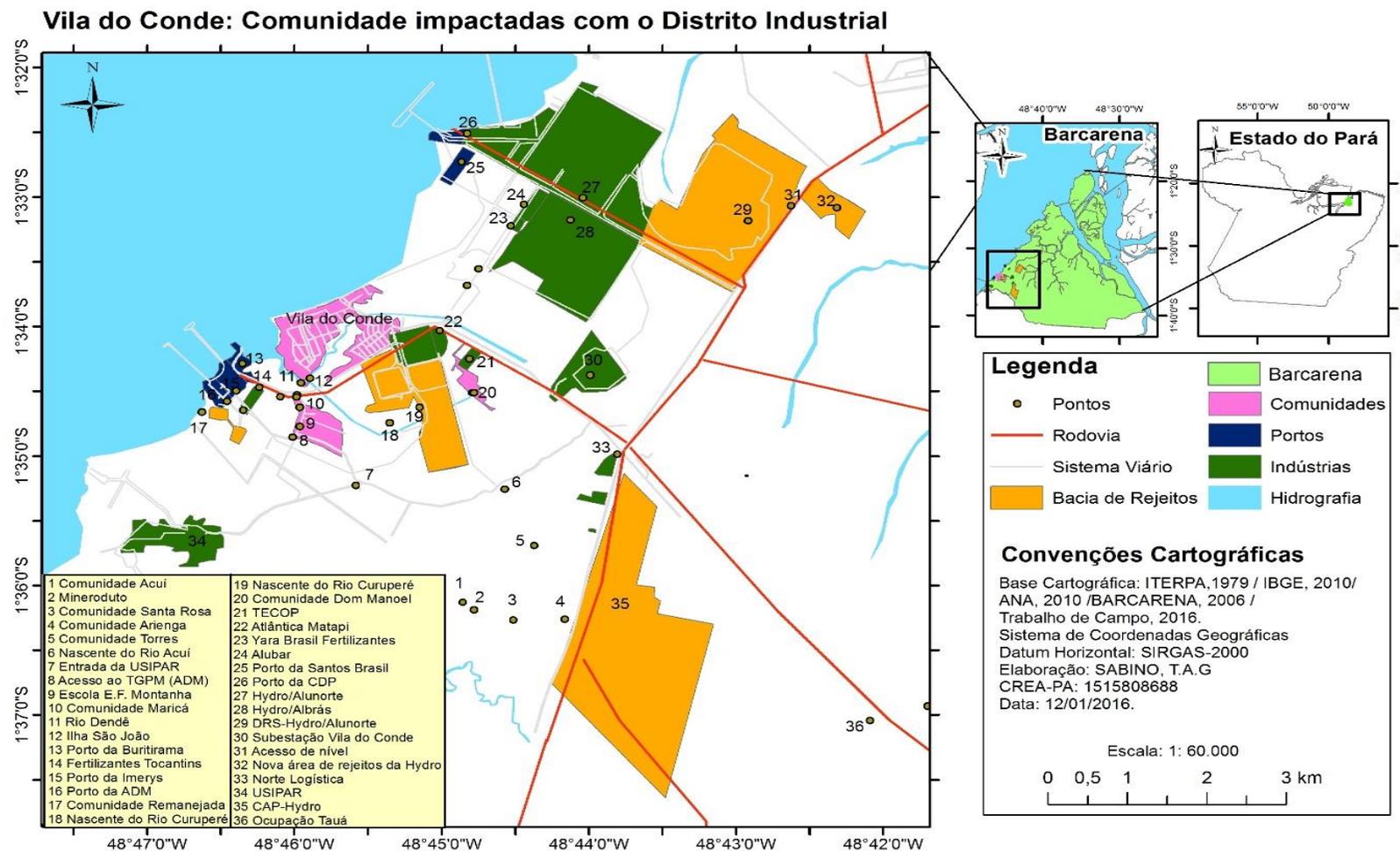
<sup>140</sup> Entrevista em 27 de junho de 2015

<sup>141</sup> Local da audiência na Peixaria Tucunaré, localizada na Travessa da Matriz, nº 22, Vila do Conde-Barcarena.

No Mapa 8, podemos visualizar as comunidades tradicionais a serem remanejadas e as empresas presentes no Distrito Industrial que provocam sérios danos sociais e ambientais.

O Ministério Público Federal reconheceu as raízes tradicionais das comunidades e as formas específicas de existência e resistência no Distrito Industrial, fortalecendo a discussão sobre as suas origens indígenas, mesmo inseridas na urbanização “desorganizada e precária”. O laudo técnico 001/2016, organizado pelo antropólogo Raphael Frederico Acioli Moreira da Silva, comprova a tradicionalidade das pessoas não originárias do lugar.

Mapa 8- Territorialidade Específica e o Complexo Porto-Industrial do Distrito Industrial/Conde.



#### **4 PELA ORDEM DO PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO: RUPTURAS NAS FORMAS DE EXISTÊNCIA DOS SITIANTES EM TORNO DOS RIOS E IGARAPÉS**

As ideias de progresso, desenvolvimento e modernidade constituem mitos e espécie de pano de fundo das políticas de atuação do Estado na Amazônia; elas deram solidez à política desenvolvimentista adotada pelo regime militar. De início, é elaborada a discussão sobre as noções de progresso e desenvolvimento, que resultaram em uma forte ideia imposta às comunidades com efeitos irreversíveis no modo de vida e de existência dos sítiantes de Barcarena.

Por meio desta argumentação ideológica do progresso, desenvolvimento e modernidade, o Estado e suas agências de desenvolvimento instalaram um conflito socioambiental em Barcarena. Através das políticas de expropriação, “arrumou-se” o território a ser explorado pelo mercado internacional, deslocando os sítiantes, através da CDI e da CODEBAR.

Na teoria de Arendt (1985), o Estado exerce um poder legítimo até o momento em que sua legitimidade é reconhecida. A filósofa afirmou: “O poder não precisa de justificativas, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas, mas precisa, isto sim, de legitimidade” (ARENDR, 1985, p. 32). Naquele momento, as comunidades locais eram consideradas posseiras, pois as terras que ocupavam pertenciam ao Estado e como legítimo dono poderia dispor de acordo com seus interesses. Contudo, o discurso do progresso/desenvolvimento imputado por ele também fazia parte deste arcabouço de legitimidade de poder. O poder do Estado, para produzir o desenvolvimento e as práticas políticas, econômicas e sociais afins, justifica-se em uma formação discursiva hábil em modernizar seus conteúdos e formas.

Esta onda desenvolvimentista provocou grandes perturbações às comunidades tradicionais, que tiveram que enfrentar o aumento do custo de vida, mudanças nas relações de produção devido à urbanização e as consequências do crescimento demográfico causado pela migração. Na década de 1970, havia apenas 17.695 habitantes, dos quais 87% eram famílias de pequenos produtores rurais; em 1991, calculavam-se 45.946 habitantes. A população cresceu consideravelmente, cerca de 180,57%; e a população urbana, em 306,21%, no intervalo de 1970 a 1989. Este processo migratório provocou a ocupação de uma grande parte do território dos sítios, acirrando-se os conflitos por recursos naturais no município. Os trabalhadores

provenientes de fora do município também passaram a disputar terras, surgindo as chamadas invasões.

O desenvolvimento imposto pelo Estado e pela empresa possuía a intenção de extinguir as formas de reprodução social das comunidades tradicionais de Barcarena. Os seus rios e suas terras passaram a ser recursos de uso prioritário das empresas, o que reforça os crimes ambientais que são ignorados pelos órgãos de proteção ambiental do Estado e Município. José Sergio Leite Lopes (2004) elabora a noção de processo de ambientalização dos conflitos que permite refletir sobre estas situações, visto que os objetos de disputa são os recursos naturais que proveem a sobrevivência material e social dos agentes em conflito. Mas ainda são disputas de paradigmas, que envolvem uso e usufruto de recursos comuns, que fundamentam os interesses coletivos em oposição aos interesses privativos da empresa capitalista.

#### **4.1 A ideia de progresso, desenvolvimento e modernidade: discussões teóricas**

A ideia de progresso, segundo Nisbet (1985), estava presente no Mundo Clássico e é referida por filósofos gregos e romanos como conhecimento humano adquirido no *decurso do tempo, pouco a pouco e passo a passo*<sup>142</sup>. Os filósofos cristãos iniciaram a construção da ideia de progresso, adotada pelo Ocidente e que norteou a sua concepção na modernidade. Os teólogos cristãos, tendo como seu expoente máximo a figura de Santo Agostinho, deram início a todos os elementos vitais e essenciais da ideia de progresso ocidental, ao esquema de tempo, à concepção de etapas e épocas, além da sua vinculação à abundância, segurança, liberdade, tranquilidade e justiça.

Os temas “progresso e desenvolvimento” sempre estiveram presentes na política de colonização e integração adotada para a Amazônia. Eles tornaram-se uma crença universal e em seu nome os espaços sociais são reorganizados e alterados. Os seus agentes são os heróis que retiram os sitiados da barbárie e oferecem a oportunidade de uma vida melhor. O progresso vem com a esperança de melhores dias para as comunidades tradicionais amazônicas, e quem poderia ser contra ele? Naquela onda ilusória, os moradores em torno do rio Murucupi, em Barcarena, foram

---

<sup>142</sup> Grifo do autor ao que se refere às expressões, respectivamente, de Xenófanes, Platão e Lucrécio.

expropriados e colocados sob uma nova lógica de reprodução social e um novo mundo que não era seu, mas nutriram a esperança de serem alcançados por essa onda.

Esta ideia de progresso adotada nos planos e programas de governo para a Amazônia está relacionada a sua concepção moderna, e seu triunfo se deu quando foi articulada à concepção no campo político e intelectual do desenvolvimento. Os conceitos foram misturados e assemelhados, sendo reforçadas a ampliação das teorias das ciências naturais e suas reflexões no campo social, o que provocou a busca incessante de leis no sentido de cientificar as teorias de evolução e leis do progresso.

O debate sobre progresso e evolução amplia-se quando da compreensão da sociedade capitalista europeia em comparação às demais sociedades consideradas menos desenvolvidas. Nestas discussões, surgem os teóricos da modernidade que buscam explicar as diferenças do desenvolvimento através de leis naturais, de forma linear e evolutiva. Destacam-se as teorias de Lewis Moran (1818-1881) e Edward Tylor (1832-1917), do positivismo de Auguste Comte (1798-1857) e do determinismo geográfico de Friedrich Ratzel (1844-1904), que procuram encontrar razões da diversidade das sociedades humanas.

O progresso correspondeu a uma evolução das sociedades humanas, que por meio da ciência e tecnologia conseguiria chegar à sociedade ideal. Este era o fim do caminho que os sitiados às margens do rio Murucupi, no final da década de 1970, estavam visualizando por meio dos tratores que foram abrindo as estradas e destruindo as suas casas. O progresso chegou a Barcarena por meio das máquinas, dos projetos de urbanização da CODEBAR e dos empregos oferecidos pelas empresas que se instalavam no município. Nas vozes dos moradores das comunidades tradicionais, as suas expectativas sobre essa grande onda representavam saúde, educação, emprego e moradia.

Entre 1987 e 1988 as professoras Edila Arnaud Ferreira Moura e Maria Lúcia de Sá entrevistaram os deslocados pelo desenvolvimento, ouviram os questionamentos sobre o progresso que se instalava e sobre as reais condições de vida. Nas entrevistas que realizei entre 2013 e 2016, estas questões ainda eram muito eloquentes, agravadas mais ainda pelos conflitos que envolvem territorialidades e posse dos recursos naturais. Odir Pantoja fez uma narrativa da configuração deste

progresso para as comunidades tradicionais, o que representou violência, exclusão e expropriação:

[...] a luta já se trava aqui é já de muito tempo mesmo, de perseguição das empresas que vieram pra cá se instalar no polo de Barcarena pra trazer progresso, tipo assim, entre aspas, porque pra nós agricultor não teve progresso, não. Deve tá longe de nós o progresso.

Vieram pra cá mentindo, nos enganando, dizendo que ia trazer emprego e tudo mais que viria pra nós aqui, até hoje senhora, nada disso nós tivemos não, de oportunidade, não tivemos não, a única coisa que tivemos foi continuar a nossa vida aqui de agricultor, plantando sobrevivendo da terra, ao longo de 15 anos, quando começaram a implantar os projeto da Albrás e Alunorte as empresas, fomos perseguidos por uma empresa que trouxe o projeto chamada “Codebar”, o que é Codebar? É companhia de Barcarena, veio pra desenvolver o nosso município, pra preparar o chão pra receber as indústrias, sendo que nós não tivemos essa preparação, pra continuar a nossa vida aqui, sendo perseguidos. Pelo contrário, vieram nos expulsar, da nossa terra onde fomos colocados pra sobreviver, onde viveram aqui nosso ancestrais de muito tempo atrás e ficou pra nós. E pra nós veio o que? Perseguição<sup>143</sup> (informação verbal).

Esta ideia moderna do progresso construída no século XVIII e XIX está relacionada ao crescimento e desenvolvimento do gênero humano, e se transformou em teoria de perfectibilidade do homem e de sua natureza alterável e modificável; é a teoria de uma história unitária ou universal, baseada nas discussões de “leis” operando no processo histórico. Neste contexto, o progresso configura-se como necessidade natural e a civilização é considerada parte da natureza. *A teoria da evolução é levada a coincidir com a do progresso; as aspirações dos homens se identificam com a natureza* (ROSSI, 2000, p. 95).

Na obra “*A Riqueza das Nações*”, Adam Smith (1776) vinculou a liberdade ao progresso material, por uma esfera estritamente econômica. As atividades econômicas produzem não só uma ordem social natural como aumentam as riquezas das nações. As teorias de progresso e riqueza ficaram vinculadas às leis gerais do mercado. Em busca de sua liberdade individual, do bem-estar e conforto, os indivíduos contribuem com o progresso da humanidade. Adam Smith foi, dentre os vários pensadores de seu tempo, quem melhor representou uma concepção de progresso estreitamente ligada a uma noção de desenvolvimento científico, verificável ao nível prático através da economia (NISBET, 1985).

Eric Hobsbawm analisou a importância de Adam Smith para a consolidação do capitalismo. Assim expõe que, com base em uma ideologia de progresso, este se

---

<sup>143</sup> Entrevista realizada pela professora Rosa Acevedo Marin em 13 de maio de 2013.

torna o único caminho inevitável:

O progresso era, portanto, tão "natural" quanto o capitalismo. Se fossem removidos os obstáculos artificiais que no passado lhe haviam colocado, se produziria de modo inevitável; e era evidente que o progresso da produção estava de braços dados com o progresso das artes, das ciências e da civilização em geral. Que não se pense que os homens que tinham tais opiniões eram meros advogados dos consumados interesses dos homens de negócios. Eram homens que acreditavam, com considerável justificativa histórica neste período, que o caminho para o avanço da humanidade passava pelo capitalismo. (HOBSBAWM, 2008, p. 170).

Com relação à ciência moderna, pode-se falar sobre o progresso a partir de uma abordagem linear e universal. Assim como a ciência moderna aprisiona o conhecimento às leis e regras que comprovem uma verdade, as ideias de progresso também estão atreladas a uma ordem indiscutível. Arendt (1985) considera o progresso uma superstição e uma mercadoria, e sua crença irracional encontrou uma aceitação universal por causa das ciências naturais, que na idade moderna se tornaram ciência universal. A autora faz a relação progresso/ciência, na qual afirma:

[...] Não só cessou o progresso da ciência de coincidir com o progresso da humanidade (seja o que for que isso acarrete), como poderá esse fato até mesmo trazer o fim dessa mesma humanidade, assim como maior progresso da erudição poderá muito bem terminar a destruição de tudo aquilo que fez com que a erudição valesse a pena. O progresso, em outras palavras, não mais serve como padrão por onde avaliar o processo de transformação desastrosamente rápido que liberamos (ARENDR, 1985, p. 21).

A racionalidade humana permitia ao homem conhecer o seu mundo e construir uma sociedade melhor, o homem é o agente do progresso. Furtado (2000) estuda três correntes de pensamento europeu, as quais são responsáveis pelas raízes da ideia de progresso: primeiramente, aborda a teoria [da] racionalidade humana dos iluministas, em que ressalta Kant e o sujeito transcendental que superaria o estado de caos por uma ordem racional; a segunda corrente acredita que o progresso está inscrito no horizonte de possibilidades humanas na construção de instituições que possibilitem o indivíduo realizar suas potencialidades; e, por último, o progresso seria o fruto da ação da dominação colonizadora das nações europeias com a missão civilizadora de retirar as demais sociedades da fase barbárie.

A partir da modernidade, a ideia de progresso está vinculada à dominação e à imposição de uma superioridade europeia sobre as demais sociedades consideradas "incivilizadas". O progresso era um instrumento de argumentação do processo de dominação das possessões coloniais europeias no século XVI e posteriormente nas

justificativas das corridas imperialistas europeias na África e Ásia no século XIX. O poder ideológico e mitológico do progresso pelas sociedades ocidentais fez universalizar a sua crença, um ideal a alcançar a qualquer custo. A universalização do ideal de progresso o faz ser considerado um bem coletivo, deixando de ser uma metáfora para se tornar um caminho, um plano e uma meta.

Nos estudos sobre as origens da ideia do progresso, afirma Rossi (2000, p. 48 - 59) que a crença no progresso consiste em desligar-se das escolhas efetuadas no reino da imaginação e julga poder contar com coisas reais ou que interpreta como reais. Opera em um mundo com base no projeto de esperança num futuro desejável, melhor que o presente cujos limites e insuficiência são visíveis. Os moradores do Laranjal, quando indagados sobre quais mudanças foram causadas pelo progresso em Barcarena, expõem a percepção que o progresso representava o fim das limitações, da insuficiência, do inaceitável presente, fruindo as expectativas de um futuro melhor condensado na palavra progresso. Entre 1987 e 1988, todavia, os deslocados pela CODEBAR que foram morar no Bairro do Laranjal refletiam diferente:

Aqui não tem futuro nenhum porque a gente plantando vai esperar futuro, mas aqui não tem aonde plantar. Caetano do Espírito Santos<sup>144</sup>.

Sabe o que nós estamos fazendo dona? Nós já estamos pagando já a nossa sepultura, uma sociedade porque quando a gente morrer já vem de lá o nosso caixão [...]. Bertino Costa<sup>145</sup>.

Eu mesmo queria procurar um lugar melhor. Um tipo de lugar que tivesse fruta assim para a gente comer e beber e fazer roça também. Não, não tem para onde ir daqui, né? Tem que ficar aqui mesmo. Para Belém o meu marido disse que não vai. [...] meus filhos, estudar, aprender, né. Para eles serem alguma coisa nessa vida, né, trabalhar, né. Albertina da Silva Cravo<sup>146</sup>. (informação verbal).

Nesse plano argumentativo, Rossi (2000) expõe que a imagem da ciência desempenha um papel decisivo na formação da ideia de progresso. No livro *“Naufrágio sem espectador: a ideia de progresso”*, o autor aborda o sentido de naufrágio; fala sobre as incertezas e da esperança do descobrimento marítimo português em direção ao desconhecido, que, apesar de todo avanço das ciências náuticas portuguesas, o naufrágio nem sempre é evitado. Os termos em jogo são a esperança de mudança e a angústia catastrófica na expectativa do progresso, o que nos remete à compreensão de que o progresso e a ciência não são infalíveis em seus propósitos, de que a incerteza e o naufrágio representam seus resultados quando os

<sup>144</sup> Entrevista realizada em 03 de dezembro de 1987.

<sup>145</sup> Entrevista realizada em 16 de janeiro de 1988.

<sup>146</sup> Entrevista realizada em 16 de janeiro de 1988.

seus valores são universalizados.

A ideia de progresso imposto à Amazônia estava atrelada à percepção da necessidade de colonizar e integrar. A política de desenvolvimento regional do Estado era a grande estimuladora deste progresso, decidindo os investimentos para a região. Segundo D'Araújo (1992), o plano do desenvolvimento foi pensado pelos governos brasileiros desde o governo de Getúlio Vargas com uma evidência do saber técnico<sup>147</sup> a serviço do progresso, da ordem e do desenvolvimento. Este progresso chegaria à região por meio de um desenvolvimento planejado, e pós 1964 a exploração do potencial de riquezas da região pareceu o caminho certo a ser trilhado.

A associação do progresso à ciência, à economia e à produção industrial é bem eloquente nos ideais iluministas no século XVIII. A concepção do progresso como o triunfo da sociedade moderna apoia-se no avanço das ciências modernas e em uma visão empreendedora dos grandes homens de negócio. Hobsbawm (2016, p. 15) assim ressalta este feito do iluminismo:

A grande Enciclopédia de Diderot e d'Alembert não era simplesmente um compêndio do pensamento político e social progressista, mas do progresso científico e tecnológico. Pois, de fato, o "iluminismo", a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza - de que estava profundamente imbuído o século XVIII - derivou sua força primordialmente do evidente progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica que se acreditava estar associada a ambos. E seus maiores campeões eram as classes economicamente mais progressistas, as que mais diretamente se envolviam nos avanços tangíveis da época: os círculos mercantis e os financistas e proprietários economicamente iluminados, os administradores sociais e econômicos de espírito científico, a classe média instruída, os fabricantes e os empresários. [...] Na Inglaterra, onde os novos homens não tinham necessidade de encarnações revolucionárias transatlânticas, estes homens formavam as sociedades provincianas das quais nasceram tanto o avanço político e social quanto o científico.

O progresso de forma despretensiosa de valores e dominação requer a concepção do aumento dos conhecimentos e da capacidade humanos utilizados para uma submissão cada vez mais ampla da natureza e do meio ambiente. Para Marcuse (1968, p.14), o progresso "técnico" estava contribuindo para o aperfeiçoamento humano, para uma existência mais livre e mais feliz. Com o trabalho, os homens teriam o domínio crescente sobre a natureza, gerariam riqueza social e a realização das necessidades humanas. Mas na sociedade moderna, o progresso técnico não

---

<sup>147</sup> A autora estuda a origem das políticas governamentais para a Amazônia nos anos de 1950 e as origens dos planejamentos do desenvolvimento regional no Brasil. Ressalta a questão da técnica e dos tecnocratas do desenvolvimento.

conduz à felicidade e realizações humanas, visto que a riqueza não é repartida ao ponto de se evitar a exclusão, a marginalização e a expropriação de comunidades humanas.

A exclusão provocada pelo progresso, idealizado pelas ações desenvolvimentistas, é reconhecida pela senhora Maria do Socorro dos Santos Moraes<sup>148</sup>:

Esse progresso entre aspas que a ALBRÁS, ALUNORTE trouxe acho que foi fictício porque eu mesmo já viajei em outros lugares aí e já vi mesmo projetos, os mesmo sonhos que funcionaram, chega lá acaba com a mata, mas aí a população tá crescendo junto, coisa que a gente não vê em Barcarena. A grande pergunta que eu falo isso, engraçado porque o progresso, quando veio a ALUNORTE e a ALBRÁS, não funcionou? Justamente por isso, mão especializada na época não tinha, das grandes obras; foi que fizeram tipo assim um trabalho escravo, foi o que sobrou. [...] Na Vila dos Cabanos tu vê a linhagem de lá, é mineiro, tu não vê um Barcarenense, tu não vê um antigo daqui que cresceu tanto, no máximo chegou num grauzinho ou foi lá fora buscou um dinheirinho ou vendeu alguma coisa pra ter uma casinha melhor, mas que esse progresso? O que ele trouxe de influência é isso, porque hoje em dia, um filho de A, B ou C, eu mesmo que sou uma descendente não sei mexer com uma enxada, porque a gente perdeu com isso; porque hoje em dia já querem estudar pra ser soldador, pra ser técnico de não sei o que e não tem emprego aqui; Aí tu tem que deixar a tua família e ir buscar lá fora do que tu conseguir, porque aqui tu não consegue nem plantar e nem te ramificar profissionalmente no teu estado, eu acho que o ponto X da questão é isso aí. (informação verbal).

O progresso, o desenvolvimento e a modernização têm a vinculação ao processo de industrialização e massificação do processo produtivo. O artesanal e o tradicional tornaram-se arcaicos diante deste paradigma. Com a Revolução industrial e a mecanização do processo produtivo, evoluir significa produzir mais, o que constitui a ideia de expansão e de desenvolvimento associada ao aumento da produção material (MOTA, 2001, p. 27 - 40). Esta força infalível do progresso técnico de dominar a natureza com o intuito de satisfazer as necessidades materiais e proporcionar felicidade geral sempre está presente nos discursos políticos dos gestores do desenvolvimento, que por uma nuvem de ilusão prometem felicidade a todos. O presidente José Sarney no momento da inauguração da Albrás assim discursou:

[...] o que estamos comemorando hoje não é apenas a inauguração de uma fábrica, mas a conquista de um grupo de homens, que lutando contra todos os contratemplos, conseguiu erguer um monumento ao trabalho, ao desenvolvimento e ao bem-estar, porque a ALBRAS não é apenas uma fábrica de alumínio. Ela é um sonho! O sonho de entrar pela floresta adentro, descobrir suas riquezas e transformar seus recursos naturais tão abundantes em progresso para o povo brasileiro. (ALBRAS, 2008, p. 196).

---

<sup>148</sup> Entrevista realizada em 09 de agosto de 2014.

Os estudos de Sunkel; Paz (1973, p. 24) fazem referência à origem da noção de progresso e a sua relação com a técnica e novos processos produtivos.

Otro concepto muy estrechamente asociado al anterior en esta misma escuela de pensamiento es la noción de *progreso* desarrollada en la segunda mitad del siglo XVII [...] está ligada directamente a la aplicación de la ciencia a las actividades productivas, a la incorporación de nuevas técnicas y métodos y, en general, a la modernización de las instituciones sociales y de las formas de vida.

[...]El concepto de progreso que esta corriente presupone implícitamente en su visión optimista del desarrollo capitalista, es sin duda parte de la idea de desarrollo, puesto que ésta se refiere igualmente a la preocupación por el adelanto técnico y la aplicación de nuevos métodos para el mejor aprovechamiento del potencial productivo; pero no comparte con ella la misma visión optimista y automática que le permitía suponer que en el adelanto técnico residía la causa fundamental del avance económico. Se preocupa además seriamente por los efectos que el avance técnico tiene, desde el punto de vista de la capacidad de acumulación, sobre la distribución del ingreso y la asignación de recursos, aspectos un tanto ajenos a la idea de progreso.

A dicotomia em civilização e barbárie reforça a percepção de supremacia do Ocidente sustentada pela crença do progresso da humanidade: *O ocidente passou a governar o mundo em virtude das leis do progresso; essas mesmas leis poderiam ser validadas pela manifesta superioridade ocidental* (NISBET, 1985, p. 334). As ciências operam no sentido de ocidentalizar o conhecimento sobre as humanidades, reforçando a supremacia europeia no campo político e dominação econômica, bem como a invisibilidade das organizações, da cultura, das ciências dos povos colonizados.

Nos discursos dos “agentes do desenvolvimento” em Barcarena, esta dicotomia atrasado e moderno, e a consagração da condição de colonizadas impostas às comunidades tradicionais é assim expressada na voz dominadora do Estado. A ideia de progresso libertador e infalível é questionada por Adorno (1992, p. 235) quando os avanços tecnológicos são os instrumentos da destruição e das catástrofes causadas pelas guerras mundiais. Rossi (2000, p. 96-97) relaciona a crise da ideia de progresso à sensação do que ele chama de “*inútil massacre*”, da primeira guerra e à crise dos anos 30. Desde então, a imagem libertadora do progresso foi substituída pelas visões apocalípticas de uma natureza não controlável. Segundo Heidermann (2009, p. 2), o atual progresso pode ser considerado como uma esperança, um empenho moral para o futuro, e continua sendo um pano de fundo para muitas concepções filosóficas e científicas. Sua esperança e suas promessas foram

assumidas pela ideia de desenvolvimento.

Após a Segunda Guerra Mundial<sup>149</sup>, a discussão sobre desenvolvimento e modernização econômica predominou nos países colonizados, como os do Terceiro Mundo. Tais países por meio da industrialização alcançariam a modernidade em suas economias, a partir da sua dependência aos países do centro. Nesta tentativa do *arranco*<sup>150</sup>, surgem as teorias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a qual organiza um estudo de análise econômica e de planejamento para transformar os países periféricos de economia agroexportadora em nações mais desenvolvidas e modernas. Envolve discussões sobre a teoria do subdesenvolvimento e crítica à atuação dos países centro desenvolvidos na divisão internacional do trabalho, propondo uma nova interpretação do comércio internacional e de um desenvolvimento voltado para dentro, baseado na industrialização do mercado interno e com auxílio do capital estrangeiro.

A receita de desenvolvimento elaborada pela CEPAL foi inspirada pela corrente Pós-Keynesiana, ao defender uma relação de equilíbrio entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, possível pela intervenção do Estado, tido como racionalizador da economia (MANTEGA, 1995). Isto representou a inclusão da dimensão política do desenvolvimento atrelada a sua dimensão econômica, o desenvolvimento baseado em um planejamento político-econômico. As políticas de desenvolvimento regional brasileiras, entre as décadas de 60 e 80, tinham o Estado e suas instituições como os principais investidores nas regiões consideradas problemas (Norte e Nordeste), as quais deveriam ter suas economias integradas aos interesses dos grupos econômicos do sudeste e aos interesses do capital em nível mundial.

A ideologia de desenvolvimento constitui uma visão de mundo que influencia a construção da concepção de uma história da humanidade com base em um modelo

---

<sup>149</sup> Sunkel; Paz (1973, p. 17-22) em seus estudos *El subdesarrollo latinoamericano y teoría del desarrollo* afirmam que o termo foi usado pelas Nações Unidas como argumento de reconstrução das nações atingidas pela Guerra, e ao mesmo tempo pelas políticas de dominação imperialistas aos países considerados subdesenvolvidos, e no caso específico da América Latina. Neste contexto é que surge a CEPAL como órgão responsável pelo estudo e proposta de desenvolvimento para a América Latina.

<sup>150</sup> Rostow (1974) defende as etapas do desenvolvimento econômico das sociedades: a sociedade tradicional, as que vivem em pré-condições para o arranco; o arranco; a marcha para a maturidade; a Era do consumo em massa. Essas teorias e discursos reforçam a concepção de desenvolvimento vinculado à acumulação e investimento de capital impulsionado pela iniciativa privada dos possuidores do capital.

considerado universal, fundamentado no pensamento da modernidade ocidental. A ocidentalização da ideia de desenvolvimento o direciona para a ideia de progresso de uma qualidade de vida em sociedade fundamentada no crescimento econômico e em um único caminho e única resposta. Contém, como afirma Viola (2000), a imposição de uma crença do inevitável desaparecimento da diversidade cultural, na medida em que as populações do planeta vão constatando que a racionalidade da cultura ocidental é o caminho mais eficaz.

Nos estudos de Leal (1988) encontra-se o argumento sobre o uso da palavra desenvolvimento no contexto da pós-II Guerra Mundial e Guerra Fria. Segundo o economista, o “chavão” desenvolvimento surge como apelo à continuidade e à expansão das práticas das relações de produção capitalistas aos países do Terceiro Mundo. Neste sentido, para este autor o termo desenvolvimento se torna chavão ideológico e uma bandeira política, como um instrumento de ação e dominação capitalista que estabelece condições de apoio à acumulação capitalista, sem eliminar as diferenças entre os chamados *desenvolvidos* e os emergentes países do Terceiro Mundo.

A relação desenvolvimento - industrialização é bem ressaltada por SunKel; Paz (1973) quando defendem que o centro da denominação entre desenvolvido e subdesenvolvido está relacionado respectivamente a industrializado e não industrializado. Mas também defende o processo de maturação que sofre o termo “desenvolvimento” de acordo com a realidade histórica e o pensamento político a respeito das sociedades humanas.

Se comienza, por consiguiente, con una referencia al surgimiento del tema del desarrollo como un tópico de preponderante actualidad política en la pós-guerra. Se continúa luego con un examen de sus antecedentes a través de las nociones de riqueza, evolución y progreso, propias de la gran expansión de la economía europea durante los siglos XVIII y XIX bajo el signo del liberalismo. Sigue una apreciación de los conceptos de industrialización y crecimiento, fruto el primero de los esfuerzos deliberados de ciertos países para participar en el proceso desencadenado por la Revolución Industrial; y el segundo, de las políticas destinadas a solucionar los problemas del desempleo en economías capitalistas maduras. Más adelante se discuten, desde idéntico punto de vista, las corrientes de pensamiento o enfoques actuales sobre el concepto de desarrollo. El examen de cada uno de esos conceptos se realiza desde el ángulo de la realidad histórica concreta que refleja, del pensamiento económico de la época y del pensamiento social o filosófico correspondiente (SUNKEL, 2016, p. 17-17).

Sunkel; Paz (1973) insistem em mudanças e similaridades dos conceitos de desenvolvimento e de progresso. Sobre o poder ideológico e mitológico do progresso

encontra-se a tese defendida por Dupas (2006). A teoria de metáfora do desenvolvimento em Turner (2008, p. 21) aponta que, quando não é mensurado, desenvolvimento e progresso são flutuantes e circunstanciais. Nestes conceitos se referem e ocultam interesses que são meramente hegemônicos, que têm a função de conduzir um sistema de acordo com os interesses de uma elite hegemônica e, ao mesmo tempo, cria a ilusão de interesse coletivo.

O poder de imposição da racionalidade das ciências modernas e a tutela liberal burguesa têm colocado à margem outras concepções da ciência ou organização social, adversas daquela projetada pelas sociedades burguesas europeias. As sociedades humanas buscam alcançar a modernidade e os padrões de desenvolvimento, segundo a concepção da cultura europeia com seu martelo colonizador, situando outras sociedades na marginalidade e condenadas como atrasadas.

A burguesia impõe a sua lógica às modernas e às “atrasadas sociedades humanas”, a sua inventividade das forças produtivas convencem a todos e, por meio de seus negócios, impõe a modernidade pelas suas mãos milagrosas. Karl Marx e Frederick Engels, em sua obra o *“Manifesto do Partido Comunista o caráter avassalador da burguesia e da indústria moderna”*, afirmam:

A burguesia submeteu o campo à dominação da cidade. Criou cidades tentaculares, aumentou maciçamente a população das cidades em relação à dos campos e, portanto, arrancando uma parte expressiva da população do embrutecimento da vida rural. Tal como subordinou o campo à cidade, tornou dependentes os países bárbaros e semibárbaros dos países aos civilizados, os povos agrícolas dos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente. (MARX: ENGELS, 2001, p. 31).

O conceito de civilização adquiriu significado no ocidente durante a Idade Média; nas guerras de colonização e expansão, seu lema é o pano de fundo nas imposições da cristandade latina e nas cruzadas de cavaleiros e senhores medievais. É a encarnação de uma sociedade que, como estágio específico da formação dos costumes ocidentais, constitui expressão e símbolo de uma formação social que enfeixava as mais variadas nacionalidades, na qual uma língua comum é falada. Essas línguas assumem a função antes desempenhada pelo latim. As nações por meio de seus costumes, de uma sociedade de corte, promovem a unidade da Europa à autoimagem de civilté (ELIAS, 1994, p. 67).

O conceito de civilização foi atrelado à concepção de progresso e

desenvolvimento, considerado um padrão, oportunizando às demais sociedades pistas de mudanças, ao *processo civilizador*<sup>151</sup>. Elias (1994, p. 73) sublinha:

Na verdade, nossos termos “civilizado” e “incivil” não constituem uma antítese do tipo existente entre o “bem” e o “mal”, mas representam, sim, fases em um desenvolvimento que, além do mais, ainda continua. É bem possível que nosso estágio de civilização, nosso comportamento, venham despertar em nossos descendentes um embaraço semelhante ao que, às vezes, sentimos ante o comportamento de nossos ancestrais. A civilização que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada.

Norbert Elias preocupava-se com o processo social e as características distintas da estrutura particular das relações humanas, indagando-se a respeito do estudo sobre essas particularidades e a compreensão em fases isoladas as quais poderiam ser explicadas com grau de precisão. A busca por leis que confirmem teorias científicas que explicam o desenvolvimento das sociedades humanas acompanha a busca por uma ciência do desenvolvimento, sem questionamento de sua verdade e exatidão.

A homogeneização das ideias, do modo de viver e de produzir por processos de dominação *colonizadora e imperialismo global*<sup>152</sup> está mais fortalecida com o processo da globalização, percebida em novas tendências na relação entre *ethnoscapes, technoscapes e finanscapes*, que são extremamente disjuntivas nas sociedades atuais, na busca de identidades, territorialização e mundos imagináveis construídos por estratégias alienantes da “mídiascapes” e “ideoscapes”, pois se cria uma ação diversificadora de construções de mundos, mas que são as manipulações da padronização de estilos, valores e padrões do mercado globalizado (APPADUARY, 2002). Estamos vivendo uma sensação de liberdade e democracia, mas fadada às limitações e interesses daqueles que estão no comando da construção de mundos imaginados.

A modernidade impõe um estilo de vida e projetos dos grupos ou classes mais prósperos. Giddens (2002, p.13) sustenta o argumento de que a modernidade produz *diferença, exclusão e marginalização*. Afastando possibilidades da emancipação, as

---

<sup>151</sup> Norbert Elias estuda a construção do processo civilizador, por meio da história dos costumes e da promoção da autoimagem de *civilité* entre os europeus ocidentais e que acabou por contribuir à formação da concepção atual de civilização.

<sup>152</sup> Expressões referentes à dominação, sobretudo, predominantemente europeia e, posteriormente, pós-guerra fria, com o imperialismo norte-americano.

instituições modernas ao mesmo tempo criam mecanismos de supressão e não realização do eu. De forma bem geral, para referir-se ao modo de comportamento e às instituições, no seu livro *“Modernidade e Identidade”*, Giddens (2002) afirma que o industrialismo e o capitalismo (sistema de produção de mercadoria, mercados competitivos de produtos e mercantilização da força de trabalho) apenas são dimensões institucionais da modernidade, mas o que focaliza nas suas análises é o surgimento da vida social moderna.

Pode-se dizer que a modernidade rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só, num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança, os quais são oferecidos em ambientes mais tradicionais (GIDDENS, 2002, p. 38). Abre-se neste momento a revisão dos paradigmas da modernidade que devem ser revistos em suas dimensões institucionais. Para Giddens (1991, p. 25), se formos compreender adequadamente a natureza da modernidade, é importante argumentar, temos que romper com as perspectivas sociológicas e dar conta do extremo dinamismo e do escopo globalizante das instituições modernas e explicar a natureza de suas discontinuidades em relação às culturas tradicionais.

Giddens (1991, 2002) alerta sobre a modernidade reflexiva com a globalização: tal “reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada sobre essas próprias práticas, alterando assim seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 45). Mas a reflexividade particular da modernidade mostra o contraste ainda existente entre o tradicional e o moderno, ou seja, a modernidade reflexiva é um processo em andamento, no qual o sujeito estaria livre das tradições para escolher sobre seu destino, ao mesmo tempo em que convive com as velhas tradições.

A limitação das ciências modernas e da modernidade é a de solucionar os problemas da atualidade, como exemplo da sustentabilidade ambiental e a imensa desigualdade social. Portanto, Arturo Escobar (2005) expõe a necessidade de ir além do Terceiro Mundo, com outra possibilidade por outro olhar, do colonizado e suas reações à globalização. A urgente necessidade de encontrar formas inéditas de pensar sobre esses “mundos terceiros” e as pessoas que habitam deve ser entendida pelos seus próprios termos, não como é construída pela modernidade.

Como propõe Santos (2007), é imprescindível ir “Para além do pensamento abissal”, buscar soluções no outro lado da linha, na zona colonial, na invisibilidade e na inexistência para as ciências e para os saberes mais elementares. A cartografia abissal constitutiva do conhecimento moderno sugere o rompimento da linha e do fascismo social por meio de uma resistência epistemológica, com a intenção de impor uma justiça cognitiva global, que requer um pensamento alternativo de alternativas, que define um pensamento pós-abissal, a ecologia dos saberes.

Essa predominância de concepção de desenvolvimento impôs aos países colonizados a exploração e as condições de países periféricos em relação às economias centrais.]. Na Amazônia estenderam as fronteiras agrícolas agropecuárias em mãos de grandes empreendimentos e o incentivo aos investimentos industriais, retirando o território e os recursos naturais das populações locais, promovendo uma violenta submissão aos padrões da modernidade ocidental. Nas políticas de deslocamentos ditadas para várias comunidades tradicionais e indígenas na Amazônia, conforme Almeida (1996, p. 474), os camponeses e índios “são representados como ‘desvalidos’ em oposição a um deslocamento que é apresentado como uma oportunidade ímpar de se modernizarem”.

Este modelo de desenvolvimento baseado nos “grandes projetos” para a Amazônia foi ineficiente na sua ação modernizadora. Loureiro (1990) afirma que os Grandes Projetos não resolvem a questão do desenvolvimento e promovem a miséria, produzem o processo mais perverso, retiram o “habitante natural” do intercâmbio com a natureza que lhe garantia a sua autossuficiência. O aspecto de eficácia organizacional do Estado e dos empreendimentos também é questionável, como conclui Brito (2001, p. 196):

[...] O conceito de organização, dentro da lógica de funcionamento das instituições modernas, tanto a nível empresarial como a nível estatal, parecem mergulhadas em um mar de irracionalidades. Além da falta de uma estrutura institucional e legal que faça frente aos desperdícios e os desvios de empregos dos recursos oriundos dos incentivos fiscais, vários outros problemas vão surgindo e mostrando os verdadeiros efeitos do modelo de desenvolvimento calcado no princípio da modernização forçada.

O discurso de modernidade, nação e integração é aplicado de forma coercitiva e a sua adesão reforçada por meios ideológicos, que se constituem hegemônicos. A sua retórica assenta-se no compromisso de “todos e a vontade coletiva”; ela possui articulações vazias que estimulam a alienação e ilusão da classe dominada. Também

tem mecanismos para impor papéis de subordinação de uma ordem autoritária e disciplinadora. Assim foi construída e endossada a política desenvolvimentista aplicada na Amazônia desde o período populista, o que justifica a invisibilidade das questões locais regionais e a posição periférica dos agentes locais na construção deste “desenvolvimento”.

O modelo de desenvolvimento imposto por esta onda mobilizadora e contagiante que se chama modernidade é excludente e insustentável economicamente, pois agravou a concentração de renda e o aumento da pobreza, além dos efeitos sociais, culturais e ambientais desastrosos. A imposição dos interesses do capital e o fortalecimento dos privilégios das elites locais, grupos econômicos extrarregionais e internacionais fizeram com que se estendessem as fronteiras agrícolas agropecuárias em mãos de grandes empreendimentos e o incentivo aos investimentos industriais na Amazônia, sem levar em consideração as comunidades tradicionais.

A imposição da modernidade em Barcarena por meio da política desenvolvimentista do Estado, com a crença do progresso, deslocou as comunidades tradicionais para a instalação do projeto de mineração Albrás-Alunorte, por meio de um arcabouço ideológico que fez com que as concepções e interesses da empresa capitalista se tornassem de interesse coletivo e bem comum. A crença no desenvolvimento impunha uma concepção alienante de que o progresso erradicaria a pobreza e disponibilizaria a riqueza a todos. Bourdieu (1996) aborda a imposição do poder simbólico dos agentes dominantes. Suas concepções e interesses tornam-se universais por meio da ideologia. Barcarena vivia uma grande expectativa de mudanças, por isso a crença no progresso e no desenvolvimento foi incontestável.

Com o avanço e expansionismo do capitalismo, esta ideologia de desenvolvimento, a perversão de sua base econômica, os conflitos sociais são escondidos (CARDOSO, 1977). Estabelece uma relação de coesão de uma classe sobre a outra, e ao mesmo tempo de oposição e imposição de uma classe dominadora sobre a classe dominada. Neste sentido, foram pensadas políticas regionais desenvolvimentistas para a Amazônia, que estrategicamente tiveram e têm seu papel econômico pensado e articulado pelas intenções do capital, logo, o Estado foi o articulador deste programa de submissão.

Os modos sociais de apropriação do mundo material e as formas culturais que

encerram valores e racionalidades orientam as práticas sociotécnicas e integram as dimensões do modelo de desenvolvimento. Tais modelos se caracterizam pelos “acordos simbióticos”, em agentes que se “coinventam” e integram, de forma conflitiva, em inescapável relação de poder.

O desenvolvimento como campo de análise das ciências sociais, dentro de uma perspectiva relacional, está em jogo em diferentes discursos, narrativas, interpretações. Este campo relacional do desenvolvimento é formado por vários agentes sociais, instituições, redes sociais e práticas. Tudo articulado por interesses e saberes nos processos políticos para a imposição de uma ordem. Neste campo relacional são construídos os conflitos, pois estão em disputa os recursos naturais, o território e as suas formas de uso e apropriação. A análise sobre o campo dos conflitos ambientais propõe abordá-los por meio de um exercício de uma racionalidade não hegemônica, como expressões de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento.

No conflito ambiental que tem como fundo a territorialidade, não existe somente campo econômico-material como relevante, mas capital social (BOURDIEU, 1980) nos processos de diferenciação social dos indivíduos, a partir das estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle de territórios ou de fontes, fluxos ou estoques de recursos e seus respectivos padrões de desigualdade. E também o capital cultural, objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados, parte integrante do processo de construção do mundo, dando sentido e ordenamentos, comandos e práticas diversas a partir de percepções e representações coletivas diferenciadas.

A crença no progresso e na modernidade alimenta certas formulações, aparentemente teóricas, mas no fundo ideológicas, no qual o crescimento econômico ou a acumulação de capital está acima de qualquer outro valor, que perpetua o modelo de desenvolvimento construído desde filósofos iluministas às teorias de sustentabilidade. O discurso do desenvolvimento sustentável e da globalização toma para si o “*manto da modernidade*” (REDCLIFT, 2006). Mais uma vez a Amazônia e seus recursos estão à disposição para serem explorados por vários agentes nos interesses da “ciência”, bem como dos mercados, engendrando a *mercantilização* dos benefícios da biodiversidade e privatização do território e do uso de seus recursos, que envolve sistemas de informação e capital altamente desigual, favorecendo grupos econômicos internacionais, que se apoiam no discurso de sustentabilidade

As críticas são apontadas em relação à modernidade no sentido de desconsiderar alternativas ou concepções de mundo e de práticas de fazer ciência. A consolidação da modernidade está vinculada também às construções epistemológicas de conceber e vivenciar a humanidade e as relações humanas dentro de uma lógica racista e etnocêntrica, o que Santos (2002) denominou *a razão indolente* dentro de sua *perspectiva metonímica*. E, nestas racionalidades, construiu-se a concepção, a universalização do conhecimento e a globalização do modo de produzir. O que difere do modelo é considerado residual.

Boaventura dos Santos, ao fazer uma crítica à razão indolente, em sua ramificação metonímica, insiste que ela não é capaz de aceitar que a compreensão do mundo é muito mais do que a compreensão ocidental do mundo, que, ao determinar o tempo presente a uma contemporaneidade construída, a contração do presente esconde a maior parte das riquezas inesgotáveis das experiências sociais no mundo. Promove-se o que o autor chama de desperdício de experiência, colocada à condição de inexistência e ausência. Assim, Santos propõe a *sociologia das ausências*, que afirma possuir o objetivo “de transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças, centrando-se nos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica” (SANTOS, 2002, p. 246).

A sociologia das ausências visa identificar as experiências produzidas como ausentes e que sejam libertadas dessas relações de produção, além de que, por essa via, se tornem presentes e alternativas às experiências hegemônicas. Visa aumentar o campo de experiências existentes, dilatando o presente e promovendo a expansão de todas as experiências e práticas simultâneas consideradas contemporâneas. Liberta as realidades alternativas do estatuto de resíduo, substitui a monocultura do tempo linear pela ecologia das temporalidades.

A possibilidade de trazer as experiências desperdiçadas para o estudo da ciência corresponde a uma revisão de paradigma, sem romper em definitivo com todas as teorias que a ciência moderna tem produzido. Esta possibilidade de trazer essas alternativas diferenciadas de relações humanas e as diversas formas de relações de produção para o tempo presente corresponde a colocá-las diante de análises das ciências e de novos métodos, em face da construção de novas racionalidades. São construções sociais e intelectuais simultâneas que não foram visibilizadas pela razão

indolente, logo, não preside a sua validação e rigorosidade.

A discussão se estende ao uso da ciência, como instrumento de dominação ou libertação. Nos processos de colonização, a racionalidade ocidental justificava a missão civilizatória do homem branco, e, por meio de discursos e teorias etnocêntricas da razão indolente, foi retirada qualquer possibilidade de haver histórias e ciência na África e Ásia (SAID, 2007; AZEVEDO, 2010). Podemos pensar o mesmo sobre a dicotomia entre o global e o local, e na iminência do fim das tradições com a consolidação da modernidade. Mas os processos de libertação também foram construídos neste contexto de dominação, as subalternidades também articulam resistências e ressignificações.

O que está em discussão é a autonomia de dizermos o que somos e pensamos, rompendo com as classificações sociais hegemônicas. Discute-se, pois, a existência de formas diversificadas de concepção de relações presentes na heterogeneidade humana, que foi renegada e subalternizada pela razão metonímica. Por isso, falamos de *razão pós-colonial*<sup>153</sup>, que, como proposta intelectual, representa uma epistemologia e hermenêutica de estudos sobre as experiências sociais desperdiçadas pela modernidade.

A razão pós-colonial não representa um novo paradigma, mas um grupo diversificado de práticas teóricas que se manifestam a partir das heranças coloniais, na encruzilhada da história moderna da Europa com histórias coloniais contramodernas (MIGNOLO, 1996). A proposta tenta trazer aos estudos o que ficou subjugado por uma história linear hegemônica, mas que foi condicionante para a formação da resistência colonial, a contramodernidade. Isto representa o estudo de categorias geoculturais pós-coloniais dentro das raízes da história colonial, a produção de conhecimento como processo emancipador das categorias de conhecimento fabricadas e estabelecidas na Europa.

Neste sentido, Mignolo (1996, p. 23) defende o caráter radical e emancipador dos estudos pós-coloniais, ao afirmar:

[...] La fuerza de la teorización postcolonial (tanto como otras prácticas teóricas en el campo de las minorías) reside en su capacidad tanto para transformar el terreno epistemológico como también el social e cultural. Además ayuda a redefinir y a reestablecer la función de las humanidades en un mundo transnacional en el cual ellas son al mismo el resultado de las varias herencias coloniales e imperiales.

---

<sup>153</sup> Termo usado por Mignolo (1996).

Os estudos pós-coloniais receberam a influência de grupos de intelectuais europeus, na década de 1950, dentro de uma matriz marxista, que desenvolveram estudos dos fenômenos culturais não hegemônicos, chamados de “Estudos Culturais”. Segundo Estela (2004), com a derrota do socialismo e a reorganização da economia global, grupos de intelectuais nos anos 80, nos Estados Unidos, desenvolveram estudos sobre os problemas da modernidade, identificados como pós-modernos. Com o deslocamento dos “Estudos Culturais” nos Estados Unidos, buscou-se conhecer práticas sociais e culturais periféricas. Desta conjuntura de grandes mudanças no campo científico, dos Estudos Culturais da Europa para os Estados Unidos, resultou o multiculturalismo. Nas universidades americanas, surgiram grupos de acadêmicos que se especializaram no campo dos estudos latino-americanos, desenvolvendo pesquisas] pós-estruturalistas e pós-modernistas. Foi com este arcabouço teórico que tiveram origem as teorias pós-coloniais.

Os estudos pós-coloniais estão sendo desenvolvidos, de acordo com Estela (2003), por intelectuais das antigas colônias britânicas e francesas que ficaram independentes no século XX. São os intelectuais orientais e africanos, entre eles estão Edward Said, Homi Bhabha, Rnajit Guha e Gayatri Spivak. Mas possuem algumas reticências sobre os intelectuais latinos. Acadêmicos de poderosas universidades dos Estados Unidos tornaram-se porta-vozes dos estudos dos subalternos. Desta forma, a autora faz considerações sobre a inviabilidade desses estudos ditos pós-coloniais sustentados por vieses hegemônicos e imperialistas, por isso propõe a construção da nossa própria agenda de questões, preocupações e estratégias conceituais.

Nos estudos de Said (2007), mostra-se como o discurso colonial produziu ao mesmo tempo os sujeitos colonizadores e os colonizados e que o Oriente foi “inventado” por construções narrativas elaboradas por “orientalistas”, ou seja, por pessoas que se diziam peritos em assuntos orientais. A ideia construída do Oriente é pautada no discurso dominante produzido no Ocidente. Esta dicotomia entre Oriente e Ocidente como algo homogeneamente separado coloca em disputa a validação teórica e de discurso.

Hofbauer (2009, p. 122) estuda a desconstrução desta polaridade, afirmando ser uma das preocupações dos estudos coloniais na atualidade, “que buscam construções teóricas que permitam servir como base às lutas contra - hegemônicas

distintas de uma mera inversão deste par conceitual Ocidente e o resto”, e acrescenta que “o projeto pós-colonial procura, no fundo, ‘reinscrever’ o colonizado na modernidade; entretanto, não mais como ‘o outro’ do Ocidente, e sim como parte integrante e constitutiva daquilo que foi construído – discursivamente – como moderno”.

Nesta mesma perspectiva, Lopes e Bastos (2010), na apresentação do livro “*Para Além da Identidade-fluxos*”, movimentos e trânsitos”, dizem que se deve considerar o que vem além dos tradicionais binarismos identitários, o que está nas fronteiras de ideias, das pessoas e as culturas em fluxo que se entrecruzam e se misturam. Portanto, sugerem uma epistemologia da fronteira, favorecendo uma lente alternativa para compreender a vida social em trânsito, em movimento de confluências e misturas. Em suma, propõem um instrumento teórico-analítico inovador que possibilita compreender a chamada *mobilidade identitária* ou *mundo dos fluxos contemporâneos*.

Nos estudos de Olinto (2010), a transdiferença está nos processos híbridos em configurações identitárias nos sistemas literários, também é uma proposta epistemológica que vê além das concepções binárias de compreensão das identidades e das relações humanas. Sugere situar a relação identidade/diferença sob o signo da transdiferença, fazendo a reflexão sobre a atual Era Mediática, que organiza sistemas de produção e possibilidades de organização do saber pela literatura digital e construções de imagem, disponibiliza uma multiplicidade de realidades.

As comunidades tradicionais de Barcarena foram dominadas e subalternizadas pela força colonizadora do capital internacional com a introdução de progresso industrial, e deslocadas para os bairros destinados aos operários das fábricas, tendo suas histórias e relações sociais completamente anuladas. No modelo de desenvolvimento, a modernidade estava superando as formas tradicionais de relações de produção, das relações de parentescos, dos imaginários da cultura “sitiante”. Com um projeto de “cercamento” dos campos, as áreas de uso comum (os rios, as roças, as florestas e os fornos de farinha) foram disponibilizadas ao mercado, impondo a “lógica cruel do lucro e do poder político como um estado natural das coisas” (SAID, 2003, p. 35).

Nas vozes dos quilombolas de Barcarena, há uma percepção de outras

possibilidades, e que devem ser respeitadas, como outros modos de vivência e existência. Eles questionam os efeitos dominadores e opressores do desenvolvimento às comunidades tradicionais. As observações críticas do senhor Odir Pantoja sobre as experiências de embate na fase de instalação das indústrias explicitam as tensões que se multiplicaram:

[...] porque quando as indústrias chegaram aqui, vieram com uma proposta muito bonita, que era qualificar os agricultores para conseguir emprego, quem dera que fosse, isso não existia, foi pelo contrário eles vieram aqui, foi pra expulsar os verdadeiros donos da terra que éramos nós, sofremos com essa luta aqui e olha até hoje nosso maior sonho é conseguir o título da nossa terra, porque você com documento você prova que é seu. Sem documento a qualquer momento pode não ser nosso de novo, basta só uma ordem de algum juiz e lá e temos só que acatar né, ordem judicial. Então por esse motivo que nossas grande lutas que nós passamos, foi mais por conta das implantações das indústrias aqui que pra nós desenvolvimento não houve, o que houve foi para as pessoas de fora, você lembra eu vinham carradas de ônibus cheios de pessoas de fora para trabalhar aqui, tudo bem que eles são profissionais, são qualificados eles têm que construir o Brasil mesmo, mas eles têm que conseguir uma forma de nos alocar, continuar as nossas vidas [...]. Aí o desenvolvimento vem, mas não para os pobres, que não tem como ficar transitando pelas estradas que fizeram nossa vida ficou limitada que só tem direito poucos mesmo pra seguir a vida que temos a riqueza aqui de Barcarena mesmo se dá por conta do porto aqui fica próximo da produção deles pra Europa<sup>154</sup>. (informação verbal).

Sobre os efeitos desse desenvolvimento, Acseirad (2004) defende que os conflitos ambientais eclodem quando os despossuídos passam a reclamar maior acesso aos recursos naturais, afetados pela posse do território e do meio ambiente pelos “grandes projetos”; isto provocou a perda da biodiversidade, desestruturação do ecossistema e afeta a reprodução social de pequenos produtores. Ainda afirma que “todo esforço de politização dos conflitos ambientais é apresentado como obstáculo e barreira ao próprio ânimo desenvolvimentista”. As populações tradicionais e os seus movimentos de resistência aos projetos desenvolvimentistas são “restrições ambientais ao desenvolvimento” (ACSELRAD, 2004, p. 28).

Esta relação dicotomizada e binária imposta pelo complexo de mineração não compreende as experiências desperdiçadas (SANTOS, 2002), que pretensiosamente ficaram opacas e invisíveis pela força dominadora do capital e dos seus instrumentos midiáticos. As comunidades tradicionais persistiram, resistiram a sua condição de inexistência, nas fronteiras entre o tradicional e o moderno. Os mecanismos de imposição do progresso industrial em Barcarena e as disponibilidades e fluxo de

---

<sup>154</sup> Odir Pantoja, entrevista realizada em 14 de setembro de 2013.

ideias, culturas, identidade e diferenças reforçaram aos moradores das comunidades tradicionais o sentimento de pertencimento ao lugar. E construíram vozes ressonantes que buscam trazer à tona as suas origens por meio da terra, da floresta, e do rio.

Os quilombolas indígenas representam a reação emergente à colonização, ao mito do progresso e à crítica da modernidade, e a imposição da tradição ao seu discurso e a ação política instrumentalizada na resistência à dominação do capital ferem os interesses políticos e o controle dos recursos das empresas. A arte de resistências (SCOTT, 2004) construída pelos moradores da Comunidade do Burajuba, Sítio Conceição, Sítio São João, Sítio Ramal Cupuaçu e Comunidade de São Lourenço são construções libertadoras e autônomas de grupos subalternos e estigmatizados.

Nas análises sobre este conflito de ação dominadora e reação subalterna instaurada pela ordem binária, estão presentes as experiências sociais e cotidianas dos sujeitos em coletividade. As teorias pós-coloniais podem compreender esses processos, não por meio de rupturas de diálogos com a ciência moderna, mas indo além de suas fronteiras, sempre buscando uma epistemologia inovadora e algumas alternativas de compreensão deste campo de estudo. Cabe ao intelectual perceber o uso social das ciências para poder dominar ou libertar histórias e experiências sociais que foram descartadas pela modernidade.

#### **4.2 O desenvolvimentismo dos governos militares na Amazônia: violenta expropriação dos recursos naturais à disposição do grande capital**

O desenvolvimentismo surgia historicamente fundado na concepção de um Estado que atuaria planejando a industrialização e também como um agente econômico, fornecendo infraestrutura necessária. Segundo Barreto (2000), no 2º Governo Vargas ocorre a primeira aproximação da política de desenvolvimento<sup>155</sup>. À medida que a industrialização com base no capital estrangeiro avança, a “burguesia internacionalizada” passa a encarar sem restrições a entrada deste no país. O discurso

---

<sup>155</sup> São lançadas as bases instrumentais da política econômica, são feitos os investimentos em transporte e energia, reforma cambial que consolidou a reserva de mercado para as produções substitutivas, trouxe a concessão de subsídios para a internação de bens de capital para o desenvolvimento industrial, e a possibilidade do Estado de participar financeiramente da venda de intercâmbio. (BARRETO, 2000. p. 48).

era de que o capital estrangeiro contribuiria para o desenvolvimento do Brasil e estaria ajudando a construir a soberania.

No contexto do pós-segunda Guerra Mundial, foi construído o pensamento econômico que erigiu a base do desenvolvimentismo, e a sua introdução na América Latina foi realizada pela CEPAL, que endossa a concepção de desenvolvimento com industrialização, com forte presença do Estado (PEREIRA). A CEPAL apostava que o planejamento estatal era o melhor caminho para promover uma expansão industrial e defendia a implantação de tarifas e subsídios como forma de compensar a diferença de produtividade entre os produtos locais e os importados.

As correntes teóricas do desenvolvimentismo no Brasil estão concentradas em explicar as origens das indústrias e o modelo agrário-exportador brasileiro. Segundo Pereira (2011, p. 129-132), há quatro interpretações: a Teoria dos “**choques adversos**”, que tem como base os estudos da CEPAL que busca entender as origens do subdesenvolvimento latino-americano, nas crises no setor de exportação, crises externas e guerras que tiveram como efeitos o estímulo às indústrias nacionais substitutivas de importações; **a industrialização liderada pela expansão das exportações**, que estabelece a conexão direta entre desempenho do setor exportador e desempenho industrial, e defende que as indústrias se desenvolveram em períodos de “boom” das exportações e retardaram em momentos de crise; **o enfoque do “capitalismo tardio”**, que interpreta o desenvolvimento industrial brasileiro como decorrente da acumulação de capital do setor exportador de café, as indústrias de bens de capital não se desenvolveram, ficando dependentes das importações, o que dificultou a autonomia do setor industrial, e a tese do crescimento retardatário; e, por último, a **industrialização induzida pelo governo** que enfatiza os papéis das políticas intencionais a favor da industrialização, por meio de proteção tarifária e concessão de subsídios e incentivos<sup>156</sup>.

A presença do Estado no modelo econômico do desenvolvimentismo ainda é debatida na América Latina e na Ásia. Bolesta (2007), nos seus estudos sobre a China, *Developmental State*, afirma:

[...] The developmental state is based on combinations of positive advantages private business and the positive role of government. First, economic

---

<sup>156</sup> Segundo Pereira (2011), a teoria dos “choques adversos” tem como seus principais representantes Roberto Simonsen, Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares; a teoria da industrialização liderada pela expansão das exportações tem como seu principal teórico Warren Dean (1976); e a teoria do capitalismo tardio é defendida por Maria da Conceição Tavares (1974), Sergio Silva (1976), Wilson Cano (1977), Liana Maria Aureliano (1981) e João Manuel Cardoso de Mello (1982).

development requires a state, which can create and regulate appropriate conditions for development. Successful conditions require a state, which has the necessary tools to deal with burden, and it is not merely the guardian of certain freedoms ( BOLESTA, 2007, p. 50).

Segundo Bielschowsky (1988, p. 7), a ideologia do desenvolvimentismo é sustentada em projetos econômicos de industrialização integral como a via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro. De acordo com essa visão, é preciso um planejamento do Estado que defina os setores econômicos e os instrumentos que devem pautar este projeto, e o mesmo Estado deve captar e orientar os recursos financeiros, bem como promover os investimentos diretos dos setores, se a iniciativa privada for ineficiente.

Na construção de um conceito de desenvolvimentismo, Fonseca (2015, p. 2) afirma que, entre as concepções e o debate de teóricos e políticos envolvidos no estudo do termo, o desenvolvimentismo corresponde a um fenômeno do “mundo material”, um conjunto de políticas econômicas propostas e executadas pelos Policymakers, e ao mesmo tempo um fenômeno do “mundo do pensamento”; conjunto de ideias, concepções ou visões de mundo, que são expressas nos discursos políticos ou em correntes de pensamentos. Neste contexto o autor afirma que aqueles que criticam ou defendem o desenvolvimentismo usualmente o denominam de ideologia<sup>157</sup>.

Entende Fonseca (2015) que o desenvolvimentismo é uma política econômica implantada deliberadamente, proveniente de uma consciência e vontade para alterar uma situação existente e dar-lhe outro rumo, surge da consciência do “atraso” e do subdesenvolvimento, peculiar da América Latina. As elites dirigentes ou econômicas, que perceberam as limitações e as dificuldades para superar este atraso. O autor aponta ainda a influência positivista de Auguste Comte entre as elites científicas e dirigentes da América Latina:

[...] Todavia, dentre as suas teses mais difundidas e inspiradoras para a formação do desenvolvimentismo latino-americano em sua gênese, podem-se ressaltar:

a) a história como um processo evolutivo, com etapas progressivas a serem percorridas. Daí decorria a concepção de passado e de futuro entrelaçados, ou seja, os problemas coevos passaram a ser percebidos como “atraso”, não eram fatalidade ou tampouco inalteráveis. O futuro deveria ser construído e a evolução, embora gradual, poderia ser acelerada. A aceleração do crescimento econômico e da produtividade será uma bandeira das mais caras dos governos desenvolvimentistas (LAUTERT, 2010);

---

<sup>157</sup> Fonseca (2015, p. 8-14) aponta alguns autores que estudam as teorias e ideologias do desenvolvimentismo, como Bresser-Pereira (1968), Fernando Henrique Cardoso (1971), Celso Furtado (1961) e Bielschowsky (1988).

b) o intervencionismo, porquanto caberia aos governantes a tarefa de enfrentar as barreiras que se antepunham ao progresso. Daí a ampliação da agenda do estado, ao qual se delegava papel ativo, muito além de políticas anticíclicas em conjunturas de crise, mas de forma mais abrangente e duradoura; na retórica comtiana, “quando houvesse necessidade social”;

c) a noção, decorrente das duas anteriores, de que a *política deveria preceder a economia*, posto que a ação humana poderia (e deveria) alterar o curso da história, além de acelerá-lo. Ao contrário do paradigma hegemônico, de cunho liberal, cujo programa de pesquisa procurava descobrir leis inerentes ao mercado ou ao sistema econômico na ausência de intervenção, aqui o mercado era entendido como instituição e como tal, regulada ou subordinada a decisões prévias. Indo ao limite, o futuro desenvolvimentismo em suas experiências mais maduras defenderá o planejamento, qual seja um conjunto consciente e racional de ações a ser implantado de forma concatenada e acompanhada, com a explicitação de objetivos, metas, meios e instrumentos para alcançá-los (FONSECA, 2015, p. 16).

O desenvolvimentismo corresponde ao conjunto de planos e programas econômicos adotados pelo Estado com o objetivo de promover e estimular os investimentos do grande capital para exploração dos recursos naturais dos países considerados periféricos dentro de um contexto de economia capitalista monopolista e globalizada. O Estado investe em infraestrutura, concede subsídios estatais, mantém uma máquina burocrática necessária para planejar e impor as diretrizes econômicas e financia determinados segmentos que considera polinizadores de desenvolvimento.

O desenvolvimentismo postulava uma política de desenvolvimento baseada no aumento dos bens de consumo, ampliação do mercado interno, aumento da renda nacional e a intervenção do Estado na economia. A defesa da inserção da economia nacional ao capital e tecnologia estrangeira seria regulada e controlada pelo governo, a fim de garantir os interesses da Nação. Os debates entre desenvolvimentistas estão em torno da questão da superação da economia agrárioexportadora para uma economia industrializada, cabendo ao Estado regular a presença do capital estrangeiro em determinados setores econômicos, e resguardando os interesses da burguesia nacional.

A ideia de progresso e desenvolvimento serviu como pano de fundo para as metas e ações dos programas desenvolvimentistas, sendo utilizados como instrumentos ideológicos e canalizadores de ideias nacionalistas para aqueles atingidos diretamente pelos projetos industriais e modernizadores. Furtado (1978, p. 67) afirma:

Da mesma maneira que a ideia de progresso transformou-se em alavanca ideológica para fomentar a consciência da interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos, nas sociedades em que a revolução

burguesa destruíra as bases tradicionais de legitimação de poder, a ideia de desenvolvimento serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional do processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência”.

O ideário de desenvolvimento atrelado ao progresso industrial foi ratificado nos programas e planos econômicos brasileiros desde a época varguista, tendo como tema-base a integração econômica. Esta premissa se consolidou no regime militar e se perpetua até hoje nas políticas de aceleração econômica do atual governo. Todas as práticas governamentais são baseadas pela violenta exclusão de formas diferenciadas de produções sociais e culturais adotadas por comunidades tradicionais. Não somente a exclusão das comunidades tradicionais, mas também a destruição dos recursos naturais da região, em nome do “progresso” fixando a rota do desenvolvimento a qualquer custo (LUTZENBERGER, 1990).

Neste sentido, o Estado desenvolvimentista se serve de um conjunto de política e ações econômicas para impor a industrialização, sob a justificativa da crença universal do progresso e desenvolvimento. Este Estado desenvolvimentista possui quatro funções básicas: coordenar as ações dos agentes privados, como para viabilizar financiamento e realizar investimentos; ter uma estratégia de desenvolvimento nacional, a qual envolve atores, segmentos e classes que se fazem representar no Estado para direcioná-lo nesse sentido; construir instituições voltadas a fomentar um ambiente propício ao desenvolvimento; e administrar conflitos, já que o processo de desenvolvimento é inerentemente conflituoso, pois envolve ganhadores e perdedores, mesmo que seus fins sejam sempre considerados desejáveis (JOHNSON, 1999).

O Estado Desenvolvimentista atuou na Amazônia, em sua forma nacional-desenvolvimentista, a partir da superação dos desafios do desenvolvimento regional brasileiro. As preocupações se estenderam além da compreensão na superação das desigualdades entre os países, e também dentro dos países. Diniz (2001) afirma que a primeira interpretação teórica sobre as desigualdades regionais no Brasil, e possivelmente na América Latina, foi elaborada na década de 1950 pelo relatório do GTDN escrito por Celso Furtado em 1958. Seus estudos fundamentavam políticas que pudessem contribuir com a diminuição das desigualdades regionais, discutir as condições estruturais favoráveis para a melhoria e a ampliação do nível de integração

do mercado interno, e estudar possibilidades e alternativas de investimento industrial direcionadas para regiões periféricas, como o Norte e o Nordeste do Brasil.

As políticas de desenvolvimento regional brasileiras entre as décadas de 60 e 80 tinham o Estado e suas instituições como o principal investidor nas regiões consideradas problemas (Norte e Nordeste), que deveriam ter suas economias integradas aos interesses dos grupos econômicos do Sudeste e ao do capital em nível mundial. A década de 60 foi o momento da guinada da questão regional no Brasil. Foram criadas instituições como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e mecanismos governamentais de transferência de recursos de regiões mais desenvolvidas para regiões menos desenvolvidas, como o caso dos Fundos de Investimentos da Amazônia (FINAM) e Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) (MONTEIRO NETO, 2006). A Amazônia ficou sujeita aos interesses do capital internacional, por meio de disponibilidades de suas terras e recursos aos países centrais, conforme as diretrizes econômicas adotadas pelo governo militar. O desenvolvimento ficou atrelado à dependência econômica, tendo o Estado como o grande coordenador, regulador e investidor nacional almejando tornar o mercado brasileiro atrativo aos investidores estrangeiros, estimulando a criação de projetos econômicos voltados para a “modernização” do país.

No decorrer da ditadura militar foi elaborado um conjunto de planos e programas, como a Operação Amazônia, I e II Plano de Desenvolvimento da Amazônia e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que possuíam a intenção de inserir a Amazônia ao capitalismo internacional, disponibilizando ao grande capital os seus recursos naturais. E todos contribuíram para a instalação de um novo estilo de desenvolvimento regional, com base em teorias de modernização, em “polos de crescimento econômico”, com a implantação de uma “indústria motriz”<sup>158</sup> capaz de impulsionar o crescimento econômico.

---

<sup>158</sup> Segundo Brito (2001, p. 154-155), a teoria de modernização fundamentou as estratégias de ações dos planos de desenvolvimento. Tais ~~estão~~ são baseadas na teoria de Polo de Crescimento Econômico de François Perroux (1977), na teoria de Gunnar Myrdal (1972) chamada de “Princípio da Causa Circular Acumulativa”, e de Albert Hirschman denominada do “desenvolvimento por efeito em cadeia”.

Os programas e planos econômicos do governo tinham como critério básico o investimento em infraestrutura, subsídios e incentivos fiscais com o objetivo de atração de capital à exploração das riquezas naturais. Com o discurso de modernização, desenvolvimento e progresso, foi conduzida a violenta ação de desvio da posse dos recursos naturais e da terra das comunidades tradicionais para as mãos dos grandes capitais. Loureiro (1992, p. 67) expõe as mudanças institucionais impostas por esta política violenta do Estado.

[...] O Estado brasileiro, sob a Ditadura, interpõe órgãos, instâncias burocráticas, diplomas legais e forças militares e policiais entre as massas subordinadas da sociedade civil (na cidade e no campo) e os grupos de poder, justificando, na aliança com o Estado, a necessidade da acumulação, de “fazer o bolo crescer” e de modernizar o país.

Quando se refere à inserção do município de Barcarena, devem ser levadas em consideração as políticas desenvolvimentistas adotadas pelo regime militar, configuradas na Operação Amazônia, reforçada pela ideia de integração da Amazônia, com base no estímulo da entrada de investimentos de capitais na exploração de terras e recursos naturais. A Operação Amazônia é um movimento atuante do governo de Humberto Castelo Branco, que corresponde ao ideário do desenvolvimento e modernização adotada pelo regime militar, que se perpetua nos planos e ações do governo federal.

Neste contexto de integração e desenvolvimento, o regime impõe as suas diretrizes modernizadoras por meio de decreto, atrelando a Amazônia aos interesses do grande capital. Na construção desta política de progresso, a Operação Amazônia desamarrava a economia regional aos interesses da borracha e deixava o desenvolvimento atrelado às novas técnicas e novas tendências econômicas para um progresso industrial, e os recursos minerais evidenciavam-se como a grande promessa de atração do capital.

O discurso de integração e segurança nacional reforça a ideia de Estado-Nação, criando a ilusão de uma identidade coletiva e de consciência nacional que estavam sendo ameaçadas pelo vazio demográfico da Região Amazônica, o que corresponde a 60% do território nacional. No contexto brasileiro, este sentido de nação é reafirmado, mas é a autoridade do Estado que tem a função de manter a segurança nacional e sua integridade territorial.

No Brasil, o Estado tem sua origem reguladora em sua fase colonial-mercantilista, baseado em um estamento político qualificado para o exercício do poder.

Faoro (1984, p. 46) ressalta a supremacia do grupo político que controla o Estado, acima dos interesses da burguesia. É tão grande a autonomia deste estamento político que controla as decisões estatais em relação à sociedade, que há um dirigismo estatal, modelador dos processos sociais.

O discurso da Operação Amazônia (1966) é sacralizado a bordo do navio Rosa da Fonseca, indicando a necessidade de abastar a “natureza áspera” da floresta com o advento do progresso do sul do país. Nas falas e vozes dos políticos locais era evidenciada essa necessidade de buscar o desenvolvimento como no sul do país. O prefeito Paulo Nery, em 4 de dezembro de 1966, discursou, com eloquência, sobre o mito do progresso industrial para a região:

[...] Com base econômica assim tão primária e destrutiva, não ensejando a concentração de núcleos populacionais estáveis, é imperativo que se deva marchar para uma nova estruturação econômica que, de uma vez por todas, crie aquele vínculo sólido de fixação do homem à gleba, a fim de que o trabalhador hinterlandino da Amazônia deixe de ser nômade.

[...] Senhores industriais do Sul.

[...] Se já vos deve a grandeza e prosperidade das terras do sul, que Deus vos inspire para que vos torneis credores da gratidão cabocla, aqui investindo de uma parcela do que tendes para que nos tornemos prósperos também.

A palavra dos técnicos vos indicará onde estão dormindo os imensos depósitos de ferro, cassiterita, manganês, calcário, linhito e outras riquezas minerais [...]. (BRASIL, 1996, p. 61-63),

Nos primeiros anos da Ditadura Militar, no momento chamado de Operação Amazônia, lançado na I reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia, o discurso pronunciado pelo General Mário de Barros Cavalcanti, Superintendente da recém-criada SUDAM, em 5 de novembro de 1966, a bordo do navio Rosa da Fonseca, no rio Amazonas, demonstra as percepções e concepções de como estava sendo proposto o desenvolvimento na Amazônia:

[...] Totalmente reestruturados, lhe apresentamos a SUDAM, em lugar da extinta SPVEA, e o Banco da Amazônia, em substituição ao antigo Banco de Crédito da Amazônia, que nasceu para o esforço da última Grande Guerra.

[...]

Em substituição ao empirismo que frustrou os esforços do passado, apresentamos planejamentos tecnicamente elaborados. Em lugar do paralelismo e da dispersão na aplicação dos recursos, oferecemos a coordenação geral como pedra de toque do novo sistema de ação federal na área. Ao invés do parasitismo, que caracterizou a Amazônia como região medicante, concebemos o seu desenvolvimento autossustentado. [...] Em oposição ao estatismo que marginalizava a iniciativa privada, convocamos o particular para a grande cruzada. Fazemos uma revolução. Fazemos a Revolução. (BRASIL, 1966, p.71-76)

A violência coordenada pelo Estado sobre a Amazônia, em nome da política de desenvolvimento, colocou à margem povos e comunidades tradicionais e ampliou as situações de conflito social envolvendo os agentes responsáveis pelos empreendimentos agropecuários e minerais e o próprio Estado. As ações estratégicas de modernização econômica focalizadas na região de Barcarena representaram para as comunidades tradicionais a inviabilização e destruição de suas formas de reprodução econômica e social em nome do desenvolvimento e progresso. Instalou-se definitivamente um sistema de projetos industriais que se caracterizam pela exploração insustentável dos recursos naturais, provocando a contaminação dos rios e do solo.

Este caminho está sendo trilhado e bem defendido pelo Ministro João Gonçalves de Souza, na abertura da I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia, no movimento chamado Operação Amazônia, que possuía a proposta de estimular a ocupação e integração da Amazônia pelos brasileiros e precisamente fazia referência à importância da participação do capital estrangeiro na exploração dos recursos naturais da região:

[...] O apoio estrangeiro deve vir em caráter suplementar. Será buscado sob a forma de um apoio técnico e de financiamento, um suplemento de assessoramento técnico, para problemas determinados, por entendermos que este apoio é necessário, útil e conveniente. E mais por programas ou projetos indicados por nós, aquilo que venha nos ajudar. [...] Quer dizer estamos numa porteira bastante aberta. A empresa é nossa, o empreendimento é nosso, o dever é dos brasileiros, mas abertos sob a forma de assessoramento técnico dirigido e pedido por nós e de financiamento para certos projetos em que a poupança nacional ainda não é suficiente.

[...] Tomem-se, por exemplo, os estudos de flora, de solos [...] para obras de infraestrutura, algumas delas e para certos problemas de captação de energia elétrica. (BRASIL, 1966, p. 77 – 88).

O autoritarismo e a violência praticados pelo Estado para impor a modernização atrelada aos interesses das corporações capitalistas são analisados por Leal (1986, p. 26) quando se refere a este processo com o termo “A industrialização da Violência”. O argumento do autor focaliza a ação do Estado autoritário com o propósito de dispor de um repositório de recursos naturais como espaço de expansão do capital, em especial para exploração dos recursos minerais, e emprega o termo “Ditadura dos Cartéis” para analisar a associação do Estado Militar e as transnacionais mineradoras. O poder ideológico do conceito de desenvolvimento é discutido por Leal (1986, p. 28), que destaca o aspecto político da questão mineral:

O lado ideológico se manifesta no contínuo apelo ao conceito de desenvolvimento, pelo qual se justificaram de forma monocórdia, no plano geral, e se efetivaram de formas as mais imaginosas no particular, as ações

do Estado. O desenvolvimento foi a palavra chave para as decisões mais prosaicas, quando necessário. Ele (desenvolvimento) foi na realidade o Abra-te Sésamo destes vinte anos de regime militar em favor do capital.

Nos discursos, houve a afirmação de que as autoridades militares eram mais sensíveis à importância da geopolítica de integrar a Bacia Amazônica na economia nacional do que seus predecessores civis. Além do apelo à participação da iniciativa privada na colonização da região, por meio da política de incentivos fiscais para aqueles que atendessem aos pedidos] para reinvestir seus lucros na Amazônia, isso representou uma campanha para desenvolver a Região (HALL, 1989, p; 26). As formas de atuação do Governo Militar a partir da “Operação Amazônia” mantinham interesses geopolíticos convergentes com a doutrina de segurança nacional, estabelecia a prioridade de ocupar a Amazônia, conjugada aos interesses econômicos na exploração dos recursos naturais regionais (LEITÃO, 2009).

Segundo Leal (1988), para o propósito desta integração contida no discurso do Estado, a Amazônia foi ao mesmo tempo o motivo e o argumento. Como motivo, expõe o aspecto econômico, dadas as diversidades de recursos conhecidos e as possíveis fontes naturais de objeto de trabalho de baixo custo. Como argumento, aborda o aspecto ideológico como fato que reforça a questão da Segurança Nacional, devido ao número de fronteiras políticas (sua extensão e caráter desértico), por ser uma região de baixa densidade demográfica e de relativo isolamento de vários pontos de sua geografia. Os argumentos ideológicos que considera de raiz é o da Segurança Nacional, mas suas discussões frisam a estreita relação desta argumentação, com “desenvolvimento”, “progresso material e social” e “ocupação modernizadora”.

Em 1966, por meio de decretos-leis com base no programa “Operação Amazônia”, todo o aparelho institucional do Estado foi reformulado para atender aos interesses de novos investidores. Brito (2001) afirma que, logo no início do primeiro governo militar, foi feito um estudo sobre as condições da funcionalidade da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) e do Banco de Crédito da Amazônia (BCA S/A). Essas instituições foram substituídas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pelo Banco da Amazônia (BASA), respectivamente. O Governo Federal, por meio de incentivos fiscais e creditícios, estimula os investimentos na região, isentando as empresas de impostos fiscais e disponibilizando recursos públicos não reembolsáveis, correspondentes em até 75% dos recursos totais aplicados.

A política de incentivos fiscais teve uma grande ampliação, pois elevava até 100% a isenção para aqueles que investissem projetos na Amazônia, o que estimulou os grandes empresários do Sul e Sudeste do Brasil, ligados aos empreendimentos agropecuários, a apresentarem projetos a SUDAM, com o objetivo de receber os incentivos fiscais e financiamentos subsidiados do BASA. Hall (1989) faz referência ao aumento desordenado de projetos apresentados à SUDAM, afirmando que o desenvolvimento ocorreu de forma “desordenada e aparentemente não planejada”, com a SUDAM aprovando virtualmente todos os projetos que à ela foram submetidos.

O modelo de desenvolvimento imposto e atrelado ao grande capital teve como consequência o deslocamento de moradores dos municípios onde foram instalados os empreendimentos pecuários, agrícolas ou minerais. As populações locais apresentam resistências e lutas por seus territórios, como o conflito estudado por Neide Esterici (1987), no povoado de Santa Terezinha, às margens do rio Araguaia, (Mato Grosso) entre 1967 e 1972, onde posseiros se uniram para resistir às políticas colonizadoras adotadas pelo Estado e contra as instalações da empresa Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA), que os impediam de ter acesso ao rio e às áreas de uso comum. Este progresso também trouxe *lamento e dor* (MAGALHÃES, 2007) aos deslocados que compulsoriamente foram retirados das áreas destinadas à construção da hidroelétrica de Tucuruí, que promoveram lutas e resistência contra a ação desenvolvimentista do Estado.

Barcarena, já na década de 1980, vinha processando resistências individuais e coletivas, com práticas sociais locais de enfrentamento de uma ordem e na construção de discursos ocultos ao longo do tempo (SCOTT, 1976; 1990). As comunidades tradicionais construíram resistências contínuas, visualizadas na organização da ADEBAR (Associação dos Deslocados de Barcarena), que conseguiu reunir todos os deslocados pela CODEBAR, e moveram ações para revisão das indenizações e melhorias nas condições de vida dos deslocados (MOURA; MAIA, 1989), que insistiram em permanecer no território, produzindo roças clandestinas e retirando os frutos e caças de seus antigos sítios, mesmo sendo vigiados por seguranças.

Nos governos militares, as riquezas minerais foram disponibilizadas ao capital estrangeiro, por meio de incentivos fiscais para empresas que desejassem investir capitais na região. Em 1967, a Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da

United States Stell Co., encontra ferro na Serra dos Carajás, e manganês em Buritirama. Neste sentido, a fim de atrair mais capitais para região, disponibilizando os recursos naturais, o governo se responsabiliza pelos investimentos em infraestrutura e realiza estudos florestais e minerais, apoiado no projeto RADAM, em 1970. Foram feitos levantamentos topográficos por radar para mapear 1,5 milhão de quilômetros quadrados ao sul do rio Amazonas, com técnicas de levantamento por raios infravermelhos, o que confirmou a vasta riqueza mineral existente no subsolo, as reservas de madeiras e as terras apropriadas para a pecuária. Os resultados destes levantamentos serviram de suporte para a expansão da exploração na região (HALL,1991).

Assim surgiram os “grandes projetos” de mineração no Pará: o Programa Grande Carajás (abrangendo 1 milhão de quilômetros, 216 municípios em 3 Estados) e a ALBRÁS/ALUNORTE. Tais projetos teriam por longos períodos energia elétrica subsidiada e incentivos fiscais. Os estudos de Condurú Junior (1990) analisam os efeitos dos “grandes projetos” no PIB paraense no decorrer dos quinze primeiros anos. O autor afirma que apesar do crescimento do PIB neste período não houve grandes efeitos na qualidade de vida da população local.

Os Planos Nacionais do Desenvolvimento na década de 1970 destinados à Amazônia articulam diversos interesses de grupos econômicos desejosos de explorar os recursos naturais da região. Para tanto, foi criado o Programa de Polos Agropecuário e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA<sup>159</sup>), que vigorou na região; no caso do Pará eram preponderantes os polos de mineração. O POLOMAZÔNIA do governo militar estava fundamentado na Teoria do Polo de crescimento de François Perroux, o qual afirma que o desenvolvimento manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis sobre toda a economia (PERROUX, 1977, p.146).

O desenvolvimento econômico defendido por Perroux é impulsionado por uma indústria motriz definida como a indústria que tem a propriedade e a capacidade de aumentar as vendas e as compras de serviços de outras indústrias ao aumentar as suas próprias vendas e compras de serviços produtivos. O Complexo de Mineração

---

<sup>159</sup> O POLAMAZÔNIA foi instituído pelo decreto nº 74 607, de 25 de setembro de 1974. Sob o pretexto de “promover o aproveitamento integrado das potências agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia, visava sobretudo atender à estratégia de ocupação da Amazônia traçada no II Plano Nacional do Desenvolvimento (SANTOS, 1986, p. 7).

Albrás Alunorte foi pensado como a indústria motriz capaz de impulsionar o desenvolvimento ao município de Barcarena e suas áreas de influência, “possibilitando aos seus moradores sitiantes as oportunidades à modernidade e à civilização”.

O POLAMAZÔNIA teve como base a instalação de polos minerais na porção oriental da Região Amazônica, abrangendo o Amapá, onde passou a operar em 1977 a empresa Caulim Amazônia (CADAM) integrada ao projeto Jari<sup>160</sup>; a região do rio Trombetas, onde opera a Mineração Rio do Norte<sup>161</sup> (criada em 1979), que opera na exploração de bauxita, no município de Oriximiná no noroeste do Pará; e o polo Carajás, onde a Companhia Vale do rio Doce implantou o projeto de minas de ferro da Serra dos Carajás, que em 1980 culminou com a criação do Programa Grande Carajás<sup>162</sup>, o qual constituía um projeto que envolvia minas, ferrovia e portos. Essas todas constituíam indústrias motrizes impulsionadoras de crescimento econômico em seus locais de atuação.

Em 1971, por meio do Decreto-Lei 1.164, a O governo Federal retira dos estados amazônicos o poder de jurisdição sobre terras devolutas contidas nas faixas de 100 km marginais às rodovias federais existentes, ou simplesmente projetadas, incorporando essas terras ao patrimônio da União. Grande parte das terras amazônicas ficou sob jurisdição federal, e para sua administração foi alterada a estrutura organizacional dos órgãos fundiários e a legislação (LOUREIRO, 1992). A ocupação da Amazônia pelo governo federal, desencadeada por meio de decretos, ocorreu por processos violentos de desapropriação conduzidos pelo governo brasileiro. Esses fatos são narrados pelos moradores das comunidades tradicionais de Barcarena, pelos seus sitiantes na década de 1980 e pelos seus descendentes na atualidade.

---

<sup>160</sup> O Projeto Jari foi iniciado em 1967 por Ludwig, em uma área de 1,6 milhões de hectares, que corresponde aos municípios atuais de Almeirim (PA), Laranjal do Jari (PA) e Vitória do Jari (AP). O projeto hoje se encontra sob o controle de uma *holding* nacional - Saga Investimentos e Participações (Grupo ORSA).

<sup>161</sup> A Mineração Rio do Norte tinha como sua maior acionista a Companhia Vale do Rio Doce, mas atualmente tem como sociais as companhias: Vale do Rio Doce, Alcoa, Alcan, Billiton, Grupo Votorantim, Norsk Hydro e Abalco.

<sup>162</sup> O PGC constitui uma estratégia do governo em coordenar os projetos já existentes na área, numa ação que passou a receber um aporte de cerca de 1/4 dos fundos destinados a todo o Programa POLAMAZÔNIA, a contar com um sistema especial de financiamento estatal, de isenções fiscais (geridos pela SUDAM e pelo BASA) e envolver negociações de crédito com o sistema financeiro internacional (COELHO et al., 2003).

Ocorre o processo chamado de “federalização das terras amazônicas<sup>163</sup>”, principalmente nas terras do Estado do Pará que passaram para órgãos da administração federal em nome da Segurança Nacional, que seria a ocupação para [a] modernização, destinando ao ITERPA somente 29,7% de sua área territorial<sup>164</sup>, fato presente nas alterações dominiais das terras de Barcarena sob a posse das comunidades tradicionais no final da década de 1970, quando em processos jurídicos e decretos dividiram a administração fundiária entre ITERPA, CDI e CODEBAR.

Esta federalização do território ocorreu em Barcarena, na implantação do complexo de mineração Albrás/Alunorte e com a construção da Vila dos Cabanos. As terras ocupadas pelas comunidades tradicionais foram repassadas à CODEBAR. Este processo de federalização é narrado pelo Senhor Tomás Cruz e Souza<sup>165</sup>, quando perguntado sobre o documento de propriedade do seu sítio:

P. O Sr. Tem documento em seu nome?

Não era do Santo, por isso não tivemos direito lá, embora eu já morasse lá há muito anos, eu só recebia o pagamento anual, depois é que eu peguei o ITERPA, veio e me deu o documento dizendo que o terreno era meu. Mediram as tarefas aí disseram: Esse terreno é seu nem o Governo pode com você.

P. Onde está o papel que o ITERPA lhe deu?

Tá com meu filho, não sei se ele deixou na CODEBAR ou se ficou com ele.

P. E quando foram lá para lhe desapropriar por que o Sr não mostrou esse documento?

Todos os moradores mostraram, mas disseram que não eram válidos. O documento era estadual e a firma era federal e rasgaram o documento na nossa frente e diziam: Isso não vale nada, esse documento era desde 1901 e não servia, nós não tínhamos pra quem se queixar. (informação verbal).

Esta situação dominial das terras em Barcarena é polêmica até os dias atuais. Os sitiantes da Vila dos Cabanos, em torno do rio Murucupi, pagavam pelo uso e posse da terra à prelazia de Abaetetuba. Mas muitos tiveram suas posses legitimadas por documentação expedida pelo ITERPA, como também no caso das terras da comunidade de São Lourenço que tem o título de legitimação número 27 em favor de Manoel Joaquim dos Santos, com data de 28 de março de 1838. Esse documento de posse é atualizado à luz da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (conhecida como Lei de Terras), que entrou em vigor quando regulamentada no dia 8 de maio de 1854.

As terras que passaram para a propriedade do Estado foram depois

<sup>163</sup> Loureiro (1992, p. 124) afirma que este processo teve seu marco com o Decreto-Lei nº 1.164/71, em que o Estado do Pará foi o mais penalizado. De um lado, devido a possuir o maior número de terras federais que cortam o seu território e, por outro lado, pelos grandes rios, em porções territoriais descontínuas.

<sup>164</sup> Fonte: ITERPA (1987), segundo Loureiro (1992, p. 125).

<sup>165</sup> Entrevista realizada em 12 agosto de 1986.

repassadas para a CODEBAR, que desconsiderou a legitimidade de posse e conseguiu implantar em parte das terras de São Lourenço o Bairro do Laranjal. Valter dos Santos Freitas<sup>166</sup> narra este processo violento de federalização do território para viabilizar o “projeto de desenvolvimento”:

Aqui lá pela década de 70 houve a primeira desapropriação, essas terras aqui são de administração do ITERPA, não é do INCRA. Lá por essa época foi que veio as primeiras empresas e teve a primeira desapropriação de algumas famílias. Foi a CDI, e pode procurar lá nos arquivos da CODEBAR, as primeiras indenizações que foram feitas nessa área, algumas famílias foi realmente indenizadas, mas nós não saímos. A família que ficou mais pra ali ficou mais prejudicada, mas foi a CDI que fez essa desapropriação primeira. Depois pelos anos 80 por aí que foi criada a CODEBAR, foi criada aqui no estado, é uma empresa nacional, criada pra administrar o resto das desapropriações de Barcarena. O que é que diz CODEBAR? É Companhia de Desenvolvimento de Barcarena, mas mesmo assim ela atrapalhou muito nossa situação já depois, de lá pra cá. Aqui não existia o Laranjal, algumas famílias desapropriadas dessas áreas por aí vieram para cá, inclusive vou até lhe levar pra fazer um documento lá. (informação verbal).

As mudanças do aparelho institucional realizadas pelo Governo Federal representavam a intenção de anular as interferências dos interesses das elites regionais que controlavam essas instituições, legitimar o poder e centralizar as ações do governo federal na região. Segundo Castro; Acevedo Marin (1986), a transformação da SPVEA em SUDAM teve como objetivo colocar em prática um modelo racional e burocrático que fosse capaz de impor um novo jogo de forças, esvaziando as representações de estados, territórios e municípios da região, substituindo-as por representantes de órgãos do poder central, vinculados aos ministérios.

No segundo Plano Nacional do Desenvolvimento (II PND), o governo militar brasileiro pretendia transformar o Brasil em uma grande potência, com base em gigantescos empreendimentos econômicos ligados às siderúrgicas e indústria química, projetos de extração de materiais-primas, de produção de energia para a substituição do petróleo e de infraestrutura de transporte. Este plano definiu o II PDA, que desenhou os grandes projetos para a Amazônia oriental, voltados para a extração mineral, reunidos no Programa Grande Carajás.

A questão mineral na política econômica do Estado desenvolvimentista no regime militar foi sendo rapidamente desenhada, .Em 1964, exposição de Motivos nº 392/64, do Ministério de Minas e Energia, contida no Plano Mestre Decenal para a avaliação de Recursos Minerais do Brasil 1965-1974 (BRASIL, 1967), já mostrava

---

<sup>166</sup> Entrevista realizada em 09 de agosto de 2014.

que o governo considera a produção mineral de maior importância para o desenvolvimento nacional. Essa exposição de motivos define que o Ministério das Minas e Energia examinará os projetos de mineração, sem criar condições e exigências que dificultem ou impossibilitem a sua execução.

Neste documento, fica explícita a intenção da exploração dos recursos minerais no Brasil a qualquer custo, pois, segundo o governo:

A adoção da política de livre iniciativa na lavra, no beneficiamento, transporte, transformação, embarque e comércio, não deverá impedir, em circunstâncias justificadas por motivos de segurança nacional, ou de superior interesse da União, sejam fixadas as reservas consideradas indispensáveis para assegurar o funcionamento da siderurgia nacional ou quaisquer outras atividades dependentes de matérias-primas minerais, fazendo-se, para tanto, uma reavaliação das reservas conhecidas.(MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 1967, p. 5).

A relação mineração-desenvolvimento sempre foi enfatizada nos discursos e programas dos governos. No II Plano Decenal da Mineração - diretrizes básicas (1981-1990), foram intensificados os efeitos milagrosos deste setor para a aceleração do crescimento da renda e da oferta de emprego, redução das disparidades regionais, melhoria da distribuição da renda, equilíbrio do balanço de pagamentos e desenvolvimento energético. Esse plano recomendava que “os mapeamentos geológicos de reconhecimento devem ter continuidade e ser, prioritariamente, executados na Região Amazônica, onde a Mineração tem mostrado ser importante opção de desenvolvimento (BRASIL, 1980).

Nos Planos Decenais de Mineração e no Código da Mineração de 1967, estipulava-se claramente a primazia da iniciativa privada na exploração dos recursos minerais. Os resultados dos incentivos e emprego do capital privado na descoberta e exploração de minérios na Amazônia provocaram uma verdadeira “corrida”, mas, segundo Leal (1988), dadas as condições do meio e do momento, somente as grandes corporações transnacionais poderiam ter sucesso. Por meio da presença do grande capital, rapidamente foram encontradas as duas extraordinárias ocorrências minerais na Amazônia: a província mineral do Carajás e as jazidas de bauxita do rio Trombetas.

### 4.3 O Programa Grande Carajás e o Complexo de Mineração em Barcarena

A atuação do Estado desenvolvimentista é configurada em sua dimensão modernizadora e industrializante no Programa Grande Carajás, que correspondeu a um gigantesco empreendimento de extração e transformação industrial de recursos minerais que provocou mudanças significativas no cenário regional (MONTEIRO, 2005). Constituiu uma estratégia de promover a industrialização e a exportação de bens de consumo primário, nas metas desenvolvimentistas do II PND e III PND em um contexto de crise econômica mundial. A conjuntura da instalação do PGC é argumentada por:

O segundo choque dos preços do petróleo (1979) e a alta explosiva dos juros internacionais nos primeiros anos da década de 1980 ocasionaram uma profunda crise que se abateu sobre a economia brasileira. Com respeito à influência da alta dos juros internacionais, é digno de nota que diversos projetos implantados pelo II PND foram financiados com recursos externos, sendo um período no qual ocorreu um grande aumento do grau de endividamento externo da economia brasileira. O III PND, elaborado para o período 1979-84, tornou-se letra morta pela impossibilidade, na situação de crise que se apresentava, do estabelecimento com um mínimo de coordenação num horizonte temporal um pouco mais largo que o momento imediato, passando a gestão da economia a ser feita nos moldes do stop and go. Nesse contexto de crise cambial, a implantação de empreendimentos que substituíssem importações ou aumentassem as exportações tornou-se de fundamental importância. (LOBO, 1996, p. 77):

O Projeto Grande Carajás (PGC) foi planejado dentro do POLAMAZÔNIA, inserido entre as 15 áreas prioritárias de desenvolvimento, correspondendo a um dos seus polos de mineração. Este Projeto constituiu-se em estratégia do governo em para coordenar a exploração mineral da região do Carajás, abrangendo um milhão de hectares de terras paraenses e recebendo  $\frac{1}{4}$  dos fundos destinados a todo o programa POLAMAZÔNIA (COELHO et al., 2003).

O Programa Grande Carajás apresenta em sua concepção original 7 polos de desenvolvimento: polo São Luís e Barcarena, Usina de Alumínio e Alumina (Alcoa e Albrás, respectivamente); Paragominas; mineração bauxita (RTZ/CVRD), projeto adiado; Carajás- mineração, desenvolvido pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), engloba projetos de ferro, cobre, níquel e produção de ligas; Tucuruí, fabricação de ferro-gusa e ferro esponja; Marabá, metalurgia a carvão vegetal (Distrito Industrial de Marabá); e São Félix do Xingu, mineração de cassiterita. Loureiro (1992) enumera 8 polos ao que chama de Corredor Carajás, que se refere às terras marginais que

estendem da estrada de ferro onde a MRN explora bauxita e até a Alcoa, em São Luís.

A implantação do Programa Grande Carajás foi possível devido a quatro condições favoráveis: a existência de enorme potencial mineral, como ferro, com 18 bilhões de toneladas, bauxita (matéria-prima para fabricação de alumínio e alumina), ouro, cobre, manganês, cassiterita, níquel e minerais não metálicos; a existência de grande massa florestal necessária para a fabricação de carvão vegetal (insumo necessário à fabricação de ferro-gusa); o potencial hidrelétrico, com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí; e a situação econômica favorável pelo interesse dos Estados Unidos e Japão, que procuravam parceiros em países subdesenvolvidos para transferir indústrias minerais que requeriam muita energia elétrica ( LOBO, 1996; MONTEIRO, 2005).

A descoberta da primeira jazida de bauxita em 1963, em Oriximiná, às margens do rio Trombetas, estimulou a intensificação de pesquisas sobre o potencial de riquezas minerais na Amazônia. No decorrer de 1963 a 1967, outras jazidas de bauxita foram descobertas no rio Trombetas. Em 1975, um grupo de empresários japoneses da] holding *Liggh Metal Smelters Association* (LMSA) e o governo brasileiro (representado pela CVRD) organizaram estudos sobre a viabilidade econômica para a implantação de uma fábrica de alumínio primário, que é a ALBRAS. Em 1976, com base em estudos de viabilidade, os governos brasileiro e japonês acertaram a participação desses dois países nestes empreendimentos<sup>167</sup>.

O governo brasileiro, por meio da CVRD, tornou-se sócio majoritário da Mineração do Rio do Norte (MRN) para iniciar a exploração de bauxita em Trombetas, tendo a empresa Aluminium Limited of Canada (ALCAN) como grande aliada. Além da sua presença acionária nos empreendimentos, o governo tornou-se responsável pelas obras de infraestrutura necessária ao empreendimento de mineração, proporcionando às empresas internacionais energia elétrica, portos, estradas e rodovias.

A exploração de bauxita pela MRN e sua transformação em alumina e alumínio requeria a participação do governo na instalação de plantas químicas para a produção

---

<sup>167</sup> A crise do petróleo, que fragilizou a economia mundial na década de 1970, acabou influenciando o mercado internacional de alumínio. Aproveitando a disponibilidade de dólares, acumulados no período de choque, os países integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) disponibilizaram empréstimos necessários para o financiamento dos projetos e estimularam a a transferência de investimento pra exploração de energia barata nos países periféricos. Tal contexto facilitou o consórcio do Japão com países como Brasil, com ricas jazidas de bauxita e de grande potencial hidrelétrico.

da alumina e a edificação de plantas metalúrgicas para a produção do alumínio, a fim de tornar esta potencialidade mineral atrativa às empresas japonesas interessadas na industrialização do alumínio por preços mais competitivos (MONTEIRO, 2005). A estratégia do governo foi estimular o capital japonês, então decidiu criar, em 1973, as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. (ELETRONORTE) para a instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com objetivo de proporcionar energia aos empreendimentos japoneses de transformação de alumina e alumínio.

Conforme o acordo entre o Brasil e o Japão, o governo brasileiro realizaria as obras e serviços necessários à implantação do Complexo Albrás-Alunorte. Neste arranjo econômico e político, o Estado deveria garantir o investimento em infraestrutura e a construção da hidrelétrica de Tucuruí, facilitando a exploração dos recursos naturais da região. Por meio do Programa de Desenvolvimento Especial criado em 1978, coube à SUDAM analisar, em nível regional e local, a execução e a instalação de projetos necessários ao funcionamento dessa empresa.

A partir de 1976, foram feitos os estudos sobre a viabilidade dos projetos de mineração e da criação do núcleo urbano. Em 1977, foi entregue um relatório final intitulado *Análise de Situação e Concepção Espacial para a Implantação do Complexo de Alumínio em Barcarena-Pa*<sup>168</sup>, organizado pela Rio Doce engenharia e planejamento S.A. Em 1980, foi entregue em três volumes o *Plano Urbanístico de Barcarena*<sup>169</sup>, organizado pelo arquiteto Joaquim Guedes e associados. Os volumes foram feitos para a SUDAM, mas especificamente para o Programa de Desenvolvimento Especial Regional - Infraestrutura do Complexo Albrás/Alunorte<sup>170</sup>.

O documento Complexo Albrás/Alunorte afirma:

O complexo do alumínio abrange uma área aproximada de 19 mil hectares onde serão instaladas as unidades industriais da ALUNORTE (com capacidade inicial de 800 mil ton/ano de alumina) e da ALBRÁS (com capacidade de 320 ton/ano de alumínio), constituídas pela associação nipo-

<sup>168</sup> DOCE ENGENHARIA E PLANEJAMENTO S.A. Análise de Situação e Concepção especial para a Implantação de Alumínio em Barcarena-PA. Projeto Alumínio, relatório final. Abril, 1977.

<sup>169</sup> São três volumes: Ministério do Interior. Plano Urbanístico de Barcarena. Organização: arquiteto Joaquim Guedes e Associados. v. 1- Análise. SUDAM. São Paulo, 1980. Ministério do Interior. Plano Urbanístico de Barcarena. Organização: arquiteto Joaquim Guedes e Associados. V. 2- proposta. SUDAM. São Paulo, 1980. Ministério do Interior. Plano Urbanístico de Barcarena. Organização: arquiteto Joaquim Guedes e Associados. v. 3- Implantação. SUDAM. São Paulo, 1980.

<sup>170</sup> Por meio da exposição de motivos nº 042/78, de 23 de fevereiro de 1978, foi criado o Programa Especial de Desenvolvimento Regional - Infraestrutura do Complexo Alumínio ALBRÁS/ALUNORTE, com o objetivo de o governo brasileiro cumprir o acordo com o Japão feito em 1976, quando assumiu o encargo de construir toda a infraestrutura portuária, rodoviária e urbana necessária para a concretização dos projetos de processamento industrial de bauxita para a produção em larga escala de alumina e alumínio.

brasileira em que o sistema da Companhia Vale do Rio Doce representa o segmento econômico nacional.

A referida área, além de abrigar as aludidas unidades industriais, disporá também de um núcleo urbano com capacidade de absorver 40 a 50 mil habitantes, de um porto, com calado para navios de até 70.000 tdw, denominado Vila do Conde; a de uma subestação distribuidora da ELETRONORTE, que fornecerá energia necessária ao pleno funcionamento do projeto, além de um distrito industrial e da área de proteção ecológica (BRASIL, 1979, p.1).

Toda essa infraestrutura, abordada no documento Complexo Albrás/Alunorte, era de responsabilidade do governo brasileiro. Fazia parte dela: a construção de um porto em Ponta Grossa (Porto da Vila do Conde); a implantação do núcleo urbano de apoio ao projeto; a abertura de estradas de interligação e acesso ao complexo industrial e outras obras no setor de transporte hidroviário e rodoviário; e a construção da estação rebaixadora da ELETRONORTE.

Os estudos realizados por Moura e Maia (1989) entendem que as razões da instalação das empresas estão relacionadas a sua aproximação de Belém, às margens do rio Pará, local que tem a capacidade de atracar navios de até 50 mil toneladas, logo, o município possui as condições de receber grandes portos de exportação. Além disso, fica distante apenas 325 km da Hidroelétrica de Tucuruí, o que facilitaria a oferta de energia para as indústrias. A fábrica da ALBRÁS foi projetada para ocupar um terreno de 140 hectares, dispendo de uma área adicional de 160 hectares para sua futura expansão. Foi estipulado um total de US\$ 995,4 milhões, a ser desembolsado em parcelas anuais com valores diferenciados desde 1977 até 1986. Esses investimentos redundariam na criação de 3.200 empregos diretos (LOUREIRO, 1992).

Mesmo no III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985) e no Plano de Desenvolvimento da Amazônia da Nova República esses grandes empreendimentos voltados para a exploração mineral na Região Amazônica ainda são reafirmados como políticas de Estado (TOURINHO, 1991). Nesse momento, o Programa Grande Carajás<sup>171</sup> foi favorecido com um complexo regime de incentivos tributários e financeiros para empreendimentos produtivos, de infraestrutura, e de pesquisa mineral, em 825,265 Km<sup>2</sup> distribuídos nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins.

---

<sup>171</sup> O PGC foi regulamentado pelos Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980, e Decreto do Poder Executivo nº 85.387, de 24 de novembro de 1980, que criou o conselho interministerial do PGC para supervisionar o programa.

A partir do governo José Sarney houve uma retração dos investimentos do governo federal na Amazônia, devido à crise financeira e fiscal que o país enfrentava. Grande parte dos projetos de expansão de infraestrutura, principalmente a construção de novas estradas, foram desativados, e estrutura de apoio financeiro ficou desarticulada dos projetos de colonização (MACHADO, 1999). Esta situação enfraqueceu as ações do Estado e provocou o progressivas crises das suas agências de desenvolvimento<sup>172</sup>. Mas não implicaram necessariamente a extinção das políticas de renúncia fiscal e de financiamentos oriundos de fundos públicos para empreendimentos ligados à mineração (MONTEIRO, 2005).

O governo brasileiro, desde os Planos Nacionais de Desenvolvimento do governo militar até o Plano Plurianual (PPA 2004-2007) do governo Luís Ignácio Lula da Silva, visava à exportação para o superávit da balança comercial, reforçando a importância de projetos como ALBRAS-ALUNORTE como impulsionadores do desenvolvimento regional (MONTEIRO et al., 2008). No Plano Amazônia Sustentável (PAS-2008, 69) do governo Lula também é reconhecido o setor mineiro-metalúrgico amazônico como importante para a economia brasileira e gerador de divisas para o país, além de reconhecer o seu grande potencial para impulsionar o “desenvolvimento regional”. Mas os estudos de Conduru Junior (1990) analisam os efeitos dos “grandes projetos” no PIB paraense no decorrer dos quinze primeiros anos e afirmam que apesar do crescimento do PIB neste período não houve grandes efeitos na qualidade de vida da população local.

Este modelo de desenvolvimento baseado nos grandes projetos para a Amazônia foi ineficiente na sua ação modernizadora. Os chamados “Grandes Projetos” não resolvem a questão do desenvolvimento e promovem a miséria, quando produzem o processo mais perverso, retirando as comunidades tradicionais do intercâmbio com a natureza que lhe garantia a sua autossuficiência, como assinala Loureiro (1990). Em seu aspecto de eficácia organizacional do Estado e dos empreendimentos, também é questionável (BRITO, 2001).

Loureiro (1990) interpreta que os grandes projetos mineradores e siderúrgicos na Amazônia têm como características: a aliança do Estado ao grande capital com base em subsídios governamentais; o emprego de tecnologias obsoletas; a predação da

---

<sup>172</sup> Fato percebido na extinção da SUDAM, e sua substituição pela Agência do Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

natureza em virtude desta tecnologia; a pouca geração de emprego; o baixo nível de remuneração; a degeneração da base produtiva rural existente anteriormente; e a trágica degeneração da condição indígena. Isso tudo reafirma os processos de exclusão e deslocamento que povos indígenas, pescadores, camponeses e quilombolas enfrentam por conta dos empreendimentos instalados na Amazônia.

Pelos atos declaratórios de 01 e 02 de agosto de 1981, a ALBRAS e a ALUNORTE passaram oficialmente a fazer parte do PGC, e assim usufruíram de todos os subsídios, incentivos e isenções fiscais que faziam parte do Programa (LOUREIRO, 1990), tendo energia subsidiada, isenção de Imposto de Renda por um período de dez anos, empréstimos financeiros internacionais com o aval do Tesouro Nacional, isenção de impostos sobre importação de máquinas e equipamentos e concessão de benefícios fiscais sobre exportação. Pinto (1986-1987) faz referência à participação acionária japonesa e ao importante papel do Estado na realização e execução do empreendimento:

Não há motivos para que a região participe desses festejos “en Petit Comité”. Já a Nova República patrocinou a maior festa de inauguração da história do país: 1,3 milhões de dólares gastos, em outubro de 1984, para dar a partida na fábrica de Alumínio Albrás, às proximidades de Belém [...]. Mas tamanha generosidade se justificaria com o fato de que ali estava o maior investimento privado de toda a história brasileira: os sócios japoneses da Companhia Vale do Rio Doce estavam gastando ali 192 milhões de dólares e capital de risco. Ninguém se importou em lembrar que, só na infraestrutura de apoio a este empreendimento privado, o governo já havia gasto duas vezes e meia mais. E que a cada ano somente o subsídio energético representaria 70% de todo o fantástico capital de risco japonês. ( PINTO, 1986-1987, p.7).

Nesse contexto, o governo federal assumiu o controle político, jurídico e institucional, retirando a autonomia e a jurisprudência dos estados e dos municípios sobre territórios considerados estratégicos à segurança nacional e à integração nacional, e com isso concentrou políticas de ocupação da Amazônia pelo capital internacional à revelia das comunidades locais. De forma autoritária e violenta, por meio de decretos-leis, o Estado assume transformar a ocupação socioespacial da Amazônia em consonância aos interesses do grande capital internacional e da elite econômica nacional, e com esses dispositivos é habilitada “a modernização de caráter autoritário”<sup>173</sup>.

Assim surgiram cenários com núcleos urbanos espalhados em torno dos rios e igarapés; foi instalado o complexo de mineração Albrás-Alunorte; foram construídos o

---

<sup>173</sup> Expressão utilizada por Almeida (1992) para denotar os discursos e ações de intervenção.

porto da vila do Conde e o núcleo urbano chamado Vila dos Cabanos para receber os milhares de trabalhadores que migraram para o município.

Nas entrevistas, os moradores dos antigos sítios que existiam em torno do rio Murucupi narram como tudo começou. O senhor Aldair Pinheiro<sup>174</sup> descreve como este cenário foi se modificando a partir de 1979:

[...] aí quando foi em 79, chegou uma empresa, NORTOP<sup>175</sup>, serviço de topografia, que veio cortar essa cidade todinha, abrir os picos, fazer as ruas, o mapa da cidade, aí eu fichei nela também pra ficar abrindo pico né, trabalhei um ano e dois meses na empresa aí acabou de cortar a área aqui de Barcarena, aliás, cortamos lá em Barcarena primeiro e viemos de lá pra cá até no terro de brejo, aí foi que nasceu quando foi em 79, quando foi em 80, chegou a empresa CONSPARA, pra construir a PA, aquela do porto São Francisco pro Conde, sabe, aí depois como tinha pra construir os Prédios da Albrás, aí quando chegou lá no Conde eles dobraram pra Albrás, aí cortaram tudo da extensão da Albrás hoje que é a fábrica, trabalhei tudo por lá, aí quando o trator limpou a área todinha aí chegou um micro-ônibus com uns americanos grandão assim, uns camaradas grandão assim, a gente não entendia nada que eles falavam, eles chegaram no alojamento da NORTOP de manhã pra pedir, dois homens pra ir com eles, aí o encarregado tirou dois camaradas e eles não quiseram ir, levantou eu, meu irmão e um primo meu, três, empurraram nós, e não entedíamos nada que eles falavam. Nós fomos, nós falava eles achavam graça, eles falavam e nós também não sabia o que eles estavam falando e tiravam retrato da gente lá e boto lá no meio do campo, tava tudo compactado, bonito, botaram lá o aparelho lá, umas malas grande assim de madeira, era cheio daqueles pedaços assim, de um metro de ferro, tudo cheio de vidro assim pintado e muito fio elétrico, mandaram nós espichar pra todo lado, uma hora pra dentro do mano, lá não tinha marreta, fincava e ficava uma pontinha de fora, quando nós acabamos de fazer essa instalação todinha ele mandou nós entrarmos pra dentro do ônibus, aí ficaram lá fora e dispararam um negócio, tipo uma bomba, pra estudar a pressão do solo pra ver se aguentava, se tinha capacidade de receber o que tá lá hoje sabe. [...]. Fizeram esse mapa todinho lá, aí começou a cidade, a empresa foi desmatando, fizeram a PA, aí foram fazendo a área da Alunorte, aí depois como era o Porto do Conde, como era falado, lá que era o grosso do minério, levaram a PA até no Conde, aí depois foram fazendo o ramal do Itupanema, aí vieram pra cá [...] (informação verbal).

Percebe-se uma argumentação ideológica no sentido de tornar o desenvolvimento e o progresso como um bem comum, que a todos beneficiaria. Portanto, os rios, as florestas e as matas devem ser sacrificados para garantir a riqueza e o sustento de todos, da sociedade e da Nação. Neste conflito, disputam agentes sociais com poderes simbólicos diferenciados dentro de um modelo de

<sup>174</sup> Entrevista realizada em 28 de junho de 2014.

<sup>175</sup> A empresa NORTOP (Norte Topografia Ltda.) foi responsável por fazer o levantamento topográfico da área do Núcleo Urbano (2.260 ha). Este contrato teve o valor de 6,6 milhões de reais.

desenvolvimento em que a acumulação do capital e sua ordem econômica são mais relevantes do que as territorialidades específicas e o mundo sociocultural das comunidades tradicionais. A crença no progresso justificou o deslocamento das comunidades tradicionais para a instalação do projeto de Mineração, e as concepções e interesses da empresa capitalista tornaram-se de interesse coletivo e de bem comum.

## 5 CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM BARCARENA E MOBILIZAÇÕES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

O projeto de desenvolvimento baseado no complexo industrial de mineração trouxe ao município consequências espaciais, sociais e ambientais, que provocaram rupturas nas formas de viver e nas relações com a natureza. O cenário do sítio foi completamente alterado, em seu lugar surgiu uma vegetação de capoeira baixa e menos área de água. As empresas se apossaram do solo e dos rios, os recursos naturais ficaram escasseados e comprometidos pela poluição.

Na visão dos planejadores do desenvolvimento, em Barcarena se instalaria o progresso industrial e as atividades agrícolas deveriam responder às demandas da cidade, a qual iria crescer e receber milhares de trabalhadores. O que ocorreu de fato foi a reorganização do espaço para a instalação do polo industrial, que provocou a desterritorialização das comunidades tradicionais e o que poderia ser pensado como uma proletarização precária.

A CDI, ao instalar o polo industrial, desocupou diretamente ou indiretamente os territórios destinados aos portos e indústrias, provocando grandes alterações físico-espaciais, que transformaram as formas de vida e a reprodução sociocultural das comunidades tradicionais.

O cenário também foi alterado logo no início das obras do Porto da Vila do Conde, da Eletronorte e das Fábricas. Milhares de trabalhadores deslocaram-se na expectativa de empregos e do progresso que representava este projeto de desenvolvimento, o que provocou efeitos diversos no modo de vida da Vila do Conde.

As desapropriações era apenas o início da intervenção do Estado na área do projeto, a qual se concretizaria em várias frentes de trabalho em andamento [...]

Para uma comunidade tradicional amazônica de beira do rio, esses acontecimentos vieram a perturbar o cotidiano da pacata localidade. A Vila do Murucupi (Vila do Conde) teve um crescimento de sua malha urbana e populacional altíssima para o período (BARROS, 2007. p. 184-185).

De forma não organizada, Vila do Conde recebeu os trabalhadores, e com este crescimento populacional surgiram bairros improvisados, casas de hospedagens, bares e boates. O território das comunidades tradicionais ficava cada vez mais reduzido pela pressão que provocavam as invasões, identificadas pela tecnocracia. A ampliação do contato dessas comunidades com outros agentes sociais enfraquecia as relações de parentesco e comunitárias, tornando-os também trabalhadores das

construções, das fábricas e empreiteiras que se instalavam no município.

Artigo do jornal A Província do Pará de 10 de fevereiro de 1994<sup>176</sup>, com o título *Prostituição aumenta a Aids no Município de Barcarena*, faz referência à prostituição da Vila do Conde e à preocupação da Fundação Nacional de Saúde com o aumento do número de casos de Aids em Barcarena. O Jornal afirma que a construção da Albrás, do Porto e da estação da Eletronorte no final da década de 1980 provocou o aumento da prostituição em Conde, tanto que entre 1986 e 1987 havia cerca de 100 prostíbulos na Vila.

Apesar de Conde, a partir dos anos 1980, ser considerado um território de produção e fluxo internacional, tem uma malha urbana desorganizada, favelização, desemprego, tráfico de drogas e prostituição (SILVA, 2007, p. 265). Os moradores locais tinham que conviver com esses efeitos do progresso, sofreram preconceitos e lutaram muito contra o rótulo da prostituição que a vila estava carregando. Nas narrativas dos moradores da comunidade do Curuperé, destaca-se a fala da professora Eunicéia Fernandes Rodrigues, a qual descreve este processo de proletarização e exclusão por que passaram com a instalação das empresas e a discriminação que sofreram por conta da fama que tinha a Vila do Conde:

[...] a prostituição começou então, foi assim o primeiro impacto, o grande impacto na nossa comunidade foi isso tá, a gente passou muitos anos tentando quebrar isso porque na verdade a gente lutou muito até em Barcarena, quando eu saía da Vila do Conde que eu ia a Barcarena lá que é, que é ali a, o centro, quando a gente chegava ali as pessoas é, é, a gente sofria mesmo preconceito, ah você mora no Conde ah não tem nada de bom já achava sabe assim, graças a Deus que hoje em dia que a gente mostrou pra eles que Vila do Conde não é isso[...]<sup>177</sup>. (informação verbal).

O Porto de Conde<sup>178</sup> foi criado em função do acordo que definiu a instalação industrial do alumínio. Em meados de 1990, o governo planejou expandir o porto e implantar a Alça Viária. A partir da logística do setor de exportação e importação no Estado do Pará, o município de Barcarena é colocado na rota de grandes empresas de minérios, de madeiras e de grãos, além de receber vários produtos importados para o beneficiamento do alumínio e caulim, como solda cáustica, piche, tijolos

<sup>176</sup> Pagina 10, 1º caderno.

<sup>177</sup> Entrevista realizada em 11 de abril de 2014.

<sup>178</sup> A Companhia das Docas do Pará (CDP), pertencente ao Governo do Estado, é responsável pelo Porto da Vila do Conde. Ele foi inaugurado em 24 de outubro de 1985 e está à margem direita do rio Pará, no local chamado de Ponta Grossa, em frente à baía do Marajó, formada pela confluência do escoadouro natural da navegação dos rios Tocantins, Guamá e Capim, com amplo acesso marítimo e fluvial no local. Disponível em:< [http://www2.cdp.com.br/forms/porto\\_vila\\_conde.aspx#acesso](http://www2.cdp.com.br/forms/porto_vila_conde.aspx#acesso)>.

refratários, alumina, bauxita e óleo combustível (SANTOS, 2007, p. 164-165).

Estas mudanças tornaram a Vila do Conde um lugar de portos e indústrias de transformação mineral. Com a instalação da Pará Pigmentos S.A e da Imerys Rio Capim Caulim S.A, o fluxo migratório ficou mais intenso, o que provocou o surgimento do Bairro Industrial em torno dos muros das fábricas. A maioria dos trabalhadores era paraense do interior do estado<sup>179</sup>, cerca de 70%, e em escalas gradualmente menores havia pessoas de outros estados, como Maranhão, Piauí, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte (BARROS, 2007; HAZEU, 2015).

O complexo minerador provocou a proletarianização dos moradores locais, e para eles foram reservados os empregos mais braçais e informais (MAIA; MOURA, 1990). Conseqüentemente, o desemprego atinge mais esses trabalhadores devido a sua baixa qualificação profissional, pois não conseguem colocação empregatícia nas empresas de transformação mineral, como é o caso de Ronaldo Cravo do Sítio Conceição, que tem duas dúzias de registros de contrato de trabalho em empresas que atuaram na região, o que evidencia a precariedade e alta rotatividade do denominado emprego industrial. As péssimas condições de trabalho, a baixa remuneração, insegurança no emprego e a mobilização da força de trabalho têm sido objeto de pesquisa (NOGUEIRA, 2009; CARMO, 2010).

As famílias tradicionais de Conde tiveram dificuldades de conseguir emprego e manter suas atividades agrícolas e de pesca, devido à poluição do solo e à: aos problemas de acesso à terra fértil e ao rio, pois foram designados para o uso exclusivo das empresas. O solo era infértil e as terras disponíveis para agricultura ficaram, assim, cada vez mais reduzidas. Além disso, a CDI determinou em 2001 a proibição de qualquer atividade agrícola sistemática (SILVA, 2007, p. 294).

[...]outro aspecto sobre esse impacto é a proibição que nós tivemos, a restrição as nossas praias porque eu nasci na beira da praia, a minha família, meu irmão, a minha irmã viviam na beira da praia, então quando os projetos chegam ali a primeira coisa que eles fazem é proibir, você não pode mais passar pra praia, e se a gente hoje vai à praia se um vigilante pega a gente pra onde é que ele traz a gente, vocês não imaginam, pra delegacia tá, porque nós hoje que somos nativos ali nós somos considerados lá uns ladrões, invasores, uns vândalos a gente não pode entrar dentro daquela região deles a praia é ali do outro lado eu moro bem aqui a gente vai, a gente vai, eu sei que é proibido passar mas a gente passa porque a gente quer ter acesso, mas eles não se eles pegarem eles levam a gente preso tá [...]<sup>180</sup>.  
(informação verbal).

---

<sup>179</sup> Provenientes de Cameté, Alenquer, Portel, Porto de Moz e Santarém.

<sup>180</sup> Entrevista realizada em 11 de abril de 2014.

No centro urbano de Vila dos Cabanos, a CODEBAR fazia também policiamento e vigilância nos rios e nas terras dos sítios. Os antigos moradores eram proibidos de entrar no local para retirar os frutos, plantar roças e criar animais. As restrições eram duras, e sempre era acionada a polícia federal para retirar os “invasores”.

O penúltimo presidente da CODEBAR [...] Paulo Freire cada vez que ele vinha pra cá trazia documento aí não podíamos criar galinha porque o galo cantava aí eles vinham atrás, não podia fazer nada que embarulhasse porque eles vinham atrás. Minha irmã morava bem aí onde é o escritório da CODEBAR, tocaram fogo na casa dela, quando chegou não tinha mais, então são coisas que aconteceram aqui muito triste<sup>181</sup>. (informação verbal).

Os moradores das comunidades tradicionais afirmam que a poluição causada por indústrias mineradoras provoca a queda precoce dos frutos, tornando-os inadequados para o consumo, e nos rios e igarapés o peixe possui um sabor diferenciado. Diante desse cenário, relatam os problemas de saúde causados pela poluição do ar, do solo e da água:

O açaí, eu trouxe filhos de açaí, enchi lá, mas não cresceu. Antes, podia ser na terra, na pedra, da feita que plantasse grelava bonito. Tá aí a Catarina que tem a casa dela lá pra trás, ela planta, mas diz ela que fica esquisito, parece que não tem vontade de crescer. Eu acho que é por causa da contaminação, eu já venho notando que até as frutas que caem, olha o bacuri e o piquiá que caem aí das árvores, quando cai já cai com um lado escuro de pretura, e quando era piquiá bom, caía da árvore e podia cozinhar que era limpinho, agora não já cai com aquela queimadura do lado da fruta, eu digo que é devido à poluição, porque essa área aí, eu chego cedo de manhã, e essa fábrica começa a funcionar pra lá, quero que você veja, a fumaça que transforma aí, enche de fumaça, a gente diz que é sereno mas não é não. Depende do vento, quando o vento tá pra cá vem tudo pra cá a fumaça, exala tudinho essa área aí de fumaça. Então pras plantas e frutas só pode poluir, e quando o vento tá assim, a fumaça já vai pra lá. Eu digo que tá tudo poluído, as plantas já não crescem com aquela vontade. Tudo fica assim esmirrado, eu tiro por aqui, se fosse o tempo essa árvores de açaí, era pra tá tudo viçosa<sup>182</sup>. (informação verbal).

Em seus estudos e pesquisa de campo, Silva (2007, p. 29) refere-se à poluição e danos à saúde da população do Curuperé. As crianças sofrem de doenças respiratórias, gripes constantes, alergias, coceira no corpo, dor de cabeça, ardor nos olhos, febre e tonturas.

As empresas instaladas ampliam o domínio territorial no distrito industrial,

<sup>181</sup> Judite Souza Lemos. Entrevista realizada em 14 de setembro 2013.

<sup>182</sup> Maria Amorim, Comunidade Quilombola, Sítio São João. Entrevista realizada em 14 de junho de 2014.

construindo mineradoras e portos, transformados em complexos industriais/portuários de exportação de alumínio e caulim. O agronegócio vê nos portos de Barcarena possibilidades da exportação de soja e milho pelo norte do Brasil, fazendo investimento em portos e logística no município.

A safra de grãos 2016/17 se aproxima e o sobe e desce de barcaças já está mais intenso ao longo do rio Tapajós. Após quase três anos de preparação, entre emissões de licenças e obras, a Hidrovias do Brasil e a joint venture entre ADM e Glencore iniciam suas operações portuárias em Barcarena, no Pará, aquecendo os motores para as milhões de toneladas de soja que começarão a ser escoadas do Centro-Oeste a partir de fevereiro. A chegada dos terminais privados à região consolida a nova - e mais aguardada - rota logística para o transporte de grãos no país.

[...] Pioneira no Tapajós, a Bunge investiu R\$ 700 milhões no Terminal Portuário Fronteira Norte (Terfron), o maior em seis anos em agronegócio e logística no país. Procurada, disse não ter dados atualizados - os números oficiais ainda são os de 2014/15, quando escoou 4 milhões de toneladas.<sup>183</sup> (informação verbal).

Usando o potencial hidroviário do Norte do país, a empresa de logísticas Hidrovias do Brasil investe no município construindo uma estrutura portuária na Vila de Itupanema e também organiza o projeto chamado Operação Norte com a intenção de implantar um corredor logístico norte, para atender a uma importante demanda de transporte e escoamento de grãos da região Centro-Oeste. O projeto envolveu a construção de uma Estação de Transbordo de Cargas (ETC), localizada em Miritituba, e do Terminal de Uso Privado (TUP), localizado em Barcarena, e conta com 5 empurradores principais e 7 sets de 20 barcaças, 1 empurrador auxiliar para o Estreito do Boiuçu, além de 4 empurradores *para manobras portuárias*<sup>184</sup>.

---

<sup>183</sup> Portos e Logísticas. Escoamento de grãos pelo Norte terá forte expansão em 2016/17. 09 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/35679-escoamento-de-graos-pelo-norte-tera-forte-expansao-em-2016-17>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

<sup>184</sup> Disponível em: <<http://hbsa.com.br/a-empresa>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

**Figura 15-** O Estado de S. Paulo. Corredor Norte. Nova rota de exportação diminui custo e Distância de Viagem.



**Fonte:** Jornal O Estado de S. Paulo (Maio-2016).

A Hidrovias do Brasil, por meio da mantenedora CMNPAR ELEVEN PARTICIPAÇÕES, comprou 43.696 ha da empresa K. F. DE MENEZES Consultoria Logística (de propriedade do senhor Kleber Menezes), conforme a Escritura Pública de compra lavrada pelo 4º Ofício de Notas da Cidade de Belém (Livro n. 170, fls. 110/112, registrada em 12/03/2010)<sup>185</sup>. O mesmo documento afirma que a vendedora havia comprado o imóvel da CODEBAR.

Segundo Hazeu (2015), no referido imóvel moravam cerca de 196 famílias que foram desapropriadas pela KF DE MENEZES Consultoria Logística, sem nenhum acompanhamento dos órgãos públicos:

O processo de compra e venda dos terrenos e casas foi realizado como um negócio corriqueiro, sem discussão coletiva ou acompanhamento por parte do poder público, mas com a pressão e a ameaça inevitável da desapropriação, pois o porto seria construído de qualquer jeito. A desapropriação de quase todos os terrenos ocorreu da seguinte forma: um funcionário da K.F. de Menezes Consultoria Logística fazia fotos dos terrenos e benfeitorias, elaborava contratos de compra e venda, que reconhecia posteriormente em cartório. Em seguida fazia uma foto com o (ex)morador no terreno, sorrindo, de mãos dadas e exibindo o contrato. Menezes explica que tentou evitar conflitos, pois precisava da área limpa, sem nenhum processo ou ocupante. Ele atuou como comprador, como empresário. Reassentamento ou o destino das pessoas desapropriadas não fazem parte do investimento e muito menos da sua responsabilidade. (HAZEU, 2015, p. 284).

<sup>185</sup> Disponível em:

<[http://www.antaq.gov.br/portal/PDF/AnunciosPublicos/barcarena/Hidrovias\\_do\\_BrasilVila\\_do\\_CondeSABarcarenaPA.pdf](http://www.antaq.gov.br/portal/PDF/AnunciosPublicos/barcarena/Hidrovias_do_BrasilVila_do_CondeSABarcarenaPA.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2017.

As indústrias existentes no Distrito Industrial são de natureza de transformação e prestação de serviços complementares às atividades de produção industrial. O beneficiamento do caulim e da bauxita que direciona o complexo minerador instalado em Barcarena, e os serviços ligados à cadeia produtiva têm provocado muitos danos ambientais e afetado diretamente o modo de vida das comunidades locais.

O processo de instalação das empresas no Distrito Industrial era coordenado pela CDI, a qual faz o cálculo da área adquirida que é vendida à empresa requerente, somente com a anuência da CDI.

**Quadro 7-** Principais empresas que atuam em Barcarena

Empresas	Atividade/produtos
Albrás e Alunorte (da empresa norueguesa Norsk Hydro)	Produção de Alumínio
Imerys Rio Capim Caulim e Pará Pigmentos (imerys empresa francesa)	Beneficiamento do Caulim/Porto
VOTORANTIM CIMENTOS N-NE S/A	Fabricação de Cimento
Usipar	Fabricação de Ferro-Gusa
Alubar	Cabos de Alumínio
Burutirama/Porto	Fabricação de lingotes de manganês
Bunge/Terfron	Fabricação de Adubos/Porto
Oxbow Brasil Energia Indústria e Comércio Ltda. – antiga <b>TECOP</b> - Terminal de Combustíveis da Paraíba Ltda.	Importação de petcoke (produto obtido de resíduos das refinarias de petróleo) e coque metalúrgico. Armazena e faz a separação granulométrica e o processo de blindagem. Abastece em especial as produtoras de cimento.
ADM Brasil do Brasil LTDA	Agronegócios/Porto
CAP- Companhia de Alumínio do Pará	Mineração/refinaria de alumina
White Martins gases industriais do Norte S/A	Produção de gases industriais e medicinais
TIMAC agro inf. Fertilizantes	Comercialização/Fabricação de fertilizantes
Fertilizante Tocantins	Importação e Distribuição de Fertilizantes
YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A	Fabricação de fertilizantes

**Fonte:** CDI (2014). Com a adaptação da autora.

A CDI, por meio da Lei nº 8.098, de 1 de janeiro de 2015, passa a denominar-se Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC), vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia. A CODEC continua atuando perante as comunidades tradicionais para remanejamentos e indenizações da área do Distrito Industrial de Barcarena, buscando, com as Indústrias em torno das comunidades ou novas empresas, propostas de

investimentos, e a intermediação dos processos de indenização e remanejamento de nove comunidades: D. Manoel, Curuperé, Arienga, Acuí, Maricá, Santa Rosa, Canaã, Bairro Industrial e Peteca.

Em conversa com um morador, em ato de resistência na comunidade de D. Manoel, ele narra como entende o trabalho realizado pela CDI/CODEC no processo de indenização das comunidades do Distrito Industrial.

Não, é o Estado. É a Codec. Porque é assim, olha só vou te mostrar. Eles venderam pra TIMATE, um metro da terra nua a 8 reais e 92 centavos, isso eles disseram aí na frente do Ministério. E sabe quanto eles estão dando? 2,77. Aí como se fosse uma imobiliária né. Nós questionamos, e eles alegaram que é por causa dos impostos. Sim, mas o Estado tem uma companhia que é a CDI que agora é Codec, ela deve ter um orçamento pra isso, ela tá a serviço do Estado pra resolver essas questões de terra. E ela deve na hora que ela recebe... ela vende terra, que tipo assim, vamos supor que ela venda uma área que só tem seis famílias, ela pegou um dinheirão aí e ela só vai indenizar essas famílias. Então deve sobrar aí, deve ter recurso aí<sup>186</sup>. (informação verbal).

A empresa referida é a TIMAC Agro Brasil, multinacional francesa do grupo Roullier, dedicada à produção e comercialização de fertilizantes, que em outubro de 2015 anunciou a instalação de fábrica em Barcarena. O investimento seria de R\$ 150 milhões no polo industrial de Barcarena, com a proposta de gerar 250 empregos na fase de construção e outros 250 postos de trabalho diretos na fase de operação da nova fábrica de fertilizantes em julho de 2017<sup>187</sup>. Esta empresa atua na comercialização de fertilizantes e pretende instalar a sua indústria no território da Comunidade de D. Manoel. Seus moradores recusaram a proposta da CODEC.

Os acidentes e crimes ambientais praticados pelas empresas são frequentes. O ar, o solo e os rios são contaminados pelos rejeitos das empresas, que afetam diretamente a saúde e a reprodução social dos moradores da vila do Distrito Industrial. Um dos acidentes noticiados em jornais, com referência a 1991<sup>188</sup>, diz respeito àquele em que a ALBRÁS foi acusada da responsabilidade de casos de fluorose nas crianças de Barcarena, doença causada pelo excesso de flúor no organismo, o qual estava presente no ambiente poluído com o processo químico de formação do alumínio.

As ações das empresas em alguns casos ocorrem com a conivência dos órgãos públicos, como o caso noticiado no Jornal Liberal do dia 12 de julho de 1996 com o

<sup>186</sup> O entrevistado não quis se identificar. Entrevista realizada em 29 de março de 2016.

<sup>187</sup> Disponível em: < <http://www.seplan.pa.gov.br/multinacional-francesa-anuncia-instala%C3%A7%C3%A3o-de-f%C3%A1brica-em-barcarena>. Acesso em: 23 jan. 2017.

<sup>188</sup> O Jornal disponível na Fundação Cultural Tancredo Neves, na Biblioteca Artur Viana, no acervo sobre o município de Barcarena.

título *Empresa Leva toda a areia da praia de Vila do Conde*, referindo-se à Imerys Rio Capim Caulim, que usava a areia da praia para a construção de uma rampa no porto, retirada da ponta da Mamorana. No mesmo jornal, em notícia do dia 23 de agosto de 1996, está escrito “Autoridades sabiam do roubo da areia, mas os moradores da Vila do Conde querem que o Rio Capim devolva o mineral”.

As empresas mineradoras de caulim no distrito industrial são as principais responsáveis pela contaminação dos rios Dendê e Igarapé Curuperé, e as comunidades em torno das empresas são maiores vítimas das irresponsabilidades ambientais e sociais dessas empresas. O argumento de que o caulim não é tóxico e a maré se encarrega de eliminar o branco da água dos igarapés era frequentemente usado pelos técnicos das empresas. A obrigatoriedade de entrega de água e cestas básicas para a população não responde às demandas das comunidades tradicionais atingidas pelo caulim, como é o caso das 12<sup>189</sup> famílias de pescadores da ilha São João, as quais foram remanejadas para as escolas em 2007.

**Quadro 8-** Dos crimes e danos ambientais de 1991 a 2016.

ANO	EMPRESAS	CRIMES E DANOS AMBIENTAIS
1991	ALBRÁS	Responsável por casos de fluorose.
1996	Rio Capim Caulim	Retirar a areia da praia da Vila do Conde, para construir o Porto na Ponta da Montanha.
2000	Balsa Miss Rondônia	Vazamento de óleo na praia de Conde da balsa Miss Rondônia.
Abr. 2003	Alunorte	Peixes mortos encontrados no rio Murucupi.
Mai 2003	Alunorte	Cor da água do Murucupi foi alterada, bacia de contenção de rejeito transbordou.
Jun. 2003	Alunorte	Cor da água do rio Pará ficou avermelhada e peixes morreram. Evandro Chagas apontou a presença de produtos alcalinos no tratamento de bauxita. Ibama concluiu que houve vazamento da bacia de decantação do minério da Alunorte.
2004	Imerys	Cor da água dos rios Curuperé e Dendê mudou de verde para amarela, derramamento de rejeitos químicos industriais <sup>190</sup> .
2004	Alunorte	Chuva de fuligem em Barcarena (combustão lançada na atmosfera na praia e casas na Vila do Conde. Crianças e adultos tiveram problemas respiratórios.
2005	Alunorte	Vazamento de 80 litros de soda cáustica.
2006	Imerys	Contaminação de poços do bairro industrial em decorrência do processo de beneficiamento do caulim. SECTAM apurou a existência de fissura na bacia 3 da empresa Imerys.
2006 2007	Imerys Imerys	Lançamento excessivo de fuligem das chaminés da Imerys. Carreamento de efluentes ácidos que atingiu os igarapés Curuperé, Dendê, rio Pará e as praias do Caripi e Itupanema. Desalojou cerca de 18 famílias em torno do Igarapé Dendê e Curuperé.

<sup>189</sup> Jornal O Liberal. Imerys é autuada e indiciada pela Polícia. P. 7. Caderno Atualidades. Belém. 15 de junho de 2007. O jornal afirma que a defesa civil remaneja para as escolas em Conde 12 famílias do igarapé Dendê, e que, na Ilha de São João, 3 famílias haviam se recusado ao remanejamento.

<sup>190</sup> Disponível em: < [http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id\\_noticia=367528](http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id_noticia=367528)

2009	Alunorte	Carreamento de lama vermelha para o rio Murucupi, causou a morte de centenas de peixes e em prejuízos aos moradores em torno do rio. Resultou em um TAC e processos individuais dos moradores por danos morais contra a Alunorte.
2010	Imerys	Nuvem de fuligem sobre o bairro industrial
2011	Imerys	Rompimento de duto com efluentes ácidos, atingindo os igarapés Curuperé e Dendê.
2012	Imerys	Vazamento de caulim por uma fissura na tubulação que transporta polpa de caulim entre o porto e a planta da empresa, atingindo o igarapé Maricá.
2014	Imerys	Vazamento de caulim das bacias, foi feito um TAC firmado pelo MPF, MPE com a empresa Imerys, segundo o qual a empresa ficou com a obrigação de fornecer cesta básica e 80 litros de água durante dois anos para 90 famílias.
2015	Haidar, Minerva S/A, Global Agência Marítima, Norte Trading Operadora Portuária /CDP	O navio cargueiro "Haidar", que transportava 5.000 bois tombou e afundou no cais do porto de Vila do Conde. Vazamento de óleo no Rio Pará. Toda a população de Barcarena foi atingida, chegando ao município de Abaetetuba. Foram distribuídas cesta básica e água mineral à população. A operação de cargas vivas foi proibida. Um plano de contingenciamento foi solicitado pela secretaria para normalizar as operações do porto. O MPF entrou com ações civis públicas contra as empresas. As negociações de indenizações estão paralisadas.
2016	Imerys Rio Capim Caulim	Vazamento de caulim nos igarapés Curuperé, Dendê e São João.

**Fonte:** Elaboração própria.

Os sucessivos acidentes ambientais no rio Dendê e igarapé Curuperé praticados pela empresa Francesa Imerys são reflexo da prática de exploração colonizadora do grande capital aos países dependentes de seus investimentos. Valendo-se da oportunidade das políticas governamentais locais, baseadas *no desenvolvimento a qualquer custo*, essas empresas se utilizam de estratégias para baratear o custo do processo produtivo, negligenciando os investimentos em planos de contingências para evitar os acidentes ambientais.

Apesar de sua elevada importância sócio-econômica para o país, sua extração e beneficiamento provocam impactos ambientais. Para mitigar esses impactos existem leis, que atualmente exigem a elaboração de EIAs/RIMAs (Estudos de Impactos Ambientais/Relatórios de Impactos Ambientais), as quais estão inclusas no PRADs (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas). É preciso que as empresas que atuam nessa área se conscientizem da necessidade da preservação ambiental e da necessidade de um desenvolvimento sustentável, a fim de poderem usufruir das ISOs 9000 e 14000, tendo o privilégio de possuir um "Selo Verde" de Qualidade Ambiental, o que favorecerá a comercialização de seus produtos em nível nacional e internacional. (PEREIRA, 2007, p. 27).

Nos seus estudos sobre os acidentes ambientais em Barcarena, a professora Simone Pereira ressalta a necessidade dos planos de contingências e critica o uso de processos produtivos arcaicos e degradantes pelas empresas mineradoras:

A prática de depositar rejeitos em bacias de sedimentação é uma prática de baixo custo e que cria muitos problemas para o meio ambiente, com o aumento da produção mais e mais bacias deverão ser criadas e em pouco tempo não haverá lugar suficiente para tantos rejeitos. Um dia quando estas empresas não tiverem mais interesse na Amazônia elas deixarão estas inúmeras bacias com milhares de toneladas de rejeitos para os amazônidas, esta será nossa herança (PEREIRA, 2009, 112).

A Norsk Hydro (Alunorte e Albrás), a Imerys Rio Capim Caulim, a Pará Pigmentos, a Buritama, a Tecop, a Votorantin e a Ussipar[?] estão transformando o município de Barcarena em depósito de rejeitos industriais, desmatando florestas e deslocando pessoas para construir mais bacias de rejeitos, com a permissão e incentivo do governo local, estadual e federal. Há um interesse institucional de transformar Barcarena no centro logístico/portuário e industrial do nordeste paraense, buscando estratégias de assegurar a acumulação primitiva com base nas *commodities* minerais e no agronegócio.

A partir de 2003, os crimes ambientais praticados pela Alunorte nas águas do rio Murucupi foram sucessivos e atingiram o rio Pará. A empresa explicou e justificou que a causa da morte dos peixes no Murucupi não está relacionada ao processo operacional dela, mas ao despejo de esgoto sanitário doméstico. Diante disso, reitera o argumento de que não houve relatos de moradores sobre morte de peixe em decorrência deste acidente e quanto aos peixes mortos na praia de Itupanema (rio Pará) afirma ter sido um caso isolado e que foram poucos atingidos.

Os acidentes ambientais da Alunorte deram como resultado o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, que considerou a lama vermelha no rio Murucupi um caso fortuito causado pela elevação do índice pluviométrico e a contaminação do rio Pará foi súbita e temporária, sem apresentar qualquer repercussão à saúde dos ribeirinhos e à manutenção da pesca. Diante do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal, assinou o comprometimento de não lançar no rio Pará nenhum efluente com substâncias que possam causar danos à saúde da população e a cumprir a legislação ambiental.

A situação apresentada pelo rio Murucupi é a certificação do fracasso do projeto de desenvolvimento para o município. Na *cidade aberta* do plano urbanístico organizado pelo arquiteto Joaquim Guedes e Associados, o rio constituía a parte central do desenho urbanístico, com o plano de preservação ecológica, lago e clube. No entanto, ele recebe os dejetos das indústrias e de todo o esgoto doméstico da Vila

dos Cabanos. Suas águas estão contaminadas e os peixes não são apropriados para o consumo. Os “agentes do desenvolvimento” não conseguiram realizar nem mesmo a função paisagística destinada ao rio Murucupi.

Em 2009, novamente a substância conhecida como lama vermelha transbordou do reservatório da empresa Alunorte, causando danos ambientais ao rio Murucupi. A Delegacia do Meio Ambiente solicitou ao Laboratório de Química Analítica e Ambiental, da Faculdade de Química da Universidade Federal do Pará, um estudo preliminar dos níveis de contaminação ambiental no rio Murucupi provocada pelo vazamento dessa substância.

A lama vermelha que contaminou a área tinha, na sua composição, arsênio, ferro, alumínio, titânio, cromo, chumbo e mercúrio, que estão contidos no resíduo do beneficiamento da bauxita. Segundo Pereira (2009), nos estudos da composição química da água do rio Murucupi, foram encontradas substâncias que afetam a oxigenação da água, aumentam a turbidez e os altos valores de cloreto e sódio. Tudo isso provocou a mortandade dos peixes.

Nas entrevistas feitas com moradores das comunidades localizadas em torno do rio Murucupi, eles relatam a situação da poluição dos rios:

[...] uma das causas dos prejuízos que tivemos aqui foi o derramamento de rejeito nos rios que matou muitos peixes e essa poluição que tá nos rios, os rios foram os mais prejudicados, muito prejudicados nisso tudo, nós sentimos assim no dia-a-dia o que aconteceu. [...] Num teve aquele derramamento, foi duas ou três vezes que aconteceu da ALUNORTE, matou muitos peixes na época. Até causou danos no pessoal dos ribeirinhos aí, teve gente que teve coisas na pele, eu digo curuba, sei lá, alergia, não sei, teve muita coisa horrível nesses rios, é isso que eu tenho pra falar.<sup>191</sup> (informação verbal).

Então devido às instalações do progresso em Barcarena é que veio ocasionar esse tipo de impacto no ambiente, aonde foi nos rios, no ar. O ar que respiramos hoje é totalmente poluído. A água também é poluída, nossos rios tão totalmente poluídos. Hoje a minha comunidade lá que é o Sítio Conceição, sofrem diretamente esse impacto porque hoje ainda existe um esgoto a céu aberto dentro da comunidade, o sistema de esgotos dos Cabanos e do Pioneiro passa por dentro da comunidade e com esgoto aberto e vai diretamente pro Murucupi<sup>192</sup>. (informação verbal).

[...] antes numa época eu peguei um bucado de peixe aqui. Dali de cima presta, mas daqui não presta mais os peixes, não tem quem consiga comer a carne deles, porque é uma carne fedorenta, já tão vivo um vivo podre<sup>193</sup>. (informação verbal).

---

<sup>191</sup> Entrevista realizada em 09 de agosto de 2014, com a senhora Maria Ivanilda Xisto dos Santos. Sítio São Lourenço.

<sup>192</sup> Entrevista realizada com o senhor José Roberto de Jesus da Silva Cravo, em 31 de maio de 2014.

<sup>193</sup> Entrevista realizada com a senhora Socorro Pinheiro, em 19 de agosto de 2014.

Entre os órgãos fiscalizadores e executores de análise das amostras, o Instituto Evandro Chagas afirma que as alterações físicas e químicas na água colocam em risco a saúde da população e do ecossistema do rio Murucupi. A SEMA fez um relatório no qual afirma ter encontrado peixes mortos e a água do rio de coloração vermelha, e o Laudo Pericial 048/2009 do IBAMA concluiu que a poluição ambiental alcançou o Murucupi até o arrozal, no município de Barcarena. Diante da comprovação do acidente nos laudos e relatórios de avaliação dos órgãos, a DEMA indiciou a empresa Alunorte e seus diretores (SILVA, 2012 p,112-120).

Em 2012, os moradores das comunidades tradicionais de Barcarena entraram com ações por danos morais no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que foram julgadas improcedentes e extinto o processo. Na 2ª Vara Cível de Barcarena, foram apresentadas 2.657 ações por danos morais contra a Alunorte, todas com o mesmo mérito e com as custas dos processos cobradas aos moradores atingidos pelo vazamento da lama vermelha. Esta decisão judiciária tem um teor punitivo e repreensivo às mobilizações e lutas das comunidades tradicionais, as quais foram novamente excluídas da condição de sujeitos de direitos.

A justiça do estado do Pará é a única que pode obrigar a empresa a retirar os rejeitos das bacias e destiná-los de forma adequada, quando isto ocorrer os problemas serão resolvidos. Além disso, há a necessidade da recuperação dos ecossistemas locais principalmente do rio Murucupi [...]

As decisões tomadas pelos órgãos competentes refletirão na preservação ou degradação do meio ambiente da área de Barcarena e as responsabilidades históricas ficarão registradas para o conhecimento das gerações futuras.

A busca pelo desenvolvimento sustentável só será possível quando todos os atores envolvidos no processo tomarem consciência que a Amazônia precisa não só ser preservada, ela precisa ser respeitada em todos os sentidos (PEREIRA, 2009, p. 112).

Os modos sociais de apropriação do mundo material e as formas culturais que encerram valores e racionalidades, bem como orientam as práticas sociotécnicas, integram as dimensões do modelo de desenvolvimento. Tais modelos se caracterizam pelos “acordos simbióticos”, em que atores se “co-inventam” e se integram, de forma conflitiva, em inescapável relação de poder (ACSELRAD, 2004). A análise sobre o campo dos conflitos ambientais propõe abordar os conflitos por meio de um exercício de uma racionalidade não hegemônica, como expressões de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento.

Este conflito socioambiental em Barcarena representa o confronto de formas diferenciais de reprodução social, cultural e econômica. Os “agentes do

desenvolvimento” e as empresas mineradoras concebem os recursos naturais como unicamente matéria-prima e potencialidade de acumulação primitiva. Este modelo não concebe formas diferenciadas de uso dos recursos naturais baseadas em bens comuns. Há uma diversidade sociocultural e distintos projetos de apropriação e significação do mundo material. Os agentes possuem o interesse e o discurso com eficácia simbólica, que é legitimada e reconhecida. Neste embate entre conceito e práticas, o poder simbólico tem como objetivo final tornar-se hegemônico universal.

O poder ideológico e midiático do “progresso” e do “desenvolvimento” os torna verdade universal, incontestável, sonho do eldorado. Neste tesouro está o emprego, saúde, educação, bem-estar da família e segurança, o sonho de uma vida melhor. Nesta onda ilusória, os sitiante foram convencidos a mudar de vida. Em pouco tempo o progresso atropelou as esperanças do eldorado, e as comunidades tradicionais perceberam que pagaram um preço alto.

Você tinha um filho mais velho ou maior de idade já sonhava pro filho a possibilidade de trabalhar naquela indústria, naquela empresa, então é por isso que eu digo assim que ele não levava apenas as ferramentas deles, os ferros levava também a esperança e o sonho para aquela, pra Barcarena né, e eu não fico longe disso porque a minha família também sonhou, não apenas a minha família, a minha comunidade sonhou né.

[...] muitas pessoas vão pra fichar na empresa, mas só pra derrubar, pra roçar, pra capinar e cavar os buracos no momento em que chega pra se implantar os ferros, jogar um concreto o quê que acontece com as famílias, com as pessoas de Barcarena perdem seus empregos porque eles não sabiam trabalhar com concreto que uma coisa até fácil né, hoje em dia muitas pessoas sabem trabalhar, mas as pessoas da comunidade não sabiam trabalhar, então o quê que acontece perderam os seus empregos né, cada um voltou pra ser pescador, pra fazer a sua roça, pra plantar milho acabou o sonho, nesse momento acaba o sonho né, porque no momento em que a empresa começa, não se tem mais a mão de obra qualificada da nossa comunidade<sup>194</sup>. (informação verbal).

A insistente existência e resistência das territorialidades específicas constituiu um grande obstáculo às estratégias desenvolvimentistas pensadas para o município. As comunidades tradicionais da Vila do Conde, mesmo diante das transformações espaciais e dos impactos ambientais causados pelos grandes projetos, persistiram em lutar pela existência de diversos modos de viver. As comunidades tradicionais e os quilombolas indígenas da Vila dos Cabanos lutaram pela permanência e retorno ao território e pela autodefinição quilombola, contrariando os interesses dos “agentes do

---

<sup>194</sup> Eunicéia Fernandes Rodrigues. Entrevista realizada em 11 de abril de 2014.

desenvolvimento” que os intitulavam de invasores e *mentirosos*<sup>195</sup>.

Neste sentido, o conflito ambiental presente em Barcarena tem como foco principal de análise a territorialidade das populações locais, além de não deixar a sociedade indiferente as suas causas e existência. A função do conflito é manter e estabelecer a identidade do grupo, o qual se estende à análise e à questão da consciência, assim como ao conhecimento da identidade de classe. As comunidades tradicionais de Barcarena sabem que o que está em disputa são os recursos comuns e formas diferenciadas e peculiares de viver impostas pela ordem capitalista, e assim conseguem a articulação de ações coletivas em busca de direitos coletivos e territorialidade.

[...] que mudou então na, na vida das pessoas daquela comunidade, eu acho assim que o que mudou, a abertura do ensino das pessoas né, a universidade já tem para as pessoas né, para colocar as crianças, os adolescentes, e se a gente falar assim só teve miséria não, eu não estou falando a verdade, teve uma coisa boa que aconteceu ali né, que eu vou dizer pra vocês, *a coisa boa que aconteceu ali na nossa comunidade é que a gente aprendeu lutar né, a gente não apenas cruzou os braços.*(Eunicéia Fernandes Rodrigues, no Seminário Carajás 30 anos, em 11 de abril de 2014). (informação verbal).

### 5.1 Comunidades tradicionais do Distrito Industrial e os seus atos de resistência

Nas narrativas orais, os moradores das comunidades tradicionais expressam o sentimento de abandono, à margem do projeto de desenvolvimento. Mas conseguiram reagir às tentativas de aniquilamento de sua existência, bem como resistir a todas as pressões e privações causadas pelos deslocamentos, processos indenizatórios, acidentes ambientais, desemprego, lutas judiciais de reintegração de posse, invasões, migração, cercas que impedem o acesso ao rio e às florestas e tratores destruidores de roças.

O primeiro processo de deslocamento organizado pelo CDI foi na década 1980 para implantação da Eletronorte, ALBRÁS/ALUNORTE, Porto da Vila do Conde e da área de proteção ambiental. Na década de 1990, foram retiradas as famílias da Ponta da Montanha, as quais, devido à construção da empresa Rio Capim Química S/A, tiveram de se deslocar para Curuparé. Neste momento, as famílias tradicionais sentiram as mudanças nas suas formas de vida, porque aos poucos ficavam imprensadas pelas bacias de rejeitos, pelos muros e minerodutos das fábricas.

---

<sup>195</sup> Em diversos momentos havia relatos de que funcionários da SPU e lideranças políticas locais afirmavam que não havia quilombolas indígenas em Barcarena, que eram uma *cambada de mentirosos* (expressão usada por Nivaldo Pinheiro, em 31 de agosto de 2013).

Novos agentes sociais surgem e se integram ao campo do conflito socioambiental que inaugurava. Chegaram trabalhadores para as construções das fábricas e porto, os chamados *peões de trecho* (FONTES, 1996) e demais trabalhadores braçais que organizaram as associações. E já faziam paralisações e greves, negociando melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas. As mobilizações dos trabalhadores das fábricas e da construção civil representavam, nas décadas de 1980 e 1990, exemplos de resistência aos moradores locais.

Então foram várias e várias conquistas que não me lembro agora. Mas além do processo de construção do sindicato, das atividades dos sindicatos, nós interferimos nas organizações que existem hoje em Barcarena. Aqui não tinha nenhuma organização. A única coisa que existia aqui era o Sindicato dos trabalhadores rurais que era igual ao de Cametá.

Fizemos campanhas... Tínhamos o apoio da FASE daqui de Abaetetuba. Trouxe eles para nos ajudar, porque não tínhamos estrutura. Os trabalhadores rurais assumiram o sindicato, recebiam o apoio da FASE e do nossa Sindicato.

Criamos a associação das mulheres “campo cidade”, né? Que a minha esposa era presidente[...]

P. Qual o nome da tua esposa?

R. Maria Helena Gonçalves Alves. Aí ela foi presidente. A minha irmã era a tesoureira... secretária. E a esposa do seu Lorico era secretária. Era um grupo inédito. Também a associação dos trabalhadores profissionais do campo. A Lindalva e a irmã dela é quem dirigiam...

Depois disso nós começamos a trabalhar a criação... Começou a funcionar a ALBRÁS metalúrgica. Aí começamos a discutir a criação do sindicato de metalúrgica. Era SIMETAL. Era o Gilmar, Sulivam, esse pessoal aí. Aí nós fomos fazendo reunião com eles<sup>196</sup>. (informação verbal).

A entrevista do líder sindical Petronilo Alves serve para visualizarmos o movimento social e as articulações das categorias trabalhistas em Barcarena com a implantação dos grandes projetos. Esse movimento instalou o debate sobre as limitações da proposta de desenvolvimento que estava sendo apresentada às comunidades locais.

Esse contexto dinâmico, de ressignificação e reconstrução deste espaço relacional (SILVA, 2010), configura campos de representações, discursos e afirmações práticas de intermediação e de negociação. No espaço relacional, existem articulações e mediações entre os agentes envolvidos. Nele são percebíveis os mecanismos das empresas para viabilizarem os seus negócios, a atuação do Estado

---

<sup>196</sup> Entrevista realizada em 04 de julho de 2016. Petronilo Progenio Alves nasceu em Cametá, veio a Barcarena por conta das promessas de emprego e progresso, no início dos anos 80. Foi fundador e presidente do Sindicato da Construção Civil. Atua em várias organizações sindicais e políticas locais.

como agente de desenvolvimento e as estratégias usadas pelas comunidades tradicionais para garantir sua reprodução social, e as práticas e discursos usados por meio das territorialidades específicas.

O modelo de desenvolvimento imposto pelo Estado delega à modernidade a superação de formas tradicionais de relações de produção, das relações de parentescos, dos imaginários da cultura “sitiante”. Com um projeto de cercamento dos campos, as áreas de uso comum (os rios, as roças, as florestas e os fornos de farinha) foram disponibilizadas ao mercado, impondo a “lógica cruel do lucro e do poder político como um estado natural das coisas” (SAID, 2003, p. 35).

Esta relação dicotomizada e binária imposta pelo complexo de mineração não compreende as experiências desperdiçadas (SANTOS, 2002), que pretensiosamente ficaram opacas e invisíveis pela força dominadora do capital e dos seus instrumentos midiáticos. As comunidades tradicionais persistiram, resistiram à sua condição de inexistência, nas fronteiras entre o tradicional e o moderno. Os mecanismos de imposição do progresso industrial em Barcarena e as disponibilidades e fluxo de ideias, culturas, identidade e diferenças reforçaram aos moradores das comunidades tradicionais o sentimento de pertencimento ao lugar.

Neste sentido, as comunidades que tendem a reagir a uma padronização e unidade da cultura imposta por um sistema hegemônico fazem releituras de seus processos políticos de dominação e estão em condição de subverter essa ordem. Não representam a ruptura e o isolamento, mas as suas reconfigurações na sua interioridade, apropriando-se de processos sociais do outro, para prevalecer a sua especificidade.

Esta concepção de espaço relacional possibilita a compreensão da dinâmica das relações sociais e culturais, o entrelaçamento de universos culturais e epistemológicos diferentes em uma interação dinâmica e negociável. Portanto, a ciência descreve o mundo de maneira mecânica, estabelecendo explicações sistemáticas sincrônicas, reduzidas por teorias objetivas e exatas que não dão conta de compreender essas relações interculturais, as quais compõem este lugar do qual as comunidades tradicionais fazem parte, sobretudo, a partir da instalação do complexo de mineração.

A dinâmica que constitui este espaço relacional para as famílias da Ponta da Montanha, do Curuperé, Arienga, Acuí, Marica e Canaã constrói diversas estratégias

de resistência às sucessivas imposições de usurpação de direitos promovida pelo Estado e pela Empresa em nome do progresso. Eunápio do Carmo (2011), escrevendo sobre o fortalecimento dos moradores de Nova Vida (antigos moradores de deslocados pela Imerys Rio Capim Caulim S. A), faz a seguinte consideração:

[...] Assim, o contexto da nova dinâmica minou com o deslocamento e reivindicação formação da Associação dos Moradores e parcerias com entidades (STRB, CPT e Projeto de Assessoria da UFPA<sup>197</sup>). Com o deslocamento se aprendeu a: compreender a dinâmica do conflito; conviver com o sofrimento; se adaptar a novas situações; a desenvolver a consciência política; se organizar; dar sentido à luta; reivindicar; valorizar a escola; formar liderança; negociar, dentre outros aprendizados. Nesse ambiente de campo de relações foram construídas novas ações: negociação com a empresa; estratégia de experiências que garantiram a mobilização de saberes e práticas que colaboram para a formação humana. O território, assim, “respira” movimentos de mudanças e confrontos (CARMO, 2011, p.155).

No contexto do conflito socioambiental, o que está em disputa é o uso e a posse de recursos naturais e bens materiais, são concepções de reprodução econômica e social diferenciadas em confronto. As comunidades tradicionais conseguem construir a percepção de que são sujeitos de direitos por meio das territorialidades específicas, pois sabem que o fortalecimento político requer a consciência de coletividade dos bens comuns e o sentido comunitário de lidar com os recursos naturais. Por meio disso se articulam e conseguem visualizar quais são os seus oponentes.

No momento das negociações de deslocamento e instalação da empresa Rio Capim Química S.A no distrito industrial de Barcarena, as comunidades da Montanha, Curuperé e Arienga eram representadas pela Associação dos Trabalhadores Rurais do Curuperé. As reuniões para as discussões sobre o processo indenizatório foram registradas em Atas de 1993<sup>198</sup>. Foram abertas negociações sobre o local para o qual as famílias desejavam ser deslocadas, bem como as condições desse deslocamento e as reivindicações da comunidade.

A Associação dos Trabalhadores Rurais do Curuperé<sup>199</sup> apresentou a proposta dos moradores da Montanha, que desejavam uma escola para Curuperé, assistência técnica, proteção contra os invasores, construção da ponte de acesso para travessia do Igarapé Dendê até chegar a Vila do Conde; que lhes fossem dadas condições de

---

<sup>197</sup> Assessoria às Organizações Sindicais e Comunitárias Rurais no Município de Barcarena-PA (Curso de Serviço Social da UFPA), conhecida como “o pessoal da Universidade”. (CARMO, 2011. p. 117).

<sup>198</sup> Em datas de junho de 1993 e 25 de junho de 1993.

sobrevivência (de autossustentação) e que os lotes de terras possuíssem a extensão de 15 hectares (NASCIMENTO, 1999).

Os moradores da comunidade da Montanha foram remanejados para Curuperé. A empresa Pará Pigmentos S/A construiu 11 casas, uma escola, igreja, duas casas para a pastoral e posto médico (inacabados, conforme documento da Associação datado de 09 de junho de 1998), forneceu] energia elétrica, água e equipamento para as escolas e construiu parte da ponte que dá acesso a Vila do Conde.

Mas nem todas as promessas feitas na reunião, registrada em atas, foram cumpridas, e a comunidade teve que lutar por anos por suas reivindicações. Em documentos da associação dos trabalhadores rurais de Curuperé há inúmeras solicitações ao ITERPA, à CDI e à SECTAM para que tomassem providências quanto à titularidade da terra e quanto aos projetos agrícolas para a comunidade. Buscaram perante os órgãos públicos possibilidades de reprodução social por meio de práticas específicas, na luta para assegurar formas diferenciadas de uso de recursos e território.

Por meio de suas associações, os moradores das comunidades reconhecem suas territorialidades específicas, e em documento afirmam:

Vale salientar que o projeto agrícola Canaã beneficiará inúmeras famílias que não possuem mão de obra qualificada para trabalhar nas empresas, diminuirá as filas nas portas das empresas, da prefeitura, a Ação Social, da Câmara, etc. Não queremos estar no contexto usado pelos empresários ou seja paternalista, pois queremos mostrar nossa capacidade de administrar o projeto recém-criado por nós.

Fizemos o levantamento das famílias do Acuí, Arienga Baixo, Margem Esquerda do Conde e Curuperé, perfazendo um total de 110 (cento e dez) famílias<sup>200</sup>. (informação verbal).

No contexto de usurpação de direitos e disputa de recursos no qual foram inseridas, as comunidades tradicionais percebem que, por meio de suas territorialidades específicas e formas peculiares de reprodução social e cultural, criam estratégias de resistência ao projeto de desenvolvimento que lhes impõe a exclusão e retira a garantia de autossuficiência material como comunidade, por meio de projetos agrícolas comunitários.

Sentimentos de abandono e desrespeito de formas diferenciadas de existência

---

<sup>200</sup> Ofício nº 09/98, 09 de junho de 1998, encaminhado à Câmara de Vereadores. Documento assinado pela Associação dos Trabalhadores Rurais de Curuperé.

estão bem presentes nas narrativas dos moradores do Curuperé:

Não, porque é da empresa aquilo ali, aquilo ali não pode ser nosso entendeu, porque você pode passar de noite ali o grande desperdício que é de energia, enquanto pra nós a, as comunidades, como se diz, as tradicionais que tão restinho que tem lá não tem nada, então quer dizer eles não têm intenção mesmo porque eles não querem ter compromisso com a gente, porque já tá, não, porque nunca ninguém pediu, pedimos sim nós temos tudo documentado, tenho documento aí, foi feito as negociações simplesmente a gente bate, bate, bate a gente vai até que cansa né, porque por causa da verdade o nosso irmão morreu nessa luta né, tanto lutar, lutar, arrumou inimigo dum lado, inimizado do outro, aí as pessoas calam né, calam uma liderança

[...] o poder público eles não têm compromisso com a nossa comunidade, não têm compromisso com as comunidades que tão na área, eles querem mais que a gente se ferre mesmo entendeu, porque na, no momento que você se ferra, você não tem energia, você não tem água de qualidade, você tem poluição o quê que você faz, você corre de lá<sup>201</sup>. Informação verbal).

Em ofício à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETRAGRI), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais solicita o assessoramento da Federação às comunidades de Curuperé e Acuí, para o assentamento dessas comunidades nas Fazendas Cabano e dos Turcos, em Barcarena. Neste documento, afirma que, devido à poluição dos grandes projetos industriais e das ações da CDI e CODEBAR, as comunidades vivem uma *vida desumana, discriminada e sofrida, ficaram sem as terras, sem emprego, sem pesca, que era o meio sobrevivência da família*<sup>202</sup>.

Desde a época dos primeiros deslocamentos e da instalação da Albrás/Alunorte, havia a intenção de retirada dessas comunidades pela CDI contida nas entrevistas com os técnicos e “agentes do desenvolvimento”. A titularidade e a segurança fundiária dessas comunidades representariam mais empecilhos à expansão do projeto mineral/portuário. As práticas de irresponsabilidade ambiental das empresas foram sustentadas por este planejamento, que colocou as comunidades locais em condições de descartáveis pelo progresso. Na visão dos planejadores, as comunidades estavam guardando e preservando temporariamente o território.

A comunidade organizou o projeto agrícola Canaã, o qual foi embargado pela CDI. Na luta pelo prometido título da terra, foram informados pela Coordenação do Meio Ambiente que o elevado índice de poluição inviabilizaria a permanência da

<sup>201</sup> Entrevista de Maira de Fatima Monteiro, realizada em 07 de março de 2014. O irmão a que se refere é Jorge dos Anjos, que liderou a comunidade e era presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Curuperé. Morreu em acidente, atropelado com sua bicicleta, fato considerado estranho para a família, que suspeita de assassinato.

<sup>202</sup> Ofício nº 01/2002, de 07 de janeiro de 2002.

comunidade em um raio de 10 quilômetros das empresas, e a *titulação ia de encontro ao Plano Diretor e à Lei Orgânica do Município*<sup>203</sup>.

Nas narrativas de luta e resistência das comunidades de Conde/Distrito Industrial, percebemos que elas têm essa consciência do poder do Estado na imposição do discurso hegemônico do progresso, o qual provoca a alienação e a cooptação da comunidade local. Daniel Rodrigues Fernandes entende o poder midiático do progresso e da cooptação das forças divergentes, quando se refere à aliança do seu pai com a CDI:

[...] o fiscal da CDI viu doutores! , doutoras pesquisadores o fiscal da CDI, lá do Curuperé sabe quem é? Meu pai o Teófilo, meu pai foi chamado pela CDI pra ser o fiscal da empresa. A CDI foi falado aqui que era a mão, o braço do estado no processo de desapropriação eles pegaram meu pai pra ser o fiscal deles, pra fiscalizar quem? Pra fiscalizar nós no estado do movimento que queríamos fazer uma roça! Pra vocês perceberem que o processo, o estropo que o capital que o estado impõe não é quase como muita gente imagina, aconteceu no estado o capital pega o bem da família e joga no meio da própria família pra dessa forma desarticular qualquer processo<sup>204</sup>. (informação verbal).

Na entrevista com o engenheiro da CDI/CODEC, ele expõe o que os planejadores do desenvolvimento pensavam sobre Conde e as estratégias usadas para impedir as comunidades de ocupar e permanecer no território:

[...] ideia do Vila do Conde, Vila do Conde não pode ficar ali porque ela está exatamente alguns antes do projeto tudo o que se produz na Albrás e Alunorte ele, o vento naturalmente carrega pra lá não é verdade, é só que, que pra esse cara do Vila do Conde, eu diria que a gente, o arquiteto foi mais perverso porque, é, com a ideia de criar a Vila do, é a Vila dos Cabano de novo com aquele discurso da cidade projetada tudo, eu acredito nisso também e acreditava muito mais fortemente antes, não vai ninguém ficar aqui na Vila do Conde, todo mundo vai pra uma cidade projetada com todo conforto, não vai ficar ninguém aqui, aí a gente não deixava ir pra lá energia, nem água nada, nada de infraestrutura<sup>205</sup>. (informação verbal).

Desta forma, essas comunidades não deveriam estar no território, lutando pela sua “insistente existência”. As comunidades ficaram mais articuladas e se posicionaram diante dos sucessivos crimes ambientais. Permaneceram no território, enfrentaram a polícia e o processo de reintegração de posse movido pela CDI. Construíram um movimento autônomo e posicionado contra o projeto de desenvolvimento buscando, diante das empresas e do poder público, a garantia de suas territorialidades específicas.

<sup>203</sup> Ofício nº 09/98, de 9 de junho de 1998.

<sup>204</sup> Daniel Fernandes. Entrevista em 05 de maio de 2016.

<sup>205</sup> Entrevista realizada em 1 de abril de 2014.

As comunidades de Conde são alvo/vítimas dos crimes ambientais desde a época da instalação da comissão do Complexo do Alumínio, e com a instalação das empresas de beneficiamento da Bauxita a situação se agrava muito mais. Os danos ambientais também podem ser considerados estratégias para expulsar as famílias tradicionais, como é o caso de D. Manoel, onde quase todas as casas estão abandonadas devido à contaminação provocada pelo coque de petróleo espalhado pela TECOP.

Aqui ainda tem oito famílias. A verdade o primeiro erro da gente começou por aqui, quando nós deixamos fazer esse muro aí, a partir do momento que fizeram esse muro nós ficamos isolados. Naquela época lá não era pra ter feito esse muro, não tirar a raiz daqui, porque do outro lado aqui tem uma empresa, aí lá está o outro muro da outra empresa.

As pessoas que abandonaram essas casas aí, foi porque eles tinham criança, então aqui não tava dando pra ter criança, porque elas ficavam com tosse, de de dia respiravam pó como a noite[...]. A única solução era sair fora, porque uma criança adoecer não é bom pra quem é mãe e pai. As únicas pessoas que ainda estão aqui, é quem não tem pra onde correr mesmo<sup>206</sup>. (informação verbal).

Em 2003, a empresa do grupo Imerys Rio Capim Caulim estrategicamente negociou a retirada de algumas famílias do Curuperé e do Acuí. Os antigos moradores da Ponta da Montanha escolheram as terras que passaram a denominar comunidade Nova Vida. A empresa, para diminuir os custos do deslocamento, impôs que as negociações fossem referentes somente às dez famílias que haviam sido deslocadas da Montanha, e que os “agregados” não teriam direito às casas e lotes na Nova Comunidade.

No decorrer de nove anos que ficaram no Curuperé, novas famílias foram se formando, porque os filhos foram casando, os quais, mais tarde, foram denominados de “agregados” pela empresa. Nas negociações do deslocamento, construção das casas e ruas da Comunidade Nova Vida, os lotes maiores e as casas de alvenaria foram destinados às famílias da antiga comunidade da Montanha, e aos “agregados” foi destinada uma rua com lotes menores e casas de madeira. Por esta situação, três famílias consideradas “agregadas” não saíram do Curuperé.

Os confrontos e embate com a empresa e a CDI continuaram na comunidade do Curuperé, pois tentaram destruir a escola da comunidade, que havia sido construída por meio das negociações quando do deslocamento das famílias da

---

<sup>206</sup> Entrevista realizada em 26 de setembro de 2014 com o senhor chamado Márcio, um morador da comunidade de D. Manoel, que não quis se identificar.

Montanha. Paradoxalmente, as casas construídas pela Pará Pigmentos S/A não possuíam banheiro e a comunidade abdicou do banheiro em troca da Escola. O movimento para que a instituição escolar não fosse destruída representou a resistência ao projeto, às empresas e ao governo, os quais não reconheciam a importância da Escola para as comunidades. Roberto Dias dos Anjos e sua esposa, Eunicéia Fernandes, são professores da Escola do Curuperé. Eles tiveram que lutar contra o poder simbólico das fábricas e do discurso favorável da Prefeitura.

Uma outra socióloga me disse assim olha o prefeito assinou documento[...] foi assinado o documento pelo prefeito do município pelo governador do estado por todas as empresas da região pra derrubar aquela escola e nós enfrentamos uma luta pra permanência daquele prédio que tinha 83 alunos pra estudar naquela escola, eu com minha esposa Euniceia. A socióloga disse você como professor não pode falar nada porque o seu patrão já assinou, eu disse é o meu patrão mas ele não é o dono da minha mente, das minhas ideias, os meus ideais ninguém conta e nós prevemos uma luta daquela escola, era uma luta de Davi contra Golias. Aquela escola permanece até hoje lá, nós tivemos muita represália<sup>207</sup>.(informação verbal).

Em ofício com data de 27 de maio de 2003, a comunidade solicita à Secretaria de Educação o funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Montanha, pois atendia 67 alunos que não foram remanejados com as famílias da Vila Nova Canaã (nome da localidade no Curuperé onde estavam as casas dos antigos moradores da Montanha). Finalizava esclarecendo que muitas famílias em Curuperé também são “cidadãos brasileiros”.

Neste processo de resistência pela permanência da Escola na Comunidade e às reações autoritárias da Prefeitura, familiares da Vila Nova Canaã promoveram o retorno para a comunidade e o fortalecimento da luta contra as ações opressoras da prefeitura e da empresa. Além disso, promoveram o loteamento da área para comunidades tradicionais que haviam sido deslocadas e indenizadas de outras localidades de Barcarena e municípios. Este movimento de retorno à territorialidade e de rompimento com aos processos de territorialização dos projetos de desenvolvimento foi um duro golpe ao poder hegemônico.

A liderança de Jorge Dias dos Anjos (Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Curuperé) foi muito importante neste momento de enfrentamento do poder real e simbólico da Empresa e do Estado. A CDI promove a judicialização do conflito, alegando-se proprietária do imóvel que diz ter sofrido

---

<sup>207</sup> Roberto Dias dos Anjos. Entrevista realizada em 05 de maio 2016.

invasão, no processo nº 008.2006.1.0001361. Cita como liderança dos invasores Jorge Dias dos Anjos, Daniel Rodrigues Fernandes e Luiz Rodrigues Dias.

Então o que que nós fizemos, o Jorge e o Alfredo, reunimos, e aí tomamos uma decisão: a única maneira de não deixar esses caras ganharem em cima da gente é nós fazermos uma revolta. Que revolta será essa? Então nós vamos convidar quem queira invadir lá, novamente. Aí nós fomos pra lá, reunimos um grupo e esse grupo tá lá, claro que não tá na totalidade todo esse grupo, mas aí nós fomos e cortamos a terra agora em ruas, e por causa disso Jorge foi preso, foi ameaçado e perdeu a vida, é configurado que ele morreu em função disso<sup>208</sup>. (informação verbal).

Nos documentos do processo a Empresa exigia a reintegração imediata, com concessão de liminar de retirada de todos os invasores do terreno com uso da força policial, com autorização de desfazer qualquer construção e plantação. A CDI como proprietária do imóvel, o território que ela destinava ao Distrito Industrial, vem por meio de fins judiciais não criminalizar as práticas violentas que tem acometido às comunidades tradicionais existentes em Conde.

As lideranças da associação dos trabalhadores rurais de Curupeté apresentaram um documento ao Ministério Público de Barcarena, no qual denunciam que foram obrigados a ir à delegacia da Vila dos Cabanos com advogado (dizendo ser da CDI), quatro policiais militares e um investigador da polícia civil. Foram constrangidos, humilhados e chamados de vagabundos. No documento, expõem motivo tal constrangimento.

Existe uma luta há mais de 20 anos cuja a área pertence à Companhia dos Distritos Industriais (CDI) que há décadas vem humilhando e enganando os moradores nativos. Indenizaram alguns e a outros apenas promessa, por esse motivo a comunidade resolveu voltar ao lugar de origem (seus sítios). (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Barcarena, 2006)<sup>209</sup>. (informação verbal).

Em seus estudos sobre os movimentos sociais (em 15 associações) em Barcarena, Rosiane Palheta (2005) define que as resistências deles tiveram dois momentos: a fase do deslocamento, quando ocorreu a reação individual e muitos foram contrários em sair dos sítios, e alguns permaneceram ou retornaram a eles, e a fase em que organizam associações para reivindicar melhores condições de moradia, iluminação pública e transporte. Cerca de 20% das associações tinham como principal objetivo negociar indenizações e deslocamentos.

<sup>208</sup> Daniel Fernandes Rodrigues, Nova Vida, em 20/07/2016, contida no Laudo Técnico nº 001/2016-Seap, elaborado por Raphael Frederico Acioli Moreira da Silva, Analista do MPU/Perícia/ Antropologia.

<sup>209</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARCARENA. Documento endereçado ao Ministério Público de Barcarena. Barcarena, 20 de fevereiro de 2006.

A Associação dos Trabalhadores Rurais do Curuperé foi organizada a partir dos processos de deslocamentos no município. Com o apoio dos Sindicatos dos trabalhadores rurais, da Comissão Pastoral da Terra e da Universidade Federal do Pará, outras lutas foram intensificadas com o projeto agrícola da comunidade, a Horta de plantas medicinais e as questões ambientais, nas mobilizações da população em denunciar os acidentes ambientais provocados pela Empresa.

Os acidentes ambientais praticados pelas empresas afetavam a vida de todos os moradores, e por isso constituíram uma das razões na união de forças entre as associações e lideranças locais nas denúncias, na participação das audiências públicas e na formação de comissões e negociações. No caso, participaram do Movimento em Defesa da Vida: Não à usina Termelétrica da Vale, e levaram ao Fórum Social Mundial<sup>210</sup> a discussão sobre a instalação dessa Usina e seus efeitos.]

O RIMA da UTE da Vale<sup>211</sup> foi indeferido no Parecer Técnico da SEMA (2008)<sup>212</sup> e sua instalação não foi aprovada pelo MPE<sup>213</sup>. As discussões dos efeitos ambientais da Usina com comunidades tradicionais do Distrito Industrial foram organizadas em audiências do MPE. As discussões e debates envolviam também a participação da UFPA, Ministério Público Federal, Movimento em Defesa da Vida, SEMA, representantes de instituições municipais, e da OAB<sup>214</sup>.

Entre as razões do indeferimento da instalação da UTE em Barcarena, estava a dimensão das áreas diretamente afetadas que comprometeria a drenagem e a qualidade da água dos rios Curuperé e Dendê, agravadas pela diminuição da cobertura vegetal, com a construção do chamado “pátio de cinzas”. O laudo técnico da SEMA (2008) leva em consideração os efeitos socioeconômicos para comunidades tradicionais do Distrito Industrial por conta do deslocamento que iria requerer a instalação da UTE.

Em 2007, ocorreu um vazamento na bacia de rejeitos nº 3 da Imerys Rio Capim

---

<sup>210</sup> No documento há uma convocatória do Movimento em Defesa da Vida: não a usina termelétrica da Vale, para a abertura do Fórum social Mundial no dia 27 de janeiro de 2009. Com a saída do porto de São Francisco uma embarcação com capacidade para 1000 pessoas.

<sup>211</sup> Disponível em: < RIMA em [http://www.sema.pa.gov.br/download/Usina%20Termel%C3%A9trica%20de%20Barcarena\\_RIMA.pdf](http://www.sema.pa.gov.br/download/Usina%20Termel%C3%A9trica%20de%20Barcarena_RIMA.pdf)

<sup>212</sup> Parecer Técnico. Disponível em: < <http://www.sema.pa.gov.br/download/Parecer%20tecnico%20UTE.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2016

<sup>213</sup> Disponível em: < <https://mp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/723291/barcarena-recomendacao-do-mp-pede-anulacao-da-licenca-de-usina-termoeletrica>>.

<sup>214</sup> Disponível em: < <http://blogdoespacoaberto.blogspot.com.br/2009/04/termoeletrica-de-barcarena-entra-em.html>>.

Caulim, que provocou o derramamento de rejeito de caulim no rio Curuperé e Dendê, atingindo o rio Pará. Foram 200 mil m<sup>3</sup> de caulim que atingiram 19 km de extensão, o que comprometeu os poços dos moradores, e o risco de rompimento da barragem de rejeito provocou o remanejamento de famílias da Ilha São João e Curuperé. Esse acidente gerou uma ação do Ministério Público do Estado do Pará, que resultou no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta<sup>215</sup>.

No TAC, a Imerys Rio Capim Caulim assinou, como medida compensatória e indenizatória pelos danos ambientais morais e coletivos, o compromisso de pagar R\$ 463.046,70 (Quatrocentos e sessenta e três mil, quarenta e seis reais e setenta centavos) para executar o Projeto de Desenvolvimento de Capacitação Social para associações formais ou informais da região atingida, tendo como executor do Projeto o Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB. O objetivo era fortalecer a capacidade de organização, planejamento e execução de projetos, tornando as associações habilitadas ao enfrentamento dos problemas que vivem (MPE, 2007, p. 6).

Entre os compromissos da Imerys RCC no TAC, podemos citar: não realizar suas atividades de maneira a causar danos ao meio ambiente (o que implica não lançar substâncias nos recursos hídricos do município); apresentar e executar um plano de recuperação da área atingida; apresentar sistema de tratamento de resíduos líquidos de todo processo de produção do caulim; apresentar plano de desativação de bacias, reduzindo para cinco; e financiar um programa de monitoramento ambiental executado pelo Instituto Evandro Chagas.

Os compromissos do TAC-2007 foram invalidados pelos sucessivos crimes ambientais praticados pela empresa, com vazamentos de caulim ou de seus componentes no igarapé Curuperé e Dendê. Foram sucessivos acidentes cometidos pela empresa, após a assinatura do TAC de 2007: no ano de 2011, houve o rompimento de duto com afluentes ácido; em 2012, o vazamento do duto de transporte de caulim; em 2014, o vazamento de caulim na bacia de rejeitos, e em 2016, novamente, vazamento de caulim na bacia de rejeitos. Esses fatos aumentaram o temor das comunidades do Distrito Industrial de que uma das bacias da Imerys rompa

---

<sup>215</sup> Ministério Público do Estado do Pará. Promotoria de Justiça de Barcarena-PA. Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Procedimento nº 001/2007-MP/1ª PJB. Barcarena/Belém. 30 de novembro de 2007.

e cause danos maiores à população.

O Projeto de Desenvolvimento de Capacitação Social executado pela IEB envolveu algumas lideranças comunitárias em atividades formativas, como oficinas, cursos e intercâmbio. Realizou estudos e levantamentos e estimulou a articulação institucional da sociedade civil com outros movimentos e organizações. Houve a formação do Comitê de Acompanhamento, constituído por lideranças representantes das organizações da sociedade civil, com a missão de planejar, promover, acompanhar e analisar as atividades executadas (IEB, p. 30).

O trabalho do IEB teve importância na capacitação e informação de algumas lideranças, e provocou o debate sobre as questões socioambientais e gestão pública. Entre as lideranças que são atuantes no Fórum, há conhecimento e informações sobre as articulações do poder público e das empresas. Os intercâmbios promovidos pelo projeto são essenciais para as construções da percepção da dimensão do conflito socioambiental que eles enfrentam; percepções que constroem quando participam de seminários, fórum, colóquios, discussão, audiências<sup>216</sup> e integram as lideranças.

[...]daí foi contratado uma ONG que é o Instituto de Educação do Brasil que é o IEB, que tem uma experiência nesse trabalho de é, capacitação dos movimentos, partindo desse pressuposto da sustentabilidade e que a gente veio né, desenvolvendo isso, e aí a gente fez o processo de capacitação aquilo que foi colocado aqui né, as empresas chegaram e aí por exemplo legislação ambiental né, as leis ambientais, a gente praticamente por fora né, a maioria por fora disso, um aspecto importante por exemplo pessoal, comunicação, não é, comunicação que é um poder hoje, não é isso, na sociedade é assim, é, é, a questão<sup>217</sup>.(informação verbal).

A partir de 2011 foi promovido o *espaço de diálogo intersetorial*, que constitui a integração das organizações da sociedade civil com as empresas, o que foi fundamentado pelo IEB com o seguinte argumento:]

Considerou-se que era o momento de intensificar as ações de sensibilização e integração do segmento empresarial, que era uma movimentação necessária inclusive para dar robustez política ao processo e criar maiores possibilidades para a atração do estado, na medida em que se alia a força social com a econômica. (IEB, 2013, p. 32).

Em 2012 e 2013, inicia-se a aproximação da empresa norueguesa Norsky Hydro com a proposta de participar do processo de discussão e implantação do Fórum de Diálogo Intersectorial de Barcarena. O papel de mediação de conflito é assumido

<sup>216</sup> Ver a relação e especificidades dos cursos, oficinas e o projeto de intercâmbio que fizeram parte do Projeto do IEB em Barcarena. Disponível em: <<http://www.iieb.org.br/index.php/programas-e-projetos/projetos-ieb-belem/projetos-de-fortalecimento-institucional-em-barcarena/>>.

<sup>217</sup> Cleide Monteiro, uma das lideranças do ACUI. Entrevista realizada em 05 de maio de 2013.

pelo IEB, em seu discurso, como uma postura de submissão aos interesses das empresas, e esta postura é perceptível entre as lideranças.

[...] porque o fórum, as empresas elas têm o discurso que tem a responsabilidade social, pra isso tem que ter o diálogo aí vem essa questão dos projetos, como é o diálogo que elas fazem, elas fazem com quem interessa pra elas o diálogo, elas vão numa comunidade e tal, por exemplo lá no Curuperé, que é um pessoal que oferece resistência não tem projeto social<sup>218</sup>. (informação verbal).

Na formação do Projeto de Capacitação à atuação do Fórum, os conflitos socioambientais ficaram mais intensos e as empresas continuam tendo os mesmos processos de produção insustentáveis e continuam exercendo uma política de exclusão do trabalhador local ao mercado de trabalho. Vimos Isso com base nas narrativas das lideranças que participaram dos cursos e intercâmbio, e também do Fórum Intersetorial:

[...] agora eu vejo a Maura, a Maura era do nosso projeto lá também social lá do Curuperé há vinte anos atrás, eu vejo a Maura ela é muito ligada com as empresas entendeu, não pode falar dá Hydro porque fere, não pode falar dessa que fere entendeu, [...] mas se nós tamo andando junto já com eles, claro é diferente né, junto assim né, mas sabendo que eles tão levando tudo e nós tamo ficando sem nada né, então eu notei assim muito assim, porque eu vejo na Maura assim nesse novo projeto que a Silvana saiu, que tem esse novo grupo eu vejo.

[...] foi ficando só aquele grupinho que concorda.

\_ Aí bate palma concorda, é isso concorda, ah eu não gosto desse negócio, [...] tô decepcionada por causa desse processo, foram cinco anos de muita luta a gente não viu muita coisa entendeu, a gente não viu muita coisa. [...] aí a minha colega a Cleide ela foi na Noruega.

Ah a Cleide.

\_ Pois é, a Cleide, o Ronison, o Rosemiro, chegou lá na Noruega ela ficou abismada de vê né, como é lá a Noruega né, país de primeiro mundo, não tem pobreza, aquela coisa toda linda. [...] Cleide chorou lá, ela chorou lá que ela disse, Fátima eu fui humilhada lá porque eles disseram lá que é mentira que eu fui falar que a nossa comunidade não tem água de qualidade, que isso é uma mentira porque nós moramos na Amazônia, Então, ela disse, Fátima onde está o nosso dinheiro tá tudo lá na Noruega Gente lá, gente rico, rico, rico, eu disse é<sup>219</sup>. (informação verbal).

Dahrendorf (1982) ressalta três mecanismos na questão da regulação do conflito: a conciliação, a mediação e a arbitragem. Mas tanto a arbitragem quanto a conciliação e a aceitação de sua decisão são compulsórias para as partes envolvidas, portanto não sendo uma maneira eficiente de regulação de conflito. O autor afirma que o fator crucial para regular conflito é o reconhecimento da divergência sistêmica

<sup>218</sup> Cleide Monteiro, da associação dos moradores da comunidade do Acuí. Entrevista realizada em 05 de maio de 2013.

<sup>219</sup> Maria de Fátima Monteiro, liderança da Associação dos Moradores do Curuperé. Entrevista realizada em 07 de março de 2014.

e da oposição. A tentativa de se obter a regulação do conflito por meio de receitas ideológicas de harmonia e unidade serve mais para aumentar em vez de diminuir as violências das manifestações de conflitos.

O que está em questão é o debate contra a matriz econômica pautada sob acumulação primitiva de capital e não submissão e incorporação de um discurso dominante, e as comunidades tradicionais de Barcarena vivem uma expectativa de mudanças em cujo processo os movimentos sociais também querem ser atuantes, mas enfrentam barreiras por esta interferência e tutela de suas ações que ficam atreladas ao paternalismo do poder público e das empresas.

O que ocorre em Barcarena é a *ambientalização de lutas sociais* (Svampa, 2012) pela afirmação de um saber diferenciado e independente do discurso dominante:

*el proceso de ambientalización de las luchas incluye un enorme y heterogéneo abanico de colectivos y modalidades de resistencia, que va configurando una red cada vez más amplia de organizaciones, en la cual los movimientos socioterritoriales no son los únicos protagonistas. Desde nuestra perspectiva, lo más novedoso es la articulación entre actores diferentes (movimientos indígenas campesinos, movimientos socioambientales, organizaciones no gubernamentales ambientalistas, redes de intelectuales y expertos, colectivos culturales), lo cual se ha venido traduciendo en un diálogo de saberes y disciplinas, caracterizado tanto por la elaboración de un saber experto independiente de los discursos dominantes (un saber contra experto), así como por la valorización de los saberes locales, muchos de ellos de raíces campesino indígenas. (SVAMPA, 2012, p. 20).*

No Fórum de Diálogo Intersetorial de Barcarena promovido pelo IEB, as empresas usam o discurso de responsabilidade social, de sustentabilidade ambiental e de investidores de questões sociais como estratégia de manutenção no “jogo”, segundo suas conveniências. Para elas, os crimes ambientais são sempre provocados por acidentes.

Também se sobressai a utilização, por novos agentes capitalistas na Amazônia, da combinação entre formas de assalariamento capitalistas e formas servis de imobilização da força de trabalho, entre argumentos e racionalizações de cunho ambiental na apresentação de projetos a sócios, financiadores e a autoridades, por um lado, e uma “modernização predatória”, por outro lado, “inspirada em princípios neoliberais, cuja ênfase no mercado de *commodities* é de tal sorte que devasta inteiramente os recursos naturais e menospreza a fragilidade dos ecossistemas (LOPES, 2006, p. 51).

Nesta “ambientação<sup>220</sup>” dos conflitos sociais, a questão ambiental é estrategicamente absorvida pelos agentes sociais e setores do Estado. O Fórum Intersetorial proporciona às partes envolvidas no conflito encenar a arena de disputa, onde a ambientalização do conflito social se confirma com a imposição do capital simbólico das empresas, enquanto para as associações e movimentos sociais representa um espaço de discussão sobre diversidade social e democratização da gestão municipal.

Mas, como já mencionado por Fatima Monteiro, são cinco anos de luta e nada aconteceu. Segundo ela, o discurso dominante é sempre reforçado pela equipe executora. Nestes anos de fórum, ocorreu o esvaziamento da participação das associações.<sup>221</sup>

no início desse mês, no Cabana Clube e quando foi sexta-feira nós tinha que ter a eleição pra executiva do fórum, quem que ia né, administrar esse fórum social em Barcarena, então no, de, de início foram cinquenta e cinco entidade, organizações que aderiu o fórum, então como é que a gente ia fazer, dessas cinquenta e cinco elas iam tá apta pra ser candidatas né, pra ser candidatas no, no fórum aí o restante que não aderiu o fórum, sendo que, que era um total de duzentas entidades, que 2007 fizeram essas formações né, vieram também, só que nem todas chegou, na reta final só chegou quatorze e dessas quatorze eu e seu Petronilo<sup>222</sup> são CA, que era o comitê de acompanhamento do fórum [...] (informação verbal).

Nesta dinâmica do campo do conflito socioambiental, as articulações e estratégias dos agentes são renegociadas e adaptadas. As associações buscam, por meio das empresas e do poder público, as chamadas *políticas sociais*, como estratégia de mitigar os efeitos sociais, culturais e ambientais do projeto de desenvolvimento. Palheta (2004, p. 56), em pesquisas com 15 associações, constatou que cerca de 60% das associações são mais próximas com as empresas locais e 20% com os governos locais, 13,3% são próximas dos sindicatos, o que reforça o poder do discurso do diálogo, da parceria e do não confronto direto com a prefeitura e as empresas. No discurso público algumas comunidades e suas lideranças se submetem às relações paternalistas a fim de obter algo para o coletivo ou um favorecimento pessoal. Por outro lado, no campo do confronto da ambientalização do conflito entre os seus pares e aliados consensuais, utilizam um discurso oculto, e este

<sup>220</sup> Em referência a LOPES, José Sergio Leite. Sobre Processo de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de Participação. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, p. 31-64, jan/jun. 2006.

<sup>221</sup> Cleide Monteiro. Entrevista realizada em 05 de maio de 2014.

<sup>222</sup> Petronilo Progenio Alves, participa do Fórum Intersetorial de Barcarena, pelo Movimento de luta popular.

constitui a argumentação básica das resistências coletivas, quando expõem a sua concepção sobre os adversários (SCOTT, 2004; 2011):

Tudo que nós sofre aqui é a mando das empresas. Nós fomos processados agora, que nós fechamos aqui, a Albrás e Alunorte que nos processou, eu e o Petrolino. Aí agora a gente ficou sabendo que o Governo do Estado isentou elas de pagar impostos<sup>223</sup>. (informação verbal).

As comunidades do Distrito Industrial solicitaram ao ex-senador Jose Neri, do PSOL, que organizasse uma audiência pública com o objetivo de resolver a situação das comunidades afetadas diretamente pela poluição das empresas. Foi sugerida com a formação de um grupo de trabalho para tratar das indenizações e remanejamentos das comunidades. O GT das comunidades afetadas pelos grandes projetos foi oficializado por meio do decreto nº 135.772, de 22 de julho de 2010, e publicado no Diário Oficial do Estado do Pará nº 31.715, de 23 de julho de 2010.

[...] gente foi acompanhando tudo isso né, e isso, isso o que aconteceu, o restinho que ficou disse agora somos nós as próximas vítimas, só que nós vamos ter que nos movimentar, nós vamos ter que lutar antes que isso chegue aqui.

E aí ficou, ficou nós a minha família né, ficou a família do meu esposo no Curuperé, só, família, a família grandes que tem aqui tradicional, a minha família e a família do meu esposo, então eu disse agora a gente vai lutar, vai lutar antes que eles terminem de, de fazer mais de nós como vítima de novo, então começa, começou né, de 2007 a nossa revolução provocando os ministério, provocando, fomos até Brasília e tudo o que tinha de provocar a gente provocou.

Inclusive nós vamos pra Brasília, mas nós vamos pedir lá, que o povo que sair daqui, saia tudo legalizado. Nós temos descendência indígena, e aí eles tiram nós assim, como se fosse um ocupante da área.<sup>224</sup>

O GT foi criado com o objetivo de cadastrar as famílias ocupantes da área de propriedade da CDI/PA onde será implantado o Distrito Industrial de Barcarena; e formular alternativas para o remanejamento das famílias a que alude a alínea “a”. Fazem parte do Grupo de Trabalho a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará-CDI/PA, Procuradoria Geral do Estado do Pará (PGE), Casa Civil da Governadoria do Estado, Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Assistência Social, Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

---

<sup>223</sup> Cleide Monteiro. Entrevista realizada em 27 de junho de 2015.

<sup>224</sup> Cleide Monteiro, Comunidade do Acuí. Entrevista realizada em 05 de maio de 2014.

O Grupo de Trabalho terá que fazer um relatório das famílias ocupantes das áreas, levantamentos socioeconômicos das famílias cadastradas e formulação de propostas para o remanejamento das famílias ocupantes da área Industrial. No diário, há determinação da participação da SPU, Prefeitura de Barcarena, da Associação das Empresas de Minérios e Metalurgia de Barcarena (ASSEMB) e 3 (três) representantes das comunidades residentes da área objeto da análise.

O levantamento socioeconômico foi realizado pela UFRA/Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias, envolvendo a pesquisa de sobre as comunidades ocupantes do Distrito Industrial afetadas pelos crimes e danos ambientais praticados pelas empresas. Os pesquisadores da UFRA, com o apoio às lideranças da comunidade, percorreram o Distrito Industrial, onde foram realizados entrevistas e levantamentos de dados de 1.622 famílias.

**Quadro 9-** Quantitativos de Famílias e Comunidades do Distrito Industrial, no levantamento da UFRA.

Comunidades	Famílias
Bairro Industrial	699
Ilha São João	22
Dom Manuel	147
Acuí	76
Curupéré	128
Santa Rosa	108
Pramajó	90
Maricá	59
Canaã	293
Total	1622

**Fonte:** UFRA (2012).

Em entrevista com o engenheiro da CDI Raimundo Wanderley, em 01 de abril de 2014, ele mencionou que essas comunidades seriam remanejadas para a Vila dos Cabanos, próximo ao Supermercado Líder. Afirma que a SPU destinou essa quadra à COHAB, que construirá 1.000 casas.

Quando iniciei o trabalho de campo em 2013, nas entrevistas e conversas entre as lideranças do Distrito Industrial, havia sugestão do governo de construir o conjunto habitacional para remanejados que tivessem a preferência de ter uma vida urbana, Mas ainda estava em discussão o local para onde as comunidades rurais iriam ser remanejadas.

A COHAB realizou uma audiência pública na Vila do Conde, com base no levantamento socioeconômico da UFRA. A Companhia de Habitação se compromete em fazer o cadastramento de 1.620 famílias do Distrito Industrial, e essas famílias receberiam as unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. Na audiência, ficou acertado que a Companhia apresentaria outras opções para as famílias, como a indenização das benfeitorias e a aquisição de lotes urbanizados, neste caso para famílias com renda superior a R\$ 1.600,00 ou que tenham a quantidade de moradores acima de cinco pessoas. Estamos trabalhando com o número de 1.056 unidades habitacionais com 40m<sup>2</sup><sup>225</sup>.

O Comitê executivo do IEB, sob a coordenação de Petronilo Progenio e Cleide Monteiro, efetuou o Mapeamento das Comunidades e fez um levantamento no qual concluiu que somente 2% dos moradores da comunidade não desejavam sair (HAZEU, 2015). As comunidades do Distrito Industrial sofrem processos de deslocamento desde a instalação do complexo de mineração, e sempre aceitaram os critérios das empresas e do governo. Este momento representa para alguns a possibilidade de escolha de mudanças de vida, pois a poluição e a expropriação cometidas pelas empresas não possibilitam outras alternativas de modo de viver.

A empresa aqui que indenizou o nosso trabalho pra cá pra dentro, disque já foi embora já vendeu pra outro e agora nós temo desse jeito porque quando nós fomos indenizado aqui, nossas roça aí que nós tinha trabalho praí, eu exigi com a mulher né, até me esqueci até o nome dela, da mulher.  
 [...] aí eu exigi com ela que ela nós, logo nós tirasse daqui porque já tinham tirado o nosso trabalho aí que nós trabalhava.  
 [...] vocês tenho que indenizar tudo nosso trabalho logo aqui, nosso terreno, nossa, porque nós temo que procurar o nosso rumo<sup>226</sup>.

Durante as reuniões, a CDI/CODEC alegou que o governo não tem dinheiro para remanejar todos, e que este processo seria feito de acordo com os interesses das empresas. A CODEC informou ainda que ficaria responsável em intermediar as negociações de deslocamento ou indenização.

Os moradores do Curuperé e D. Manoel tiveram suas benfeitorias avaliadas, e a comunidade D. Manoel recebeu proposta de indenização irrisória que causou indignação e negação da comunidade. Parece que veio um orçamento aí, eu não sei nem quanto veio, mas não foi que desse pro pessoal comprar uma casa não, muito pouco. Veio aqui um valor de 5 mil. Aí já pensou, o que você vai fazer com 5 mil? Nem a pessoa chorando com toda doença no corpo, ninguém

<sup>225</sup> Com base em notícia publicada em 19 de setembro de 2013, com o título *Cohab realizará em outubro cadastramento de famílias em Barcarena para fim de remanejamento*, que estava disponível em <http://www.cohab.pa.gov.br/index.php/publicar/itemlist/tag/Barcarena>

<sup>226</sup> Maria dos Anjos. Comunidade do Acuí. Entrevista realizada em 20 de fevereiro de 2014.

vai vender um terreno pra ti morar sozinho. Aí não sei o que vai dar isso aí não. Vamos resistir, porque isso não dá pra comprar uma casa, aí o que adianta. Tou falando pra elas aqui, foi muito barato, 5 mil. Entregaram essa proposta anteontem. Eu peguei esse papel, mas não dá pra comprar uma casa lá fora não, não tem condições<sup>227</sup>.

As discussões ficaram em torno do deslocamento e indenizações, e como seriam mensuradas as territorialidades específicas das comunidades tradicionais. O Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal organizaram audiências<sup>228</sup> nas comunidades para analisar a pretensão dos moradores do Distrito Industrial, em relação à sua vontade de ser deslocado.

[...] aí quando apareceu que eles vieram, quando o Ministério Público em parte, eles tentaram trabalhar, mas também desmobilizar o meu trabalho com o Petrolino, e eles vieram de comunidade em comunidade, ouvindo as pessoas pra saber se essas famílias realmente queriam sair daqui. Tudo bem, só que a gente percebia que ao mesmo tempo eles vinham tentando afastar essas comunidades de mim com o Petrolino, agora eles estavam ali, e tinham que falar direto com eles e não mais comigo e com o Petrolino. E eu com o Petrolino insistindo, nós fomos em cada reunião, quando chegou no Dom Manoel aqui no Arienga, os tradicionais perguntaram: “Vocês vão pagar a terra?”, eles se calaram, tava o doutor Bruno, a doutora Viviane, e tava mais uma da vara agrária de Castanhal, uma outra promotora, eles se calaram. Quando chegou no Dom Manoel, que o pessoal já tava em desespero, cheio de pó preto na casa, quanto desse eles querem, o sufoco é grande. Lá a CDI disse: “nós vamos pagar 2,77 o metro da terra”, pra nós era tipo assim, uma conquista, porque nunca foi pago nenhum centavo dessas terras, mas não naquela mixaria<sup>229</sup>.

A partir das audiências, foi lavrado o Termo de Compromisso nº 08/2015, publicado no Diário Oficial nº 32.992, p. 110, de 15 de outubro de 2015.

Firmado entre o Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público Federal, Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará, o Estado do Pará, com a intervenção do Instituto de Terras do Pará e da Companhia de Habitação do Estado do Pará, **para ajustar o procedimento de consulta à população que habita a área do Distrito Industrial de Barcarena, no tocante ao seu processo de remanejamento**. De um lado, como compromitente, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representados pela Promotora de Justiça de Barcarena, VIVIANE LOBATO SOBRAL FRANCO, e o Procurador da República, BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE; e de outro lado, como compromissários, o ESTADO DO PARÁ, representado por seu Procurador Geral, ANTÔNIO SABOIA DE MELO NETO, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO PARÁ, doravante CODEC, representada pelo seu Presidente OLAVO ROGÉRIO BASTOS DAS NEVES, e, ainda, como intervenientes, o INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ, doravante ITERPA, representado por seu presidente DANIEL NUNES LOPES, e a COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ,

<sup>227</sup> Marcio do D. Manoel. Entrevista realizada em 26 de setembro de 2014.

<sup>228</sup> As audiências eram realizadas pelo Procurador da República Bruno Araújo Soares de Lima (MPF) e por Viviane Lobato Sobral Franco, promotora de Justiça de Barcarena.

<sup>229</sup> Cleide Monteiro entrevista em 27 de Junho de 2014.

doravante COHAB, representada por LUCIENE BASTOS FARINHA SILVA. (TERMO DE COMPROMISSO, nº 08/2015, 15 de outubro de 2015, p. 110).

O Termo de Compromisso faz consideração de que, de acordo com o relatório de levantamento realizado pela FUNPEA, 1.622 (mil seiscentas e vinte e duas) famílias residem na área destinada à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará, no município de Barcarena, *havendo indícios de que parte delas sejam populações tradicionais*. Neste Termo de Compromisso, é reconhecida a existência de territorialidades específicas, levando em conta não somente a questão ambiental mas a condição das comunidades como sujeitos de direitos específicos.

A recomendação de indícios de população tradicional provocou no termo a consideração de que algumas famílias, as quais residem na região, têm uma relação muito próxima com a natureza, pois retiram peixe e camarão dos rios e igarapés, frutas silvestres e caça da floresta, e vivem da colheita de suas roças; e que os empreendimentos industriais vêm causando grandes impactos ambientais, acarretando grandes mudanças em suas culturas, modos de vivência pessoal, relação com a natureza e tantas outras modificações não quantificáveis (TERMO DE COMPROMISSO nº 08/2015, 15 de outubro de 2015, p. 111).

O termo faz referência à condição da existência de comunidades tradicionais, transforma as famílias do Distrito Industrial, submete-as a um regime especial de proteção, estabelecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de realização de consulta prévia, livre e informada. Esta condição especial do reconhecimento como comunidades tradicionais foi construída a partir da iniciativa dos moradores do distrito que se denominavam tradicionais ou famílias tradicionais. Quando se referem a esses termos estão relacionando as formas diferenciais de reprodução econômica e social, mas também às suas raízes indígenas<sup>230</sup>.

Por meio de indícios de famílias tradicionais entre os moradores das comunidades do Distrito Industrial, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal requerem a elaboração do Laudo Antropológico em um prazo de seis meses. A CODEC deverá promover a consulta prévia, a fim de identificar as famílias que desejam permanecer onde estão; se pretendem deixar o local mediante o recebimento

---

<sup>230</sup> Sempre ressaltadas entre as lideranças do Acuí e Curuperé, quando referentes à missão Mortigura.

de indenização por seus bens; se pretendem deixar o local e ser remanejadas para outro equivalente ou melhor, respeitado o seu perfil atual de ocupação, se urbano ou rural. O termo de compromisso impediu a CODEC de, sem a aprovação do MPF e do MPE, negociar terras antes de ter acertado em relação ao deslocamento. O Laudo Técnico nº 001/2016-Seap, elaborado por Raphael Frederico Acioli Moreira da Silva, Analista do MPU/Perícia/ Antropologia, confirmou a existência de comunidades tradicionais no Distrito Industrial de forma diferenciada e contextualizada com a história de vida das pessoas. Procede a algumas considerações assim expostas:

A apresentação dos resultados encontrados seguiu os pontos constantes do dispositivo legal referente à definição de comunidade tradicional (art. 2º, inciso IV da Lei 13.123/15): **1) “grupos culturalmente diferenciados e que se autorreconhecem como tal”**: as relações históricas dos grupos com Vila do Conde e a consciência de uma identidade cultural que reconhece a presença de grupos indígenas locais; **2) “formas próprias de organização social”**: as descrições acerca das relações familiares, das redes de pertencimento e suas transformações; **3) “ocupam e usam territórios para reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica”**: as descrições sobre os sítios, unidades tradicionais de produção, as relações com o ambiente, e as lutas para a continuidade de um modo de vida peculiar; e **4) “utilizam conhecimentos, inovações e práticas, gerados e transmitidos pela tradição”**: as descrições sobre os diversos utensílios de uso cotidiano, o sentimento de preservação de um patrimônio imaterial ameaçado pela era dos conflitos socioambientais ( MPF, 2006, p. 36-37).

No laudo foi reafirmado que os *nativos da terra e os tradicionais*<sup>231</sup> estão presentes no Distrito Industrial em terras tradicionalmente ocupadas, com formas de uso e recursos diferenciadas e, portanto, são portadores de direitos específicos, o que os coloca no empate como agentes sociais antagônicos aos grandes projetos e aos planos desenvolvimentistas, neste contexto de conflito socioambiental.

A infalibilidade do progresso, da modernidade da cidade aberta e da grande oportunidade de mudanças de vida para as pessoas foi determinante para a imposição do discurso hegemônico, o qual tornou consensual o projeto de desenvolvimento. O discurso usado pelos técnicos e planejadores da CODEBAR pauta-se na questão de que os moradores dos sítios em volta do Murucupi, onde foi instalado o plano urbanístico da Vila dos Cabanos, não resistiram ao deslocamento; a vida no sítio não tinha perspectiva de futuro.

## **5.2 CODEBAR em fase de liquidação e a entrada da SPU: novas violências contra as comunidades tradicionais**

---

<sup>231</sup> Termos usados pelos próprios moradores.

Desde a década de 1980 as comunidades vinham processando resistências individuais e coletivas, com práticas sociais locais de enfrentamento da nova ordem e na construção de discursos ocultos ao longo do tempo. Os antigos moradores dos sítios foram construindo o seu discurso oculto de resistência, quando perceberam que o progresso estava destinando a eles uma casa no Laranjal e uma indenização irrisória. Ficaram sem roça, sem farinha e sem emprego.

Uma das primeiras mobilizações dos sitiante deslocaos pela CODEBAR e CDI foi a organização da Associação dos Deslocaos de Barcarena (ADEBAR), que conseguiu fazer o levantamento dos deslocaos e moveu o processo nº 002178.1991.4.01.3900<sup>232</sup> para revisão das indenizações e melhorias nas condições de vida dos deslocaos (MOURA; MAIA, 1989). Em seus estudos sobre as associações de Barcarena, Palheta (2004) afirma que, após a fundação da ADEBAR, os movimentos se fortaleceram por causa das expropriações, o que fez surgir outras associações.

[...] não sei se alguém, depois na igreja, com o Padre Bruno que também ajudou a organizar o povo, a comunidade pra brigar pelos seus direitos da terra.

A igreja se envolveu bastante aqui em Barcarena, com esses padres que eram bem esclarecidos, eles criaram a ADEBAR, a Associação dos desapropriados de Barcarena, em vista das poucas indenizações, do valor que foi dado pra essas famílias que moravam nas áreas, foi aí que o padre guiou a ADEBAR pra criar um processo na justiça pra cobrar maiores indenizações, mas acho que não deu em nada<sup>233</sup>. (informação verbal).

Esta ação pela revisão das indenizações sempre é lembrada pelos moradores das comunidades tradicionais, pois foram arroladas no processo cerca de 534 famílias que se sentiam lesadas pela CODEBAR e CDI. O Padre Primo foi importante na formação da ADEBAR e para mover os recursos ao processo junto à CNBB. Em setembro de 2013, o processo foi suspenso, os deslocaos não possuíam dinheiro para contratar advogado e a ADEBAR teve poucos anos de existência.

Após a instalação do plano urbanístico de Vila dos Cabanos, a CODEBAR estaria destinada à Prefeitura. No governo de Fernando Henrique Cardoso, começou a discussão sobre a extinção da empresa, visto que o Estado e a Prefeitura não

---

<sup>232</sup> Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Primeira Vara federal - Juiz Rafael Lima da Costa. Data de autuação em 01 de outubro de 1991.

<sup>233</sup> Judite Lemos Cravo. Entrevista realizada em 1 de maio de 2015. Esclareço que não consegui documentos sobre a ADEBAR e que as poucas informações obtidas foram fornecidas pela senhora Cravo.

mostravam interesse em assumi-la. Foi feita uma lista de 22 empresas que o governo federal previa liquidar ou extinguir como parte de uma reforma administrativa<sup>234</sup>.

A CODEBAR, no *Relatório de Liquidação-2007/2010* (2010, p. 2), faz uma síntese histórica enquanto empresa pública:

Inicialmente vinculada ao Ministério do Interior, a CODEBAR foi constituída e teve o seu Estatuto Social aprovado pelo Decreto Nº 84.021, de 24 de setembro de 1979, e iniciou o exercício de sua atividade social a partir da Assembleia Geral de Constituição, de 15 de janeiro de 1982, com base no Plano Urbanístico de Barcarena - PUB, elaborado em 1979 e aprovado pela Lei Municipal nº 1.474, de 13 de dezembro de 1982, tendo como núcleo principal a Vila dos Cabanos.

A partir de 1991, as limitações de recursos para investimentos e para a manutenção da infraestrutura já implantada não permitiram a total consecução do projeto. Agregado a esse fato houve um incremento acentuado do processo de migração para a área, aumentando demandas conflitantes com as possibilidades de realização da Companhia.

A permanência dessa situação culminou com a inclusão da Empresa no Programa Nacional de Desestatização, por disposição do Decreto de 13 de janeiro de 1997, e dez anos depois com a dissolução e a liquidação da sociedade, conforme disposto no Decreto Nº 6.182, de 03 de agosto de 2007.

Em 1996, o presidente da CODEBAR, Nelson Maués, anuncia os momentos difíceis por que a empresa estava passando com a redução de funcionários e com a transferência de sua sede em Belém para a SUDAM, no intuito de reduzir os custos com o aluguel e também com a vigilância. A CODEBAR foi perdendo o controle sobre o território, o que decepcionou os planejadores, os quais queriam transformar a Vila dos Cabanos em *estilo de cidade europeia*<sup>235</sup>. Segundo explicou o técnico, gestor e arquiteto, “muito que havia sido planejado não foi realizado devido falta de recursos e as invasões”.

---

<sup>234</sup> Com base em depoimentos de ex-funcionários da CODEBAR e no Jornal O Liberal, de 23 de setembro de 1996.

<sup>235</sup> Palavras usadas por Hilário Nazareno Colares, que foi chefe de operações da CODEBAR e chefe da Empresa na Vila dos Cabanos. Trabalhou na CODEBAR por 24 anos, no final foi demitido. Ele e todos os funcionários da empresa na época entraram na Justiça em busca dos direitos trabalhistas, pois eram regidos pela CLT. Entrevista realizada em 14 de março de 2016.

Governo deixou de injetar recursos financeiros pra dar continuidade. Nós não chegamos, vamos dizer assim, o projeto do núcleo urbano chegou a ser implantado 50%, então tinha muita coisa pra ser feito. E outras, também o próprio interesse político do local, eu passei por muita coisa, e eu percebi muito. E ali na Vila dos Cabanos já despertava o interesse de muita gente, principalmente quando a Alunorte [...] despertar diversos tipos de interesse, e nessa segunda fase de implantação da Alunorte, chegou mais empreiteiros, muita gente de outros Estados, a vizinhança dos municípios começou a correr pra lá, e começou a surgir um outro problema: as invasões. As pessoas iam pra lá muitas vezes com a família, quando não ia só, mas queria ter um canto pra ficar. Essas invasões foram afetando assim, locais das proximidades, sabe ali aqueles bolsões de pobreza<sup>236</sup>. (informação verbal).

O projeto de desenvolvimento mostrava também suas contradições, pois não conseguia responder às demandas de emprego, moradia, saúde pública e educação que a população em crescimento exigia. Não foram calculados os custos sociais dos grandes projetos no aumento dos deslocamentos.

Em entrevista, Hilário Colares ressalta os muitos conflitos de interesses entre a CODEBAR e as lideranças locais que estimulavam as invasões em troca de votos:

Então isso trouxe uma série de problemas, e por outro lado, a própria política regional e muitas vezes até do estado, chegaram a influenciar lá dentro A Municipal, muitas vezes eu cheguei até a usar um termo muito forte, mas eu vou colocar, assim, até incentivar os invasores. Porque, eles queriam votos, mas pelo fato de terem só visualizado naqueles votos que eles queriam, e muitas vezes não ter um conhecimento do projeto de lá, não davam importância, não valorizavam.

[...] Mas tinha interesse político, queria sair a candidato a vereador, alguns moradores que estavam aqui, assim, eu identifiquei que tinham casa no pioneiro com a família, mas eram jovens, estavam de namoro, noivado, e viam muita terra e queriam um espaço, então invadiram, e acabou fundindo com isso aqui, aos poucos o projeto foi sendo deformado, porque as ruas eles passaram a abrir o centro comunitário e a prefeitura foi bagunçando, isso aqui a CODEBAR perdeu, não teve mais força, não teve como controlar isso<sup>237</sup>. (informação verbal).

O arquiteto Edilberto Pamplona<sup>238</sup> pontua que havia um conflito entre a CODEBAR e a prefeitura, a qual não queria assumir os passivos da empresa, somente os ativos. Também segundo ele, *houve muita invasão. Então eles não quiseram ficar com esse “abacaxi”. Então hoje as terras, as que ainda possam ter a legalidade da terra estão no SPU.*

<sup>236</sup> Notícia do Jornal O Liberal, intitulada *Vários terrenos da CODEBAR acabam virando enormes bolsões de miséria*, de 19 de março de 2006, reforça as afirmações de Hilário Colares feitas nesta entrevista em 14 de março de 2016.

<sup>237</sup> Entrevista realizada em 14 de março de 2016.

<sup>238</sup> Arquiteto da CODEBAR, responsável pelo plano urbanístico. Entrevista realizada em 30 de agosto de 2016.

O último presidente da CODEBAR, antes da liquidação, foi Davi dos Santos Morgado, indicado com a função de preparar a empresa para a liquidação. Exerceu atividades no período entre 2006 e 2007. Afirma que a empresa estava meio perdida na documentação de licitações, existia dúvida quanto à penalidade das vendas dos lotes. Havia muitos problemas com as comunidades tradicionais:

[...] tinham problemas que na verdade eram do passado, existiam problemas de pessoas que denunciavam que tinham sido tiradas à força, que não quiseram fazer acordo. [...] e foi negociada uma indenização pra uns e pra outros, para muitos foi feita uma vila, que é o Laranjal, que não atendia às necessidades daquela população, que vivia numa área rural. O conflito existia sempre, de eles quererem invadir novamente aquela área que era da CODEBAR, na Vila dos Cabanos, aquela parte que ainda tava por fazer. O conflito era antigo. (informação verbal).

Neste momento, as comunidades tradicionais estavam organizando as estratégias de retorno e a CODEBAR moveu diversos processos de reintegração de posse; o chefe de operação da CODEBAR os chamava de invasões. Como havia documentos e relatórios sobre a “venda” dos sítios pelos seus pais e avós, os gestores não visualizavam que os descendentes dos antigos habitantes dos sítios eram possuidores de direitos.

De acordo com os dispositivos jurídicos nacionais que defendem suas formas diferenciadas de reprodução social e cultural (BRASIL, 1988, Decreto 6.040 de 2007) e também com base nas determinações da Convenção 169 da OIT, essas comunidades têm o direito às suas especificidades e territorialidades, que os seus pais e avós não possuíam:

Os povos interessados terão o direito de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento na medida em que afete sua vida, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins, e de controlar, na maior medida possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, eles participarão da formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los diretamente (Artigo 7, item 1. Convenção 169. OIT).

Sempre que possível, esses povos terão o direito de retornar às suas terras tradicionais tão logo deixem de existir as razões que fundamentaram sua transferência (Artigo 16, item 3. Convenção 169 OIT).

O conflito com os antigos moradores dos sítios é narrado por Hilário Colares. Como diretor da CODEBAR em Barcarena, ele recebeu convocação para responder a ocorrências de acusações de práticas ilegais e violentas feitas pela empresa, quando impedia as “invasões”. Os processos de reintegração de posse foram o dispositivo jurídico usado para evitar as invasões, e justificar as ações da polícia

federal para retirada dos “invasores”. As comunidades do Boa Vista, Burajuba, Sítio São João e Sítio Conceição sofreram a violência dos dispositivos jurídicos e policiais acionados pela CODEBAR, que não os reconhecia como comunidades tradicionais.

Segundo o Relatório de Liquidação (2007; 2010), no decorrer do processo de liquidação, houve a despesa de R\$480.163,71 com serviços de Vigilância Ostensiva e Vigilância Ronda Móvel para a segurança do Patrimônio, mesmo com o apoio da Polícia Civil e Polícia Militar nas ações preventivas em situações de iminente esbulho possessório. No documento são expostos os motivos:

- atuação de invasores, patrocinados pelos mais variados interesses, em ambiente favorável proporcionado pela incapacidade da empresa de guardar extensas áreas de sua propriedade;
- ausência de representação da companhia na área onde estava o foco principal do problema, decorrente da retirada do pessoal, em função do péssimo estado de conservação das instalações e por motivos de segurança;
- pressão exercida com manifestações organizadas por lideranças dos invasores, dificultando ou mesmo impedindo a realização de leilões para a alienação de imóveis e dificultando o andamento do processo de liquidação (CODEBAR, 2010, p. 23).

O senhor Odanildo da Silva Cravo<sup>239</sup> participou ativamente do retorno à comunidade do Burajuba e descreve como foi a reação da CODEBAR.

Foi terrível, hoje em dia as pessoas olham aqui e vê parece um paraíso, mas não foi tanto isso, foi muita luta. Enfrentamos polícia, apanhamos, todo mundo corria que eles vinham com *spray* de pimenta e cassetete, meu cunhado não tinha como correr, ainda pegou umas lambadas nas costas nós fechávamos a rua aqui do Padre Casimiro, mas mesmo assim...

No início ainda era a Codebar, ela que mandava o policiamento pra retirar nós, aí a gente ficava dia e noite sob [...] eu pra falar a verdade eu passei uns 6 meses num barraco, só com uma lona aqui, a gente não podia fazer uma coisa melhor, porque de uma hora pra outra eles podiam tirar nós, foi muita luta. Tivemos várias viagens no Ministério Público, esse aqui é testemunha, meu primo também lutou muito. A família Cravo era muito grande. Então aqui no Burajuba foram várias famílias que se uniram. A família Amorim que provaram que são daqui, a família Cravo, a família Santos, a família Sousa, os antigos moradores. Fizemos uma associação, através de documentos provamos que nós éramos, nós não estamos aqui por invadir não, provamos que tiraram a terra de nós, nós só tiramos o que tiraram da gente. Demos entrada nos documentos com o Felício Pontes, ele veio até aqui, ele andou essa área tudinho aqui com a gente, caminhou isso aqui tudinho com a gente no sol quente, não tinha nada, só estrada. Teve um dia que nós passamos o dia todo no mato pra provar. (informação verbal).

Com a iminência de perder as suas terras, cujos lotes estavam sendo vendidos pela CODEBAR, as comunidades tradicionais organizaram, de forma autônoma, o retorno para os seus sítios:

<sup>239</sup> Entrevista realizada em 30 de maio de 2015.

Eu sai um período que eles foram indenizados, eu fui embora para Belém. Qual ele me deu para um advogado, no qual o advogado ia me ensinar ia me fazer ser gente. Mas não adiantou de nada, depois de um período voltei. Vim morar de aluguel, eu fui morar no Laranjal. Mas eu sempre tive um sonho de voltar para aquelas terras sempre a vontade de voltar para as terras [...]. Então quando passava o ônibus na frente eu via as castanheiras né, lembrava vinha na mente aquelas coisas que a gente fazia lá, brincadeira, e aí um dia vou voltar.

Aí começou o pessoal a voltar para as terras, aí eu disse então chegou a hora né. Aí voltei, voltei para terra. Primeiro voltou eu e meu irmão, depois fomos chamando o restante né, os outros irmãos eles vieram. Quem voltou primeiro foi eu com Zé, que voltamos para terra, depois logo em seguida veio a Catarina, Nazaré, o Germano. Dentro desse período eu nós voltamos, aí nós fomos ver a diferença do que era antes e hoje como é o sítio são João<sup>240</sup>. (informação verbal).

**Figura 16-** Recorte de jornais sobre a luta dos moradores do Burajuba



**Fonte:** Documento cedido pelos moradores do Burajuba.

<sup>240</sup> Sandra Georgete Amorim. Entrevista realizada em 14 de junho de 2014.

**Fotografia 5-** Conflito entre os policiais e os moradores do Burajuba.



**Fonte:** José Roberto da Silva Cravo (2009).

Os moradores do Sítio Conceição retornaram para as terras que pertenciam ao senhor José Lemos da Silva Cravo. Seus filhos e netos da família Cravo, depois de viverem anos no Laranjal e de aluguéis em outras localidades do município, em 2007 retornaram para as poucas terras que ainda restaram do sítio. Em 14 janeiro de 2010, a CODEBAR entrou com o processo nº 2010.39.00-000220-7, no Tribunal Federal da Primeira Região, solicitando uma Ação de Reintegração de Posse, com Expresso Pedido de Liminar de Natureza Emergencial, das quadras 027, 036 (área de uso comum) e 037 do bairro Pioneiro em Vila dos Cabanos.

Em 2011, a Associação dos Moradores do Sítio Conceição solicitou novamente a intervenção para fins de suspensão e cumprimento de liminar de Integração solicitada pela SPU. No ofício nº 63, de 15 de fevereiro de 2011, o senhor José Roberto de Jesus da Silva Cravo, presidente da Associação, informava que sua família já existia no que “hoje são as quadras 36 e 37 do Bairro Pioneiro” em Barcarena, e contestava a qualificação como “invasores”.

**Fotografia 6-** Ação de violenta prática aos moradores do Sítio Conceição feita pela CODEBAR/SPU



**Fonte:** José Roberto da Silva Cravo (2010).

**Fotografia 7-** Força Policial usada pela CODEBAR/SPU.



**Fonte:** José Roberto da Silva Cravo (2010).

De acordo com o relatório de liquidação 2007/2010 (Abril, 2010), a CODEBAR possuía aproximadamente 3.023,792 hectares de imóveis na Vila dos Cabanos, discriminados na tabela abaixo.

**Tabela 6-** Imóveis da CODEBAR

LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO INICIAL (1) (ha)	ALIENADO (ha)	SITUAÇÃO ATUAL (ha)
Bairro Pioneiro	1.075,533793	61,29636	1.014237433
Bairro Operações	532,040916	209,133464	322,907452
Sítio Caripy	1.934,687011	369,58887	1.565,098141
Gleba CDI	121,5484211	-	121,5484211
<b>TOTAL</b>	<b>3.663,8101411</b>	<b>640,018694</b>	<b>3.023,7914471</b>

**Fonte:** CODEBAR (2010). Relatório de liquidação (2007; 2010, p. 34).

O levantamento dos bens imobiliários da empresa tinha o objetivo de gerar ativo por meio dos leilões e o restante destinar à Secretaria do Patrimônio da União. O embate entre a CODEBAR e as comunidades tradicionais ficou mais intenso, porque os moradores acionaram o MPF, que organizou uma ação civil pública com caráter liminar para suspender os leilões dos lotes e terras ocupados pelas comunidades tradicionais<sup>241</sup>.

Os invasores, organizados em comunidades, pleiteiam a regularização fundiária das áreas invadidas e, ao mesmo tempo, tentam impedir a venda de imóveis, sob a alegação da falta de conhecimento da situação ocupacional e da propriedade dos mesmos pela CODEBAR. Por outro lado, ameaçam impedir quaisquer providências que visem identificar e delimitar as áreas pleiteadas, dificultando sobremaneira o processo de liquidação.

A ação dessas comunidades conta com o apoio das “comunidades tradicionais”, cujos pleitos estão considerados em Ação Civil Pública de autoria do Ministério Público Federal (CODEBAR em liquidação, PARECER Nº 18/2009/CIC).

<sup>241</sup> Com destaque para o Processo nº 2008.3900.011949-4, em que O MPF, em 2008, ingressou com Ação Civil Pública, tendo por objeto a obtenção de ordem judicial no sentido de anular todos os atos de alienação realizados pela CODEBAR, e o reconhecimento de toda a área habitada como pertencente à comunidade tradicional do Burajuba.

No *Relatório de Liquidação (2007;2010)* foram assim demonstrados os leilões realizados pela CODEBAR.

**Tabela 7-** Bens leiloados pela CODEBAR

EDITAL	DATA	LOTES	ÁREAS (m <sup>2</sup> )	VALOR (R\$)	
				Avaliação	Venda
Leilão 001/2008	23.04.2008	35	12.870,00	537.187,50	672.725,00
Leilão 002/2008	27.05.2008	42	14.364,00	622.080,00	791.292,50
Leilão 003/2008	05.08.2008	34	10.746,00	476.800,00	524.947,00
Leilão 004/2008	12.09.2008	29	8.334,00	376.042,50	385.282,50
Leilão 005/2008	24.10.2008	26	7.740,00	353.925,00	353.925,00
Leilão 006/2008	04.03.2009	--	--	--	--
Leilão 007/2008	06.03.2009	--	--	--	--

Fonte: CODEBAR (2010). Relatório de Liquidação (2007; 2010. p. 26).

A CODEBAR, em 2010, entrou com uma ação de reintegração de posse, alegando a propriedade sobre a área, que, segundo o plano urbanístico da Vila dos Cabanos, estava destinada para uso comum do povo<sup>242</sup>. Argumentava que detinha a propriedade de décadas sobre a área e a necessidade de reintegração, devido à sua situação de liquidação, e precisando que, por meio de liminar, fossem retirados os “invasores”, os quais estavam provocando os “esbulhos”, “colocando em risco o bem maior do cidadão, visto que é o Patrimônio da União que se pretende proteger e uma área destinada para a construção de praças públicas”.

Os descendentes do senhor José Cravo entraram também com uma ação de contestação de reintegração de posse da CODEBAR<sup>243</sup>/SPU, em que negavam a condição de *invasores da área*, argumentada pela empresa. José Roberto de Jesus da Silva Cravo, na qualidade de Litis Consorte Passivo, juntamente com os demais

<sup>242</sup> Segundo os autos do processo nº 2010. 39.00.000220-7 de Reintegração de Posse da CODEBAR, contra Carlos Augusto Cerqueira e outros. Argumentações contidas entre as páginas 06 e 09.

<sup>243</sup> Nos autos do processo em 16 junho de 2010, devido à extinção da CODEBAR, a Advocacia Geral da União passa a responder pela defesa dos direitos e dos deveres da CODEBAR, sendo a União Federal a autora do referido processo, já mencionada na Carta Precatória nº 695/2011.

moradores, em 02 de agosto de 2011 entram com um processo nº 2010.39.00.000220-7(onde?), denunciando o desvio de poder e abuso de autoridade da União, que usou de força policial para intimidar os moradores e destruir suas casas.

As ações violentas da União às populações tradicionais de Barcarena são praticadas no Sítio Conceição nesta Ação de Reintegração de Posse, visto que na Carta Precatória 003/2010 e na Carta Precatória nº 695/2011, nas Advertências, foi autorizado o uso de agentes do Departamento da Polícia Federal para o arrombamento de portas e reforço policial. As casas do Sítio Conceição foram destruídas. Em carta ao MPF, a senhora Vera Cravo expõe a violência da expropriação e da expulsão do sítio São Conceição, na época de seus pais e nos momentos atuais de resistência à ordem do progresso.

A família Cravo não aceitou a condição de invasores da quadra 026, 036 e 037 contidas nos autos e impôs a sua condição de família tradicional do território em questão. Não são quadras definidas pelo polígono urbanístico da CODEBAR, mas uma territorialidade específica denominada de Sítio Conceição.

O MPF elaborou, no dia 19 de março de 2012, a Ação Cautelar Inominada, a qual foi dirigida pelo MPF ao Juiz Federal da 1ª. Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará Processo Inquérito Civil Público N. 1.23.000.0002224 2011 67, cujo objetivo pautava-se em:

Impedir a Secretaria do Patrimônio da União no Estado do Pará de realizar quaisquer atos envolvendo a área litigiosa quadras 027, 036, 037 do bairro Pioneiro da Vila dos Cabanos em Barcarena - especialmente que seja impedida de determinar proibições à comunidade de moradores do sítio Conceição como realizar obras em habitações já existentes, plantações e até mesmo de limpar as ruas, bem como de realizar ameaças e atos vexatórios contra os moradores. (MPF, 2012, não paginado).

Os moradores do Sítio Conceição enfrentam duras ameaças, pois suas terras estão ao lado do Bairro Pioneiro, na parte central da Vila dos Cabanos. Território cobijado pelo quartel da polícia militar e pela prefeitura de Barcarena. O presidente da Associação da Comunidade Quilombola Indígena Sítio Conceição (ACOMQUISC), José Roberto de Jesus da Silva Cravo é sempre submetido às averiguações na delegacia, por conta de suas mobilizações de permanência no território.

A comunidade do Sítio Conceição foi ao Ministério Público Federal requerer um estudo antropológico devido à intenção de autodefinição como Quilombolas. Em 31 de maio de 2014, em reunião com a Professora Doutora Rosa Elizabeth Acevedo

Marin, identificaram-se como Quilombolas Indígenas. Em questionário sobre seu pleito de autorreconhecimento respondem:

Hoje é de grande importância o auto-reconhecimento de quilombola indígena, nós levará a conquista o espaço tomado de nossos antepassados e nós concederá um espaço para morarmos, plantarmos e colhermos em paz, sem termos ameaças de sermos deslocados novamente, resgatar nossa cultura quase toda perdida ao longo do tempo. Com esse auto-reconhecimento nossos filhos e netos e todos de nossa geração futura terão garantia de moradia digna sem ameaças de despejos<sup>244</sup>. (informação verbal).

Os quilombolas do Sítio Conceição, por meio da Cartografia Social, expõem as especificidades do seu território e a situação de conflito que enfrentam na Vila dos Cabanos. Na figura a seguir, podemos visualizar a situação de conflito socioambiental que enfrenta a comunidade, em decorrência dos efeitos da urbanização na área e dos dejetos das fábricas no rio Murucupi. Essa comunidade, por meio do reconhecimento junto à Fundação Palmares, requereu a propriedade coletiva de seu território, para que possam buscar alternativas diversificadas de desenvolvimento e não somente se submeter aos processos de proletarianização das empresas.

Nos documentos disponibilizados pelos moradores do Sítio Conceição, está parte do processo indenizatório da família Cravo que entrou com uma Ação Ordinária por meio do processo nº 91 0002239-0 contra a CODEBAR, protocolado na Justiça Federal em 01 de outubro de 1991. Em 1996, a Associação de Moradores do Sítio Conceição apresentou o título do ITERPA como prova de Ocupação, a fim de contestar ao processo judicial 0007426-77.1996 4.01399.00, que teve como objeto a reintegração de posse das quadras: 027, 036, 037, 040, 041, 062, 063, 077, 082 e 130 do Bairro Pioneiro, requeridas pela CODEBAR.

As terras de alguns sítios não chegaram a ser ocupadas pela CODEBAR, em todo o plano urbanístico ou da forma como os planejadores desejavam. A empresa realizava o policiamento e vigilância ao território, que com tempo não pôde manter, e as invasões foram intensificando-se na Vila dos Cabanos. Por outro lado, a fragilidade da vigilância permitiu aos antigos moradores dos sítios que retornassem ao território ou então buscassem alternativas de vida trabalhando no sítio às escondidas.

Ficamos a Deus dar, num pedacinho 10 por 30 que nós já compramos com nosso suor, pedacinho que não dá pra nada, aí foi nessa época que foi pra justiça, entrou uns dois ou três advogados, mas o padre Primo entrou na questão. Se passou uma faixa de uns 30 anos e pouco e não resolveram o problema, nunca saiu esse dinheiro, e nesse tempo eu nunca abandonei aqui,

---

<sup>244</sup> Argumentação contida em questionário respondido em 31 de maio de 2014.

fiquei sempre fazendo uma roça, um carvão, ficou eu, meu irmão, o tio Jango que já é falecido também, e mais um companheiro nosso que mora aqui na frente Danil Cravo, nós quatro permanecemos, nunca abandonamos<sup>245</sup>. (informação verbal).

Alguns moradores dos antigos sítios tornaram-se pedreiros, carpinteiros e vigilantes, os quais eram procurados de vez em quando por alguma empresa. Nas entrevistas, os gestores do desenvolvimento expressam uma preocupação em arrumar emprego para essas pessoas com o objetivo de amenizar os seus sofrimentos<sup>246</sup>. Por outro lado as estratégias de resistência dos discursos ocultos (práticas) são narradas pelas famílias Amorim e Pinheiro, quando afirmam que viviam entre os empregos temporários e as atividades da roça e da farinha.

Da época que nós se mudou pra cá melhorou pra ela, que o trabalho dela era de escola, professora, pra mim não. Eu tinha que andar todo dia lá pro Sítio, tinha que trabalhar lá que não me deram trabalho, eu não larguei lá não, trabalhava direto<sup>247</sup>. (informação verbal).

Na comunidade tradicional Boa Vista, os irmãos João Costa Pinheiro (conhecido como Jango) e Manuel Costa Pinheiro trabalharam por pouco tempo nas firmas. Sem emprego, continuaram indo diariamente trabalhar na roça nos seus sítios e pescar no rio Murucupi, e todas as noites retornavam ao bairro do Laranjal, até que na década de 1990 retornam definitivamente para os seus sítios. Em uma resistência cotidiana, permanecem nas suas terras, herdadas por seus avós e bisavós.

As ações coletivas das comunidades tradicionais se intensificam com as tentativas de territorialização adotadas pela CODEBAR nas vendas e leilões das terras dos *tradicionais da terra*<sup>248</sup>. As comunidades tradicionais procederam a interditar ruas, impedir a ação da polícia, organizar manifestações na CODEBAR/Belém. Os moradores da comunidade do Boa Vista enfrentaram a CODEBAR e lutaram por suas formas de existência, acionando o MPF para mover ações<sup>249</sup> a fim de impedir a territorialização praticada novamente pela empresa e garantir a permanência no território por meio de uma ação civil requerendo o reconhecimento de territorialidade específica da família Costa Pinheiro.

[...] quando foi no final de 2005 eles chegaram aqui com toda uma tropa derrubando as casas, procurando pela gente, a gente se identificou tudo. [...] Aí eles foram dar uma volta na comunidade, quando eles voltaram não

<sup>245</sup> Silvio Amorim, da comunidade do Burajuba. Entrevista realizada em 1 de maio de 2015.

<sup>246</sup> Nas entrevistas com Cesar Mendes e Sergio Leão, realizadas em 1988.

<sup>247</sup> João da Costa Pinheiro. Entrevista realizada em 01 de maio de 2015.

<sup>248</sup> Expressão usada por Valter Freitas dos Santos, comunidade de São Lourenço.

<sup>249</sup> Processo nº 2007.39.00.000159-9 e Processo nº 2008.39.00.004422-8.

quiseram mais saber, aí já mandaram derrubar, com um monte de presidiário em cima do caminhão, exército, polícia militar, polícia civil, e mais o pessoal da CODEBAR, já foram derrubando nossas casas. [...] Aí pra eles abrirem essas ruas, eles viraram as roças do pessoal tudinho<sup>250</sup>. (informação verbal).

O senhor Manuel da Costa Pinheiro<sup>251</sup> descreve como a comunidade acionou o MPF.

A CODEBAR foi, tentaram leiloar, mas foi na época que nós tava aliado com o senador Nery e mais o pessoal do Ministério Público, quando quiseram leiloar aqui a gente ligava pro Ministério Público e ele fazia cobertura lá, até um dia leiloaram uma quadra aqui dentro, aí no outro dia ligaram: “olha foi embargado o leilão, não tem mais leilão”. Aí a festança começou [...]. Depois que o Ministério Público entrou pronto, a gente tomou conta tudo, liberaram pra nós trabalhar, só ficou faltando o título de posse que ficaram de dar e ainda não deram. (informação verbal).

As ações violentas praticadas pela CODEBAR provocaram o fortalecimento político das comunidades tradicionais, que nas audiências públicas instigaram o debate sobre o reconhecimento do direito à propriedade da terra e às suas formas diferenciadas e peculiares de uso e posse dos recursos naturais:

Então nesse momento aí foi que as lideranças dos movimentos [...] fomos chamados a realizar audiências públicas com os moradores dessas ocupações, pelo nosso mandato pelo Senado eu creio que realizamos ali, não sei se quatro ou três audiências, em que reuníamos essa população atingida pela violência do despejo bruto e inconsequente. Tratamos exatamente de denunciar o fato de que milhares de pessoas que eram os donos legítimos dessas terras ficaram impedidas de ali permanecerem e nós afirmamos com muita firmeza e base, inclusive, não só na perspectiva da luta dos direitos humanos, mas na defesa do que está escrito na própria constituição brasileira. Então ali tínhamos elementos fundamentais para defender o direito à permanência, à moradia, ao direito de sobreviver, de permanecer naquelas áreas.

E a partir dali dessas audiências chamamos as autoridades do Estado, da União, e um dos principais encaminhamentos nessa luta de resistência foi reivindicação de que nós deveríamos negociar com o governo federal, o ministério do meio ambiente, o qual a CODEBAR estava vinculada. O necessário enfrentamento para que fosse reconhecido o direito de permanência dessas pessoas nessa região<sup>252</sup>. (informação verbal).

As resistências das comunidades tradicionais não foram aceitas como autênticas pelos gestores da CODEBAR e da elite local. Com o crescimento do debate sobre comunidade tradicional, quilombola e quilombola indígena, a CODEBAR utilizou o discurso de que as pessoas estavam sendo *manipuladas* por lideranças políticas, são *oportunistas* e *invasores*. Esse discurso hegemônico está sendo

<sup>250</sup> Senhora Maria da Rosa Silva, entrevista realizada em 26 de agosto de 2015.

<sup>251</sup> Senhor Manuel da Costa Pinheiro, 75 anos. Entrevista cedida em 19 de maio de 2015.

<sup>252</sup> Jose Neri de Azevedo. Entrevista realizada em 04 de julho de 2016.

ameaçado com o aprimoramento das ofensivas das comunidades tradicionais às tentativas de desarticulação organizada pelas empresas e poderosos locais.

Nos seus discursos e ações usam os dispositivos com base na pluralidade jurídica para assegurar a territorialidade e garantir a reprodução social. Eles sabem que são sujeitos de direitos, não são sociedades sem poder tampouco apolíticas, em seu campo relacional. O poder se manifesta por meio de uma inovação social de projetos coletivos (MAIA;ACEVEDO MARIN, 2014).

As comunidades do Boa Vista e de Burajuba foram em busca do reconhecimento jurídico por suas territorialidade específicas. Por meio do MPF conseguiram suspender os leilões da CODEBAR. E foram reconhecidas as suas especificidades com base na Convenção 169 da OIT. Não poderiam ser retirados dos seus territórios, por suas peculiaridades comunitárias, tradicionais e tribais.

**Fotografia 8-** Visita do Antropólogo do Ministério Público Federal na Comunidade do Boa Vista.



**Fonte:** Jose Roberto da Silva Cravo (2007).

Procederam a requerer junto ao Ministério Público Federal o reconhecimento por suas territorialidades específicas com base na Convenção 169 da OIT<sup>253</sup>, nas

<sup>253</sup> O decreto 5.051, de 19 de abril de 2004, confirma a convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre os povos indígenas e tribais, no que tange ao reconhecimento dos

reuniões e enfrentamentos com os agentes sociais oponentes. Expuseram os dispositivos jurídicos que lhes garantem o direito ao retorno às territorialidades específicas e o direito à consulta prévia. Na entrevista feita ao Procurador do MPF Felício Público, é ressaltada a autenticidade da luta por suas territorialidades:

[...] o que eu acho que aconteceu foi uma tomada de consciência da população que foi vitimizada com esses projetos, então não foi só uma mudança dentro no Ministério Público, foi uma mudança na sociedade, acho que, principalmente aquelas comunidades tradicionais, nenhum estava inteira, todas elas estavam ali pela metade, metade já tinha sofrido enfarte, depressão, morrido mesmo, ido embora, **mas aqueles que conseguiram resistir e sobreviver ficaram conscientes dos seus direitos e foram atrás do Ministério Público**. Acho que ali se dá a virada, isso ocorreu mais ou menos em 2005, 2006, mais ou menos nessa época, foi quando houve a propositura das primeiras ações judiciais, dos primeiros procedimentos aqui do Ministério Público falando de Barcarena, que aqueles procedimentos vinham de uma provocação da sociedade civil, então aí começa a mudança, aí que a gente vai pra justiça. Uma coisa que auxiliou muito é que mesmo naquele momento ainda existia a CODEBAR, no momento da virada ela ainda existia. E a CODEBAR tinha entrado com várias ações judiciais, dezenas de ações judiciais pra desocupação das comunidades tradicionais, e quando nós fomos estudar a coisa, nós vimos que a CODEBAR não tinha nem mesmo a indenização pra essas famílias, que ela estava colocando na rua ou na justiça. Esse também foi um processo que despertou no Ministério Público ainda mais a injustiça que era aquela situação, você estava arrancando uma população tradicional do seu território e dizendo que tinha pago uma indenização, o que não era verdadeiro, muitas daquelas pessoas não receberam, e aquelas que receberam, nós checamos, tiveram uma indenização ínfima, não dava pra nada, as terras ficaram supervalorizadas ali em Barcarena e elas não conseguiram nem ir pro outro lado da estrada onde eles eram jogados, porque não conseguiam comprar nada. Aquele foi o momento de tomada de consciência, e realmente nós fomos pra cima da CODEBAR e acho que não perdemos nenhuma ação, que eu me lembre de cabeça, dessas que nós fizemos a intervenção, nenhuma ação, e fomos fragilizando a CODEBAR, depois o próprio governo federal se deu conta de que não precisava mais da CODEBAR e começou o processo de liquidação da empresa pública.<sup>254</sup> (informação verbal).

As comunidades tradicionais de Barcarena reconheceram que eram sujeitos possuidores de direitos, e o Ministério Público Federal, baseado na pluralidade jurídica, defendeu a ideia de justiça, coletivismo e equidade. Esta noção e sentido de comunidade estão relacionados ou têm sido denominados de “nova” “sensibilidade jurídica<sup>255</sup>”, ainda recente no Brasil.

---

princípios de autoatribuição e as modalidades de vida não contempladas como propriedade privada da terra.

<sup>254</sup> Entrevista em 14 de outubro de 2015.

<sup>255</sup> Para Shiraishi Neto (2011), o direito que se amplia, além da ordem controlada, e para isso reinventa, criando o que o autor denomina uma “nova” “sensibilidade jurídica”. O pluralismo jurídico representa a luta do peloreconhecimento do direito vivido.

O reconhecimento de que a sociedade brasileira é plural trouxe a questão do “pluralismo jurídico”, relacionada à ideia de sociedade democrática, de *pluralidade de categorias sociais, acolher uma sociedade conflitiva, de interesses contraditórios e antagônicos* (SHIRAISHI NETO, 2011, p. 87). Representa um momento de intensa mobilização social por direitos em todo o mundo, que gerou vários dispositivos no âmbito nacional e internacional, o que levou a OIT à criação da Convenção n. 169, reconhecendo a existência social dos grupos e seu direito.

A questão dos direitos dos grupos étnicos sobre suas territorialidades específicas é resultado de longas lutas. Ilka Boaventura Leite (2008), no seu artigo sobre *Os quilombos e a Constituição Brasileira*, afirma que, apesar de todo o aparato jurídico<sup>256</sup> sobre a garantia da territorialidade do quilombo, essas comunidades ainda enfrentam preconceitos e barreiras, o que expõe os quilombos aos conflitos fundiários, com grupos dominantes sustentados pela ordem jurídica hegemônica. Neste campo do direito do conflito (BOURDIEU, 1998), os agentes do direito processam os interesses das classes hegemônicas, criando mecanismo de marginalização e exclusão dos interesses dos grupos considerados subalternos<sup>257</sup>.

Essas mobilizações e organizações sociais e as declarações e convenções provocaram transformações na ordem jurídica, ganhando força no Brasil com a Constituição de 1988, que reconheceu a existência de diversos grupos, indígenas, quilombolas e os seringueiros, e, por isonomia, os demais grupos sociais. Segundo Shiraishi Neto (2011, p.88), do campo do direito o pluralismo era considerado um instrumento analítico de crítica ao direito positivado, e foi tratado pelos intérpretes mais dogmáticos como algo *residual ou periférico das reflexões jurídicas*.

O Ministério Público Federal entrou com uma Ação Civil Pública (ACP) nº 3445-73.2015.4.01.3900, na qual o Procurador da República Felício Pontes Jr. requer no mérito o reconhecimento da Terra como pertencente à Comunidade Quilombola Indígena do Sítio Ramal Cupuaçu, obrigando a SPU à regularização fundiária de seu território e condenando a União ao pagamento de indenização a título de danos morais coletivos, revestidos em investimentos diretos em políticas públicas destinadas à comunidade.

---

<sup>256</sup> Refere-se à Constituição de 1988, que no artigo 68, regulamentado no Decreto 4. 887 de 20 de novembro de 2003, consignou o direito territorial ao quilombo.

<sup>257</sup> Como no caso da Ação de Inconstitucionalidade (Adin) impetrada em 2003 pelo PFL (Partido da Frente Liberal), com o propósito de anular o artigo 4. 887.

Nas argumentações da Ação Civil Pública movida contra a União, o procurador, com base no relatório antropológico elaborado pela Professora Doutora Rosa Elizabeth Acevedo Marin (12/ 2014), expõe as relações sociais e econômicas que foram interrompidas com a instalação do complexo urbanístico da Vila dos Cabanos, e as situação de exclusão que vivem hoje, que “diversas famílias se encontram vagando à procura de um lugar onde possam reconstruir suas vidas”<sup>258</sup>. (informação verbal).

As situações críticas, provocadas por vazamentos de soda cáustica dos tanques de rejeitos de bauxita, e de resíduos de caulim são denunciadas pelos estragos causados nos rios Murucupi e Dendê. Contudo, essas questões têm provocado uma posição de ocultamento local, sem que os danos ambientais sejam averiguados de fato.

José dos Santos Amorim entrou no Ministério Público Estadual com uma ação de indenização contra a Alunorte (Alumínios do Norte do Brasil S.A), aduzindo que o vazamento ocorrido no dia 27 de abril de 2009 provocou a morte de peixe e os “moradores da comunidade sentiram dores de cabeça, vômitos e náuseas além de terem ficados impossibilitados de plantar e pescar na área” (informação verbal). Igualmente solicitava a instauração de Inquérito Civil.

As empresas e as invasões foram tomando grande parte da extensão do que era o Sítio São João. Hoje, os quilombolas indígenas estão requerendo uma pequena parte da terra, a qual ainda resta, mas a Secretaria do Patrimônio da União não regulariza o território da Família Amorim, e a prefeitura ainda expede um IPTU com valores altíssimos, por considerar o terreno como área urbana.

Como afirma Sandra Amorim, na reunião de 31 de maio de 2014, é importante o autorreconhecimento e a fala resistente à ordem industrial imposta às comunidades tradicionais de Barcarena:

[...] Hoje em dia, a situação que a gente vê Barcarena em geral é as empresas que chegaram tomaram de conta das terras e nós estamos aqui à mercê, então o que a gente quer, quer sim, ser reconhecido porque nós somos filhos de Barcarena, nós somos filhos daqui, do Murucupi inteiro, esse distrito Murucupi tá esquecido então o autorreconhecimento pra gente é importante sim porque eu quero que no futuro meus netos, meus bisnetos sei lá quem, venha a conhecer que existiu um povo em Barcarena, porque eu sei que se for feito esse estudo a fundo, vai buscar nossas raízes, vai mostrar que tem quilombola, que tem indígena aqui sim. Então é isso Dra. que a gente quer que a senhora nos ajude a trazer essa certificação, uma documentação que

---

<sup>258</sup> Página 2 do processo da Ação Civil Pública do Ministério Público Federal.

a gente possa mostrar que nós fomos nossos antepassados foram donos e nós continuamos na terra lutando. Eu lembro que meu avô falava pra mim assim mesmo "oh minha neta, eu não vou vê mais você vai ver, isso aqui vai tá tudo cheio de casa" como é que ele sabia disso? Eu não sei responder, mas, dentro dele já ele já via o futuro. E ele dizia, "graças a Deus que eu não vou tá aqui" porque eu acho que até ele não suportaria tá passando o que todos nós aqui que tem família que na época de 70, meu avô morreu em 77, muitos daqui nem existia. Eu era criança, mas eu lembro quando meu avô morreu, não só ele, mas como familiares de cada pessoa que tá aqui dentro que morreram, então pra Barcarena pra cá, no geral, Barcarena o que trouxe foi o desamparo pras comunidades, pras pessoas que muitos já morreram e hoje o que resta somos nós lutando pelas pessoas, por um documento, um pedacinho de chão porque a gente não pode brigar com as empresas, o que a gente quer é a certificação de onde nós estamos da nossa comunidade, do nosso lugar é isso que nós queremos, é isso que eu tinha pra falar. (informação verbal).

As comunidades tradicionais de Barcarena possuem práticas diferenciadas de apropriação do território e recursos, e manifestaram revoltas à dominação que lhe foi imposta pelo estado desenvolvimentista. O reconhecimento de identidade coletiva se dá por meio dos movimentos sociais, e de suas lutas pelo território. Almeida (2013) expõe uma configuração de ruptura, através de intensas mobilizações políticas destes agentes sociais, articuladas tanto com o advento das categorias de autodefinição, como da emergência de formas político-organizativas específicas. Ambas convergem para uma identidade coletiva objetivada em movimento social.

O argumento crítico de Shalins (2004) em relação às teorias da universalização do ocidente e da inevitável imposição do pensamento liberal e modo de vida burguês, frisa que não foram todas as sociedades que se renderam a esta uniformidade. O antropólogo lembra a tentativa frustrante de converter os corações e mentes asiáticos. Desta maneira, a elaboração de teorias da integração global são revisadas diante da recusa de sociedades que marcham com bandeiras da autonomia cultural, pois a *"tradição" aparece muitas vezes na história moderna como uma modalidade culturalmente específica de mudança*<sup>259</sup>.

As tradições, neste contexto estudado, são *reminiscências da soberania perdida*<sup>260</sup> dos povos tradicionais de Barcarena na imposição do desenvolvimentismo no município e representam contraposta, expressão contra a hegemonia de uma classe dominante, que ora também é obrigada a ceder. As comunidades estudadas eram os sitiante em volta do rio Murucupi e foram levados a entender que as terras

<sup>259</sup> Shalins (2007, p. 514).

<sup>260</sup> Termo usado por Shalins (2007, p. 514).

não eram suas e deveriam sair por bem ou por mal. Mas no decorrer de quarenta anos, os seus descendentes agora sabem criar estratégias de reconhecimento de direitos e, por meio delas, buscam garantir a sua reprodução social nas terras tradicionalmente ocupadas.

### **5.3 Ações da SPU na tentativa de desarticular as territorialidades específicas da Vila dos Cabanos**

Em 2010, os imóveis remanescentes da CODEBAR foram transferidos à Superintendência do Patrimônio da União. Em portaria nº 015, de 08 de julho de 2010, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão regulamenta a Comissão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, oriundo da Extinta CODEBAR. A partir de então a SPU tornou-se a agência governamental responsável pela organização dominial das terras da Vila dos Cabanos e por sua regularização fundiária. As expectativas sobre a regularização fundiária eram positivas. Organizou-se um Grupo de Trabalho formado por lideranças das comunidades, em um processo que o superintendente Lélío Costa da Silva chamava de Gestão Compartilhada<sup>261</sup>.

O Grupo de Trabalho de Regularização Fundiária foi instalado pela Portaria 2, de 19 de janeiro de 2011, visando instituir uma gestão democrática na destinação de imóveis da União para habitação de interesse social, mediante o levantamento da situação dominial dos bens imóveis no município de Barcarena. Este grupo era constituído por servidores da SPU/PA, pelo superintendente do Patrimônio da União, representante da Prefeitura Municipal, Polícia Federal, Ministério Público Federal, Universidade Federal do Pará, Câmara Municipal e Defensoria Pública. Identificam-se 25 associações que constituíram o que chamaram de movimento social.

A fundamentação política do GT no sentido da coalização partidária entre os entes federados é presente na discussão do tema regularização fundiária e política habitacional. Afinal, são terras do patrimônio da União à disposição dos coligados partidários para arregimentar “políticas sociais”. Mas por outro lado há a importância econômica do município aos interesses das *commodities* minerais e dos agronegócios e a valorização imobiliária da Vila dos Cabanos. Desta forma, considerar a existência de comunidades tradicionais contrariava os interesses do

---

<sup>261</sup> Disponível em: < <http://www.portalocabano.com.br/index.php/secoes/comunidade/706-comeca-na-pratica-o-processo-de-regularizacao-fundiaria-em-barcarena>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

mercado imobiliário local e os interesses do grande capital.

Segundo o representante da Casa Civil na reunião do GT regularização Fundiária:

Agora esse grupo só dará certo, na prática, se houver uma parceria efetiva, que, por sinal, está tendo nesse momento, porque nós temos aqui os Governos Federal e do estado e a prefeitura, alinhados politicamente, porque se não for alinhado politicamente não se efetiva. Nós já temos experiências aí, ao longo de anos e anos, vocês sabem do que eu to falando, então nós temos que permanecer no mesmo rumo, a nível de Brasil e de estado para que nós possamos fazer com que essa parceria realmente se efetive na prática<sup>262</sup>. (informação verbal).

A proposta do GT não abraçava os anseios das comunidades tradicionais. Nos primeiros meses de atuação, foram feitos os levantamentos da situação fundiária dos territórios, os quais constituíam os bens imóveis da União. O objetivo de fato não era titularizar, visto que não é de competência da SPU. Enquanto a proposta de regularização não correspondia às demandas específicas das comunidades, entre os participantes do GT estavam pessoas de Burajuba, Boa Vista, Sítio Conceição e São Lourenço, e outros moradores de áreas urbanas e categorias profissionais.

Na ata da Reunião do Pleno do GT em 20 de fevereiro de 2011, a dra. Aparecida Cavalcante<sup>263</sup> menciona um terreno, o qual a União doou para o Estado, que teria sido retomado e estaria sendo negociado com a Prefeitura Municipal de Barcarena para que através da Caixa Econômica sejam construídas casas para quem estiver na faixa de 0 a 3 salários mínimos. No documento, o Superintendente fala novamente do real objetivo da SPU em Barcarena:

[...] estariam fazendo esforço para que os imóveis da União tenham uma destinação adequada, disse que teriam áreas pronta para conjunto habitacional que poderíamos atuar de forma gigantesca, seriam construída 2000 unidades habitacionais com escolas, posto de saúde. Falou também que a cidade que querem construir será com dignidade que irão exigir do município e que farão acordos a critério do Governo Federal. Falou também que não adianta ocupações precárias, que conjunto habitacional em áreas da união é um grande desafio. (informação verbal).

A proposta da SPU era a implantação de programas habitacionais em Barcarena, a exemplo do programa Minha Casa Minha Vida, tendo como pano de fundo o discurso de regularização fundiária. As lideranças das comunidades tradicionais do Burajuba e do Boa Vista foram cooptadas pela proposta do programa,

---

<sup>262</sup> Representante da Casa Civil, em 24.04.2010.

<sup>263</sup> Superintendente substituta da SPU.

e responsáveis pela coordenação de vários projetos presentes nas comunidades rurais e tradicionais do município.

A SPU, a Prefeitura de Barcarena e a Caixa Econômica Local atuaram na viabilização e instalação do projeto Minha Casa Minha Vida no Boa Vista, Cupuaçu, Sítio São João, São Lourenço, Sítio Ramal Cupuaçu /Boa Vista e Burajuba. O programa provocou disputas entre as lideranças políticas sendo alvo de denúncias de irregularidades financeiras e fiscais, além de constituir instrumento na disputa do pleito eleitoral de 2014<sup>264</sup>. Por conta dos projetos habitacionais, as invasões foram intensificadas e estimuladas pelos manipuladores dos programas que precisam de lotes para a instalação destes, que facilmente conseguiam na SPU a declaração de posseiro de Boa Fe<sup>265</sup> para o início do processo na Caixa Econômica.

O Programa Minha Casa Minha Vida tem provocado o loteamento excessivo das comunidades tradicionais, pois são cadastradas e construídas casas para pessoas que não fazem parte da comunidade. Com a busca incessante de gerir os recursos do programa e em alguns casos conquistar votos, algumas lideranças podem provocar mudanças profundas nas comunidades, descaracterizando a sua tradicionalidade, colocando em risco as territorialidades específicas.

Em entrevista, o Procurador do MPF afirma que o Programa Habitacional representa um problema para a comunidade tradicional:

Antes a grande queixa da comunidade pro Ministério Público é que eram pessoas de fora que estavam invadindo a área da comunidade. Agora é que os próprios comunitários estão trazendo pessoas de fora pra serem acertadas na comunidade. E eles estão trazendo exatamente por causa do Minha Casa Minha Vida. (informação verbal).

A atuação da SPU em Barcarena provocou disputas territoriais entre comunidades locais, foram cooptadas as lideranças locais e houve o endurecimento com os processos de legitimidade dominial dos territórios tradicionais, visto que na visão dos gestores da instituição os quilombolas indígenas são *invasores* e *impostores*<sup>266</sup>. As comunidades tradicionais vivem um clima de instabilidade, e,

---

<sup>264</sup> Em um documento administrativo 33364.2014, de 29 de setembro de 2014, apresentamos (Rosane Maia e Rosa Acevedo Marin) uma denúncia de crime eleitoral praticado pela candidata Luziane Cravo, que, segundo informação dos moradores do Cupuaçu, estava incentivando a invasão ao território da comunidade com a notícia da construção das casas do projeto Minha Casa Minha Vida, o que gerou a Ação de Investigação Eleitoral nº 3173-48.2014.6.14.0000, na qual as pesquisadoras foram intimadas a testemunhar.

<sup>265</sup> Anexo C.

<sup>266</sup> Situação percebida em conversas informais com funcionária da SPU. Aponto que fiz uma solicitação de entrevista, mas não foi concedida. Foram feitas várias tentativas para entender a relação da

segundo suas narrativas, a instituição negocia lotes e quadra da Vila dos Cabanos. A disputa e as práticas adotadas pela SPU acessar os lotes tiveram consequências desastrosas para a comunidade do Burajuba.

A briga não está fácil e continua a briga. O estatuto da Associação delibera ela e diz assim, que a gente mesmo fez, mediante a lei ta, ta ta, tá e ao decreto que não me lembro mais para qual parte a essa associação a construir casas em todo o estado do Pará, sendo que após da leitura de título de quilombola, ela possa construir no Pará e livre acesso possa em todo o Brasil hoje, não só em área quilombola e indígena, mas em qualquer área cívica. A partir que a associação passa a legalizar essa terra, já mexe com o poder porque ele acha que eu venha candidata a alguma coisa, já começa aprender os posseiros de boa fé.

Associação junto com a SPU. Na figura do Lélío Costa está regularizando mais de 600 famílias para mim, coisa que ninguém teve um papel aqui, nem do município e o Lélío assinou, não é troca de favor é reconhecer que ele nunca fechou a porta se tem alguém atrapalhando esse sonho está sendo realizado de fato, primeiro para receber o programa minha casa minha vida, a terra tem que ser regularizada em nome do beneficiário requerente do PNHE, de casas habitacionais e quando ele dá é como liberar-se o povo, por que o próprio município está cobrando IPTU de R\$ 300,00 para área rural, isso é um absurdo<sup>267</sup>. (informação verbal).

A atuação da SPU entre as comunidades tradicionais é caracterizada pela morosidade e burocracia. Nos processos de Ação Civil Pública acionado pelo Ministério Público Federal, essa entidade foi autuada a proceder ao reconhecimento das titularidades específicas das comunidades de Boa Vista, embora com processos sentenciados favoráveis aos agentes sociais, a Superintendência não providenciou as determinações.

Nas vozes dos quilombolas indígenas das comunidades tradicionais expressam-se os sentimentos de desilusão e o descrédito à SPU para solucionar o reconhecimento das suas territorialidades específicas. Em entrevista, o senhor José Roberto da Silva Cravo<sup>268</sup> fez a reflexão seguinte:

[...] quando a gente retornou pra cá, fomos perseguidos mais de que pela CODEBAR, porque a SPU entrou aqui no dia 1 de junho de 2010, que foi a entrega das terras da extinta CODEBAR que foi repassada para a União, que foi no Hotel Equinócio [...] no início, o pessoal da SPU e eu também, a maioria das comunidades, tinha aquela ilusão, porque o marketing dele em Barcarena era regularização fundiária. [...] então todos tavam iludidos dizendo, ah, vamos nos livrar finalmente dos problemas de terras porque a SPU [...] como se diz, era como família tradicional era mais fácil, somos família tradicional vão dar o nosso título vai ser bem mais rápido. SPU perseguiu tanto que hoje a gente mantém a comunidade aqui com uma ação cautelar, através do

---

CODEBAR/SPU e as comunidades tradicionais pelo ponto de vista institucional, mas foram desconsiderados os pedidos de entrevistas e de acesso a documentos solicitado em dois ofícios.

<sup>267</sup> Maria do Socorro Costa da Silva. Entrevista realizada em 24 de janeiro de 2014.

<sup>268</sup> Presidente da Associação da Comunidade Quilombola Indígena do Sítio Conceição, em entrevista realizada no dia 14 de julho de 2014.

ministério público, [...] várias comunidades ele dá apoio, o suporte mesmo, com o Ministério Público, foi através do apoio do Ministério Público que a gente conseguiu viver com um pouco mais de paz porque quando pessoal tão fazendo as casas eles vinham, eu tenho fotos e vídeos da SPU vindo, não deixava ninguém levantar as suas casinhas, vinham com a polícia federal. Quando a CODEBAR vinha, ela vinha menos armada que a SPU. (informação verbal).

A CODEBAR e a SPU são requerentes de vários processos de reintegração de posse contra os chamados “invasores”, ocorridos entre o período de liquidação e que continuam na fase da atuação da Comissão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário Oriundo da Extinta CODEBAR. Nos vídeos da reunião da SPU com o GT<sup>269</sup> são sempre ressaltadas as pressões que o órgão dirige aos chamados invasores. Essa mobilização foi também orientada para registrar ocorrências policiais, para acionar a polícia federal e encaminhar os processos de reintegração de posse em vários lotes e quadras da Vila dos Cabanos.

Esses chamados “invasores”, por meio do resgate de sua *tradição, identidade quilombola e quilombola indígena*, impuseram ao campo jurídico o reconhecimento do direito ao território e o respeito da pluralidade étnica e cultural. O campo jurídico reconheceu que em Barcarena os dispositivos jurídicos deveriam estar baseados pelo princípio da pluralidade do direito. Assim, elabora-se uma reflexão sobre a “visibilidade” dos direitos das comunidades tradicionais e sinaliza-se que uma “nova sensibilidade jurídica” vem desenhando-se nas últimas décadas no Brasil. É isso que constitui o reconhecimento jurídico dos grupos sociais portadores de identidades étnicas.

A Ação Coletiva da comunidade do Burajuba, ao final, teve a sentença favorável como reconhecimento de suas territorialidades, delegando ao INCRA a sua titularidade coletiva desde 2012. Diante do impasse do reconhecimento pelo INCRA, a comunidade entendeu que suas territorialidades seriam respeitadas com a autodefinição quilombola. As comunidades tradicionais de Barcarena constituem *unidades de mobilizações* (ALMEIDA, 2008, p. 32) com base em suas identidades coletivas; enfrentaram a ordem do progresso industrial em pauta e as imposições usurpadoras das agências desenvolvimentistas, as quais atuam no controle dominial das terras no município.

---

<sup>269</sup> Essas reuniões ocorreram em outubro de 2010. Estão gravadas em vídeos cedidos por José Roberto da Silva Cravo.

Sobre este momento de autodefinição, o Procurador Felício Ponte descreve:

Nesse primeiro momento, que eles viram que tinham o direito à terra, eles não sabiam como se encaixar dentro do ordenamento jurídico, em que categoria eles entrariam naquilo ali, e nós, muito menos nós, fomos capazes, ousamos dizer pra eles o que eles eram, então quando entramos com o processo, entramos dizendo: “Nós estamos defendendo a terra para uma comunidade tradicional”. Como se comunidade tradicional fosse o gênero, e indígenas, ribeirinhos ou quilombolas fossem as espécies, nesse sentido, e essa auto definição como quilombola ela já vai surgir no meio do processo, [...] pois é aí que eles veem o leque de direitos que foram violados e eles vão tomar consciência que a história deles é também a história de povos quilombolas de outras regiões do Brasil, essa comunidade foi tão vitimizada, mas tão vitimizada que até a consciência quilombola dela vai surgir nesse processo de conscientização, porque eles nem tinham relação com outras pessoas, não conheciam seus direitos, não tinham nem relação pra saber que existe uma designação jurídica de território, não tinham a menor consciência. (informação verbal).

A autodefinição quilombola do Burajuba veio sendo construída no conflito socioambiental. No embate com os outros agentes sociais, construíram uma estratégia de resistência e de fortalecimento político diante das disputas por recursos e propriedade da terra. O engajamento político de suas lideranças possibilitou a oportunidade, por via MPF, de solicitar o estudo antropológico.

A comunidade do Burajuba mobilizou sua identificação como quilombola, recebendo a Certidão de Autodefinição de Remanescente Quilombola da Comunidade São Sebastião de Burajuba por meio de Portaria em 20 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 248, em 23 de dezembro de 2013. A certidão representa uma grande vitória diante desses processos de conflitos. Maria do Socorro, de Burajuba, em seu discurso na cerimônia de entrega da Certidão de Autodefinição da Fundação Palmares, refere-se ao documento como sua Carta de Alforria<sup>270</sup>, pois tem a percepção do fortalecimento e autonomia política:

A terra vai ser regularizada pelo INCRA, e ponto, isso é lei, ninguém vai mudar, por mais que o Dr. LÉLIO diga que a Gleba é da SPU, ela vai ter que transferir porque aqui já tem uma Certidão de quilombola, e só a lei diz que pode regularizar é o Incra. Por isso estamos precisando que o Incra assine os posseiros de Boa Fé para a comunidade de Burajuba<sup>271</sup>. (informação verbal).

O fortalecimento político da comunidade tradicional de Boa Vista e da comunidade quilombola de São Sebastião do Burajuba encorajou as outras comunidades de *pessoas tradicionais da terra*, sofridas por sucessivos processos de invasões, exclusões e deslocamentos, a se dirigirem ao Ministério Público Federal e

<sup>270</sup> Maria do Socorro, presidente da Associação da Comunidade Quilombola São Sebastião de Burajuba, em entrevista no dia 01 de Fevereiro de 2014.

<sup>271</sup> Maria do Socorro Costa da Silva. Entrevista realizada em 24 de Janeiro de 2014.

requererem um estudo antropológico com a intenção de autodefinição como Quilombolas. Por meio de ofício datado de 22 de maio de 2014, o Procurador da República Felício Pontes Junior, do MPF, solicitou à pesquisadora Rosa Acevedo o relatório antropológico dos Sítios Conceição, Sítio São João, São Lourenço e Cupuaçu.

A comunidade de São Lourenço passou por sucessivas invasões devido ao processo de urbanização promovido pela CODEBAR. Travam uma luta pelo reconhecimento de suas territorialidades desde a construção do bairro Laranjal em suas terras. Atualmente enfrentam a invasão de trabalhadores migrantes para o município, a decisão da Prefeitura de construir a Agência Distrital em suas terras e da Companhia das Águas de Barcarena. Seu território está ficando reduzido, e temem não resolver a situação de suas terras pelo ITERPA, visto que possuem um título legítimo de propriedade. Em reunião no dia 31 de maio de 2014, eles realizaram a autodefinição como *quilombolas indígenas* e interpretam a sua política identitária:

[...]Então eu queria esse reconhecimento porque eu faço parte de uma linhagem indígena, dos meus avô, meus bisavô, todos eles eram índios então eu gostaria de ser reconhecido como indígena também. (José Augusto Santos Amorim, Comunidade de São João).

E hoje em dia a gente sendo expulsos, como se a gente tivesse de enxerido na terra que é nossa. Esse é o momento que nós conseguimos lá com o Dr. Felício Pontes[...]pra fazer esse estudo com a gente, pra gente poder ter esse reconhecimento e poder brigar pelo que restou da gente. E reconhecer também a nossa origem, porque é muito bom a gente ser reconhecido, é orgulho você puxar sua identidade e dizer “sou o Nivaldo da Silva Pinheiro, descendente de quilombola indígena”. (Nivaldo da Silva Pinheiro, Comunidade Cupuaçu).

Autorreconhecimento quilombola e indígena, porque meu bisavô era remanescente de escravos e minha bisavó era índia. (Resposta questionário dos participantes da Comunidade de São Lourenço). (informação verbal).

Esta categoria *quilombola indígena* corresponde a uma autodefinição na medida em que possuem o direito de afirmar o que são. A categoria foi construída pela percepção de sua etnicidade e cultura, quando afirmam ser ao mesmo tempo quilombola e indígena. É válido dizer que interlocuções culturais formam esses sujeitos com diversidades e especificidades, tornando-os diferenciados diante dos novos paradigmas impostos pela modernidade e pelo progresso industrial.

Marcio Goldman estuda a categoria afroindígena (sem o hífen), e explica que o “termo “afroindígena” tem justamente uma origem afroindígena, elaborado por pessoas, as quais gostam de pensar a si mesmas como afroindígenas” (GOLDMAN,

2014, p. 214). Afirma que estudar a categoria requer não reduzir as suas análises às questões da identidade, mas buscar novas formas de recomposição de novas bases territoriais que eram supostamente perdidas; estudar a categoria com a riqueza e diversidade de detalhes, como a comunidade afroindígena é percebida. As comunidades quilombolas indígenas de Barcarena obrigam a pesquisar as diversidades teóricas para avançar no entendimento das interlocuções culturais desta etnicidade.

No espaço relacional, as comunidades tradicionais articulam suas ações e estratégias de resistência, por meio das interações sociais e culturais impostas pela ordem industrial em Barcarena, as identidades coletivas são provocadas às mudanças. A pesquisadora Silva (2010), nos seus estudos, faz referência às identidades relacionais. Suas análises rompem com a concepção estática, única e não modificável da cultura e da identidade. No sentido de conceber a identidade como um fenômeno relacional, procura a compreensão dos fenômenos dela na atualidade, tentando explicar as identidades e as culturas dos grupos indígenas como resultado das relações dos grupos dominantes, como reações à dominação e ao poder, bem como uma resposta local das práticas coercitivas do sistema capitalista e de sua reprodução sociocultural.

Os quilombolas indígenas dos Sítios São João, Sítio Conceição, Sítio Ramal Cupuaçu e Comunidade de São Lourenço, com suas resistências cotidianas (SCOTT, 2011; 1986), requerem, junto ao Ministério Público Federal, o reconhecimento por suas territorialidades específicas com base na Convenção 169 da OIT. Foram apresentados processos de Ação Civil Pública contra a União pelo reconhecimento às territorialidades do sítio São João<sup>272</sup>, Sítio Conceição e Sítio Ramal Cupuaçu por sua autodefinição quilombola indígena com base nos Relatórios Antropológicos realizados pela Doutora Rosa Acevedo Marin e a Pesquisadora Rosane Maia do NAEA-UFGA.

As ações civis públicas dos quilombolas indígenas ainda são instrumentos jurídicos usados pelo MPF. As argumentações da União nos processos em que foram inseridas as comunidades tradicionais usam a justificativa de que elas não se encontram em situações de vulnerabilidade e, portanto, suas ações são consideradas improcedentes. A União recomenda como recurso os processos administrativos

---

<sup>272</sup> Processo nº 0005977-20.2015.4.01.3900, Processo nº 7102-23.2015.4.013900 e 3445-73.2015.4.01.3900

requerendo o reconhecimento de autodefinição à Fundação Cultural Palmares e a titularidade coletiva da terra ao INCRA. Este pleito foi o teor do resultado das ações dos quilombolas indígenas de São João e dos quilombolas indígenas do Sítio Ramal Cupuaçu/Boa Vista. A ação coletiva do Sítio Conceição arrolou-se ao processo de reintegração de posse<sup>273</sup> movida pela CODEBAR/SPU aos ocupantes da quadra 36, 37 e 285 do bairro Pioneiro, o que corresponde às terras requeridas pelos quilombolas indígenas.

Os relatórios antropológicos do Sítio Conceição, Sítio São João, Sítio Ramal Cupuaçu/Boa Vista e Comunidade de São Lourenço foram encaminhados à Fundação Cultural Palmares com a solicitação para o reconhecimento da autodefinição quilombola indígena. Foram, aproximadamente, dois anos de espera pela Certidão da Fundação Cultural Palmares, o que provocou nas comunidades um clima de desesperança. Neste intervalo de tempo, o ramal Cupuaçu foi invadido e as terras foram negociadas pela SPU<sup>274</sup> para a construção de casas para o PNHR, fato narrado por Nivaldo da Silva Pinheiro em documento ao MPF em 10 de outubro de 2015.

A comunidade de São Lourenço não possuía ação judicial por suas territorialidades. Os seus moradores e lideranças acreditam que a situação da comunidade deva ser resolvida pela ITERPA e MPE. Desta forma, criou-se certo impasse e morosidade nas decisões e procedimentos entre a comunidade e o MPF. O relatório antropológico foi entregue ao procurador Patrick Colares, que, recém-empossado, teve dificuldades para dar continuidade imediata aos conflitos judiciais dos quilombolas.

A mudança na Procuradoria do Ministério Público com a saída de Felício Pontes, a Procuradoria Geral Regional em Brasília e o período de adaptação do Procurador Patrick Colares provocaram o clima de instabilidade e desesperança nas comunidades quilombolas indígenas. Foi solicitado o encaminhamento à Fundação Cultural Palmares da imediata resolução dos processos de autodefinição dos quilombolas indígenas, elaborado pelo Procurador Felício Pontes e depois solicitado pelo procurador Patrick Colares.

---

<sup>273</sup> Processo nº 2010029000002207, Justiça Federal. Primeira Vara da seção judiciária do Estado do Pará.

<sup>274</sup> Segundo procedimento nº 34522/2015.

No Procedimento preparatório nº 1.23.000.002731/2015-24<sup>275</sup>, o Procurador da República Patrick Colares, entre outras determinações, requisita à FCP as informações sobre os processos de autodefinição da Comunidade Quilombola Indígena Ramal do Cupuaçu. Desta forma ele solicita que a FCP forneça cópia de todo o procedimento, exponha as razões da demora, informe as providências concretamente tomadas para imprimir ao andamento do feito, e dê previsão objetiva para a conclusão do trabalho, visto que a demora da certificação por parte da FCP está acarretando o agravamento do conflito, invasões, ameaças, expondo os quilombolas a grave vulnerabilidade física, moral e cultural.

No documento encaminhado ao Procurador Felício Pontes em 13 de fevereiro de 2016, elaborado pelas comunidades quilombolas indígenas, está assim escrito:

As Comunidades Quilombolas de Barcarena-Pa, por seus respectivos Presidentes, vêm com o respeito habitual a vossa ilustre presença solicitar sua ajuda para que sejam tomadas providências, no sentido de obtermos respostas quanto ao encaminhamento dos processos de reconhecimento das Comunidades Quilombolas.

Enviamos à Fundação Cultural Palmares três relatórios antropológicos sobre as Comunidades Quilombolas de Barcarena em Fevereiro de 2015, posteriormente mais outro relatório da Comunidade Quilombola São Lourenço, totalizando 04 (quatro). Apenas duas Comunidades (Sítio Conceição e Sítio São João) estão aguardando visita técnica de certificação desde 20/02/2015. (informação verbal).

As comunidades tradicionais, quilombolas e quilombolas indígenas de Barcarena organizaram e coordenaram, no dia 05 de maio de 2016, **o I Seminário Comunidades Tradicionais, Quilombolas Indígenas - Barcarena.Pa**<sup>276</sup>, no qual todas as representantes das comunidades tradicionais estabeleceram o momento de diálogos, debates e interação de forças, o que contribuiu para a construção da percepção de que foram atingidos pelos grandes projetos de forma radical, e de que as lutas por suas territorialidade e tradicionalidade representam formas de reação às políticas desenvolvimentistas.

A interação entre as comunidades tradicionais do Distrito Industrial e da Vila dos Cabanos também foi proporcionada pelo **II seminário Desastre da Mineração**, realizado em 06 de maio de 2016. Na organização dos seminários, as comunidades tradicionais uniram suas forças e contribuíram para os debates e para a exposição do conflito socioambiental inaugurado no município com a instalação do complexo de

---

<sup>275</sup> Procedimento com data de 26 de janeiro de 2016.

<sup>276</sup> Ver programação em anexo.

mineração. A partir de então, as comunidades interagem por meio das redes sociais, participando cotidianamente dos processos de lutas para os quais são desafiados.

As lideranças quilombolas indígenas recorreram à Prefeitura para intermediar diante da FCP o resultado do processo. Foram feitos inúmeros telefonemas e e-mails solicitando alguma informação, e todas as respostas, silenciadas. Por meio das lideranças da organização Filhos do Quilombo, tiveram a informação de que a demora da decisão dos processos deveu-se ao fato de a FCP não reconhecer a categoria quilombola indígena, e com isso chegou a encaminhar o processo do Sítio Ramal Cupuaçu/ Boa Vista para a FUNAI.

As comunidades foram coagidas a retirar a denominação quilombola indígena nas documentações apresentadas à FCP, pois, segundo as informações, o processo iria ser mais demorado. Eles deveriam fazer um breve relatório afirmando a identidade negra (quilombola) e reafirmando o desejo de certificação de sua autoidentificação. Por conta de uma falta de concepção da pluralidade étnica marcante na formação da sociedade brasileira, a Fundação Cultural Palmares impõe critérios de identificação étnica.

No documento “Identidade Quilombola e Indígena” de demandantes da certificação de autodefinição da Fundação Cultural Palmares no Município de Barcarena (Acevedo Marin, Maia, 2016), é ressaltado o respeito e a preservação às identidades culturais e à autodefinição das comunidades tradicionais. As identidades coletivas não devem se dissolver por mecanismos burocráticos e administrativos homogêneos, e a FCP está exercendo o papel de *atestador de identidade pura*.

A Convenção OIT 169 dá direito de autodefinição como indígena ou tribal. Diante disso, deverá ser considerado um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção. E informa que não deverá ser empregada nenhuma forma de força ou coerção que viole os direitos humanos e as liberdades fundamentais desses povos, inclusive os direitos previstos na presente Convenção e ainda com base no Decreto 4.887 de 2003, que determina:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade. (BRASIL, 2003, não paginado).

Em 02 de junho de 2016, foi realizada a visita técnica pela Fundação Cultural Palmares, iniciando os serviços na comunidade quilombola Sítio São João, Sítio Conceição, Comunidade de São Lourenço e Sítio Ramal Cupuaçu/Boa Vista. Somente em 18 de novembro de 2016 as comunidades tradicionais organizaram um evento da entrega da certidão de autodefinição quilombola, com a participação do MPF (Procurador da República Patrick Colares), UFPA (Pesquisadora Rosane Maia, Marcel Hazeu e Thiago Alan Sabino), bem como os presidentes e os comunitários quilombolas indígenas e Raimundo Magno Cardoso Nascimento.

Foram convidadas as autoridades governamentais e institucionais do município, para oportunizar aos quilombolas indígenas o reconhecimento de sua existência no município, e deixarem de ser propositalmente invisíveis diante dos gestores públicos e lideranças políticas locais. O objetivo do evento exposto no convite representava um desabafo e um desafio:

O referido evento tem por objetivo oficializar a entrega da Certidão Quilombola para as comunidades: **Comunidade Quilombola Indígena Sítio Conceição, Comunidade Quilombola Indígena Sítio São João, Comunidade Quilombola Indígena Sítio São Lourenço e Comunidade Quilombola Indígena Ramal Cupuaçu**, E também mobilizar a opinião pública em torno do Município e do Estado para que reconheçam a presença destas comunidades, para que façam garantir as suas formas diferenciadas de existência, com o enfoque da necessidade da construção de um novo conceito e percepção do que é ser quilombola. (Comunidades Quilombolas Indígenas de Barcarena, Novembro de 2016.).

No convite, é ressaltada a identidade quilombola indígena, que não desapareceu, mesmo após o recebimento da certidão da Fundação Cultural Palmares, que, com imposição tecnocrata e autoritária, reconhece-os somente como quilombolas. O Diário Oficial da União, de 17 de outubro de 2016, assim certifica a autodefinição como Remanescente de Quilombo:

COMUNIDADE SÍTIO CUPUAÇU/BOA VISTA<sup>277</sup>, localizada no município de Barcarena/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro n.º 2.424 fls.045 - Processo nº 01420.002160/2015-08.

COMUNIDADE SÍTIO CONCEIÇÃO<sup>278</sup>, localizada no município de Barcarena/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro nº 2.423 fls. 044 - Processo nº 01420.002156/2015-31.

COMUNIDADE GIBRIÉ DO SÃO LOURENÇO<sup>279</sup>, localizada no município de Barcarena/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro n.º 2.426 fls. 047 - Processo nº 01420.014842/2015-55.

<sup>277</sup> Portaria nº 222, de 14 de outubro de 2016.

<sup>278</sup> Portaria nº 221, de 14 de outubro de 2016

<sup>279</sup> Portaria nº 218, de 14 de outubro de 2016

COMUNIDADE SÍTIO SÃO JOÃO<sup>280</sup>, localizada no município de Barcarena/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro n.º 2.425 fls. 046 - Processo n.º 01420.002158/2015-21. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2016, não paginado).

A certificação da Fundação Cultural Palmares representa o início de uma fase mais concreta de luta por direitos às territorialidades específicas, e, assim, fortalece politicamente e possibilita o acesso às políticas públicas destinadas às comunidades tradicionais. As lideranças políticas devem possuir representatividade e promover ações coletivas baseadas nos interesses comuns, senão são facilmente capturadas por manipulações e cooptação, e propostas ilícitas de gestão dos recursos destinados à comunidade. O MPF deu os encaminhamentos ao INCRA para a realização da titularidade coletiva da terra, as comunidades receberam a vistoria inicial do INCRA.

Essa Certificação e a titulação coletiva estabelecem o desafio ao desenvolvimento do senso comunitário, do sentimento de pertencimento e fortalecimento da identidade quilombola indígena. Mas para tanto as lideranças devem estar sensíveis às mudanças e conduzi-las aos moradores das comunidades.

Na situação de expropriados e expulsos de suas terras tradicionalmente ocupadas, voltaram para os lotes e quadras que ainda não haviam sido ocupados pela CODEBAR, e de forma clandestina continuavam a abrir roças, praticavam as pescas, fabricavam farinha e carvão. Durante estes quarenta anos de “progresso e desenvolvimento” em diversos momentos as empresas dispensavam os seus serviços. Eles refizeram a vida cotidiana entre o Laranjal e o sítio. E mesmo aqueles que haviam se deslocados para outros bairros usavam os seus territórios tradicionais para seu sustento.

Em Barcarena as comunidades tradicionais têm muito caminho a percorrer para alcançar esta maturidade e politização devido à existência de contradições internas, o que impede uma ampla mobilização e articulação de força perante seus adversários.

---

<sup>280</sup> Portaria nº 223, de 14 de outubro de 2016

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O complexo mineral de Barcarena reúne projetos de desenvolvimento completamente vinculados aos interesses das empresas transnacionais que concentram a exploração do setor mineral e às empresas do agronegócio que exportam produtos agrícolas. Destaca-se que a proposta desenvolvimentista adotada pela política e pelas diretrizes econômicas do Estado deixou a economia do Estado do Pará completamente vulnerável aos interesses do capital financeiro e Industrial das transnacionais. A presença do complexo minerador portuário em Barcarena representa a concretude da consolidação e da dominação hegemônica das empresas, e a precarização econômica e social de seus moradores.

A questão da submissão do Estado aos interesses do capital financeiro e industrial das transnacionais provoca consequências econômicas, sociais e ambientais desastrosas que afetam diretamente as territorialidades específicas das comunidades tradicionais, as quais são pressionadas pela expansão espacial destes empreendimentos que se apossam dos recursos naturais em prejuízo dos interesses coletivos locais. No entanto não cabe à empresa a iniciativa da preocupação de assegurar os direitos coletivos das comunidades tradicionais e indígenas, mas sim ao Estado por meio de uma política efetiva que fizesse valer concretamente e imediatamente a pluralidade jurídica e as instituições responsáveis pela consolidação e pela prática desses direitos, criando a possibilidade da pluralidade dos usos dos recursos naturais por parte de grupos sociais e unidades econômicas diferenciadas.

Diante dos efeitos desta aliança, Capital e Estado, as comunidades tradicionais e quilombolas indígenas vivem em clima de incertezas e inseguranças. Em sua volta constroem mais bacias, como a gigantesca e ameaçadora bacia de rejeitos de lama vermelha da Nork Hydro nas proximidades das terras quilombolas indígenas, e mais extensivamente em toda a cidade de Barcarena e em seu entorno. As empresas mineradoras presentes em Barcarena não investem em práticas produtivas mais sustentáveis e as instituições ambientais e reguladoras não exercem seu poder efetivo sobre essas empresas. A previsão é que o município se transforme em um gigantesco depósito de rejeitos, devido às sucessivas construções de mais bacias. Por uma história de acidentes ambientais provocadas por essa Mineradora, são ameaçadoras as consequências dos danos ambientais que pode provocar esta nova bacia da Hydro.

As estradas de acesso a Barcarena, as rodovias que entram para o Porto da Vila do Conde e o Terminal de Uso Privado da Ponta da Montanha da Archer Daniels Midland (ADM) e as estradas que dão acesso ao porto da Bunge diminuem o tráfego de transporte, por conseguinte a circulação de bicicletas e pedestres torna-se quase impossível, reforçando a prática de livre acesso das empresas, sem que haja uma exigência ou compensação para a melhoria e manutenção das rodovias, as quais são destruídas pelas carretas de soja e produtos diversos que chegam e saem dos portos. Na chegada do município já visualizamos o poder do grande capital de destruição de um bem coletivo, e a incapacidade de gerar e construir mudanças positivas, bem como novas oportunidades para as comunidades locais.

As empresas degradam o meio ambiente, destroem as formas de vida diferenciadas, tiram a autonomia de viver das comunidades em volta de seus rios e igarapés, arruínam as estradas, e provocam deslocamentos para realocar seus investimentos e construir mais bacias. E ainda possuem incentivos fiscais porque os Estados vivem uma constante batalha pelas concessões e alocação destas empresas que geram fortunas, concentradas nas mãos das transnacionais. Por conseguinte, recebemos somente migalhas. Não querendo perder o foco, mas estas grandes mineradoras e suas associadas nacionais satisfazem os interesses da elite política do país, que, mesmo com todos os danos sociais e ambientais das empresas, preferem manter a governabilidade a qualquer custo.

A expansão da função logística de Barcarena é uma incerteza em relação às obras da ferrovia norte sul, o que é um alívio, pois provocaria a reorganização do espaço, e provavelmente outros deslocamentos. Mas em se tratando dessa cidade essa obra pode não correr, todavia outras poderão. E pelo menos a expectativa de sua existência naquele campo das disputas por território. Há uma incerteza de novos investimentos no município. Negociações de remanejamento e indenização monitorados pelo MPF e MPE, que parecem estar longe do seu final, pois o Estado não tem recursos e espera o interesse de novas empresas, ou expansão das que estão presentes. Mas este fato não serve de acalanto, pois as políticas excludentes adotadas pelo projeto de desenvolvimento já causam grandes impactos com a ajuda destas empresas existentes no município.

Esta incerteza e insegurança marca a vida dos moradores das comunidades tradicionais, pois para eles não há um projeto de governo que garanta o seu presente,

nem uma construção de perspectiva de futuro. O professor e morador da comunidade do Curupeté, em suas narrativas sobre a tentativa da destruição da Escola Montanha, afirmou que era uma “guerra entre Davi e Golias”. Também recorro quando, no Curso da Convenção 169, os quilombolas indígenas disseram não desejar que sua comunidade estivesse nas memórias dos livros de história. São relatos de pessoas as quais estão percebendo que a existência de suas comunidades está ameaçada, diante da proposta de desenvolvimento atrelada às commodities minerais e agrícolas.

No dilema de conflito socioambiental, as comunidades tradicionais de Barcarena enfrentam uma guerra entre *Davi* e *Golias*. E suas territorialidades específicas no Distrito Industrial na Vila dos Cabanos, e nas proximidades do Laranjal (onde vive a comunidade Gibirié de São Lourenço), incomodam a CDI/CODEC e a SPU. Esta instituição exerce o poder dominial das terras em função da disposição de espaços territoriais ao grande capital, devido a uma promessa de grandes investimentos. Então, por conta desta previsão de investimentos e anúncios de negociações governamentais, o mercado de terras no município encontra-se bem aquecido.

Referindo-se à localidade, as disputas por terras são bem presentes, o que provoca a reação dos segmentos políticos e econômicos locais, um posicionamento de oposição e desrespeito às territorialidades específicas das comunidades tradicionais e das comunidades quilombolas indígenas. Há uma elite política local que exerce o papel de efetivar no município os interesses econômicos das empresas e das instituições de planejamento estaduais e federais. Os quilombolas indígenas dos Sítios Cupuaçu/Boa Vista organizaram um movimento de retorno ao seu território com base na Convenção 169 da OIT, a polícia militar reagiu violentamente em nome da COHAB e da SPU, alegando que eram as reais proprietárias do lote.

Mas este dilema de conflito é relacional e dinâmico, pois, ao mesmo tempo em que as elites políticas econômicas tomam uma posição estrategicamente oculta contra a presença e existência de territorialidades específicas, elas, de acordo com as conveniências e interesses, atam compromissos políticos/eleitorais às lideranças das comunidades tradicionais e quilombolas indígenas, que em nada beneficiam a comunidade, como também não alteram as condições materiais das lideranças, o que se constituiu, de fato, em um jogo da sobrevivência imediata, a que as comunidades e suas lideranças são submetidas diante deste cenário de escassez de oportunidades.

Os efeitos desta sobrevivência imediata são maléficos, pois causam o enfraquecimento da representatividade política das lideranças nas comunidades, que provoca a desmobilização das ações coletivas. E também deixam essas lideranças fragilizadas diante do confronto com os agentes políticos, e portanto pouco provoca em nível local um espaço efetivo de debates sobre os seus direitos. A não submissão às regras de dominação é crucial para o fortalecimento político das organizações das comunidades tradicionais e dos quilombolas indígenas.

As ações de cooptação e acordos políticos entre alguns representantes das comunidades são consequências do recente histórico de sua resistência, e das mazelas do autoritarismo do Estado na imposição de sujeitos destinados ao deslocamento e à expropriação. Refere-se a uma luta contra um paradigma de desenvolvimento e suas manifestações políticas e econômicas em nível local. No momento em que não aceitam a condição de vulnerabilidade à condição de invasores, deslocados e descartáveis pela onda do progresso, representam uma mudança de percepção de que são sujeitos de direitos.

Os deslocamentos são usados pelo Estado e pela Empresa como instrumentos para expandir seus negócios em nível de território local. E as comunidades tradicionais ficam vulneráveis a esta fácil mobilidade de deslocalizar e localizar capital das empresas transnacionais. Portanto em Barcarena tornou-se prática usada constantemente de forma negociada com órgãos governamentais, que procuram a pauperização mais ainda das comunidades desalojadas dos seus lugares de origem. Essa mobilidade espacial do capital não pode ser priorizada e naturalmente aceita como bem comum, com promessas de geração de emprego e renda.

Esta proposta de emprego e renda é uma falácia e argumentação de justificativa de concessões absurdas para as empresas. Há muito desempregados em Barcarena, os moradores locais conseguem empregos temporários nas prestadoras de serviços ou trabalham no mercado informal. São poucos os que conseguem ser empregados pelas grandes empresas. Recentemente os desempregados de Barcarena bloquearam todas as vias de acesso às fábricas, devido a um protesto contra a Hydro Alunorte e a Terceirizada MKS caldeiras e serviços que trouxeram os seus funcionários de fora de Estado, tendo milhares de desempregados em

Barcarena<sup>281</sup>. E muitos desses são moradores das comunidades tradicionais do Distrito Industrial e das comunidades quilombolas indígenas.

Este clima de incerteza que as comunidades tradicionais e quilombolas vivenciam dá-se também pela dificuldade de condições materiais, pois estão com terras reduzidas, solo e rio contaminado. Por conta disso não possuem oportunidades de emprego no mercado de trabalho local. É uma desigualdade socioambiental provocada pela concentração de riquezas nas mãos dos grandes grupos econômicos, os quais adotam práticas espoliativas com conivência do projeto de desenvolvimento que provoca injustiças sociais.

Apesar de todas as situações de constrangimento por que a população local de Barcarena passa, a recente mobilização das comunidades tradicionais de autorreconhecimento e autodefinição quilombola representa uma grande conquista às reações da imposição de um poder hegemônico. E, quando ocorre o processo legítimo e autêntico de autodefinição quilombola indígena das comunidades em torno do rio Murucupi, há um encorajamento nas comunidades tradicionais do Distrito Industrial para levarem adiante o discurso político de sua tradicionalidade específica, provocando a atuação do MPE e MPF na defesa de seus direitos diante das políticas de remanejamento da CODEC e das empresas.

Isso significa que por conta das territorialidades específicas houve uma ação inibidora das práticas agressivas das empresas. Acredito ser este um caminho para o fortalecimento das organizações sociais locais diante das pretensões degradantes e injustas praticadas pelas empresas em nível local. São ações que provocam pelo menos mudanças de estratégias nas atitudes das empresas com as comunidades locais e com o meio ambiente. As territorialidades específicas estão tornando mais trabalhosas e custosas a realocização e a expansão territorial das empresas.

As mobilizações políticas e as representações das comunidades tradicionais e dos quilombolas indígenas devem ser pautadas nos debates e nas ações mais articuladas com os moradores dos bairros da cidade de Barcarena, Velha Barcarena e Vila do Conde. É necessário construir um clima de transparência de ações, para que todos defendam e acreditem que são sujeitos de direitos, e que por meio da luta por suas territorialidades ficarão mais fortalecidos. Dessa forma, a construção da

---

<sup>281</sup> Disponível em: < <http://portalctb.org.br/site/estaduais/norte/par%C3%A1/30720-desempregados-de-barcarena-pa-fazem-protesto-contratacoes-da-hydro-alunorte>>.

compreensão da união de forças é imprescindível. E este processo de maturidade política interna se dá a longo prazo. Porque ao mesmo tempo existe um poder hegemônico exercendo força de desmobilização.

A consolidação do projeto de desenvolvimento baseado no complexo de mineração sofre resistência das comunidades tradicionais e quilombolas indígenas, que pelo uso da pluralidade jurídica de acesso à luta por direitos às territorialidades específicas para abalar a intervenção do autoritarismo do Estado por meio de suas instituições como a CDI, CODEBAR, CODEC e SPU, as quais exercem legalmente o domínio territorial no Município.

Em Barcarena, os atos do Estado são caracterizados por incongruência de suas ações e agências. As extintas CODEBAR e CDI provocaram grandes rupturas nas organizações sociais e territoriais das comunidades tradicionais, impondo uma ordem industrializante e novas lógicas ao uso de território e recursos, que perduram na atualidade. Mas as comunidades tradicionais reforçam a pluralidade identitária e a diversidade de práticas econômicas em suas territorialidades específicas, que, por meio de suas ações coletivas e movimentos sociais, colocam em debate a importância das diversidades de modos de vida existentes no município, rompendo e contestando o projeto de desenvolvimento desenhado para o município desde a década de 1970.

A luta pelo reconhecimento dominial das territorialidades das comunidades tradicionais e quilombolas de Barcarena está em processo de amadurecimento político e jurídico. Apesar de o Ministério Público Federal reconhecer, por meio de suas iniciativas, a tradicionalidade das comunidades do Distrito Industrial, essas ainda estão vulneráveis às influências do capital nas suas organizações sociais, visto que ainda são impulsionadas pela “ilusória melhora de condições de vida” embutidas nas promessas indenizatórias. E as comunidades quilombolas do rio Murucupi, apesar de exigirem, por meio do Ministério Público Federal, o reconhecimento e a titularidade de seu território no INCRA e SPU, têm seus esforços desafiados pelas ingerências das instituições, provocadas pela instabilidade política e pelo descompromisso do governo com as demandas e direitos das comunidades tradicionais do País.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Paper NAEA**, Belém, n. 131, p. 26, 2000.

\_\_\_\_\_. **Quilombolas de Burajuba**: lutas identitárias e territoriais. Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de Burajuba. Elaborado por indicação do Ministério Público Federal, e apresentado à Fundação Cultural Palmares. Belém, set. de 2013.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; MAIA, Rosane de Oliveira Martins. **Quilombolas indígenas no sítio São João**: formas de resistência no rio Murucupi-Barcarena. Belém: PNCSA; UFPA; NAEA. 2014.

\_\_\_\_\_. **Territorialidades específicas dos Quilombolas Indígenas do Sítio Cupuaçu/Boa Vista**. Belém: PNCSA; UFPA; NAEA, 2014. 153 p.

\_\_\_\_\_. **Quilombolas indígenas do Sítio Conceição reivindicações identitárias e territoriais**. Barcarena, PA: PNCSA; UFPA; NAEA, 2015. 111 p.

\_\_\_\_\_. **Terra tradicionalmente ocupada de São Lourenço**: direitos de descendentes de indígenas Gibrié e de Manoel Joaquim dos Santos. Barcarena, PA: PNCSA; UFPA; NAEA. 2015. 253 p.

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H, PÁDUA, J. A.; HERCULANO, S. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 2004b. p. 23-39.

\_\_\_\_\_. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, Henri et al. Desigualdade Ambiental e Acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **E-cadernos CES**, v.17, p. 164-183, 2012,

ADORNO, Theodor W. Progresso. **Lua Nova**, n. 27, p.228 -236, 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n27/a11n27.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processo de territorialização e movimentos sociais. R.B. **Estudos Urbanos e Regionais**, v.6, n.1, maio, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília, DF: MMA, 2006.

\_\_\_\_\_. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

\_\_\_\_\_. Territórios e territorialidades específicas na amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Apresentação. **Livro povos tradicionais em colisão com estratégias empresarias no Maranhão e Pará**. (Org.). ACEVEDO MARIN, R. E. ; NOVAES, J. S. Amazonas: UEA Edições, 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS, Emmanuel de Almeida Farias. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. Povos e Comunidades Tradicionais. **Nova Cartografia Social**. Manaus: UEA Edições, 2013.

ARENDT, Hannah. **Da Violência**. Trad. Maria Cláudia Drummond Trindade. Brasília, DF: UNB, 1985.

AZEVEDO, Amailton Magno. África, Diáspora e o Mundo Atlântico na Modernidade: perspectivas historiográficas. **Cadernos de Pesquisa CDHIS**, Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 361-374, 2010.

BARRETO, Helena Mota Salles. **Crise e reforma do Estado Brasileiro**. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2000.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. **Grandes projetos, políticas públicas e qualidades de vida em Vila do Conde - Barcarena (PA)**. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal do Pará. Belém, 2003.

\_\_\_\_\_. Vila do Conde – Barcarena (PA) e a instalação dos Projetos Industriais. In: **Poder Local e mudanças socioambientais em Barcarena**. (Org). MATHIS, A. et. al. Belém: NAEA; UFPA, 2007. p. 180-200.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Trabalho indígena, regalismo e colonização no Estado do Maranhão nos Séculos XVII e XVIII. **R. bras. Hist**, São Paulo, p. 177-192, set. 1982. Esta nota de referência tem como base os manuscritos Carta do Jesuíta Lourenço Kaulen à D. Maria Ana d’Áustria, datada de 16 de novembro e 1753, IEB; USP – COL. ML, 1.29.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA; INPES. 1988.

BOLESTA, Andrzej. **China as a developmental state. Jel classification**, p. 50, O 38; Preliminary communications; Recived: June 27, 2007.

BOURDIEU. P. Le capital social. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 31, jan. 1980.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel; 1989.

\_\_\_\_\_. Espaço social e espaço simbólico. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. p.13-33.

\_\_\_\_\_. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano mestre decenal para avaliação de recursos minerais do Brasil 1965-1974**. 3. ed. Brasília, DF: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1967.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. **Laudo Técnico Nº 001/2016 – SEAP**. (Org.). SILVA, Raphael Frederico Acioli Moreira da - Analista do MPU/Perícia/Antropologia. Santarém, 22 de julho de 2016. Referente ao IC 1. 23.000.001675/2011-87.

\_\_\_\_\_. Ministério do Interior. **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Operação Amazônia**: discurso. Serviço de Documentação e Divulgação. Belém, 1966. p. 77 - 88.

\_\_\_\_\_. **Complexo Alumínio ALBRÁS/ALUNORTE. Programa Especial de Desenvolvimento Regional Infra-estrutura do Complexo Alumínio-ALBRÁS/ALUNORTE**. SUDAM, 1979. (Série Programas Especiais 2, 31.12).

PINTO

\_\_\_\_\_. **Plano Urbanístico de Barcarena**. (Org.). Arquiteto Joaquim Guedes e Associados. São Paulo: SUDAM. 1980. v. 1, 2, 3. .

\_\_\_\_\_. **Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins**. PRODIAT. (Org.). SILVA, Walter Alexandre, BASTOS, Lúcia Bastos. Belém, 1983.

BRITO D. C. **Modernização da superfície. Estado e Desenvolvimento na Amazônia**. UFPA; NAEA, 2001.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento do Brasil**: Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARMO, Eunápio Dutra. **O Território educa e politiza na(s)**: os processos sócio-culturais da comunidade nova vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena. 2010. Tese (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CASTRO, Edna Maria Ramos; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth Estado e poder local: dinâmica das transformações na Amazônia brasileira. **Revista Pará Desenvolvimento. A Face social dos Grandes Projetos**, IDESP. Belém, n. 20- 21. jul./dez. 1986, jan./jun. 1987.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Porto: Afrontamento, 1975.

COELHO, Maria Célia Nunes et al. Estratégias de modernização na Amazônia e a (re)estruturação de municípios: o caso da implantação de empresas mínero-metalúrgicas e de energia elétrica. In: GONÇALVES, F., BRANDÃO, C., GALVÃO, C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São

Paulo: UNESP; ANPUR, 2003. p.657-694.

COELHO, Mauro Cezar. **Do Sertão para o mar**: um estudo sobre a experiência portuguesa na Amazônia a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). 2005. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA. **Informação n. 01 /2010/LIQ**. Barcarena, PA, 19 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **PARECER Nº 18/2009/CIC**. Barcarena, PA, jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão 2009**. Barcarena, PA, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Liquidação: 2007/2010**. Barcarena, PA, abr. 2010

COMTE, Augusto. **Sociologia**. São Paulo: Ática:, 1983. p.88.

CONDURU JUNIOR, R. P. Como cresceu o Pará nos últimos 15 anos. Pará Desenvolvimento. **Perspectiva da Industrialização**. IDESP. N. 26. Belém jan./jun. 1990.

CORREA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.39-68, jul./set.1987.

COSER. Lewis A. **Las funciones del conflicto social**. México: Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1961.

DAHRENDORF, Ralf. **As classes sociais e seus conflitos na sociedade industrial**. Tradução de José Viegas. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982. p.198-205.

DINIZ, Clélio Campolina. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. **Texto para discussão**, Belo Horizonte: CDEPLAR; FACE; UFMG, n. 159, 2001.

DOCE ENGENHARIA E PLANEJAMENTO S.A. **Análise de Situação e Concepção especial para a Implantação de Alumínio em Barcarena-pa. Projeto Alumínio, relatório final**. Belém, abr. 1977.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 171-197. 1991. Disponível em: <[http://nrepositorio.unb.br/nbitstream/10482/10437/1/ARTIGO\\_HistóriasAmbientalTemas.PDF](http://nrepositorio.unb.br/nbitstream/10482/10437/1/ARTIGO_HistóriasAmbientalTemas.PDF)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso; ou progresso como ideologia**. São Paulo: UNESP, 2006.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. RJ: J. Zahar, 1994.

ESCOBAR, Arturo. Mas Allá Del Tercer Mundo: Globalidad Imperial, Colonialidad Global y Movimientos Sociales Anti-globalización. In: \_\_\_\_\_. **Más allá del Tercer Mundo Globalización y Diferencia**. Bogotá: [s.n.], 2005. p. 21-45

ESTELA, Fernández Nadal. Los estudios poscoloniales y la agenda de la filosofía latinoamericana actual. **Revista Herramienta**, n. 24, Primavera-Verano 2003/2004. Disponível em <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-24/los-estudios-poscoloniales-y-la-agenda-de-la-filosofia-latinoamericana-actu.>> Acesso em : 12 de fev. 2014.

ESTERCI, Neide. **Conflitos no Araguaia**: Peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder**. Porto Alegre: Globo, 1984.

FERNANDES, Quirino N. **Contribuição à História das Paróquias da Amazônia**. Niterói: Escola Industrial Dom Bosco, 1946.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito. In: DATHEIN, Ricardo. (Org.). **Desenvolvimentismo**: o conceito, as bases teóricas, as Políticas. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015, v., p. 13-71.

FONTES, Edilza. Os peões de trecho e o peão de casa: identidade operária entre trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRÁS/ALUNORTE. In: **Energia na Amazônia**. (Org.). MAGALHÃES, S.B.; BRITO, R.C.; CASTRO, E.C. Belém: MPEG; UFPA; Associação de Universidades da Amazônia. 1996. v.1.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização Industrial**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_ **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

GOLDMAN, Marcio. A relação afroindígena. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 23, p.1-3281, 2014.

HALL, A. **Amazônia**: desenvolvimento: para quem? - Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro 1991.

HAZEU, Marcel Theodoor. **O não-lugar do outro**: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. *A Ideologia Secular*. In: \_\_\_\_\_. **A era das revoluções, 1789-1848**. Disponível: < <http://plataformabrioli.xpg.uol.com.br/historiasebook/EricHobsbawmAEradasRevolucoes.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

HOFBAUER, Andreas. Entre olhares antropológicos e perspectivas dos estudos culturais e pós-coloniais: consensos e dissensos no trato das diferenças. **Antropolítica (UFF)**. v. 27, p. 99-130, 2009.

JOHNSON, Chalmers. The developmental state: odyssey of a concept. In: \_\_\_\_\_. **Woo-cumings. The developmental state**. Cornell, CA: Cornell University Press. 1999.

LEAL, Aluizio Lins. Os primeiros impactos sociais de um polo metalúrgico na Amazônia: o caso ALBRÁS/ALUNORTE. **Revista Ciências da Terra**, n. 5, jul./ago. 1982.

\_\_\_\_\_. **Amazônia**: o aspecto político da questão mineral. 1988. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1988.

LEITÃO, Karina Oliveira. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento**: um estudo a partir do PAC no Estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LEITE, ILka. Boaventura. Os Quilombos e a Constituição Brasileira. In: OLIVEN, R.G; RIDENTI, M; BRANDÃO, G.M. **A constituição de 1988 na vida Brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

LIMA, Widney P.; RAMOS, João D.D; Silva, Cristhiano K. Entrevista com o professor Alfredo Wagner Almeida. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 7, n. 2. jul./dez. 2013. p. 24-270.

LIMA, Debora de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo, sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA** v 2, n. 2, p. 5-32. dez. 1999.

LIMA, Luís Augusto Pereira. **A roça como categoria de análise e de afirmação identitária**: estudo da relação dinâmica de resistência e garantia do território em situações sociais referidas a quilombolas e indígenas. 2015. 198 f. Dissertação (Mestrado Cartografia Social e Política da Amazônia)- Universidade Estadual do Maranhão, São Luis, 2015.

LOBO, Marco Aurélio Arbage. **Estado e capital transnacional na Amazônia**: o caso da Albrás-Alunorte. Belém: UFPA; NAEA, 1996.

LOPES, José Sergio Leite. (Coord.) ANTONAZ, Diana, PRADO, Rosane, SILVA, Gláucia (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LOPES, José Sergio Leite. Sobre Processo de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de Participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.12, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LOPES, L.P.M; BASTOS, L.C. **Para além da identidade**: fluxos, movimentos e trânsitos. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

LOUREIRO, V.R. Amazônia: história e perspectivas. Reflexões sobre a questão. Pará Desenvolvimento. **Perspectiva da Industrialização**, Belém, IDESP, n. 26, jan./jun, 1990.

\_\_\_\_\_. **Amazônia**: estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992.

LUTZENBERGER, José A. A sistemática demolição da floresta virgem tropical na Amazônia. In: BOLOGNA, G. (Org.). **Amazônia Adeus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1990. p. 55-68

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. 2007. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará; Universidade Paris 13, França, 2007.

MAIA, Maria Lucia Sá, MOURA, EDILA A. Ferreira. Da farinha ao alumínio; os caminhos da modernização na Amazônia. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA. **Subsídios para um estudo da história do município de Barcarena**. Barcarena, PA: Secretaria Municipal de Cultura, 1999. p. 132- 154.

MAIA, O. M. M. **A Política de Regularização Fundiária e Reforma Agrária**: o PAE nas ilhas do Pará. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido)– Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MAIA, R.O.M; ACEVEDO MARIN, R.E. A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS - GT07, : conflitos ambientais, Estado e ideologia do desenvolvimento: mediação e luta por direitos, 38, Caxambu MG. **Anais...** Caxambu, MG: [s.n.], out. 2014.

MANTEGA, Guido. **A Economia política Brasileira**. 8. ed.. Petrópolis: vozes, 1995.

MARCUSE, Herbert. **A noção de progresso à luz da psicanálise. Conferência publicada em Psychoanalyse und Politik**. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1968. Disponível em: < <http://docslide.com.br/documents/marcuse-herbert-a-nocao-de-progresso-a-luz-da-psicanalise-in-cultura-e-psicanalise.html>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

MARTINS, Renata Maria de Almeida. **Tintas da terra, tintas do reino**: arquitetura e arte nas Missões Jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759). São Paulo, 2009.

MARX, K. ENGELS, F. do **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Suely Tomazzini Barros Cassal. Coleção L& PM Pocket. Porto Alegre. 2001.

MEIRA, Márcio. **Livro das canoas**: documentos para a História Indígena da Amazônia. (Org.). MEIRA, Marcio. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1994.

MIGNOLO, Walter. *Hernias Coloniais y Theories Postcolonial*. In: Gonzales Stephan, Beatriz. **Culture y tar Undo**: 1. Câmbios en el Saber Académico. Venezuela: Nueva Sociedad, 1996. p. 99-136.

MONTEIRO, Maurílio. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, n.19, v. 53, São Paulo: IEA USP, 2005. p. 187-208.

MONTEIRO, M. et al. Formação de Aglomerações Empresariais e Limitações à Difusão Tecnológica: o caso do Distrito Industrial de Barcarena, Pará, **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n. 2, abr./jun. 2008. p. 217 – 231.

MONTEIRO NETO, Aristides. **Intervenção Estatal e desigualdades regionais no Brasil**: contribuições ao debate contemporâneo. Brasília, DF: IPEA, 2006.

MOTA, Carlos Renato. As principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: **A difícil sustentabilidade**. BURSZTYN, Marcel (Org.). Rio de Janeiro: Garamond.. 2001. p. 27 - 40).

MOURA, Edila A. F.; MAIA, Maria L.S.; ABELÉM, Auriléa (Col.). **A reorganização do espaço de trabalho e do espaço doméstico das famílias de Barcarena**: os efeitos do Projeto ALBRAS-ALUNORTE. Belém, PA, 1989.

MUNIZ, João de Palma. **Índice Geral dos Registros de Terras**. Belém: Imprensa Oficial, 1907.

NADER, Laura. Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 26, out 1994.

NAHUM, J.S. **O uso do território em Barcarena**: modernização e ações políticas conservadoras. 2006. 126 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA**. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 45, p 65-84, jan./ jun. 2008.

NASCIMENTO, P. **Conflitos territoriais, zoneamento industrial e impactos sócio-ambientais em Barcarena/PA**: o caso Usipar. 2012. 6 p. Disponível em: <<https://evangelistpaulomelo.files.wordpress.com/2012/03/artigo-conflitos-territoriais.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

NASCIMENTO, N.S.F. **O Destino de uma comunidade caboca frente a um grande projeto (o caso montanha/Curupéré)**. 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Centro Sócio Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

NEVES, Tamyris Monteiro. O lícito e o ilícito: a prática dos resgates no Estado do Maranhão na primeira metade do século XVIII. **Revista Estudos Amazônicos**. v.7, n. 1, p.253-273, 2012.

NISBET, Robert A. **História da ideia de progresso**. Trad. Leopoldo José Collor Jobim. UNB. Brasília. 1985.

OLINTO. H.K. **Construção identitária na ótica da transdiferença**. In: LOPES, L.P.M; BASTOS, L.C.(Org.). **Para Além da Identidade: fluxos, movimentos e trânsitos**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p.23-48.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “Índios misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. **MANA**, v. 4, n. 1. 1998.

\_\_\_\_\_. Sobre índios, macacos, peixes: narrativas e memórias de intolerância na Amazônia Contemporânea. **Etnografia**. v. 4, n. 2, 2000.

\_\_\_\_\_. O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico. **Anuário antropológico**, Rio de Janeiro, 2009-1, 2010.

\_\_\_\_\_. O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime de tutela e formação de alteridades. **Contra Capa**, Rio de Janeiro. 2016.

OLIVEIRA, Mauro Leonardo da Costa. **Escravidão Indígena na Amazônia Colonial. Universidade Federal de Goiás**. 2001. 106 f. Dissertação (Mestrado em História)-Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia. 2001.

PÁDUA, J. A.; HERCULANO, S. (Org.) **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004b. p. 23-39.

PALHETA, Rosiane Pinheiro. **Movimentos sociais e reivindicações populares em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena**: um estudo de atuação das associações de moradores e trabalhadores rurais. 2005. 140 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2005.

PEREIRA. Simone de Fátima Pinheiro. **Estudo preliminar dos níveis de contaminação ambiental no rio Murucupi provocado por Vazamento de efluente da Alunorte na região de Vila do conde**. Barcarena, PA: UFPA, 2009.

PEREIRA. Jose Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul.-dez. 2011

PERROUX, François. Considerações em torno da noção de polo de crescimento. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, 1977.

PINTO, Lúcio Flávio O Estado Nacional: padrao da Amazônia. **Revista Pará Desenvolvimento. A Face social dos Grandes Projetos**. Belém: IDESP, n. 20, 21. Jul./dez. 1986; Jan. /jun.1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA. **Dados sobre o Município de Barcarena, corrigidos e organizados de acordo com o questionário fornecido pelo D.E.I. P, no ofício no DG -937, de 1/7/44**. Barcarena, 18 nov. 1947.

REDCLIFT, Michael R. O novo discurso da sustentabilidade. In: FERNANDES, Marcionila. GUERRA, Lemuel. **Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Belém: UFPA: NAEA, 2006. p. 51-76.

ROSSI, Paolo. **Naufraágios sem espectador**: a ideia de progresso. Tradução de Alvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2000.

ROSTOW, W.W. Cinco Etapas do Desenvolvimento Econômico. In: \_\_\_\_\_. **Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não comunista)**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1974.

SAHLINS, Marshall David. Adeus aos tristes tropos: a etnografia no contexto da moderna história mundial. In: SAHLINS, Marshall David. **Cultura na prática**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. p. 503-533.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o oriente como invenção do Ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cultura e política**. Trad. Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Bontempo, 2003. p. 29-41; 65-68.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, out. 2002.

\_\_\_\_\_. Para Além do pensamento Abissal. Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos**, n. 79, p. 71-94, 13 nov. 2007.

SANTOS, Dalva Maria Vasconcelos. Polamazônia: elementos para uma avaliação. Pará Desenvolvimento- **IDESP**, Belém, n. 18, 27 jan. 1986.

SANTOS, Ivaneide Coelho. Porto da Vila do Conde e sua Importância Regional. In: **Poder Local e Mudanças socioambientais em Barcarena**. (Org.). MATHIS, A. et al. Belém: NAEA; UFPA, 2007. p. 155-179.

SANTA ROSA, Henrique A. **História do Rio Amazonas**. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1926.

\_\_\_\_\_. Para Além do pensamento Abissal. Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos**. n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. **R. RA'E GA**. Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, DF, n. 5, jan./jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Discursos ocultos. Trad. Jorge Aguilar Mora. México: Era, 2004.

\_\_\_\_\_. Everyday forms of Peasant Resistance. **Journal of Peasant Studies**. v. 13, n. 2, 1986.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. “Novas” “Sensibilidades” Velhas Decisões: notas sobre as transformações jurídicas recentes. **Seqüência. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC**. n. 62, p. 79-96, jul. 2011.

SILVA, Andréa Cardoso. A (des) estruturação das comunidades rurais Montanha e Curupeté diante da implantação do Complexo de Mineração. In: **Poder local e mudanças socioambientais em Barcarena**. (Org.). MATHIS, A. et al. Belém NAEA; UFPA. 2007. p. 275

SILVA, Claudia Patricia Puerta. El proyecto del Cerrejón: um espacio relacional para los indígenas Wayuu, la empresa minera y el Estado colombiano. **Revista de Antropologia Universidad de Antioquia**. Medellín. v. 21, n. 41. p. 149-179.

SILVA, Flávia Adriane Oliveira da. **Por uma gestão das águas na Bacia Hidrográfica do Rio Murucupi- Barcarena-PA**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOUZA JUNIOR, José Alves. A companhia de Jesus e a questão da escravidão de índios e negros. **Histórica- Revista electronica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 55, ago. 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SUNKEL, Osvaldo E PAZ, Pedro. **El subdesarrollo Latino Americano y la teoria del desarrol**. México: Siglo Veintiuno. México, Argentina España. Biblioteca: CEPAL, p. 16-17. Disponível em: < [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1604/S33098I59S1\\_es.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1604/S33098I59S1_es.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 23 fev. 2016.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina en OSAL, **CLACSO**, Buenos Aires, v. 13, n. 32, p. 15-38, nov.2012.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Repercussões Sócio-econômicas do Complexo Industrial ALBRÁS/ALUNORTE em sua área de influência**. Belém: IDESP, 1991. p. 53.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **Vila dos Cabanos: gestão urbana e desenvolvimento local na Amazônia Brasileira**. Disponível em:< <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/13.pdf>>. Acess em: 25 abr. 2015.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas. Ação simbólica na sociedade humana**. Tradução de Fabiano de Moraes. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

VASCONCELOS, Ana Maria Albuquerque. **Transformações sociais e lutas cotidianas no Laranjal em Barcarena**: relatório final de Pesquisa. Belém: UNAMA, 1996. p. 33.

VIOLA, Andreu. La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: VIOLA, A. (Comp.). **Antropología del desarrollo**: teorías y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona: Paidós, 2000. p. 9-64.

WRIGHT, Robin M. **História indígena e indigenismo do Alto Rio Negro**. Florida: University of Florida. From the Selected Works of Robin M. Wright. 2005. p. 24. Disponível em: <<https://works.bepress.com/robinmwright/5/>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

## **ANEXOS**

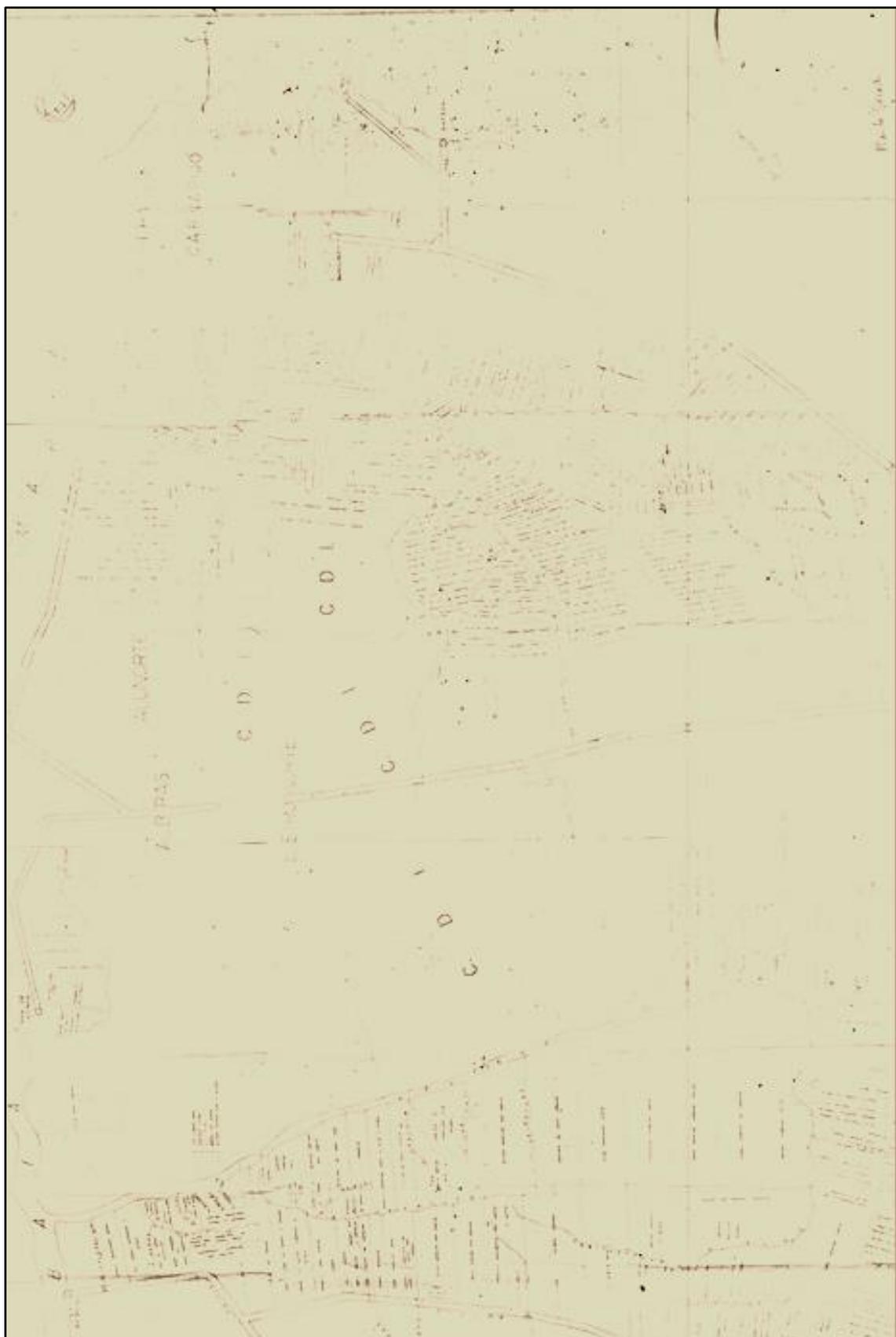
## ANEXO A - Quadro dos Entrevistados Inseridos na Pesquisa.

Nº	NOME	COMUNIDADES	DATA DA ENTREVISTA/DEPOIMENTOS
1	Olindina Souza Ribeiro	MURUCUPI	16 de Janeiro de 1988
2	Aurora Cravo	BURAJUBA	03 de Dezembro de 1987
3	Caetano de Espirito Santos	MURUCUPI	03 de Dezembro de 1987
4	Bertino Cravo	BURAJUBA	16 de Janeiro de 1988
5	Albertina da Silva Cravo	BURAJUBA	16 de janeiro de 1987
6	Emiliano Cavaleiro	MURUCUPI	03 de dezembro de 1987
7	Aldair da Cruz Pinheiro	Cupuaçu/Boa Vista	03 de Dezembro de 1987 19 de junho de 2014 28 de Junho de 2014
8	Vidal Alves dos Reis	MURUCUPI	03 de Dezembro de 1987
9	Teodomira Gomes da Costa	MURUCUPI	10 de Dezembro de 1987
10	Francisca dos Santos Araújo	MURUCUPI	03 de Dezembro de 1987
11	Jose da Cruz Pinheiro	Cupuaçu/Boa vista	03 de Dezembro de 1987
12	Judite Souza Lemos	Burajuba	14 de Setembro de 2013 01 de Maio de 2015 <sup>o</sup>
13	Nilde Maria Santana	São Lourenço	09 de Agosto de 2014
14	Maria dos Santos Amorim	São João	14 de Junho de 2014
15	Sandra Georgete Amorim	São João	14 de Junho de 2014
16	Raimundo dos Santos	São lourenço	09 de Agosto de 2014
17	Adelaide Santos Santana	São Lourenço	09 de Agosto de 2014
18	Armando dos Santos Freitas	São Lourenço	09 de Agosto de 2014
19	Odir Pantoja	Burajuba	14 de Setembro de 2013 13 de Maio de 2013
20	Maria do Socorro dos Santos Moraes	São Lourenço	09 de Agosto de 2014
21	Maria Evanilda Xisto dos Santoss	São Lourenço	09 de Agosto de 2104
22	Maria do silva Socorro Pinheiro	Cupuaçu/Boa vista	19 de Agosto de 2014
23	Nivaldo Pinheiro	Cupuaçu/Boa Vista	31 de Agosto de 2014
24	Cleide Monteiro	Acui	05 de Maio de 2014 27 de Junho de 2014
25	Maria dos Anjos	Acui	20 de fevereiro de 2014
26	Marcio.	D. Manoel	26 de Setembro de 2014
27	Cleunice Monteiro	Acui	20 de Fevereiro de 2014

28	Maria de Fatima Dias dos Anjos	Curuperé/Massarapó	07 de Março de 2014
29	Eduardo Cravo	Burajuba	07 de Fevereiro de 2013
30	Euniceia Rodrigues Fernandes	Curuperé	11 de Abril de 2014
31	Vera Cravo	Sítio Conceição	31 de Agosto de 2014
32	João da Costa Pinheiro	Boa Vista	26 de Maio de 2015 01 de Maio de 2015
33	Germano Amorim	São João	09 de Agosto de 2014 29 de Setembro de 2015
34	Raimundo Viana Correa	Boa Vista	29 de Setembro de 2015
35	Neuza Maria de Santana	São Lourenço	09 de Agosto de 2014
36	Antônia das Silva Rodrigues	São Lourenço	09 de Agosto de 2014
37	Maria dos Santos Amorim	São João	14 de setembro de 2014
38	Catarina Amorim	São João	09 de Agosto de 2014
39	Benvinda Monteiro dos Santos	Curuperé	07 de Março de 2014
40	Valter de Santos Feitas	São Lourenço	09 de Agosto de 2014
41	Edwan Moraes da Silva	Boa Vista	26 de Maio de 2015
42	Maria do Socorro da Costa da Silva	Burajuba	24 de Janeiro de 2014 01 de Fevereiro de 2014.
43	Jose Roberto da Silva Cravo	Sítio Conceição	14 de julho de 2014 31 de Maio de 2014
44	José Vieira da Silva	Burajuba	01 de Maio de 2015
45	Maria Celestina da Silva	Burajuba	01 de julho de 2015
46	Adriana da Graças Vieira da Silva	Burajuba	15 de junho de 2015
47	Elza da Costa Pinheiro	Boa Vista	30 de Maio de 2015
48	Rosinaldo Alves da Silva	Boa Vista	26 de Junho de 2015
49	Durval Pinheiro Santana	São Lourenço	01 de maio de 2015
50	Dorival Pinheiro Santana	São Lourenço	01 de Julho de 2015
51	Maria Luiza Santos	São Lourenço	01 de Maio de 2015
52	Moisés Rodrigues Brandão	Burajuba	15 de Maio de 2015
53	Odanil Silva Cravo	Burajuba	30 de maio de 2015
54	Silvio Amorim	Burajuba	01 de Maio de 2015
55	Maria Rosa Silva	Boa Vista	26 de Agosto de 2015
56	Manoel da Costa Pinheiro	Boa Vista	19 de Maio de 2015
57	Roberto Dias dos Anjos	Curuperé	05 de Maio de 2016
58	Daniel Fernandes Rodrigues	Curuperé	05 de Maio de 2016

Nº	NOME	INSTITUIÇÕES	DATA DA ENTREVISTA/GRAVAÇÕES
1	Raimundo Lobato	CODEBAR	31 de outubro de 1988
2	Edilberto Pamplona Lima	CODEBAR	23 de junho de 1988 30 de Agosto de 2016
3	Hilário Nazareno Colares	CODEBAR	14 de Março de 2016
4	Davi dos Santos Morgado	CODEBAR	16 de Maio de 2016
5	Raimundo de Almeida Wanderley	CDI	25 de Outubro de 1988 28 de Setembro de 1988 01 de Abril de 2014
6	Cezar Bentes	CDI	23. Janeiro de 1989
7	Sergio Leão	CDI	30 de Agosto de 1988
8	Felício de Araújo Pontes Junior	MPF	14 de outubro de 2015
9	Petronilo Progênio Alves	GT e Comissão Executiva do Fórum	04 de julho de 2016
10	Jose Neri de Azavedo	Ex- Senador da República	04 de julho de 2016

**ANEXO B-** Mapa do Iterpa do território a ser instalado o Projeto de Desenvolvidmentos



**ANEXO C-**. Declaração de Posseiro de Boa Fé.**DECLARAÇÃO**

SÔNIA SIMARA FERREIRA DA COSTA, Brasileira, Solteira, natural do Estado do Pará, portadora do RG nº 1927265-SSP-PA e CPF 353542402-04; baseado na Portaria nº 406, de 02 de setembro de 2011, Art. 4º, Parágrafo Único transcrito a seguir: *“Aos beneficiários atendidos sem a constituição de financiamento, na situação de posseiros de boa fé de terras públicas ou ocupantes de terras particulares, com direitos sucessórios, mas com processos de partilha ainda não encaminhados ou não concluídos, e não havendo dúvidas sobre o domínio do imóvel, será exigida, exclusivamente, a apresentação de declaração de ocupação do próprio posseiro, atestada pela Entidade Organizadora – EO e por ente público, certificando a veracidade da informação. Parágrafo único. A declaração a que se refere o caput deste artigo deverá fazer constar a identificação de pelo menos 1 (um) ponto de coordenada geográfica do imóvel”*, declaram para os fins de direito perante a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, mas precisamente para fins de comprovação de benefício ao Programa MINHA CASA MINHA VIDA-PNHR, que se encaixam nos chamados Posseiros de Boa Fé de Área do Poder Público, declaram também praticar atividades rural na ASSOCIAÇÃO RURAL EXTRATIVISTA DAS FAMÍLIAS TRADICIONAIS DA COMUNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DE BURAJUBA e que utilizam predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento rural e os dirigem com suas famílias.

Atesto serem verídicas as informações acima

**Maria Aparecida Barros Cavalcante**  
Superintendente da SPU-PA, Substituta.  
Matrícula SIAPE Nº  
Ente Público

ANEXO: Memorial Descritivo da Área

## **ANEXO D- Programação do Seminário Comunidades Tradicionais Quilombolas Indígenas.**

### **I Seminário Comunidades Tradicionais Quilombolas indígenas Barcarena .Pa**

**Dia 05 de maio de 2015**

**Local do Evento:** Salão Paroquial da Igreja São José.

#### **PROGRAMAÇÃO**

**9:00h:** Amostra cultural e danças

- Grupo de dança dos pássaros (Itupanema)
- Grupo de Carimbó (Comunidade de São Lourenço)
- Capoeira (Itupanema)
- Apresentação de artesanatos, fotos , banners e etc..

**10:00h:** Mesa 1: Lutas e resistências dos povos tradicionais de Barcarena: posições defendidas pelos quilombolas-indígenas.

- Raimundo Magno ( Filhos do Quilombo-Moju)
- Nivaldo Pinheiro (Comunidade Boa Vista/Cupuaçu)
- Sandra Amorim (Comunidade do Sítio São João)
- Walter ou M. Carmo. (comunidade de São Lourenço)
- José Roberto Cravo- Chip. (Comunidade Sítio Conceição)
- Arivaldo Moraes Brandão(Comunidade de São Sebastião do Burajuba)
- Leonel Albuquerque (Comunidade do Acuí)
- João Batista (Ilha Trambioca )
- Domingos (Cajueiro)
- Sílvia (Boa Vista)
- Roberto Dias dos Anjos(Curupéré)

Coordenação da Mesa: Rosane Maia

**14:00h:** Apresentação de Vídeos

Coordenação de Jose Roberto Cravo- Chipp

**15:00h:** Mesa 2: Comunidades Tradicionais: direitos territoriais e étnicos

- Petronilo Progênio Alves (Liderança e participante dos movimentos sociais de Barcarena)
- Ligia Simonian (UFGA/NAEA)
- Rosa Acevedo Marin (UFGA/NAEA)
- Rosane Maia (UFGA/NAEA)

Coordenação da Mesa: Maria do Carmo (São Lourenço) e Roni Santos (São Lourenço)